

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.10, n.18, jan/jun 2022

nleP  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

Editores

Andrea Santos, UFABC | Brasil

Filipe Leite, UFF | Brasil

Pedro Cassiano, CPII | Brasil

Tatiana Poggi, UFF | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Guimarães, UFF | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFTM | Brasil

Felipe Demier, UERJ | Brasil

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFF | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Flávio Ferreira de Miranda, UFRJ | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, IFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFRJ | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE

COLEMARX | Brasil

Revisão de texto

Andrea Santos

Eduardo Sá Barreto

Fabício Zanghelini

Jônatas Aarão

Maurício Vieira

Patrick Galba de Paula

Rodrigo Rodrigues

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

João Leonardo Medeiros

Pedro Cassiano

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.10, n.18, jan/jun 2022

Marx e o Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) – v.10, n.18, jan/jun 2022. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2022.
154 p.; il.

ISSN 2318-9657

Semestral
Inclui bibliografia
Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política editorial

Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP-Marx, defende uma *concepção materialista da história*, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais”. Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a *historicidade* e sua compreensão como um *processo contraditório* não-linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens – as classes sociais – originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

SUMÁRIO

9 Editorial

Artigos

14 Desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana

André Guimarães Augusto

31 Religião e política na trajetória intelectual de Friedrich Engels

Wallace Cabral Ribeiro

52 Estranhamento, alienação e reificação: uma análise da primeira e da última obras marxistas de Lukács

Sávio Freitas Paulo

69 A teoria marxista da dependência e o Estado dependente

Layra Fabian Borba Rodrigues

87 A questão feminina na Primeira Internacional: participação feminina e debates sobre as mulheres na Associação Internacional dos Trabalhadores

Danielle Jardim da Silva

107 A vanguarda do atraso e o ritmo da dominação burguesa: um exercício para o estudo de duas missões da Usaid ao Brasil em 1970

Diego Martins Dória Paulo

Notas críticas

- 129 Resenha
Slavoj Žižek. *A coragem da desesperança: crônicas de um ano em que agimos perigosamente*
Leonardo Domingos Braga Silva
- 134 Resenha
Felipe Castilho de Lacerda. *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil*
Luccas Eduardo Maldonado
Renan Somogyi Rodrigues da Silva

Luta e memória

- 143 Depois da tempestade, vem a bonança? Algumas notas sobre a conjuntura política e eleitoral de 2022
Carlos Zacarias de Sena Júnior

Editorial

O ano de 2022 inicia abrindo velhas e dolorosas feridas: a ferida do racismo, da escravidão, da tortura, da xenofobia e do estupro. Chagas que o governo Bolsonaro insiste em sangrar, aprofundar e macular.

Moïse Kabagambe, jovem refugiado congolês, radicado no Brasil desde os 11 anos, foi brutalmente assassinado por cobrar o pagamento de um serviço prestado em um quiosque na Barra da Tijuca. Dois homens brancos o espancaram até a morte simplesmente por ele ter cobrado por um trabalho desempenhado. Um crime com muitas camadas, um crime que descortina um passado tristemente presente. Moïse era congolês, africano, imigrante e, acima de tudo, negro, num país racista, que não superou a escravidão e que insiste em colocar pessoas negras em um lugar de subalternidade, humilhação e morte.

Outros monstros saíram desse armário. Em verdade, a ascensão da extrema-direita e sua crescente aceitação no *establishment* político como força política legítima vem trazendo temáticas há pouco tempo tidas como inaceitáveis para o centro das discussões, como a defesa de tortura, da xenofobia aberta e mesmo a aclamação de regimes ditatoriais. Bolsonaro é uma expressão desse movimento. O desempenho impressionante de Marine Le Pen, angariando 41,8% dos votos no segundo turno das últimas eleições francesas também. Diante do massacre social imposto pelo neoliberalismo e de uma renovação que tarda a nascer, emergem os monstros, poderia dizer o velho sardo, Antonio Gramsci! Saem dos esgotos da história, dos porões da ditadura, dos camburões da polícia, da carreta de caminhões usados para tráfico humano ou mesmo de salas de operação, transformadas em alcova de estupro pelo próprio médico.

No Sergipe, Genivaldo de Jesus Santos, um homem diagnosticado com quadro de esquizofrenia foi torturado, asfixiado e morto pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). A parte traseira da viatura foi usada como câmara de gás improvisada pelos agentes num ato de abuso de poder e sadismo. No Texas, mais de cinquenta imigrantes latino-americanos foram encontrados mortos, asfixiados pelo calor na parte traseira de um caminhão, tentando entrar ilegalmente nos Estados Unidos. O que dizer do anestesista Giovanni Quintella Bezerra, preso em flagrante por estuprar uma mulher durante o parto em São João de Meriti? A Segunda Guerra acabou, mas estamos aí a tratar de câmaras de gás e médicos-monstros em plena sala de jantar!

Impressionante como arquétipos de guerras passadas insistem em serem requentados e ressignificados em prol dos interesses presentes. A Rússia invade e declara guerra à Ucrânia; Vladimir Putin, presidente d Rússia, reforça o discurso nacionalista de integração e suposta defesa de populações russas na Ucrânia,

escalando para uma retórica de desnazificação como forma de obter apoio nacional e reduzir a rejeição internacional. É verdade que grupos neonazistas vêm crescendo e se fortalecendo desde 2014 no leste da Ucrânia, especialmente em regiões separatistas, aliadas da Rússia. As populações dessas localidades vêm sendo sistematicamente atacadas por grupos paramilitares neonazistas como Pravna e Azov Battalion. É também verdade que esses grupos vêm sendo formalmente incorporados ao exército Ucrainiano, demonstrando no mínimo convivência do atual governo ucraniano com ações neonazistas. Esta dramática realidade, contudo, parece não ser exatamente o centro do problema e ajuda mesmo a encobrir interesses econômicos, disputas políticas e alianças militares internacionais. A ponta do iceberg esconde uma brutal disputa imperialista por uma região riquíssima em recursos naturais, estrutura e tecnologia nuclear, além de ser um ponto geopolítico estratégico para a articulação militar norte-americana via Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a Rússia.

De volta às questões nacionais, chegamos à metade do ano e muitas expectativas se anunciam. Nem chegamos à época da campanha, mas sabemos que a eleição será tensa, violenta e decisiva para a democracia no Brasil, conforme aponta o texto da nossa seção “Luta e Memória”. O assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Don Phillips, bem como do guarda municipal e dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), Marcelo Arruda, revelam o potencial mortal do ódio da extrema-direita contra integrantes da oposição ao atual governo. Marcelo foi morto a tiros em pleno aniversário, cujo tema era o PT, por um apoiador do governo Bolsonaro, que invadiu a festa gritando “mito” e ameaçando matar a todos. Apesar da explícita demonstração de intolerância política, a delegada do caso não considerou o crime político, evidenciando o nível de fragilidade política das instituições democráticas diante de ataques explícitos ao direito de liberdade e expressão política.

Porém, alguns episódios na América Latina e no Brasil podem nos ajudar a pensar nas primeiras derrotas da extrema-direita. A luta parlamentar trouxe ao poder pela primeira vez na Colômbia um militante ex-guerrilheiro, Gustavo Petro, e sua vice, uma mulher negra, periférica, advogada e ativista ambiental, Francia Márquez. A luta institucional levou à prisão o abjeto ex-ministro da educação Milton Ribeiro, investigado por desvio de verbas do Ministério da Educação (MEC) em favor de pastores. A luta do pequeno produtor conseguiu em plena pandemia e escalada avassaladora de preços, manter o preço do arroz dentro de uma margem aceitável. A luta do e pelo Sistema Único de Saúde (SUS) garantiu vacinas aos brasileiros apesar da necropolítica oficial.

Nossa presente edição conta com diversos artigos que abordam discussões teóricas, lutas, movimentos e conflitos do passado e do presente. Tantas vezes, desafios antigos ainda não superados e que, mesmo versando sobre outrora, fazem ainda hoje muito sentido. Abrimos este número com o brilhante artigo do professor André Guimarães Augusto intitulado “Desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana”, no qual realiza uma discussão acerca da relação entre o

aumento da produtividade e da emancipação humana em diálogo, principalmente, com Marx e com o marxista húngaro Geörgy Lukács. O autor defende que a constituição de uma sociedade comunista e, portanto, emancipada, depende da expansão das capacidades humanas e não apenas no aumento da produtividade. Em seguida apresentamos o artigo “Religião e política na trajetória intelectual de Friedrich Engels”, texto no qual Wallace Cabral Ribeiro aborda a importante e original contribuição de Engels para a filosofia e a sociologia da religião. Embora não apresente uma teoria geral da religião, a reflexão engelsiana é o fundamento de uma série de outras formulações marxistas sobre o fenômeno religioso, tema fundamental para a compreensão da realidade contemporânea e para a elaboração de uma agenda emancipatória num cenário em que o conservadorismo religioso e o obscurantismo ganham terreno.

O artigo de Sávio Freitas Paulo “Estranhamento, alienação e reificação: uma análise da primeira e da última obras marxistas de Lukács” apresenta o intrincado desenvolvimento da categoria de estranhamento no pensamento de Lukács, em um exercício para compreender em que medida o autor refina sua posição teórica em relação ao seu célebre texto de juventude, “História e consciência de classe” (2003). Amparada por uma compreensão ontológica da práxis do trabalho, as ideologias e a reprodução social, a categoria de estranhamento aflora, na última obra de Lukács, para evidenciar a enrascada na qual o capitalismo contemporâneo coloca a humanidade e para indicar caminhos para sua superação. O artigo de Layra Rodrigues, “A teoria marxista da dependência e o estado dependente”, resgata o debate de Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio para compreender as formas de superexploração das populações na América Latina e suas especificidades, atualizando o debate com estatísticas para o caso brasileiro.

Em um resgate histórico importante, resultado de sua pesquisa de doutoramento, Danielle Jardim, no artigo “A questão feminina na Primeira Internacional: participação feminina e debates sobre as mulheres na Associação Internacional dos Trabalhadores”, discute a participação política e a luta das mulheres durante a AIT, a primeira Internacional. Apesar do recorte pretérito, questões levantadas no artigo sobre a inserção política da mulher trabalhadora, sobre um feminismo comprometido com a classe e a questão social são ainda hoje um desafio.

Por fim temos o artigo “A vanguarda do atraso e o ritmo da dominação burguesa: um exercício para o estudo de duas missões da USAID ao Brasil em 1970” de Diego Martins Dória Paulo. O trabalho explora o papel das missões da USAID no país no estabelecimento de um projeto de dominação social adequado às exigências do capital multinacional. Fazendo uso do arcabouço teórico de René Dreifuss, apresenta as vicissitudes de uma burguesia brasileira pressionada para modernizar e racionalizar a gestão política e contornar as pressões populares.

Em nossa seção “Notas Críticas” temos duas resenhas. A primeira delas, de Leonardo da Silva, apresenta a recente obra de Slavoj Žižek “A coragem da esperança: crônicas de um ano que agimos perigosamente”, dialogando com as temáticas atuais como terrorismo, imigração, crise climática, ataques à democracia e o crescimento dos ditos populismos de direita. Adentrando em discussões por vezes espinhosas, como a questão das opressões e a decolonialidade, o livro destaca ainda o baixo engajamento

político em geral e o acanhamento de uma esquerda liberal frente aos desafios que exigiram uma resposta muito mais contundente, estrutural e sistêmica.

A segunda resenha intitula-se “Recepção e apropriação do marxismo no Brasil: Octávio Brandão e o projeto editorial comunista na década de 1920”, no qual Luccas Maldonado e Renan da Silva apresentam o interessante trabalho de Felipe Castilho de Lacerda. O livro de Lacerda trata de revisitar a contribuição do dirigente e intelectual comunista Octávio Brandão para o pensamento social brasileiro, inscrevendo-a no contexto da produção intelectual e editorial à época estabelecida, além de destacar a relevância da reflexão de Brandão para a difusão do marxismo no país e para a constituição de uma tradição marxista no Brasil.

Para fechar a edição, nossa seção “Luta e Memória” traz o professor de história da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Carlos Zacarias, que está lançando esse ano seu livro “Onde nascem os monstros” (editora Quarteto), no qual realiza uma análise sobre a extrema-direita no Brasil, seu caráter fascista e suas manifestações nos últimos anos. Seu texto nesta seção realiza um panorama crítico pertinente sobre a conjuntura atual do país, que se prepara para encarar uma eleição ameaçada antecipadamente por fraude. Zacarias ressalta que o voto não será o fim da extrema-direita no Brasil, tampouco garantia de um processo político de transição pacífico. Nesse sentido, vemos que a emancipação humana discutida por André Guimarães Augusto é um horizonte realizável somente a partir da luta contra o fascismo mais do que nunca presente no Brasil.

Existe um segredo que poucos editores contam e nós vamos contar: as revistas se fazem sozinhas, ganham autonomia, fruto da conjuntura e também das diversas mãos que possibilitam sua publicação. Nossa revista é construída coletivamente no NIEP-Marx. Por isso, nunca é demais deixar aqui nosso agradecimento ao corpo de pareceristas, ao grupo de revisores e diagramadores que põem a revista de pé. Muito obrigado!



ARTIGOS

Desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana

Development of productive forces and human emancipation

André Guimarães Augusto*

Resumo

O objetivo desse trabalho é indicar a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana. Defendo que a ampliação das capacidades humanas é um critério para definir um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas em lugar do critério unilateral do aumento de produtividade, a despeito de ser uma pré-condição para a emancipação humana. Argumento que os aumentos de produtividade e a ampliação das capacidades humanas não estão em relação imediata, em primeiro lugar devido a subdeterminação da tecnologia e em segundo lugar porque os aumentos de produtividade são apenas uma forma de aparecimento do processo contraditório de ampliação das capacidades humanas. Concluo que há uma ligação intrínseca entre desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana, e que um dos elementos da constituição do reino da liberdade é a mudança qualitativa das forças produtivas.

Palavras-chave: forças produtivas; eficiência; emancipação humana.

Abstract

The objective of this paper is to indicate the relation between development of productive forces and human emancipation. The argument is grounded in the expansion of human capabilities as a criterion to define a higher stage of development of productive forces rather than increased productivity, despite this being a pre-condition for human emancipation. I argue that increases in productivity and the expansion of human capabilities are not in an immediate relation, in the first place due to underdetermination of technology and secondly because the increases in productivity are just a manifestation of the contradictory process of expansion of human capabilities. I conclude that there is an intrinsic relation between the development of productive forces and human emancipation, and that therefore an element of the constitution of the 'realm of freedom' is the qualitative change of the productive forces.

Keywords: productive forces efficiency; human emancipation.

* Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx).

1. Introdução

Um estágio superior do desenvolvimento das forças produtivas é visto em muitos casos como uma condição natural, separada da sociedade, do processo de emancipação humana. Nessa visão o vínculo entre o desenvolvimento das forças produtivas e a emancipação humana é externo. Esse artigo é uma primeira indicação da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a emancipação com base na obra de Marx. É defendido que o critério para definir um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas se situa na constituição do homem como ser social, na ampliação de suas capacidades e necessidades e não apenas no aumento de produtividade. A conclusão é de que o desenvolvimento das forças produtivas não é uma condição externa para a emancipação humana, mas tem uma relação imanente com esta.

O argumento é desenvolvido em três partes. Na primeira parte é tratada a questão do aumento da produtividade como critério de desenvolvimento das forças produtivas. O argumento é que o aumento de produtividade consiste em um processo objetivo no desenvolvimento da humanidade e que, de acordo com Marx, estabelece uma pré-condição para a emancipação humana. No entanto, é defendido que o aumento da produtividade é um critério unilateral e abstrato para definir um estágio superior à produção capitalista.

Na segunda parte é desenvolvida a tese de que a expansão das capacidades humanas é um critério mais apropriado para a avaliação do desenvolvimento das forças produtivas. Primeiramente porque o crescimento da produtividade e a expansão das capacidades humanas não estão em uma relação unidimensional. Na sociedade capitalista, por exemplo, as forças produtivas são forças produtivas do capital e como tais, se tornam forças destrutivas. É defendido que o aumento de produtividade é uma forma de manifestação do processo contraditório de desenvolvimento das capacidades humanas e que esse último é um critério imanente para avaliar o desenvolvimento das forças produtivas.

A terceira parte do argumento procura vincular o desenvolvimento das forças produtivas com o chamado reino da liberdade. A conclusão é a existência de uma ligação interna entre forças produtivas e emancipação humana, que o reino da liberdade supõe não apenas o aumento da produtividade, mas também uma mudança qualitativa das forças produtivas. Essa última é fundamental para que a produção se volte para o homem, em lugar do homem para a produção.

2. Produtividade como critério de desenvolvimento das forças produtivas

O desenvolvimento das forças produtivas é considerado um pilar fundamental do materialismo histórico. Ao se referir a esse desenvolvimento, várias vezes Marx se refere a estágios e graus, e os qualifica como superior ou inferior. Isso coloca a questão de qual critério apropriado para definir um estágio superior ou um grau mais avançado de desenvolvimento das forças produtivas. Na maior parte da literatura marxista o critério reconhecido para estabelecer o grau de desenvolvimento das forças produtivas é o da produtividade do trabalho. Esse critério está presente, por exemplo, em Bukharin (1925) e, ainda, em Cohen (2000).

A despeito da enorme dificuldade de avaliar quantitativamente, é possível, por meio de vários indícios, inferir que, ao menos na média de largos períodos, o aumento da produtividade do trabalho é um fator objetivo da história. Se há estagnações e

mesmo regressões nesse processo - ainda que sua constatação não seja unanimidade entre os historiadores -, ao longo de grandes períodos pode se dizer que tem ocorrido um aumento de produtividade do trabalho.

A constatação do aumento de produtividade do trabalho ao longo da história tem fornecido a base para sua utilização como critério exclusivo de desenvolvimento das forças produtivas. Mesmo admitindo que esse não é certamente um processo linear por comportar regressões e estagnações, o aumento de produtividade forneceria um critério objetivo de avaliação de um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas.

É certo que Marx constata esse aumento de produtividade e o coloca mesmo como pré-condição para a emancipação humana (Marx, 1996, vol. II, p. 225; Marx & Engels, 1987, p. 51). Para Marx, uma sociedade emancipada é aquela em que é possível o “desenvolvimento livre e pleno de cada indivíduo” (Marx, 1996, vol. II, p. 225), e isso só é factível com a aquisição de tempo livre, com o tempo liberado das necessidades da reprodução material para ser utilizado para o desenvolvimento da arte, do conhecimento e das relações pessoais. Nesse sentido, Marx avalia que “A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende não da duração do trabalho excedente e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições em que se efetua” (Marx, 1981, p. 942).

Mas é preciso assinalar aqui dois aspectos fundamentais na observação que Marx faz a partir da constatação do aumento da produtividade do trabalho e de sua ligação com o processo de emancipação humana. Em primeiro lugar, Marx não deixa de observar o aspecto contraditório desse aumento de produtividade; até o presente momento, o aumento da produtividade serviu não como uma condição de “livre desenvolvimento de todos os indivíduos” mas sim do desenvolvimento de alguns às custas da imensa maioria (Marx, 2010, p. 207). Assim, o crescimento da produtividade ao longo da história se revelou a condição para a possibilidade da exploração – da produção de trabalho excedente e sua apropriação pelos proprietários dos meios de produção – e de sua ampliação e intensificação.

Chega-se assim a um outro ponto fundamental: o aumento de produtividade é uma pré-condição para a emancipação humana, mas de forma alguma se identifica com esta e nem mesmo é uma condição suficiente. O aumento de produtividade como condição significa apenas que esta não é em si algo que constitua a emancipação humana, mas que apenas a possibilita e nesse sentido é um critério externo à emancipação. Em outras palavras, se os aumentos de produtividades são identificados com o desenvolvimento das forças produtivas este seria apenas um elemento externo à emancipação humana sendo muitas vezes identificado com a natureza (Bukharin, 1925; Cohen, 2000).

Ademais, níveis mais altos de produtividade não são condição suficiente para a emancipação humana, embora sejam condição necessária. Marx assinala diversas vezes que nas condições da sociedade capitalista, a liberação de tempo para a reprodução material imediata dos produtores se transforma em sua maior parte em mais trabalho excedente ou em penúria sob a forma de desemprego. Deste modo, as forças produtivas capitalistas se transformam em forças destrutivas, um ponto a ser desenvolvido mais adiante.

Essas considerações levam à conclusão de que o critério de um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas não pode ser considerado de forma abstrata e unilateral, isto é, apenas como aumento de produtividade, de produção valores de uso com menos trabalho. Essa consideração unilateral, para além da observação do aumento de produtividade em prazos largos ao longo da história, replica as condições da produção capitalista. No capitalismo a eficiência é colocada pela primeira vez na história como o único critério de avaliação na constituição das condições da reprodução material.

É preciso assinalar o caráter de valor ético¹ da eficiência, uma vez que esta é posta pelos homens em seus atos alternativos, sendo como tal passível de julgamento (Lukács, 2004, p. 143). A eficiência é um atributo posto pelos homens em seus atos alternativos: diante da igual possibilidade de usar um meio X ou Y para a realização de uma finalidade, um critério para escolha é o da eficiência. Assim, não é em X ou Y em si, independente de seu uso como meio, que está a eficiência, mas no critério atribuído ao uso alternativo de X ou Y de acordo com uma finalidade posta, no caso a do melhor uso, isto é, do uso do meio em menor quantidade para maior resultado.

Note-se aqui que a eficiência é um valor ético profundamente vinculado à utilidade, sendo uma transformação desta: atribuir utilidade ao meio X significa que ele é adequado para um fim, e seu uso define uma ação eficaz. Mas a utilidade, quando referente não só a adequação do meio, mas também a sua relação quantitativa com o fim se transforma em eficiência. Note-se, porém, a diferença, pois a comparação de utilidade não é a mesma que a da eficiência: ambos X e Y podem ser adequados para atingir o fim e isso é uma atribuição qualitativa a respeito de X e Y em sua relação com o fim a ser atingido; mas sua utilidade não é o mesmo que sua eficiência que se refere ao mais ou menos, sendo um juízo de valor quantitativo.

O último parágrafo já evidencia que a eficiência é objeto de julgamento, de uma “polarização alternativa” (Lukács, 2004): o critério para escolher X ou Y nos põe diante de uma oposição entre eficiência e ineficiência. Antes da ação a eficiência serve como finalidade posta, objetivo a ser alcançado e durante a ação serve como guia que a orienta. Decorrida uma ação o uso que foi feito dos meios, no que diz respeito a sua relação quantitativa com os fins - sua eficiência - é critério para julgamento dessa ação como boa ou ruim.

Chega-se aqui a um ponto fundamental da argumentação, pois se poderia objetar que, em sendo a eficiência algo passível de avaliação objetiva, resultado de relações lógicas e mensuráveis, em si não poderia ser um valor ético. Tal objeção parte de que os valores éticos seriam em si e por si meramente subjetivos. A questão da relação entre o caráter subjetivo e objetivo dos valores éticos é objeto de longa controvérsia na filosofia e não cabe aqui se estender nela. A posição adotada nesse artigo é de que os valores éticos são subjetivos em um sentido – no sentido que são objetividades postas pelos sujeitos em suas ações, como argumentado anteriormente – e por outro são também objetivos – uma vez que são resultados das ações que podem ser reconhecidos independente de sua realização e que, portanto, servem de guia e critério para julgar as ações; os valores éticos são “subjetividades objetivas e objetividades subjetivas” (Medeiros, 2005, p. 76). Em segundo lugar deve-se notar que, embora contrariando a visão

¹ Valor ético se refere aqui a um juízo sobre uma ação ou sobre algo como bom ou ruim. O qualificativo é necessário no texto para distingui-lo do valor econômico.

padrão adotada por boa parte da filosofia contemporânea, o reconhecimento de que os valores éticos são dotados de objetividade remonta a raízes muito antigas na filosofia grega e reaparece constantemente na filosofia no período capitalista, por exemplo, em Montesquieu (Mac Intyre, 1996, p. 179).

Claro está que se os valores éticos, como objetividades postas, servem de guia e critério de julgamento das ações, estas põem os valores éticos realizando-os, mas os pressupõem para que sejam possíveis. Assim a “condición de la realización de valor”, não é a mesma coisa que sua “gênesis ontológica” (Lukács, 2004, p. 148). Isso significa que os valores éticos não existem apenas na mente dos indivíduos, mas são veiculados por meio de instituições, organizações e hábitos sociais.

Dessa forma, os valores éticos se originam das necessidades postas pela reprodução social, das alternativas que concretamente se põe aos homens para responder a essas necessidades concretas; nesse sentido valores éticos são não apenas sociais, mas como tais, históricos: surgem a partir das necessidades postas pela reprodução de determinada sociedade, ou como afirma Lukács, “La fuente genuína de la génesis es, antes bien, el cambio estructural ininterrompido del próprio ser social” (Lukács, 2004, p. 148).

É assim que a eficiência emerge como um valor ético na sociedade capitalista. A sociedade capitalista é uma sociedade em que o produto toma a forma dominante de mercadoria. Produzido como mercadoria o produto é em primeiro lugar objeto feito para a troca, e, portanto, meio para adquirir qualquer outra mercadoria através da sua transformação em dinheiro. Nesse sentido, o mais importante na produção da mercadoria não é mais sua qualidade, desde que ela tenha algum uso, ou a das mercadorias que podem ser adquiridas, pois com o dinheiro qualquer coisa que seja objeto de troca pode ser adquirida. A característica mais importante na produção de mercadorias é o quanto se pode trocar da mercadoria por dinheiro, o seu valor de troca: “O que, na prática, primeiro interessa aos que trocam produtos é a questão de quantos produtos alheios eles recebem pelo seu, em quais proporções, portanto, se trocam os produtos” (Marx, 1996, vol. I, p. 200).

A quantidade ou a magnitude do valor é definida pela quantidade de sua substância – o trabalho abstrato, forma que o caráter social dos trabalhos toma na produção de mercadorias – e, portanto, pelo tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria. Assim o valor é determinado pelo tempo “exigido para produzir nas condições sociais médias de produção, a quantidade global socialmente requerida das espécies de mercadorias que estão no mercado” (Marx, 1996, vol. I, p. 735).

Já aqui se impõe a eficiência como um valor ético necessário para a reprodução na sociedade capitalista. Isso porque os capitalistas, como proprietários privados que decidem suas condições de produção sem a coação ou cooperação direta de nenhum outro capitalista, não têm condições de produção homogêneas, e, portanto, gastam tempos de trabalho diferentes para a produção da mesma mercadoria. Assim, se um capitalista gasta trabalho além do socialmente necessário para a produção da mercadoria, isso significa que ele desperdiçou trabalho, gastou mais do que o socialmente necessário. Em outras palavras, o produtor que produz acima do tempo socialmente necessário não é eficiente, pois gasta mais recursos e tempo de trabalho do que o necessário para chegar ao fim de obter o valor da mercadoria com mais valor. Note-se aqui que a eficiência é um valor ético enraizado na forma mercantil da reprodução social: se

o produtor não usa os meios de forma eficiente, o resultado pode ser o seu desaparecimento como produtor por não conseguir vender suas mercadorias ou por vendê-las a um preço abaixo de seu custo.

Mas a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é produção de mais-valor e sua reprodução tem como sentido fundamental o movimento de auto expansão ilimitada do valor, isto é, não apenas a produção de mais-valor, mas a produção cada vez maior de mais-valor. A eficiência como valor ético está enraizada também na produção de mais-valor e no movimento de auto expansão do valor. Na produção capitalista a eficiência na produção de valores de uso está subordinada à produção de mais-valor, em um critério que é puramente quantitativo.

É por meio do consumo da mercadoria força de trabalho no processo de produção que se gera o mais-valor. Para que seja gerado o mais-valor é necessário que o consumo de mercadoria força de trabalho ocorra de forma adequada sem desperdício de recursos e que o trabalho se dê com maior continuidade e intensidade possível. Além disso, como somente o valor dos meios de produção – o tempo corresponde a seu uso em condições médias de produção - é transferido para o produto é preciso que seu uso se dê somente no montante socialmente necessário:

Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta de que nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho. (...) Finalmente — e para isso tem ele seu próprio *code pénal*— não deve ocorrer nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam nem entram no produto da formação de valor (Marx, 1996, vol. I, p. 313).

Mas a eficiência é buscada com o objetivo de produzir cada vez mais mais-valor. Os métodos que tornam o trabalho mais eficiente, mais produtivo, levam a uma vantagem para cada capitalista em relação a seus competidores, permitindo a esse se apropriar de uma mais-valia extraordinária (Marx, 1996, vol. I, cap. 10) e produzindo, como um resultado não intencional, a mais-valia relativa para o capital global. Assim, afirma Marx:

(...) todos os meios para aumentar a força produtiva do trabalho (...) aumentam a *efficiency* do *labour*. (...) Porém todos esses meios que são empregados para aumentar a *efficiency* do processo de trabalho diminuem (...) o tempo de trabalho necessário, aumentando assim o sobrevalor, a parte do valor que se destina ao capitalista” (Marx, 2010, p. 292).

A necessidade de eficiência na produção impõe-se no uso dos meios de produção e da própria força de trabalho. Os métodos tayloristas de organização do trabalho buscam obter o ótimo de um dia de trabalho maximizando a quantidade de trabalho efetivamente despendida por um trabalhador em uma jornada. Além disso, mesmo o surgimento e difusão de métodos de organização do trabalho pós-tayloristas, são orientados pelo valor da eficiência: basta lembrar que a eliminação do desperdício está na raiz do sistema Toyota (Ohno, 1988, p. 38).

Observar que a eficiência é um valor ético que emerge na sociedade capitalista não significa que no capitalismo somente sobrevivem os métodos de produção mais eficientes ou que não haja aumentos de produtividades nas sociedades pré-capitalistas como resultado do uso de métodos mais eficientes. A eficiência como um valor ético da

sociedade capitalista significa apenas que, pela primeira vez, esta é colocada como um objetivo consciente nas suas decisões de produção.

Esse aspecto contrasta com os critérios de avaliação da produção nas sociedades anteriores à capitalista. Se por um lado é certo que “sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa à produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem,” por outro, esse interesse não se deu “igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento” (Marx, 1996, vol. I, p. 198). Tal ausência de uniformidade do interesse com relação ao tempo de trabalho se revela no contraste entre a valoração que os clássicos da antiguidade punham sobre a divisão do trabalho e a realizada no capitalismo. Assim, a Economia política do capitalismo considera a divisão do trabalho “como um meio de produzir com o mesmo quantum de trabalho mais mercadorias, portanto para baratear as mercadorias e acelerar a acumulação do capital”, isto é, do ponto de vista da eficiência na produção de valores de uso e de mais-valor. Em contraste, na antiguidade clássica os autores “se atêm (...) exclusivamente à qualidade e ao valor de uso”, e valoram a divisão do trabalho não por seu aspecto quantitativo mas por melhorar “o produto e o produtor” (Marx, 1996, vol. I, p. 479). Uma notável evidência disso é que no mais antigo tratado de economia conhecido, o “*Oikonomos*” de Xenofonte, não há nenhuma referência a eficiência (Finley, 1985, p. 19).

A mesma coisa pode ser dita de outras observações históricas. Os moinhos de água, por exemplo, já eram conhecidos na Roma antiga. Sua utilização porém era pouco difundida, usando-se preferencialmente os moinhos manuais (Bloch, 1985). Trata-se aqui claramente de um caso em que o meio mais eficiente, a água como fonte de energia, é preterido em favor de um menos eficiente, a força muscular. Se é possível observar em linhas gerais e em um prazo mais longo aumentos de produtividade nas sociedades pré-capitalistas, quase sempre estes são resultados não antecipados e não buscados pelos produtores.

É preciso notar também que como valor ético da sociedade capitalista a eficiência na produção de valor de uso está subordinada à expansão do valor. Como uma produção que não é orientada pela satisfação de necessidades, a produção capitalista busca a eficiência no uso dos recursos para produção de valor de uso e mais-valor para cada produtor privado, mas é ineficaz no atendimento das necessidades humanas, produzindo desperdício social nesse aspecto.

Assim pode se dar sentido à eficiência como um valor ético enraizado em uma condição historicamente específica da reprodução social capitalista. Se o tempo de trabalho interessa sempre na reprodução humana, é só na sociedade capitalista que este interesse toma a forma de valoração do trabalho como mais ou menos eficiente, como obtenção do máximo com o mínimo, pois aí o tempo é puramente quantitativo, tempo abstrato, valor. Assim, do ponto de vista da eficiência, “O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada” (Marx, 1985, p. 58).

2. Desenvolvimento das forças produtivas e capacidades humanas

Nessa seção é argumentado que o critério para definir um estágio de desenvolvimento das forças produtivas como superior não é o nível de produtividade tomado de

forma unilateral, mas sim a ampliação das capacidades humanas. Mas não seriam ambos a mesma coisa? Nesse caso, não seria recomendável utilizar como critério apenas o aumento de produtividade já que este é observável e mensurável?

A questão é que não há uma relação imediata entre ampliação das capacidades humanas e aumento de produtividade. Esse contraste é mais evidente no caso da sociedade capitalista. Desde “A ideologia alemã” até “O capital”, Marx assinala que as forças produtivas se desenvolvem enormemente no capitalismo, mas o fazem na maioria das vezes contra o ser humano e não a seu favor. Há um motivo fundamental para isso: as forças produtivas se tornam forças produtivas do capital.

A transformação da força de trabalho em mercadoria resulta na subordinação do trabalho ao movimento do capital: a atividade subjetiva e todas as suas condições objetivas já não estão mais subordinadas às finalidades dos homens – tanto dos que trabalham como dos que absorvem o trabalho excedente – mas à do capital, isto é, ao movimento impessoal da autoexpansão do valor.

O resultado dessa subordinação do trabalho ao capital é a imensa transformação das condições objetivas e subjetivas do trabalho. O processo de trabalho se torna um processo coletivo, social, se implanta a especialização do trabalhador e o processo de produção passa a ser uma aplicação consciente da ciência, principalmente por meio das máquinas mas também por meio das formas de manipulação científica da força de trabalho.

Essas novas forças produtivas, no entanto, já não são mais forças produtivas dos homens que trabalham, mas do capital. Ao observar que a forma fundamental da produção capitalista é a cooperação, Marx assinala que nesta a nova força produtiva, “o trabalhador coletivo[social]” é uma ‘força produtiva do capital’” (Marx, 1996, vol. I, p. 449). As formas de produção capitalista, a manufatura e na maquinaria, são apenas uma variação dessa transformação das forças produtivas: o trabalhador coletivo sob a forma de muitos trabalhadores especializados e a cooperação universal do trabalho científico e sua objetivação nas máquinas são também forças produtivas do capital.

As forças produtivas do capital levam ao crescimento contínuo da produtividade que alcança níveis jamais observados antes na história. Mas, por outro lado, o fazem não só a favor do capital, mas também contra os seres humanos. Marx assinala ao longo de “O capital” que os métodos de aumento da produção e da produtividade se dão “à custa dos trabalhadores” (Marx, 1996, vol. I, p. 478) e que o enriquecimento do capital em forças produtivas se dá pelo “empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (Marx, 1996, vol. I, p. 475). Esse empobrecimento é observado por Marx na ‘mutilação’ do trabalhador, no esvaziamento do conteúdo de sua atividade, na alienação de suas potências espirituais e na sua subordinação ao despotismo do processo de trabalho (Marx, 1996, vol. II, p. 274-275). Em resumo: o empobrecimento do trabalhador individual é sua perda de capacidades.

Essas observações de Marx podem ser estendidas para muito além do trabalho na fábrica, uma vez que resultam da condição de assalariado do trabalhador e, portanto, da subsunção do trabalho ao capital. As instâncias em que se pode observar o empobrecimento humano são muitas e trago aqui algumas delas. Primeiramente o taylorismo e seus derivados, que incluem até as atividades de serviços, estenderam para limites não previstos a dissociação entre o aumento da eficiência e o esvaziamento das capacidades dos trabalhadores ao aplicar a ciência à própria força de trabalho. E

mesmo nas atividades não ligadas imediatamente à produção material, a extensão da quantidade de produtos se vê acompanhada da deterioração de sua qualidade e do esvaziamento das capacidades dos homens. Como exemplos, pensemos na degradação do trabalho intelectual com os mecanismos de imposição de critérios meramente quantitativos na produção científica ou ainda na deterioração das mercadorias culturais.

Deve-se acrescentar às instâncias apresentadas na seção anterior um efeito catastrófico do aumento de produtividade obtido por meio das forças produtivas capitalistas que é a crise ecológica. Marx apenas indica esse efeito quando afirma que “(...) a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (Marx, 1996, vol. II, p. 133).

Tudo isso leva a uma conclusão negativa sobre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Em primeiro lugar Marx observa que o caráter unilateral do desenvolvimento das forças produtivas as transforma em “forças destrutivas” (Marx & Engels, 1987, p. 93 e 107). Além disso, Marx assinala a superioridade do mundo antigo em relação ao burguês, sob esse ponto de vista. A superioridade advém de que no mundo antigo, “em que o homem aparece como finalidade da produção” sendo a riqueza “a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas, etc. dos indivíduos gerada pela troca universal” (Marx, 2011, p. 399).

Mas o caráter negativo das forças produtivas capitalistas não significa que haja uma degenerescência no desenvolvimento histórico da sociedade antiga para a capitalista, como nas ideologias reacionárias da história. Isso não significa também que o aumento de produtividade no capitalismo se dê a despeito do desenvolvimento das capacidades humanas, embora a relação entre eles seja contraditória.

Quanto ao primeiro ponto, os aspectos negativos do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas gerou uma certa nostalgia do artesanato no campo do marxismo e da esquerda em geral, uma espécie de utopia regressiva (Morris, 2002) ou de uma impossibilidade de superar a dissociação entre o enriquecimento dos indivíduos e o aumento da produção (Gorz, 1987).

Mas isso é uma interpretação também unilateral do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Marx apresenta também os aspectos negativos da produção artesanal em que se baseiam os modos de produção anteriores ao capitalismo. A produção artesanal parece superior ao capitalismo por unir a atividade manual e a intelectual, por unir arte e produção material e pela sua preocupação com a qualidade. A produção artesanal, portanto, promove e resulta de um desenvolvimento elevado das capacidades humanas, mas esse desenvolvimento só é acessível aos iniciados e tem um caráter meramente local. Assim, ao falar da superioridade dos antigos, Marx observa que essa se refere à “forma, a figura acabada e à limitação dada” e à “satisfação de um ponto de vista tacanho” (Marx, 2011, p. 400).

Ao contrário das formas de produção anteriores, no capitalismo as capacidades humanas se ampliam, pois o processo de trabalho ganha um caráter coletivo, e se aprofundam, pois o trabalho passa a ter como base o conhecimento científico e a possibilidade de satisfazer os carecimentos naturais socialmente transformados. Sob esse aspecto, portanto, o capitalismo é superior ao mundo dos antigos, pois o caráter limitado

do desenvolvimento das capacidades humanas é superado pela sua universalidade, ainda que de forma contraditória.

É fundamental observar que tanto o aspecto negativo quanto o positivo da produção capitalista se baseiam no critério da ampliação das capacidades humanas e não meramente no desenvolvimento da produtividade. Por um lado, o capitalismo amplia as capacidades humanas, mas, por outro lado, essas capacidades ao serem forças produtivas do capital, se tornam alheias e hostis aos seres humanos. Se trata aqui de capacidades humanas pois têm sua origem nas relações entre os homens no processo de reprodução de sua vida, mas relações essas que os homens não controlam de acordo com suas necessidades mas pelas quais são controlados. As forças produtivas já não são mais as forças dos próprios indivíduos mas as do capital, e são por isso estranhas aos seres humanos. Assim as capacidades dos indivíduos no capitalismo se realizam como potencialidades não efetivadas, como algo suscetível de existir mas que não tem existência real para os indivíduos humanos.

Em um sentido as forças produtivas no capitalismo são superiores pois neste as capacidades humanas são ampliadas, mas é inferior por fazê-lo tornando-as estranhas aos seres humanos, ao existirem como potencialidades não efetivadas pelos indivíduos. Dessa forma, ao tomar a ampliação das capacidades humanas como critério, esse se apresenta de forma contraditória e não meramente unilateral como no caso da produtividade. A observação unilateral e abstrata, meramente quantitativa, do nível de produtividade não inclui contradições. A produtividade simplesmente aumenta, diminui ou permanece estagnada.

Retorno assim ao ponto inicial desta seção: tomar o crescimento da produtividade como critério unilateral do desenvolvimento das forças produtivas não é o mesmo que tomar a ampliação das capacidades humanas com critério. Não que a relação entre elas seja externa. A ampliação das capacidades humanas termina por resultar de uma forma ou de outra em aumentos de produtividade; mas essa relação não é imediata e linear. Um mesmo nível de produtividade pode ser alcançado de diferentes formas, com uso de diferentes técnicas e mobilização de diferentes conhecimentos e habilidades. Esse fenômeno conhecido como subdeterminação das técnicas (Feenberg, 2010), decorre do caráter aberto da realidade, uma vez que as leis físicas impõe apenas estrangulamentos e possibilidades mas não determinam de forma completa a ocorrência de eventos.

A subdeterminação da tecnologia é repleta de instâncias. Um caso clássico no século XX é o da máquina ferramenta de controle numérico. Nos anos 1950 existiam duas técnicas de programação de máquinas: a técnica do *record player* que fazia a programação da máquina a partir dos movimentos gravados dos trabalhadores manuais e o controle numérico em que a programação era feita diretamente a partir dos desenhos dos engenheiros. As duas técnicas eram equivalentes em termos de eficiência (Noble, 1984). Outro caso digno de nota é o das tecnologias de veículos automotores. No final da década de 1890 os veículos movidos a vapor, gasolina e eletricidade competiam com níveis de eficiência razoavelmente equivalentes, com uma vantagem para o carro elétrico (Kirsh, 1997).

Isso revela uma diferença fundamental entre os dois critérios de desenvolvimento das forças produtivas. Para compreender as forças produtivas é preciso partir daquilo que é ontologicamente prioritário, a reprodução material dos seres humanos.

Os seres humanos são seres dotados de necessidades e para satisfazer essas necessidades interagem com a natureza. Essa interação se dá através do trabalho no qual os seres humanos transformam a natureza de acordo com um fim, de modo a adaptar os objetos espontaneamente dados por esta às suas necessidades (Marx, 1996, vol.I, cap. 5).

O uso do da produtividade como critério unilateral vem em geral acompanhado do entendimento das forças produtivas como um conjunto de coisas que o homem interpõe entre sua atividade e os resultados dela. Em outras palavras as forças produtivas nessa visão são reduzidas aos meios de produção e tidas então como algo material, entendido como natural e externo ao ser social do homem (Bukharin, 1925).

No processo de trabalho os seres humanos mobilizam suas capacidades agindo sobre as relações causais da natureza. Nessa caracterização do trabalho já está presente o conceito de forças produtivas: as potencialidades que permitem aos seres humanos transformar a natureza. Forças produtivas nesse sentido não são algo externo aos seres humanos e que apenas permitem produzir de forma mais eficiente. Ao contrário, forças produtivas são objetivações das capacidades humanas que se apresentem das mais diferentes formas ao longo da história – desde os mais variados meios de produção até as formas de organização da produção e os conhecimentos e habilidades dos trabalhadores.

O desenvolvimento das capacidades humanas, portanto, é um critério interno ao desenvolvimento das forças produtivas. O aumento da produtividade por sua vez, não é um fenômeno meramente externo, decorrente de condições materiais tidas como meramente naturais. O aumento de produtividade é apenas a forma de aparecimento do processo contraditório da ampliação das capacidades humanas.

Isso poderia dar a falsa impressão de que o aumento das capacidades humanas é um valor transcendente e anistórico baseado em uma suposta natureza humana fixa e imutável. Não é esse o caso; o aumento das capacidades humanas como valor ético é social, objetivo e histórico, da mesma forma que a eficiência, ou seja, também se origina das necessidades postas pela reprodução da sociedade capitalista. O critério do desenvolvimento das capacidades humanas é imanente também no sentido de que emerge no interior da sociedade capitalista (Sayers, 1998, pp. 145-147).

A ideia de humanidade nasce junto com o capitalismo. Nas sociedades antigas, embora como assinalado o objetivo da produção fosse o ser humano, apenas eram considerados humanos os seres humanos nativos do gênero masculino. A característica hierárquica dessas sociedades limitava o desenvolvimento das capacidades a esses poucos indivíduos e era submetido ao destino designado pelos deuses.

A base da sociedade capitalista é a produção mercantil, que tem como condição o reconhecimento da igualdade de todos os seres humanos – ainda que de forma alienada, formal e abstrata como meros proprietários privados. A ideia de uma humanidade universal está enraizada na formação do mercado mundial. A expansão da produção capitalista cria objetivamente uma unidade material entre diferentes sociedades, pessoas de vários gêneros, etnias e idades. Mas sendo criada pelo capital essa humanidade universal objetiva aparece também de forma estranhada entre diferentes indivíduos e grupos sociais.

O movimento do capital requer um aumento da produtividade, o qual por sua vez resulta do aumento das capacidades humanas, de forma alienada, da crescente e aprofundada interação material dos seres humanos com a natureza. Para além disso, a

expansão ilimitada do capital por todas as atividades humanas e a necessidade crescente de realizar o valor contido em uma incessante variedade de valores de uso, impõe o desenvolvimento de capacidades humanas como um imperativo objetivo, ainda que o seja de forma estranhada. Assim, no capitalismo as capacidades humanas não são mais vistas como limitadas pelos desígnios de alguma divindade, mas como algo a ser socialmente desenvolvido.

O pleno desenvolvimento das capacidades de todos os seres humanos só emerge como critério valorativo na sociedade capitalista, mas, mesmo assim, permanece como potencialidade não efetivada. Na sociedade capitalista esse desenvolvimento está subordinado às necessidades de auto expansão do valor, isto é, ao critério unilateral e abstrato da eficiência na produção de mais-valor. Conforme já assinalado, muitas das capacidades desenvolvidas no capitalismo permanecem apenas como possibilidades não efetivadas em seu interior (Marx & Engels, 1987, p. 95) que, na maioria das vezes, trazem efeitos destrutivos sobre os indivíduos e a natureza. Mas isso remete ao último ponto deste trabalho, o papel do desenvolvimento das forças produtivas na constituição de uma sociedade comunista, do reino da liberdade.

3. Considerações finais: forças produtivas e o reino da liberdade

O papel do desenvolvimento das forças produtivas na constituição do comunismo tem sido limitado ao de uma condição externa. Nesse sentido, é apontado que o alcance de níveis continuamente elevados de produtividade diminui o tempo necessário à reprodução da vida material, o reino da necessidade, criando assim o tempo disponível para o desenvolvimento das atividades livres, para a arte, o conhecimento e as relações pessoais. As forças produtivas constituiriam somente a base para o reino da liberdade.

Essa visão, no entanto, separa de forma estrita e não dialética a liberdade e a necessidade. Se de acordo com Marx o reino da necessidade se situa na produção material, nem por isso não é possível a existência de um certo tipo de liberdade nesta. A liberdade no reino da necessidade consiste, segundo Marx em que “os produtores associados regulam conscientemente (racionalmente) o intercâmbio material com a natureza” e que “efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana” (Marx, 1981, p. 942). Assim, o ponto fundamental não é apenas uma suposta mudança quantitativa nas atividades de reprodução material, tomando uma parte menor do tempo de vida, mas sua mudança qualitativa. No reino da liberdade o trabalho se torna “de caráter científico e geral” e “autorrealização do indivíduo” (Marx, 2011, p. 509).

Ademais tem sido nas sociedades de classes que a reprodução material tem sido separada do desenvolvimento das capacidades humanas; a separação estrita entre trabalho e auto atividade livre é uma marca das sociedades de classe. Conforme Marx assinalou, “O desenvolvimento de faculdades humanas de um lado baseia-se nos limites nos quais é mantido o desenvolvimento do outro lado. Nesse antagonismo se baseia toda civilização e desenvolvimento social até aqui” (Marx, 2010, p. 207).

A separação estrita entre atividade livre e a imposta pela necessidade material não pode se manter como uma característica em uma sociedade que realiza “o pleno desenvolvimento de todos os indivíduos”. Em primeiro lugar não podem haver indivíduos restritos a um único tipo de atividade, pois senão não haveria o desenvolvimento

de todos os indivíduos e, em segundo lugar, esse desenvolvimento não seria pleno se não houvesse o mínimo de liberdade possível no interior das atividades de reprodução material.

Em último lugar, isso significa que o próprio conteúdo dessas atividades é modificado na medida em que sua separação estrita é abolida. Nesse sentido, as atividades livres se tornam uma necessidade – não imposta pela natureza, mas necessidade especificamente humana – e as atividades impostas pela necessidade natural adquirem características de atividade livre naquilo em que é possível (Sayers, 2006).

As forças produtivas têm assim um papel fundamental na constituição do reino da liberdade. Nos termos apresentado nesse trabalho isso significa que as forças produtivas não podem ser indiferentes – quantitativa e qualitativamente - ao desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, uma vez que elas são objetivações dessas forças.

Pelo menos em um ponto da obra de Marx isso fica patente. Em “A ideologia alemã”, Marx fala da necessidade de “apropriação das forças produtivas pelos indivíduos” e que essa apropriação é o “desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais da produção”, é “o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos” (Marx & Engels, 1987, p. 105). Deste modo, a apropriação das forças produtivas pelos produtores associados significa voltá-las para o “pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo” colocado como “um fim em si mesmo”.

O ponto aqui é que essa apropriação requer e resulta em uma mudança qualitativa das forças produtivas. Contemporaneamente, é absolutamente indiscutível a abundância da produção material – a despeito da persistência da penúria material em amplas segmentos da sociedade capitalista e do seu desperdício em relação às necessidades humanas e da reprodução da natureza – e a diminuição do tempo requerido para essa produção – a despeito de muitos potenciais não realizados em consequência da produção estar voltada para a auto expansão do valor.

Assim o aspecto qualitativo das forças produtivas se torna fundamental na formação de outra sociedade; desenvolver as forças produtivas em um nível superior ao da sociedade capitalista significaria muito mais do que alcançar níveis ainda maiores de produtividade. Um nível superior de desenvolvimento das forças produtivas em uma sociedade socialista significa fundamentalmente a sua mudança qualitativa de modo que estejam voltadas ao fim do pleno desenvolvimento dos indivíduos como um fim em si mesmo.

Poderia se argumentar com base em diversas observações de Marx, que tal mudança não seria necessária e nem mesmo possível. Quanto ao primeiro ponto, Marx alerta para a necessidade de distinguir a maquinaria de seu uso capitalista: “As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista!” (Marx, 1996, vol. II, p. 73). Quanto ao segundo ponto, em vários momentos Marx observa que os homens não escolhem suas forças produtivas: “(...) os indivíduos determinados (...) desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade” (Marx & Engels, 1987, p. 36).

O primeiro ponto indica que os aspectos negativos de nossa sociedade não decorrem exclusivamente das forças produtivas em si, mas das relações sociais nas quais

estas são engendradas. Mas isso não significa que as forças produtivas têm uma relação de indiferença com as relações de produção. O desenvolvimento da maquinaria só se dá com as relações de produção capitalistas e depende do desenvolvimento desta. O aperfeiçoamento das máquinas está ligado às condições da reprodução das relações capitalistas, como demonstrado por Marx ao registrar a invenção de várias máquinas para acabar com as greves e reivindicações dos trabalhadores (Marx, 1996, vol. II, p. 66).

A observação de Marx acarreta que “outro uso que não o capitalista” das máquinas, não é possível sem novas relações de produção. Assim, da mesma forma que a origem de nossos males não está na tecnologia em si, também não é necessária e exclusivamente nela que está a fonte de nossa emancipação. Novas relações de produção não podem se constituir plenamente sem que se alterem as forças produtivas; a apropriação das forças produtivas pelos produtores associados é um processo que requer tanto a mudança na forma de propriedade e de relação entre os homens como no conteúdo das forças produtivas. Relações de produção e forças produtivas se determinam reciprocamente, são momentos de um processo unitário, o processo de produção.

Isso não significa que os instrumentos de trabalho e as forças produtivas de uma maneira geral não são indiferentes para a emancipação humana. Em outras palavras, uma “outra utilização da maquinaria que não seja a capitalista”, ou mais especificamente em que a produção seja voltada para o homem, implica também em outras máquinas não imaginadas na época de Marx ou outros instrumentos de produção não antecipáveis atualmente. Importante assinalar também que essa mudança qualitativa das forças produtivas não envolve uma utopia regressiva; a subdeterminação da técnica tem como consequência que é possível mudar qualitativamente as forças produtivas sem regredir dos atuais níveis de produtividade.

Mas como seria possível essa mudança se os homens não escolhem suas forças produtivas? A apropriação das forças produtivas pelos indivíduos, ressaltava Marx, é condicionada pelas forças produtivas existentes (Marx & Engels, 1987, p. 105). Não se trata de voltar para as forças produtivas da produção artesanal, só é possível aos produtores associados se apropriarem do trabalho coletivo, da produção mecanizada e organizada a partir da aplicação da ciência tal como existem atualmente.

Mas as forças produtivas existentes são apenas um ponto de partida. Elas não permanecem indiferentes a sua apropriação pelos indivíduos associados e pela colocação do homem como finalidade da produção. Se por um lado, se mantém a ciência como força produtiva, por outro lado, a ciência não pode mais ser organizada de acordo com a especialização e os métodos positivistas e manipulatórios, subordinados à expansão do valor, como é no capitalismo. Da mesma forma, o trabalhador coletivo se modifica em termos substanciais, embora permaneça sendo a base da organização da produção. Se os produtores associados não estão envolvidos apenas na produção material, mas também em atividades estéticas e científicas – isto é, se não se trata de uma associação de pessoas que são apenas produtores de valores de uso que atendem às necessidades materiais – os conhecimentos e habilidades para a produção material podem ser desenvolvidos em formas não antecipáveis como resultado da interação entre as diversas capacidades desenvolvidas pelo trabalhador coletivo.

Como seria a nova organização da ciência, as novas habilidades e conhecimentos, os novos modos de organização da produção e instrumentos de trabalho? Não é

possível prever e definir antecipadamente quais seriam as forças produtivas correspondentes a uma sociedade emancipada, isto é uma questão da prática e não da teoria. A única coisa possível à teoria é identificar as possibilidades não efetivadas trazidas pelas forças produtivas existentes, as da sociedade capitalista.

Mas há uma diferença fundamental na constituição de uma sociedade comunista, do reino da liberdade, em relação aos outros momentos da história: o homem pode escolher conscientemente a finalidade de sua atividade material e de todas as suas outras atividades. O homem não pode escolher as causalidades naturais sobre as quais atuam suas práticas – a despeito dessas, com o conhecimento que temos hoje delas, possibilitarem diferentes formas de atuação dentro de seus limites – e portanto, não tem liberdade incondicional de escolher os meios de sua atuação. Mas em uma sociedade emancipada, o homem pode regular conscientemente seu metabolismo com a natureza, isto é, pode conscientemente adaptar as forças produtivas, dentro dos limites impostos pelo conhecimento das causalidades naturais, ao pleno desenvolvimento de todos como uma finalidade em si mesmo.

Referências

- BLOCH, Marc. “Advento e conquista do moinho d’agua.”, In: GAMA, R. (org.) *História da técnica e da tecnologia: textos básicos*. São Paulo: Editora da USP, 1985.
- BUKHARIN, Nikolai. *Historical Materialism: a system of sociology*. New York: International Publishers, 1925.
- COHEN, Gerald A. *Karl Marx’s theory of history: a defence*. New York: Oxford University Press, 2000.
- FEENBERG, Andrew. “Marxism and the critique of social rationality: from surplus value to the politics of technology.”, *Cambridge Journal of Economics*. v. 34, 2010, pp. 37-49.
- FINLEY, Moses I. *The Ancient Economy*. 2ª Ed. Berkeley: University of California Press, 1985.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado. Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- KIRSH, David A. “The Electric Car and the Burden of History: Studies in the Automotive Systems Rivalry in America, 1890-1996.”, *Business and Economic History*, vol. 26, nº 2, 1997.
- LUKÁCS, György. *Ontologia Del Ser Social: El Trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- MAC INTYRE, Alasdair. *A Short History of Ethics*. New York: Touchstone, 1996.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo/UFRJ, 2011.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política. Manuscrito de 1861-1863 (Cadernos I a V)*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de Produção do Capital. 2 Volumes*. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro III O processo Global de Produção Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MARX, Karl & Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã: Feuerbach*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MEDEIROS, João Leonardo G. “The values of the world against the ‘world’ of values: Practical contradictions of economic theories of ‘welfare’.”, *Journal of Critical Realism*. Vol. 4, Nº 1 (2005), pp. 62- 88.
- MORRIS, William. *Notícias de lugar nenhum*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- NOBLE, David F. *Forces of Production; A Social History of Industrial Automation*. New York: Knopf, 1984.
- OHNO, Taiichi. *O Sistema Toyota de Produção. Além da Produção em Larga Escala*. Porto Alegre: Bookman, 1997.

SAYERS, Sean. "Freedom and the "Realm of Necessity" ", *In: MOGGACH, Douglas (ed.) The Left-Hegelians: New Philosophical and Political Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 261-74.

_____. *Marxism and Human Nature*. London: Routledge, 1998.

Recebido em 07 de julho de 2022

Aprovado em 11 de julho de 2022

Religião e política na trajetória intelectual de Friedrich Engels

Religion and politics in the intellectual trajectory of Friedrich Engels

Wallace Cabral Ribeiro*

Resumo

Friedrich Engels deixou uma interessante e original contribuição aos estudos dos fenômenos e fatos religiosos em suas dimensões políticas, históricas, sociológicas e filosóficas. Apesar de significativas, do ponto de vista qualitativo ou quantitativo, suas contribuições sobre o tema são desconhecidas e pouco mobilizadas, inclusive no interior do marxismo, que constantemente abrevia o debate sobre o fenômeno religioso à expressão “ópio do povo”. Pensando nesse aspecto, este artigo tem por objetivo identificar e analisar as reflexões de Engels em torno da articulação entre religião e política ao longo de sua trajetória enquanto intelectual e militante socialista. Além de contemplar, paralelamente, alguns aspectos biográficos que nos possibilitem conhecer um pouco mais do autor e sua inserção no debate sobre o fenômeno religioso.

Palavras-chave: Religião e política; luta de classes; circunstâncias materiais.

Abstract

Friedrich Engels left an interesting and original contribution to the studies of religious phenomena and facts in their political, historical, sociological and philosophical dimensions. Although relevant, from a qualitative or quantitative point of view, his contributions on the subject are unknown and little mobilized, even within Marxism, which constantly abbreviates the debate on the religious phenomenon with the expression “opium of the people”. With this in mind, this article aims to identify and analyze Engels' reflections on the articulation between religion and politics throughout his trajectory as an intellectual and socialist activist. Besides contemplating, in parallel, some biographical aspects that allow us to know a little more about the author and his insertion in the debate about the religious phenomenon.

Keyword: Religion and politics; historical materialism; class struggle; alienation.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF), membro do Laboratório de Estudos Socioantropológicos em Política, Arte e Religião (LePar) e do Núcleo de Estudos Friedrich Engels (NEFE).

Introdução

Friedrich Engels, ao longo de sua trajetória intelectual e política, debruçou-se sobre os mais variados temas e campos de conhecimento, entre eles, podemos mencionar a epidemiologia, a antropologia, as ciências militares, a filosofia, a ecologia, a história, a sociologia da religião, a economia política, a literatura, entre outros. Neste artigo, enfatizaremos as reflexões de Engels em torno da relação entre religião e política desenvolvidas ao longo de sua trajetória enquanto militante e intelectual socialista.

Para Michael Löwy, as reflexões de Engels sobre os fenômenos e fatos religiosos são dotadas de originalidade por ter elaborado “um novo modo de análise da religião, com base no estudo das ligações entre as mudanças econômicas, conflitos de classe e transformações religiosas” (Löwy, 1997, p. 39). Por esse fato, Löwy (2015) compreende que Engels seria mais do que um colaborador da sociologia da religião, mas um dos fundadores deste campo de conhecimento¹. Apesar de Engels ter contribuído de forma expressiva, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, suas reflexões são pouco mobilizadas, inclusive pelos próprios marxistas. De acordo com Elizete da Silva,

A literatura engelsiana sobre a religião é pouco conhecida, o que podemos debitar a uma certa tradição política que dificultou o acesso a estes textos ao reduzir e engessar a contribuição de Marx e Engels aos estudos dos fenômenos do sagrado ao mote “a religião é o ópio do povo” (Silva, 2007, p. 172).

Há uma escassez de trabalhos acadêmicos acerca da dimensão religiosa no pensamento de Engels, e a questão religiosa aparece inúmeras vezes no conjunto de sua obra, desde a juventude até a maturidade etária. Em alguns momentos, suas reflexões sobre religião aparecem em rápidas passagens, em outros, ela surge de forma mais aprofundada e sistematizada. O estudo em tela tem por objetivo identificar e analisar as reflexões de Engels sobre os fenômenos e fatos religiosos abarcando dois diferentes momentos temporais de sua trajetória política e intelectual. O primeiro corte temporal situa-se entre 1839 e 1851 e o segundo, de 1878 a 1895. O espaço de tempo entre 1852 e 1877 não será contemplado nesse trabalho devido a fragmentação da abordagem da questão religiosa nesse período². Para Alcançar os objetivos delimitados, nos debruçaremos diretamente sobre suas obras e recorreremos a seus comentadores, como Michael Löwy, Elizete da Silva, Osvaldo Coggiola e Santiago Roggerone.

Para destrinchar o pensamento de Engels e verificar suas contribuições aos estudos dos fenômenos e fatos religiosos, bem como para embasar os aspectos biográficos levantados ao longo do artigo, nos apoiaremos em três diferentes e importantes biografias, a saber: *Friedrich Engels: uma biografia* (1979), de Gustav Mayer; *Friedrich Engels: biografia* (1986), produzida pelo Instituto de Marxismo-Leninismo do CC-PCUS; e, por último, *Comunista de casaca* (2010), do historiador e jornalista inglês Tristram Hunt.

¹ Apesar de Michael Löwy compreender Friedrich Engels como um sociólogo do fenômeno religioso, o próprio Engels nunca se identificou como tal. O biógrafo Gustav Mayer (1979) ressalta que Engels tinha pouco apreço pelos sociólogos do século XIX, como Auguste Comte, Hebert Spencer e outros, por considerá-los a-dialéticos e metafísicos.

² Um dos temas mais abordados sistematicamente por Engels nesse intervalo de tempo foi a questão militar, mas não somente, sua contribuição teórica no referido tema é expressiva e se avoluma em inúmeros artigos, comentários na imprensa, produção de verbetes, além do seu arsenal epistolar.

Alguns aspectos biográficos

Friedrich Engels nasceu na cidade de Barmen (Província Renana da Prússia), na Alemanha, em 28 de novembro de 1820, e “adormeceu pacificamente para sempre, sem o menor ruído agonizante” (Mayer, 1979, p. 884), no entardecer do dia 5 de agosto de 1895, na cidade de Londres. Seu testamento expressava o desejo de ter seus restos mortais lançados ao mar de Eastborne – lugar que visitava com frequência para descansar. Em 27 de agosto daquele mesmo ano, em “um dia cinzento e chuvoso de outono”, suas cinzas foram arremessadas ao mar (*ibidem*, p. 886). O “General”³, como era conhecido entre os amigos, fundou, juntamente com Karl Marx, a teoria marxista, também denominada de socialismo científico, e esta parceria intelectual, política e pessoal durou quase 40 anos, sendo interrompida pelo falecimento de Marx, em 1883.

A obra de Engels é muito extensa e para citar algumas que se destacaram vale à pena mencionar: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1844/1845), *As guerras camponesas na Alemanha* (1850), *O pó e o reno* (1859), *Para a questão da habitação* (1872/1873), *Anti-Dühring* (1878), *A origem da família da propriedade privada e do Estado* (1884), *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (1886); e também em parceria com Marx, como *A sagrada família* (1845), *A ideologia alemã* (1846) e *Manifesto do partido comunista* (1848). Organizou e publicou os tomos II e III d’*O capital*, e devido às suas contribuições, principalmente no livro III, é considerado por alguns pensadores (Lenin, Gorender, Coggiola, Netto, Del Roio e outros) um coautor. Jacob Gorender apresenta alguns detalhes das contribuições de Engels a obra *O capital*:

escreveu por inteiro o capítulo 4 do Livro III, sobre a rotação do capital e sua respectiva influência na taxa de lucro. Escreveu ainda vários prefácios (...) bem como dois suplementos ao Livro III: sobre a lei do valor e formação da taxa média de lucro e sobre a Bolsa (Gorender, 2013, p. 28).

No conturbado período revolucionário e contrarrevolucionário de 1848-1850, Engels colaborou de diversas maneiras com o órgão democrata radical dirigido por Marx, Nova Gazeta Renana (*Neue Rheinische Zeitung*), publicando artigos e atraindo financiadores para o periódico. “O jornal só durou um ano, mas durante esse tempo Engels escreveu mais de uma centena de artigos e correspondências sobre os temas mais diversos” (Instituto de Marxismo-Leninismo CC-PCUS, 1986, p. 143).

Em maio de 1849, Engels pegou em armas, aproveitou a experiência que obteve como artilheiro em Berlim alguns anos antes, e se alistou na milícia revolucionária na cidade de Elberfeld. Lá recrutou operários para um destacamento armado e ficou responsável por administrar as barricadas. Nos meses de junho e julho, integrou o destacamento de insurretos de Baden-Palatinado, e participou de alguns confrontos contra as tropas prussianas.

Anos mais tarde, em um contexto bem diferente, Engels ajudou a fundar a primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864. Em 1889, colaborou também com a fundação da Segunda Internacional. Engels atuou como conselheiro de

³ “Esse apelido lhe foi dado por Eleonor [filha de Marx] por causa do seu jornalismo militar” (Hunt, 2010, p. 19). Mas também por sua experiência como militar na artilharia berlinense, em 1841/1842, por lutar nas milícias revolucionárias de Barmen e Palatinado, em 1849, pelo seu porte físico, por praticar atividades desportivas, por ser organizado e autodisciplinado.

muitas organizações socialistas dentro e fora da Europa e mediava a relação entre elas; fornecia ajuda material a refugiados políticos; produziu uma série de análises urgentes sobre a Rússia, China e a questão do campesinato alemão.

Após a morte de Marx, Engels atuou como curador da sua produção teórica. Tornou-se um popularizador do socialismo científico; foi responsável por sistematizar a teoria marxista; além de protagonizar muitas outras ações de caráter político. Foi um militante bastante prático, desde a juventude argumentava que a consciência política deveria ser elaborada diretamente das ações dos seres humanos diante dos problemas que se apresentavam no curso da realidade objetiva. Gustav Mayer afirma que, no pensamento do socialista alemão, “a consciência não nasce da contemplação, mas, ao contrário, da ação” (Mayer, 1979, p. 804).

Em síntese, sua atuação militante se caracterizava por um entrelaçamento de atividade intelectual e ações de cunho mais prático. O resultado da atuação teórico prático de Engels, de forma sistemática e a longo prazo, foi “a vitória ideológica do marxismo no movimento operário internacional” (Instituto de Marxismo-Leninismo CC-PCUS, 1986, p. 08), mais especificamente no movimento socialista internacional no final do século XIX e início do século XX. Além disso, Engels foi o “responsável pelo materialismo histórico adquirir sua primeira fisionomia” (Roggerone, 2013, p. 16).

Seus esforços na sistematização da teoria marxista, na divulgação do socialismo científico, na orientação/educação de organizações proletárias e nas análises político/científicas, fez com que Engels adquirisse prestígio e reconhecimento no meio socialista. O historiador inglês Tristram Hunt afirma que o ponto mais alto desse reconhecimento teria sido a homenagem que recebeu durante um congresso organizado pela II Internacional, em Zurique, no ano de 1893. Mas seu melhor amigo, Marx, já havia reconhecido publicamente as qualidades intelectuais e políticas de Engels enquanto militante socialista ao alegar que este foi “um dos expoentes mais destacados do socialismo moderno” e que sua obra *Esboço de uma crítica da economia política*, de 1844, “traz certos princípios gerais do socialismo científico” (Marx, 2010 [1880], p. 335).

De acordo com Hunt, Engels permaneceu até o fim de sua vida um “arquiteto do socialismo científico (...) agitador, indagador e produtivo” (Hunt, 2010, p. 384). Apesar da origem burguesa e de ter trabalhado, a contragosto, durante 19 anos na fábrica de tecido Ermen & Engels, em Manchester, da qual sua família era sócia, Engels dedicou toda sua vida a lutar politicamente pela classe trabalhadora e pela transformação das estruturas sociais.

Engels e a questão político religiosa (1839-1851)

Ainda muito jovem, Engels começa a refletir sobre as questões políticas e religiosas. No final da década de 1830, obteve uma rica experiência ao investigar e analisar as condições de vida dos operários na cidade de Wuppertal. Em 1839, com apenas 18 anos, publica no periódico *Telagraph für Deutschland*, as *Cartas de Wuppertal*, assinando com o pseudônimo de Friedrich Oswald⁴.

Segundo Hunt, esses textos “eram de uma autenticidade ímpar, uma experiência de testemunha ocular naquela região deprimida, embriagada e desmoralizada”

⁴ “Para garantir sua segurança financeira e evitar os pais, Engels, com o nome de ‘Oswald’, tinha dado início à sua vida dupla” (Hunt, 2010, p. 47).

(Hunt, 2010, p. 49). “As ‘Letters’ são uma crítica magnífica e brutal dos custos humanos do capitalismo” (*ibidem*, p. 50). Nesses textos, Engels traz uma crítica à religião, no que diz respeito à desconexão entre práticas e discursos adotados por pietistas, o que pode ser verificado nesta passagem:

os fabricantes ricos têm uma consciência flexível, e causar a morte de um filho a mais ou a menos não faz a alma do pietista ir para o inferno, especialmente se ele vai à igreja duas vezes todos os domingos. Pois é fato que entre os donos de fábricas os pietistas são os que tratam pior seus trabalhadores; eles usam todos os meios possíveis para reduzir o salário dos trabalhadores, sob o pretexto de privá-los da oportunidade de ficarem bêbados, mas na eleição dos pregadores, eles são sempre os primeiros a subornarem seu povo (Engels, 2010 [1839], p. 10).

Esses exemplos mencionados por Engels poderiam ser verificados em sua própria casa, uma vez que era proveniente de uma família pietista do ramo da indústria têxtil, proprietária de fábricas na Alemanha e que mais tarde se tornaria coproprietária de outra em Manchester, na Inglaterra. Nesses escritos, encontramos “um repúdio consciente e deliberado da ética que guiava sua família, feito por um jovem revoltado com os custos sociais dos dogmas da Igreja” (Hunt, 2010, p. 51).

No ano de 1839, o jovem alemão estabelece contato com a teologia crítica de David Strauss, impressionado, torna-se imediatamente um straussiano. Em suas correspondências, ressaltava, a seus interlocutores, as interpretações inovadoras de Strauss sobre a literalidade da fé, o caráter sagrado “inequívoco” dos evangelhos e a Bíblia como produto de uma determinada época. A perspectiva crítico-histórico presente na teologia de Strauss apresenta a ideia de que os evangelhos seriam uma historicização do mito de Jesus. “O livro [*A vida de Jesus examinada criticamente*] afirmava que os evangelhos não eram produto da inspiração divina, mas constituíam uma recolha de mitos surgidos no seio das primeiras comunidades cristãs” (Instituto de Marxismo-Leninismo CC-PCUS, 1986, p. 23). De acordo com Michael Heinrich, a obra de David Strauss foi um verdadeiro “divisor de águas”. O livro *A vida de Jesus* “tornou-se o mais importante tema de discussão da década de 1830, representando um corte na teologia do século XIX” (Heinrich, 2018, p. 373).

Inspirado por essas leituras e atento às novas descobertas científicas, Engels atravessa um processo de mudanças. Entre 1839 e 1841, passa por um período de transição do protestantismo pietista para o ateísmo filosófico e subsequentemente para a perspectiva hegeliana. “Os textos de Hegel levariam Engels para o caminho do socialismo”, nesse percurso, “Strauss mostrou ser apenas um degrau de escada” (Hunt, 2010, p. 55).

Essas intensas mudanças espirituais experimentadas pelo jovem Engels podem ser percebidas em uma determinada metáfora que ele elabora sobre um romance de Karl Immermann:

Aquele que tem medo da floresta densa onde se encontra o palácio da Ideia, aquele que não a corta com a espada e não acorda a filha adormecida do rei com um beijo, não é digno dela e de seu reino; ele pode ir embora e se tornar pastor de um país, comerciante, assessor ou qualquer coisa que deseje, casar-se e gerar filhos com toda a piedade e respeitabilidade, mas o século não o reconhecerá como seu filho (Engels, 2010 [1841] a, p. 168).

Trata-se de um jovem alemão primogênito de uma família de nove filhos, que foi retirado do Liceu pelo seu pai para aprender a administrar os empreendimentos empresariais da família. Contudo, os planos do pai, como se sabe, não obtiveram êxito, pois Engels foi o único entre seus irmãos e irmãs a escolher um caminho diferente, uma vez que “os irmãos seguiram o caminho paterno, tendo-se tornado industriais. As irmãs casaram-se com homens do mesmo meio” (Instituto de Marxismo-Leninismo CC-PCUS, 1986, p. 13).

O jovem Engels fez suas próprias escolhas e seguiu um caminho totalmente diferente do que foi traçado por seu pai. Este fato, como explica o próprio Engels a Marx em uma carta de janeiro de 1845, teria despertado o “fanatismo religioso” e “burguês” de seu pai. Nas últimas linhas do texto sobre Immermann (mencionado anteriormente), Engels, como um jovem hegeliano de esquerda, faz uma afirmação que sintetiza seu estado de espírito: “lutemos pela liberdade enquanto formos jovens e cheios de vigor brilhante” (Engels, 2010 [1841] a, p. 169).

O ano de 1841 foi decisivo para Engels, pois no outono, segue para Berlim, onde vai servir na artilharia. Apesar de o alistamento militar ser obrigatório, Engels se alista como voluntário, uma estratégia de adiar seu compromisso com os negócios da família, atividade que considerava “insuportável”, e assim praticar aquilo que mais lhe agradava, estudar filosofia, escrever poemas e praticar esportes (esgrima, natação, equitação, patinação etc.).

Aproveita sua estadia em Berlim para frequentar aulas na condição de ouvinte na Universidade de Berlim. Num primeiro momento, assiste às aulas sobre história da religião com o professor de Ferdinand Benary e participa dos círculos de debates dos jovens hegelianos de esquerda. Posteriormente, frequenta as aulas de Friedrich Schelling, que havia acabado de assumir uma cátedra a convite do rei Frederico Guilherme IV, sua contratação teria sido motivada exatamente pelo fato de Schelling ser um grande opositor do sistema de pensamento de Hegel. Engels afirma que, naquela ocasião, uma batalha “pelo domínio da opinião pública alemã na política e na religião” estava sendo travada na “Universidade, em particular no auditório nº 6, onde Schelling está dando suas palestras sobre a filosofia da revelação” (Engels, 2010 [1841] b, p. 181). Engels entende que era do interesse do rei da Prússia realizar uma cruzada ideológica contra a filosofia hegeliana, precisamente por essa corrente de pensamento não justificar e nem legitimar seu poder no Estado.

Com o objetivo de defender a “filosofia da razão”, de Hegel, e se contrapor à “filosofia da revelação”, de Schelling, Engels produziu três ensaios (publicados anonimamente), a saber: *Schelling em Hegel* (1841), *Schelling e a revelação* (1841/1842) e *Schelling filósofo cristão* (1842). Nesses textos, temos reflexões de Engels sobre a questão religiosa; uma das ideias defendidas pelo jovem alemão, que foi herdada de Feuerbach, é a de que o cristianismo é incompatível com a filosofia, uma vez que sua essência é a autoalienação do indivíduo de si mesmo, ou seja, a negação de si em favor de uma força exterior. De acordo com Gajo Petrovic, para Feuerbach, “o homem não é Deus autoalienado, mas Deus é o homem autoalienado: é apenas a essência abstraída do homem, absolutizada e dele distanciada” (Petrovic, 2012, p. 20). Se orientando por essa linha de raciocínio, Engels compreendia que a concepção ateísta do mundo significava a volta do indivíduo que se perdeu, ou que nunca se encontrou, e, ao mesmo tempo, sua conexão com o mundo material.

Em *A essência do cristianismo* (1841), Feuerbach faz uma releitura do conceito de alienação de Hegel, que foi de suma importância para Engels desenvolver uma série de reflexões sobre a dimensão religiosa. A inversão dialética do conceito de alienação, operada por Feuerbach, forneceu ao jovem Engels elementos teóricos e metodológicos para analisar certos aspectos da vida social, como a alienação do trabalho no modo de produção capitalista⁵.

Na dialética de Hegel, a razão era uma força propulsora que tinha primazia sobre a realidade. Para Feuerbach, era o contrário, a realidade passa a ser uma força normativa sobre a razão. Apesar de Feuerbach ter sido o pensador pós hegeliano mais influente do início dos anos 1840 e o intermediário entre a dialética idealista de Hegel e o materialismo histórico, Engels afirma que, devido ao caráter abstrato das reflexões de Feuerbach, este não forneceu um “guia para ação” (Engels, 1963 [1886]).

De todo modo, Engels, nesse período, está absolutamente comprometido com a filosofia de Hegel e com a nova chave interpretativa materialista de Feuerbach. No ensaio *Schelling e a revelação*, expressa essa dupla influência: “todos os princípios básicos do Cristianismo, e mesmo do que até agora se chamou de religião, caíram diante da crítica inexorável da razão, a ideia absoluta afirma ser a fundadora de uma nova era” (Engels, 2010 [1841/1842], p. 197).

Nessa tríade de ensaios sobre Schelling e sua filosofia da revelação, Engels compreende que Deus seria uma projeção, a “imagem e semelhança” do ser humano, o seu exagero fantástico elevado à máxima potência. Neste sentido, o “ateísmo filosófico” se constituiria como uma posição diante do universo, que teria como resultado prático a valorização do ser humano, através do retorno a si mesmo. Osvaldo Coggiola afirma que Engels, já no primeiro ensaio, esboça “os princípios de uma dialética revolucionária e materialista” (Coggiola, 1995, p. 14) ao entender que a liberdade só é verdadeira quando contém em si mesma a necessidade.

Neste sentido, Engels reafirma a perspectiva hegeliana de que até o momento “toda a filosofia fez questão de compreender o mundo como racional. O que é racional é também necessário, e o que é necessário deve ser, ou pelo menos, tornar-se real. Esta é a ponte para os grandes resultados práticos da filosofia moderna” (Engels, 2010 [1841/1842], p. 200). Mais tarde, na maturidade, Engels vai dizer que essa tese de Hegel atraía o “reconhecimento de governos míopes e a cólera de liberais” (Engels, 1963 [1886], p. 172) e que a filosofia dialética hegeliana:

põe fim a todas as ideias de uma verdade absoluta e definitiva, e a um conseqüente estágio absoluto da humanidade. Diante dela, nada é definitivo, absoluto, sagrado; ela faz ressaltar o que há de transitório em tudo que existe; e só deixa de pé o processo ininterrupto do vir-a-ser e do perecer (*ibidem*, p. 173).

Naquele momento, a crítica à religião era a condição *sine qua non* para crítica da sociedade. De acordo com Engels, “na Alemanha teórica daquela época duas coisas, sobretudo, revestiam-se de caráter prático: a religião e a política” (*ibidem*, p. 176). Os

⁵ Marx, sob influência de Feuerbach, elabora de forma sistemática uma teoria da alienação nos chamados *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, de 1844. Nesses escritos, a alienação religiosa não possui a mesma centralidade que tem em Feuerbach, a alienação religiosa seria uma das múltiplas formas de alienação.

jovens hegelianos, por meio das “armas filosóficas”, se opunham aos “ortodoxos pietistas e os reacionários feudais”, que obtiveram mais espaço na cena pública com a ascensão de Frederico Guilherme IV ao reino da Prússia em 1840 (Engels, 1963 [1886]). As interpretações de Ludwig Feuerbach sobre a religião e o cristianismo em particular fornecerá ao jovem Engels elementos para que elaborasse sua crítica à religião e à sociedade. Entre as ideias influenciadoras, figuram a percepção de que “a qualidade ou a determinação de Deus nada mais é que a qualidade essencial do próprio homem” (Feuerbach, 2007, p. 50). Deus seria a confissão dos pensamentos mais íntimos do homem, “a proclamação dos seus segredos de amor”, em suma, “Deus” e o “homem” seriam ambos “a mesma coisa” (*ibidem*, p. 44).

Logo após o término do serviço militar, em 1842, seu pai o envia para Inglaterra para se dedicar aos negócios empresariais da família e como uma forma de afastá-lo de suas atividades políticas e intelectuais na Alemanha. Antes de seguir para a cidade de Manchester, Engels visita a sede da Gazeta Renana (*Rheinische Zeitung*), jornal do qual era um colaborador, e lá conhece pessoalmente Marx, editor chefe do periódico. Engels relata que esse foi um “encontro frio” entre eles dois. Tudo indica que Marx teria sido pouco receptivo por entender que Engels ainda estava ligado a “Os Livres”, um grupo de intelectuais hegelianos de esquerda⁶, com o qual Marx já havia rompido e guardava uma antipatia.

Ao chegar à Inglaterra, Engels se envolve imediatamente com o movimento socialista e passa a colaborar assiduamente com os periódicos cartista *The northern star* e *The new moral world*. Participa das reuniões da *Hall of science* e passa, então, a pesquisar de forma mais detida sobre a história política e econômica da Inglaterra. Em 1844, publica o *Esboço de uma crítica da economia política*. Para além de uma análise da economia política, Engels desenvolve brevemente uma reflexão sobre a relação entre religião e economia. O autor entende que existe uma oposição entre católicos e protestantes no que tange as atividades comerciais modernas e pré-modernas. “O sistema mercantil ainda tinha uma certa franqueza católica ingênua e não escondia em nada a natureza imoral do comércio. Vimos como ele exibia abertamente sua avareza mesquinha” (Engels, 2010 [1844], p. 422). Todavia, quando o “Lutero da economia, Adam Smith, criticou a economia do passado, as coisas mudaram consideravelmente” (*ibidem*), este justificou e legitimou o comércio, dando um novo sentido a essa atividade econômica, alegando ser benéfica a toda humanidade, por ser em essência uma fonte de harmonia entre nações e indivíduos. Dessa forma, afirma Engels, “a hipocrisia protestante substituiu a franqueza católica” (*ibidem*).

Na Inglaterra, Engels se interessa pelas condições em que vive o trabalhador inglês e, por conta disso, passa a visitar os bairros operários com o objetivo de aprofundar suas investigações. Esse processo foi facilitado graças ao relacionamento amoroso que tinha com Mary Burns (sua primeira esposa), uma jovem operária irlandesa, socialista, extremamente nacionalista, analfabeta e que teve ao longo da vida problemas com alcoolismo. Sem ela, seria quase impossível para um jovem de origem burguesa conhecer

⁶ Engels, antes mesmo de conhecer Marx pessoalmente, já havia feito referência a ele em um poema satírico escrito em parceria com Edgar Bauer por ocasião da demissão de Bruno Bauer da Universidade de Bonn. Nesse poema, Marx é descrito como “o sujeito moreno de Trier”, que possui uma “impetuosidade selvagem” que “vocifera em altos brados” e que “delira com um ar frenético, como se dez mil demônios o segurassem pelos cabelos” (Engels, 2010 [1842], p. 336).

pessoalmente os bairros operários. Essa experiência foi fundamental para que Engels compreendesse com profundidade a miserabilidade em que viviam os trabalhadores e assim descrevê-la com riqueza de detalhes na seminal obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Na obra supramencionada, também encontramos algumas reflexões sobre o fenômeno religioso, o jovem Engels percebe que os operários, em geral, demonstram um desinteresse pela religião. Contudo, para evitar serem classificados como “infidel (*infidel*) ou ateu (*atheist*)”, os trabalhadores alimentam “um vago deísmo” (Engels, 2010 [1844/1845], p. 163-164). Quando o operário “professa alguma religião, fá-lo formalmente, sem qualquer base teórica; na prática, vive só para este mundo, na qual procura uma existência segura” (Engels, 2010 [1844/1845], p. 163). Em outro momento, afirma que o socialismo, enquanto movimento de emancipação da classe trabalhadora, é “a expressão mais resoluta da irreligiosidade que reina entre os operários, irreligiosidade inconsciente, visto que exclusivamente prática, uma vez que com frequência os operários hesitam em admiti-la” (*ibidem*, p. 271).

Essas reflexões de Engels evidenciam que, apesar de ter rompido com a filosofia de Feuerbach, continua a mobilizá-la para pensar a dimensão religiosa, pelo menos no que tange ao aspecto acima mencionado. Reflexões encontradas na obra *A essência do cristianismo*, como a que segue, nos dão a dimensão dessa influência: “o suposto temor religioso de limitar Deus através de predicados determinados é apenas o desejo irreligioso de nada mais querer saber de Deus, de tirá-lo fora da mente” (Feuerbach, 2007, p. 47). A ideia assinalada por Feuerbach de “ateísmo sutil, matreiro” encontra ressonância na concepção de “vago deísmo” (ateísmo prático) elaborado por Engels.

O jovem Engels entende que, naquele contexto, a religião era uma força que exercia sobre a classe trabalhadora uma influência deletéria. A instrução oferecida pelas instituições religiosas contribuía para o embrutecimento intelectual e pobreza cultural dos trabalhadores. As escolas administradas pelas igrejas ministravam uma educação que saturava “o espírito das crianças com dogmas incompreensíveis e filigranas teológicas”, estimulava precocemente o “ódio sectário e ao fanatismo” e negligenciava “a instrução racional, intelectual e moral” (Engels, 2010 [1844/1845], p. 151).

Engels entende que a necessidade constrangeria os operários “a abandonar[em] uma fé” que eles compreendem cada vez mais que “serve apenas para enfraquecê-los e torná-los mais resignados ante a sua sorte, obedientes e servis à classe proprietária que os dessangra” (*ibidem*, p. 271). Apesar da nítida diferença entre “vago deísmo” e o “ateísmo filosófico”, encontrado na tríade de ensaios sobre Schelling, ambos estão vinculados a uma perspectiva de emancipação e de ruptura da alienação.

Como vimos até o momento, as obras de Engels apresentam embrionariamente reflexões sobre o fenômeno religioso, que preparam o terreno para sua imersão posterior no campo da sociologia da religião. Engels vai se dedicar ao tema da religião até o fim de sua vida, diferentemente de seu parceiro Marx, que deixa de se dedicar de forma sistemática ao tema da religião para mergulhar nos estudos de economia política. Um dos motivos que teria contribuído para isso seria a divisão de trabalho que passou a existir entre os fundadores do materialismo histórico após os levantes revolucionários e contrarrevolucionários de 1848-1850. Nessa divisão, Marx ficou responsável por produzir uma obra de economia política substancial sobre a dinâmica do capitalismo e Engels se ocuparia de temas diversos, urgentes e polêmicos, que necessitassem de uma

análise rápida e de efeito imediato sob a perspectiva do materialismo histórico. A última reflexão aprofundada de Marx sobre o fenômeno religioso teria sido a obra *A ideologia alemã*, escrita em parceria com Engels, em 1846.

Vale ressaltar que, embora Marx, depois da “crítica roedora dos ratos”, não tenha mais se dedicado aos estudos dos fatos religiosos de forma sistemática e aprofundada, as reflexões sobre esse tema sempre estiveram presente em seus escritos de forma fragmentada, em notas de rodapé e em rápidas passagens. De acordo com o filósofo venezuelano Ludovico Silva, a metáfora religiosa ou a religião como metáfora encontra-se em Marx desde os *Manuscritos* de 1844 até o livro IV d’*O capital*. Nessas obras, podemos nos deparar, por exemplo, com as categorias alienação e fetichismo, e com a “curiosa comparação entre Cristo e o dinheiro” (Silva, 2012, p. 67).

Os escritos de juventude de Engels não trazem exclusivamente reflexões sobre a dimensão religiosa, abordam uma gama bastante diversificada de temas. Mesmo direcionando – como já havíamos assinalado –, cada vez mais, seus esforços intelectuais para a economia política, Engels permanece um pensador multidisciplinar; basta observar em *A situação*, onde o autor abarca de forma interconectada questões como economia, política, tecnologia, história, epidemiologia, direito, religião, educação, filosofia, estudos urbanos, mundo do trabalho, relações de gênero, violência, alcoolismo, criminalidade etc. De acordo com Santiago Roggerone, é nas obras produzidas entre 1843 e 1845 que “a concepção materialista da história encontra sua primeira condição de possibilidade” (Roggerone, 2013, p. 15). Um dos elementos embrionários desse método apresentado por Engels, contido no *Esboço*, já apareceria em sua proposta de que “os homens fizessem seu próprio destino e, assim, removessem a contingência e o acaso que mediava as relações sociais” (*ibidem*, p. 23).

A obra *A sagrada família*, publicada em 1845, é a primeira da parceria Engels e Marx, e foi produzida com o objetivo de assinalar, de uma forma satírica, a ruptura dos autores com a chamada esquerda hegeliana, principalmente os irmãos Bruno e Edgar Bauer, que difundiam suas ideias no periódico *Jornal literário geral* – dirigido por Bruno Bauer. Engels e Marx chegam à conclusão de que os pensadores dessa corrente se colocavam arrogantemente como “portadores da verdade”; e que o conhecimento produzido por este grupo seria abstrato, especulativo e desvinculado da realidade social. Por mais que Bruno Bauer – seu mais destacado pensador – fosse um teólogo crítico, sua crítica teológica estava impregnada de sentido religioso.

O que nós combatemos na Crítica baueriana é justamente a especulação que se reproduz à maneira de caricatura. Ela representa, para nós, a expressão mais acabada do princípio cristão-germânico, que faz sua derradeira tentativa ao transformar a crítica em si numa força transcendental. (Engels e Marx, 2003, [1845], p. 15)

A crítica efetuada por Engels e Marx em *A sagrada família* tem continuidade de uma forma ampliada e aprofundada na obra *A ideologia alemã*, produzida entre 1845 e 1846. Nela, consta que “os jovens-hegelianos criticavam tudo, introduzindo furtivamente representações religiosas por debaixo de tudo ou declarando tudo como algo teológico” (Engels e Marx, 2007 [1846], p. 84). Engels e Marx criticavam os jovens-hegelianos por terem a pretensão de “abalar o mundo”, alegando que suas atividades consistiam em combater as “fraseologias”, mas acabavam por se opor a elas produzindo outras “fraseologias”. Desse modo, afirma Engels e Marx, “essas fraseologias não opõem

nada além de fraseologias, e que, ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente” (*ibidem*). O caráter de distanciamento da realidade social dos jovens-hegelianos é reiterado pelos fundadores do materialismo histórico ao afirmarem que “a nenhum desses filósofos ocorreu à ideia de perguntar sobre a conexão entre filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material” (*ibidem*).

Em *A ideologia alemã*, compreendem a religião como uma atividade humana espiritual, uma forma de consciência, uma ideologia, produzida a partir da vida social dos indivíduos. Neste sentido, “a consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente” (Engels e Marx, 2007 [1846], p. 94). A religião e outras formas de consciência não podem ser explicadas por si mesmas, mas através das condições materiais (“pressupostos reais”) e das respectivas relações sociais historicamente construídas e atreladas a elas. “Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real” (*ibidem*). As formas de consciência são condicionadas pelas atividades humanas, da “vida Real”, dessa forma, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (*ibidem*).

Mais tarde, em contexto bem diferente, Engels, a fim de compreender o período revolucionário que sacudiu a Europa entre 1848 e 1850, produz a obra *As guerras camponesas na Alemanha* (1850), que traz toda uma reflexão em torno da situação ambígua entre as ações de caráter revolucionário e a inexistência de “circunstâncias materiais” favoráveis à edificação de um sistema social alternativo. Engels resgata as insurgências camponesas do século XVI e afirma que, diante das derrotas que as forças revolucionárias sofreram recentemente nas agitações de 1848-1850, era “oportuno apresentar de novo as figuras régias, fortes e tenazes da grande guerra camponesa” para então demonstrar que “também o povo alemão tem a sua tradição revolucionária” (Engels, 2010 [1850], p. 37).

Ao refletir sobre esse aspecto, Engels apresenta, pela primeira vez, um conjunto de análises sobre o fenômeno religioso, localizado dentro do campo da sociologia da religião. As reflexões anteriores, até então mencionadas, eram operadas, num primeiro momento, dentro do campo da teologia e da moralidade, e, num segundo momento, por categorias filosóficas. Todavia, todas elas foram fundamentais para o amadurecimento intelectual e científico de Engels, o que lhe permitiu elaborar uma nova abordagem sobre o fenômeno religioso.

A obra *As guerras camponesas na Alemanha* concentra-se nos conflitos camponeses que ocorreram, sobretudo, entre os anos de 1524 e 1525, na Alemanha, e que contaram com a participação direta e decisiva de diversas forças religiosas. Engels analisa uma multiplicidade de fatores, por exemplo, a influência da Igreja Católica no mundo feudal, os movimentos heréticos, o caráter conspiratório das seitas evangélicas, os reformadores, a concepção teológica das lideranças político religiosas, as práticas ascéticas dos movimentos camponeses revolucionários.

Para Engels, durante as guerras camponesas, existiam três grandes forças políticas e religiosas, e cada uma delas representava os interesses particulares das classes sociais vinculadas a elas, a saber: o campo católico, que constituía uma vertente reacionária que defendia os interesses do alto clero (Papa, cardeais, bispos, arcebispos), da

alta nobreza (príncipes, arquiducos, duques, marqueses e condes) e do patriciado das cidades; os luteranos eram, por sua vez, uma corrente moderada e reformadora, representavam a burguesia e a pequena nobreza (viscondes, barões, cavaleiros); e, por último, os anabatistas, que eram aliados do pastor protestante Thomas Münzer, estes eram uma vertente revolucionária que representava os interesses dos camponeses, dos plebeus e do nascente proletariado. Apesar da intensa participação de inúmeras correntes religiosas nos conflitos camponeses, Engels afirma que não se tratava de uma guerra de natureza religiosa, e sim de “interesses materiais e de classe muito positivos e essas guerras foram lutas de classe” (Engels, 2010 [1850], p. 72).

Engels discorda da tese defendida por Wilhelm Zimmermann de que os conflitos camponeses teriam sido engendrados por motivação religiosa. A defesa dessa perspectiva, de acordo com Engels, se baseia nas aparências do fenômeno, pois haveria um descompasso, pouco perceptível, entre “fenômeno” e “aparência do fenômeno”. Portanto, o que teria de fato engendrado os conflitos sociais seriam outros elementos, que eram “menos visíveis”, entre eles, a luta de classes, que para Engels era “uma consequência necessária das condições históricas da vida social” das classes (Engels, 2010 [1850], p. 40). Neste sentido, Engels se propõe a compreender as bases materiais que fomentaram os conflitos, assim como os motivos que o fizeram assumir uma aparência de “guerra religiosa”.

Em *As guerras camponesas*, Engels enfatiza a experiência religiosa dos anabatistas, colocando-a como uma seita que contestava toda a ordem vigente e que propunha a edificação de uma sociedade igualitária, e que seu “programa exigia o estabelecimento imediato do reino de Deus da era milenar de felicidade” (Engels, 2010 [1850], p. 83). Os anabatistas, nesse caso, eram mais do que contestadores da ordem social, eram revolucionários e a religião era seu substrato político. Essa seita foi se agrupando em torno de Thomas Münzer (“teólogo da revolução”), que atuava como agitador político dos camponeses e plebeus. Essa análise foi inovadora, pois reconhece positivamente as contribuições de certas doutrinas e lideranças religiosas na insurreição camponesa no século XVI.

A partir das reflexões sociológicas e históricas de Engels, Ernst Bloch desenvolve, posteriormente, toda uma reflexão sobre a dimensão antecipadora da religião em Münzer. John Rex afirma que Ernst Bloch, “em seu livro sobre Thomas Münzer (1921), [...] vê a revolução anabatista do século XVI como uma pré-figuração daquilo que só em 1917 seria plenamente realizado com a revolução bolchevique” (Rex, 2012, p. 63).

No terceiro artigo de *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, intitulado *Os outros Estados alemães*, de setembro de 1851, Engels traz uma interessante análise da relação entre religião e política nos pequenos Estados alemães dos anos de 1840 a 1848. Engels verifica que uma das formas dos opositores se expressarem politicamente era atacando a ortodoxia religiosa nos Estados onde o catolicismo, o protestantismo ou ambos eram “parte essencial do aparelho burocrático do governo”. “Tanto na Prússia quanto nos pequenos Estados, a dificuldade de dar saída à oposição política criou uma espécie de oposição religiosa” (Engels, 2010 [1851], p. 191). Neste sentido, “atacar a ortodoxia protestante ou católica, atacar o clero, era, portanto, fazer um ataque dissimulado ao próprio governo” (*ibidem*, p. 192).

Outro aspecto no bojo dessa análise de Engels é a ideia de que as instituições religiosas, por meio de ações teologicamente orientadas, podem expressar ideias que

circulam num determinado momento. Ao se referir aos movimentos religiosos “Católicos Alemães” e aos “Livres Congregacionalistas”, Engels afirma que ambos “tinham a pretensão de construir [um] grande templo sob cujo teto todos os alemães poderiam se unir; representavam, portanto, numa forma religiosa, outra ideia política do momento: a da unidade alemã” (Engels, 2010 [1851], p. 192-3). O apelo à unidade alemã estava particularmente se espalhando nos pequenos Estados e essa ideia política “tinha sido a expressão mais geral do descontentamento com a ordem de coisas estabelecidas” (*ibidem*, p. 193). A proposta de criação de uma religião comum a todos os alemães era a expressão a nível religioso da ideia de unidade alemã.

Engels e a questão político religiosa (1878-1895)

Em 1886, Engels publica em folhetos separados na revista *Neue Zeit* a obra *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Em 1888, publica esses textos reunidos em livro e traz como apêndice, nessa edição, o até então inédito as *11 teses sobre Feuerbach*, de autoria de Marx, produzido em 1845. Engels afirma que, “sob certos aspectos”, Feuerbach “representa um elo intermediário entre a filosofia hegeliana e a nossa concepção” (Engels, 1963 [1886], p. 169). Na terceira parte dessa obra, Engels concentra seus esforços na crítica à filosofia da religião de Feuerbach. Afirma que este pensador “não pretende, de forma alguma, suprimir a religião, o que deseja é completá-la” e que “a própria filosofia deve converter-se em religião” (*ibidem*, p. 186). O que Feuerbach apresenta, de acordo com Engels, seria uma “religião do amor”, fundamentada na ideia de que “a religião é a relação sentimental, a relação de coração de homem para homem” (*ibidem*, p. 186-187). Os sentimentos como amizade, compaixão e principalmente o amor seriam, para Feuerbach, a forma suprema de exercer a religião humanista. Em *A essência*, constata que o amor é a mais “elevada essência do homem” e que o “amor do homem pelo homem” deve servir de “ponto de transição da história universal” (Feurbach, 2007, p. 267).

Em sua proposta filosófica antropológica, o “homem” deve ser o centro da nova religião, por meio do estabelecimento de uma relação não mitologizada entre “homem e deus” para, assim, superar a ambivalência dessa relação e subsequentemente a alienação do homem de si mesmo. Em *A essência*, Feuerbach sugere: “basta que invertamos as relações religiosas, que concebamos como fim o que a religião estabelece como meio, que elevemos à questão principal, à causa o que para ela é o subordinado, a questão secundária, a condição, então teremos destruído a ilusão” (*ibidem*, p. 271).

Engels se opõe radicalmente a essa concepção de Feuerbach por compreender que as transformações societárias não ocorrerão pelo “coração do homem e sua necessidade de religião” (Engels, 1963 [1886], p. 188). Engels critica o caráter a-histórico e essencialista, na medida em que entende que os fenômenos humanos, como o Deus cristão, são condensações materiais das experiências humanas que lhe antecederam, ou seja, “o produto de um longo processo de abstração” (*ibidem*, p. 189).

A teoria religiosa e ética em Feuerbach, de acordo com Engels, “serve para todos os tempos, todos os povos e todas as circunstâncias; razão pela qual não é aplicável nunca nem em parte alguma, revelando-se tão impotente frente à realidade como o imperativo categórico de Kant” (Engels, 1963 [1886], p. 192). Engels não analisa a religião a partir de categorias metafísicas, universais, estáticas e abstratas e sim por uma perspectiva sócio-histórica.

Engels, ao mencionar os povos indo-europeus, principalmente os arianos, argumenta que os deuses ligados a determinadas Nações – cada uma com suas singularidades, políticas, econômicas, religiosas e culturais –, cultuados nos limites territoriais de um reinado, tinham sua existência, seu conteúdo e sua forma vinculadas diretamente “às condições de vida correspondentes” (Engels, 1963 [1886], p. 204). Como se tratava de religiões não proselitistas e estritamente nacionais, que tinham suas necessidades religiosas voltadas para operar no interior de um território delimitado, acabavam por desaparecer na medida em que se modificavam radicalmente a base material que lhe dava sentido existencial. “Esses deuses só podiam continuar vivendo na mente dos homens enquanto existisse sua nação, e morriam ao mesmo tempo em que ela desaparecia” (*ibidem*). Isso era totalmente diferente em relação às religiões mundiais e proselitistas, como o cristianismo, o islamismo e o budismo.

Engels também se dedicou a compreender as origens, o desenvolvimento e a expansão do cristianismo a partir da perspectiva do materialismo histórico. Empreendeu uma investigação sobre o denominado “cristianismo primitivo” dos séculos I e II. Essas reflexões encontram-se em uma tríade de estudos, a saber: *Bruno Bauer e o início do cristianismo* (1882), *O livro da revelação* (1883) e *Contribuição à história do cristianismo primitivo* (1895). Conectando-se com a obra *As guerras camponesas na Alemanha*, Engels reafirma a possibilidade de a religião constituir-se como uma força revolucionária, ao compreender que o movimento dos primeiros cristãos dos séculos I e II apresentava propostas políticas e teológicas que afrontavam a dominação do Império Romano.

O socialista alemão, ao destrinchar as particularidades do cristianismo primitivo em seus aspectos teológicos, políticos e organizativos, estabelece um paralelismo entre os primeiros cristãos e os socialistas modernos. Alega que os socialistas modernos estão mais próximos do cristianismo dos primeiros cristãos do que as próprias instituições cristãs, como a Igreja Católica e as denominações protestantes. De acordo com Engels, tanto o cristianismo primitivo quanto o socialismo moderno seriam uma ideologia orgânica das massas, das classes subalternizadas (Ribeiro, 2020). Mais uma vez, Engels atribui valor positivo ao fenômeno religioso, ao reconhecer as primeiras comunidades cristãs como experiências religiosas revolucionárias. Essas investigações tiveram repercussão no campo socialista e influenciaram militantes de outras gerações, como Karl Kautsky, José Carlos Mariátegui e Rosa Luxemburgo.

Engels compreende que uma série de fatores sociais – políticos, religiosos, culturais econômicos, geográficos etc. –, combinados entre si de uma determinada forma, foram decisivos para tornar o cristianismo a primeira religião universal. Ressaltamos, aqui, dois aspectos abordados por Engels: o primeiro seria a própria dominação romana, que teria produzido nos territórios subjugados uma massa de inconformados. Esse fator fez com que grupos, classes sociais e indivíduos aderissem à mensagem do cristianismo porque essa expressão religiosa se oponha ao poder romano. O cristianismo traduziu “em termos de esperança e fé religiosa o descontentamento sinuoso durante séculos contra uma opressão econômica e social” (Donini, 1986, p. 13).

O segundo aspecto não foi desenvolvido propriamente por Engels, mas por Bruno Bauer, no entanto, Engels o incorporou em suas reflexões, que seria a compreensão de que a expansão do cristianismo teria sido favorecida pela fusão entre perspectivas orientais e ocidentais, na confluência entre as culturas greco-romana e judaica,

promovidas em parte pela filosofia do judeu helenizado, Fílon de Alexandria. Este convergia em seu sistema de pensamento, fé e razão, filosofia grega e judaísmo religioso⁷. As noções filonianas, principalmente o *Logos*, contribuíram significativamente para a caracterização do cristianismo, no sentido de despojá-lo de sua fisionomia nacional para ganhar uma feição internacional. De acordo com Engels, os estudos de Bruno Bauer transformaram em lenda a ideia de que o cristianismo teria nascido “integralmente do judaísmo, partindo da Palestina para conquistar o mundo com uma dogmática e uma ética traçada nas suas grandes linhas” (Engels, 2010 [1895], p. 453).

Outros fatores, como o cristianismo deixar de direcionar sua mensagem exclusivamente à comunidade judaica, a concepção de sacrifício universal na morte de Jesus de Nazaré e deus único para toda humanidade, a compreensão teológica de que todos são iguais e teriam vida abundante no pós-morte, entre outros, também foram de suma importância para transformar o cristianismo na primeira religião universal.

Em um prólogo à edição de 1892 da obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880), Engels faz uma análise interessante sobre os embates entre religião e conhecimento científico. Argumenta que, durante toda a Idade Média, a produção do conhecimento científico estava submetida ao poder clerical de Roma. A Igreja Católica se constituía como “o grande centro internacional do feudalismo” e era “o maior de todos os senhores feudais, pois possuía, pelo menos, a terça parte de toda a propriedade territorial do mundo católico”. Neste sentido, esta instituição conseguia unir “toda a Europa ocidental feudalizada” (Engels, 1999 [1892], p. 30).

Com a ascensão da classe burguesa, a produção do conhecimento científico alcança um novo patamar, pois, para “o desenvolvimento de sua produção industrial”, esta classe necessitava de “uma ciência que investigasse as propriedades dos corpos físicos e o funcionamento das forças naturais”, e com isso “voltava-se a cultivar a astronomia, a mecânica, a física, a anatomia, a fisiologia” (Engels, 1999 [1892], p. 31). “Agora, a ciência se rebelava contra a Igreja” e como “a burguesia precisava da ciência e se lançou com ela na rebelião” (*ibidem*). Com isso, Engels chega à conclusão de que seria a luta de classes – entre a burguesia e o clero – o elemento impulsionador dos conflitos entre religião e ciência que ocorreria no fim da Idade Média e início da era moderna.

Outra reflexão interessante de Engels contida nesse prólogo é a problematização em torno da ideia de que o materialismo seria sempre progressista e a religião seria sempre retrógrada. Engels percebe que o materialismo inglês, que teve em Thomas Hobbes seu maior expoente, era um movimento reacionário, e suas teorias enxergavam na monarquia absolutista a grande gestora da sociedade.

Com Hobbes, essa doutrina [materialismo inglês] apareceu em cena como defensora das prerrogativas e da onipotência reais e convidou a monarquia absoluta a trazer em rédea curta aquele *puer robustus sed malitiosus* [criança robusta, mas maliciosa] que era o povo. (...) a nova forma deísta do materialismo continuava sendo uma doutrina aristocrática, esotérica e, portanto,

⁷ As reflexões de Dax Moraes convergem com essa perspectiva. De acordo com esse pesquisador, “a obra do filósofo judeu Fílon de Alexandria pode ser considerada como o marco inicial da teologia bíblica. Ali, encontramos o mais antigo registro conhecido de uma deliberada tentativa de conciliação entre o conteúdo das Escrituras e o pensamento filosófico grego” (Moraes, 2004, p. 25). “Fílon inaugura na tradição filosófica uma nova tendência: a da interpretação filosófica das escrituras” (Moraes, 2017, p. 38-39).

odiada pela burguesia, não só por ser uma heresia religiosa, mas também por suas conexões políticas antiburguesas (*ibidem*, p. 38).

Em suma, o materialismo era uma doutrina deísta, aristocrática e antiburguesa. No que tange ao protestantismo, Engels afirma que eram principalmente as seitas protestantes que haviam fornecido a bandeira e os homens para a luta contra os *Stuarts*, que davam o contingente principal às forças da classe média progressista e que ainda formam a medula do ‘grande partido Liberal’” (*ibidem*)⁸. De acordo com Michael Löwy, Engels rompe

46

com uma visão linear da história da filosofia do esclarecimento, Engels reconhece (...) que a luta entre o materialismo e a religião não corresponde necessariamente àquela entre revolução e contra-revolução, progresso e regresso, liberdade e despotismo, classes dominadas e classes dominantes (...). Neste caso (...) é exatamente o oposto: religião revolucionária versus materialismo absolutista (Löwy, 1997, p. 36).

Engels compreende que a religião não fornecerá mais subsídios para as lutas sociais e que a experiência da Revolução Francesa anunciava essa separação ao se despojar da linguagem religiosa, “travando a batalha no campo político aberto” (Engels, 1999 [1892], p. 39). Essa leitura, porém, não deve ser feita de forma rígida, até as últimas consequências. Engels não descarta a possibilidade de a religião assumir um papel contestador da ordem vigente no futuro – veja o caso ambíguo do Exército da Salvação. Para Engels, a burguesia britânica aceitou a

perigosa ajuda do Exército da Salvação, que veio restaurar os recursos de propaganda do cristianismo primitivo, que se dirige tanto aos pobres como aos eleitos, combatendo o capitalismo a sua maneira religiosa e atijando assim um elemento de luta de classes do cristianismo primitivo, que um bom dia pode chegar a ser fatal para as pessoas ricas que hoje oferecem do seu bolso o dinheiro para essa propaganda (*ibidem*, p. 45-46).

Por mais que as expectativas com relação ao Exército da Salvação não tenham se concretizado, o que sua análise revela é a possibilidade de, no futuro, o cristianismo assumir uma postura radical frente às mazelas sociais, inclusive tendo o cristianismo primitivo como uma referência teológica e política. As suas impressões sobre o Exército da Salvação reforçam sua compreensão sobre o caráter revolucionário dos primeiros cristãos.

A religião é mobilizada pela burguesia como recurso moral na estratégia de dominação e para afugentar “o espantinho das reivindicações operárias” (Engels, 1999 [1892], p. 45), desenvolvendo o que Engels chama de “maquinaria religiosa”, “gastando anos após anos milhares e dezenas de milhares na evangelização das classes baixas” (*ibidem*). O que justifica, inclusive, financiar a “perigosa ajuda” de um grupo religioso que traz à tona a mensagem do cristianismo primitivo, além de entregar a administração da maioria das escolas para autoridades eclesiásticas.

Entusiasmado pelos avanços políticos da época, Engels pontua que, por mais que a religião seja mobilizada para a manutenção da ordem social, ela não poderá servir

⁸ Vale ressaltar que Engels compreendia que os anabatistas do século XVI adotavam um programa radical que atacava a lógica de funcionamento da sociedade e que propunha novos devires societários, portanto, eram revolucionários.

por muito tempo de “muralha protetora da sociedade capitalista”, pois “não há pregação religiosa capaz de escorar uma sociedade em derrocada” (Engels, 1999 [1892], p. 52). Ressalta ainda que as ideias jurídicas, filosóficas e religiosas desenvolvidas pela classe trabalhadora são “brotos mais próximos ou mais remotos das condições econômicas imperantes numa sociedade dada [futura] (*ibidem*).

No ensaio *A investigação científica no mundo dos espíritos* – elaborado por volta de 1878 –, publicado postumamente em 1898, Engels aborda a influência do espiritismo no universo científico a partir da adesão de alguns destacados pesquisadores, como o zoólogo e botânico Alfred Russell Wallace e o químico William Crookes. Nesse texto, Engels não faz uma análise das particularidades da doutrina espírita e sim das circunstâncias materiais que levavam prestigiados pesquisadores das ciências da natureza à crença no “mundo dos espíritos”.

Ao se debruçar sobre os relatos de experiências publicados por Wallace e Crookes, Engels afirma que estes se orientaram por um “empirismo vulgar”, ignorando elementos materiais importantes no processo de investigação científica, como as “centenas de fatos denunciados como imposturas, bem como dezenas de supostos *médiuns* serem, provavelmente, vulgares mistificadores” (Engels, 1976 [1878], p. 238). Ao proceder dessa forma, passam a enxergar o fenômeno isoladamente, deixando de compreender suas interconexões e toda a sua complexidade, passando, assim, de pesquisadores rigorosos a adeptos acríticos do espiritismo.

Além disso, basearam-se na própria experiência (em si), vivenciada em sessões de mesa giratória e mediunidade para fundamentar suas conclusões científicas acerca da existência de forças extraterrenas. Neste sentido, afirma Engels, “os fenômenos *superiores* apresentam-se imediatamente, quando o *investigador* de que se trata está tão emaranhado em sua trama que só vê o que deve ou aquilo que quer ver” (*ibidem*). A falta de uma metodologia “crítico-cética”, exigida por uma pesquisa científica rigorosa, foi, sem dúvidas, de acordo com o fundador do materialismo histórico, um aspecto favorável para que Crookes, Wallace e outros fossem “inteiramente conquistados” pelo “moderno espiritismo”.

Considerações finais

Procuramos realizar, ao longo do artigo, um breve levantamento das reflexões de Engels em torno do fenômeno religioso no decorrer de sua trajetória intelectual e política; e, paralelamente, apresentar ao leitor alguns aspectos relacionados a sua vida e obra. Verificamos que Engels sempre manteve interesse no debate político sobre o fenômeno religioso, desenvolvendo reflexões acerca do tema em diferentes momentos, mobilizando conhecimentos sociológicos, filosóficos, teológicos, antropológicos, econômico e histórico.

Friedrich Engels não nos deixou uma teoria geral da religião, nem uma definição de religião, todavia, seu legado permitiu que outros pensadores produzissem novas reflexões sobre o fenômeno religioso. Embora, muitas vezes, não seja mencionado, suas ideias estão presentes nas análises sobre religião em inúmeros intelectuais marxistas, como Karl Kautsky, Antonio Labriola, Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, Nadja Krupskaya, James Connolly, Antônio Gramsci, José Carlos Mariátegui, Georgy Lukács, Luís Carlos Prestes, Ernest Bloch entre outros.

Conhecer as investigações de Engels sobre os fenômenos e fatos religiosos nos permite compreender um pouco mais sobre sua vida, sua obra, seus pensamentos, suas aspirações políticas, suas concepções teóricas, seus conceitos, métodos e categorias, bem como as questões particulares que se apresentavam no seu tempo; e a própria história do socialismo e da teoria marxista. Além disso, abarca uma forma particular de analisar, do ponto de vista sociológico, histórico, político e filosófico, a questão religiosa e, assim, encontrar elementos analíticos diversos que nos ajude a refletir sobre a relação entre religião e política na atualidade.

Referências

- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels, o segundo violino*. São Paulo: Xamã, 1995.
- DONINI, Ambrogio. “Prefazione”. In: ENGELS, Friedrich. *Sulle Origine del Cristianesimo*. Roma: Riuniti 1986, pp. 07-13.
- ENGELS, Friedrich. “Letters from Wuppertal”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Marx Engels Collected Works* (MECW). Vol. 2. 1838-1842. Londres: Lawrence & Wishart, 2010 [1839], pp. 07-25.
- ENGELS, Friedrich. “Immermann's memorabilien”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Marx Engels Collected Works* (MECW). Vol. 2. 1838-1842. Londres: Lawrence & Wishart, 2010 [1841] a, pp. 161-169.
- ENGELS, Friedrich. “Schelling on Hegel”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Marx Engels Collected Works* (MECW). Vol. 2. 1838-1842. Londres: Lawrence & Wishart, 2010 [1841] b, pp. 181-187.
- ENGELS, Friedrich. “Schelling and revelation”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Marx Engels Collected Works* (MECW). Vol. 2. 1838-1842. Londres: Lawrence & Wishart, 2010 [1841/1842], pp. 193-240.
- ENGELS, Friedrich. “The insolently threatened yet miraculously rescued bible”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Marx Engels collected Works* (MECW) V. 2. 1838-1842. Londres: Lawrence & Wishart, 2010 [1842], pp. 313-351.
- ENGELS, Friedrich. “Outlines of a Critique of Political Economy”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Marx Engels Collected Works* (MECW). Vol. 3. 1843-1844. Londres: Lawrence & Wishart, 2010 [1844], pp. 418-443.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010 [1844/1845].
- ENGELS, Friedrich. & MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1846].
- ENGELS, Friedrich. & MARX, Karl. *A sagrada família: ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2003 [1845].
- ENGELS, Friedrich. “As guerras camponesas na Alemanha”. In: ENGELS, Friedrich. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1850], pp. 35-159.
- ENGELS, Friedrich. “Revolução e contra-revolução na Alemanha”. In: ENGELS, Friedrich. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1851-1852], pp. 162-308.
- ENGELS, Friedrich. “A investigação científica no mundo dos espíritos [1878]”. In: ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 [1872/1882], pp. 229-238.
- ENGELS, Friedrich. “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”. *Obras escolhidas*. v. 03. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963 [1886], pp. 171-207.
- ENGELS, Friedrich. Prólogo à edição inglesa [1892]. *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (versão digital). Ridendo Castigat Mores, 1999 [1880], pp. 11-55.
- ENGELS, Friedrich. “On the History of Early Christianity”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Marx Engels Collected Works* (MECW). V. 27. 1890-1895. Londres: Lawrence & Wishart, 2010 [1895], pp. 445-469.
- FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

- 50
- GORENDER, Jacob. “Apresentação”. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867], pp 14-34.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna*. v. 1 (1818-1841). São Paulo: Boitempo, 2018.
- HUNT, Tristram. *Comunista de casaca: a vida revolucionária de Friedrich Engels*. São Paulo: Record, 2010.
- INSTITUTO de Marxismo-Leninismo do CC-PCUS. *Friedrich Engels: biografia*. Lisboa: Edições Avante!, 1986.
- LÖWY, Michael. Friedrich Engels et la religion. Georges Labica, Georges; Mireille Delbraccio, *Friedrich Engels, Savant et Revolutionnaire*. Paris: Puf, 1997, pp. 29-39.
- LÖWY, Michael. *Engels como sociólogo da Religião* (Curso/aula 02), 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cXzd57sYOg4>>. Acesso em: 05/02/2019.
- MARX, Karl. “Introduction to the French edition of Engels' socialism: utopian and scientific”. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Marx Engels Collected Works* (MECW). V. 24. 1874-1883. Londres: Ed. Lawrence & Wishart, 2010 [1880], pp. 335-339.
- MAYER, Gustav. *Friedrich Engels: uma biografia*. Fondo de Cultura econômica: Cidade do México, Madri, Buenos Aires, 1979.
- MORAES, Dax. “Logos eterno e Logos perpétuo em Fílon de Alexandria”. *Revista Ideias*. Campinas, n. 11, v. 2, 2004, pp. 25-38.
- MORAES, Dax. *O logos em Fílon de Alexandria: a fronteira entre o pensamento grego e o pensamento cristão nas origens da teologia bíblica*. Natal: EDUFRN, 2017.
- PETROVIC, Gajo. “Alienação” (verbete). In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, pp. 18-25.
- REX, John. “Bloch, Ernest” (verbete). In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, pp. 62-63.
- RIBEIRO, Wallace Cabral. *Religião, política e luta de classes: as reflexões de Friedrich Engels sobre o fenômeno religioso*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/13792/1/Disserta%20c3%a7%c3%a3o%20FINAL%20-%20Wallace%20Cabral%20Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 24/08/2020.
- ROGGERONE, Santiago. “El joven Engels y el comienzo del materialismo histórico”. *Hic Rhodus. Crisis capitalista, polémica y controversias*, n. 05, pp. 15-27, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iigguaba/20140625070826/396-1477-1-PB.pdf>>. Acesso em: 26/07/2019.
- SILVA, Ludovico. *O estilo literário de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVA, Elizete da. “Engels e a abordagem científica da religião”. *In*: MOURA, Mauro Castelo Branco de *et al* (orgs.), *Friedrich Engels e a ciência contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 171-188.

Recebido em 02 de setembro de 2021

Aprovado em 21 de fevereiro de 2022

Estranhamento, alienação e reificação

uma análise da primeira e da última obras marxistas de Lukács

Estrangement, alienation and reification: an analysis of the first and last Marxist works of Lukács

Sávio Freitas Paulo*

Resumo

No presente texto foi discutida a abordagem lukácsiana da categoria do estranhamento, tanto a desenvolvida em *História e consciência de classe* (1923) como a apresentada em *Para uma ontologia do ser social* (1986). Primeiramente, foi analisada a forma como se articulam as categorias do estranhamento, da reificação e da alienação (e também da objetivação) na perspectiva do jovem Lukács. Em um segundo momento, foram apresentadas algumas críticas da tradição marxista dirigidas a HCC, com destaque para o texto autocrítico de Lukács, publicado mais de 40 anos após o lançamento do seu texto da juventude. Por último, foram caracterizados os principais contornos da teoria do estranhamento de Lukács apresentada no segundo volume de sua *Ontologia*, sendo destacadas as particularidades das formas assumidas pelo estranhamento na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: estranhamento; ontologia; *História e consciência de classe*.

Abstract

This text discusses the Lukacsian approach to the category of estrangement, both the one developed in History and Class Consciousness (1923) and the one presented in Ontology of Social Being (1986). First, we analyzed the way in which the categories of estrangement, alienation and reification (as well as objectification) are articulated in the perspective of the young Lukács. In a second moment, some criticisms of the Marxist tradition directed to HCC were presented, with emphasis on the self-critical text of Lukács, published more than 40 years after the launch of your youth work. Finally, we tried to characterize the main contours of Lukács' theory of estrangement, presented in the second volume of his Ontology, highlighting the particularities of the forms assumed by estrangement in contemporary society.

Keywords: *estrangement; ontology; History and Class Consciousness.*

* Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF), mestre em Economia pela mesma Universidade. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ontologia Crítica (GEPOC), ambos da UFF. Bolsista CAPES. E-mail: savio.freitas37@gmail.com.

Introdução

Na teoria de Marx, a categoria do estranhamento (*Entfremdung*)¹ é utilizada para representar a dinâmica incontrollável adquirida pelo trabalho em decorrência do processo de acumulação capitalista. É sabido que, desde a década de 1840, Marx evidencia seu interesse em compreender esse aspecto deformador da vida humana, o que pode ser notado, por exemplo, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844 [2011]) e na *Ideologia alemã* (1846 [2007]). Contudo, é especialmente em *O capital* (2013; 2014; 2017) que as relações estranhadas e o autoestranhamento do ser humano serão explicados fundamentalmente pela lógica produtora de mercadorias, que opera o movimento autoexpansivo do valor.

A despeito da importância da categoria do estranhamento na explicação das diversas mistificações que plasmam o agir humano na sociedade do capital, é inegável que a tradição marxista, ao menos até a década de 1920, foi incapaz de oferecer um aprofundamento teórico dessa legalidade. Nesse sentido, destaca-se o célebre texto da juventude de Lukács, *História e consciência de classe* (1923 [2003])². Nessa obra precursora, Lukács resgata a categoria do estranhamento da teoria marxiana, buscando utilizá-la como chave explicativa para as reificações geradas na esfera produtiva, na esfera da circulação e mesmo nos mais diversos complexos da práxis humana que são orientados por um tipo de ideologia (ciência, política etc.).

Reconhecendo que *HCC* representa um marco metodológico para a tradição marxista, devemos ainda mencionar que não se trata de uma obra livre de problemas. De fato, o próprio Lukács reconhece em um texto autocrítico à sua obra da juventude (traduzido sob o título *Prefácio de 1967*) alguns dos principais equívocos teóricos que contaminaram os argumentos e as conclusões desse texto. Isso se explicitaria no caso da identificação mecânica entre a objetivação (*Gegenständlichkeit*) e o estranhamento, equívoco identificado como decorrente da incorporação acrítica de elementos da filosofia hegeliana em sua teoria. Como o velho Lukács destaca (2003a, p. 26), em sua obra da juventude todo ato de alienação (*Entäusserung*) incorreria em uma objetivação necessariamente *estranhada*. Nesses termos, a superação do estranhamento levaria necessariamente ao fim das objetivações.

Sabe-se que os limites teóricos e os deslizos filosóficos da obra da juventude de Lukács são em boa medida superados em sua obra da maturidade, *Para uma ontologia do ser social* (1984, 1986 [2012, 2013]), na qual o autor oferece uma teoria robusta e inovadora sobre o estranhamento.

Esse breve itinerário da abordagem lukácsiana sobre a categoria do estranhamento se deve ao fato de que este trabalho procura fundamentalmente perscrutar duas das principais obras do filósofo marxista húngaro, buscando evidenciar o desenvolvimento da compreensão do autor sobre o estranhamento, os efeitos deste sobre o ser social e a possibilidade de superá-lo. Para isso, as formulações de Lukács desenvolvidas em *HCC* sobre o estranhamento, a alienação e a reificação foram analisadas na próxima seção; na segunda seção analisou-se alguns dos principais elementos de *HCC*

¹ Neste texto optou-se por traduzir o termo alemão *Entfremdung* como estranhamento; já o termo *Entäusserung* foi traduzido como alienação. Assim, nas citações diretas em que foi adotado outro padrão de tradução para alienação e estranhamento, indicou-se entre colchetes qual termo aparece originalmente na versão em alemão.

² Doravante *HCC*.

contrapostos tanto por autores da tradição marxista como pelo próprio Lukács, no *Pre-fácio de 1967*; na terceira seção, investigou-se sobretudo o último capítulo da *Ontologia do ser social* (2013) – intitulado “O estranhamento” –, como forma de compreender em que medida Lukács altera sua posição teórica em relação aos escritos da juventude. Por fim, na seção conclusiva foram feitos alguns comentários como forma de sintetizar os contrastes da formulação lukácsiana sobre o estranhamento, comparando sua concepção da década de 20 com aquela desenvolvida nos anos finais de sua vida.

1. A primeira aproximação de Lukács com o complexo do estranhamento

A primeira obra marxista de Lukács impressiona pelo resgate de aspectos metodológicos essenciais da teoria de Marx e pela preocupação em fazer deles objeto de uma discussão necessária para a renovação da teoria e da prática comunista. É reconhecido que *HCC* pode ser compreendida como uma obra que estabelece a assimilação entre duas correntes teóricas que influenciaram a formação intelectual do jovem Lukács, culminando numa mudança radical de sua visão de mundo. De um lado estaria o romantismo anticapitalista presente na sociologia alemã, que contava com autores como Max Weber, Georg Simmel etc., muito influentes nos primeiros anos da formação de Lukács. Do outro lado estaria o marxismo, com o qual o autor se identifica sobretudo após a Primeira Guerra Mundial. Para Löwy (1990, p. 71), a dinâmica sobre a qual se estrutura o argumento de Lukács apresenta-se como uma rearticulação da problemática anticapitalista romântica, internalizadas em uma estrutura metodológica autenticamente marxista.

Como observa Barbosa (2007, p. 2), ainda durante a Primeira Guerra, Lukács contraria o irracionalismo e a hegemonia da epistemologia positivista, o que o leva a se compatibilizar com as ideias de Hegel. Além disso, Lukács adere à causa revolucionária nesse período, consistindo este um importante passo para a superação das tendências românticas presentes na sua antiga visão de mundo e para a sua consequente compatibilização com a teoria marxista. O fato é que *HCC* denota uma decisiva modificação da orientação teórica do jovem Lukács e, ao mesmo tempo, estabelece novos critérios para as formulações no interior da teoria marxista. O texto carrega um alto nível de reflexão crítica sobre concepções há muito estabelecidas em diversas áreas da investigação científica. Oldrini (2017, p. 115) avalia que a publicação de *HCC* foi capaz de modificar a atmosfera cultural dominante, ocasionando objeções em diversos círculos de estudiosos³. O próprio Lukács, em sua maturidade, reconhece que é inegável que sua análise do estranhamento tenha sido responsável por inserir essa problemática nas mais variadas investigações das ciências sociais:

³ Sobre isso, também Löwy (1998, p. 204) destaca que: “O impacto de *História e consciência de classe* mede-se primeiramente por sua influência detectada em escritos de autores tão diversos como Revai, Bloch, Mannheim, Horkheimer, Adorno, Benjamin, Sartre, Merleau-Ponty, Lefèbvre, Goldmann, Marcuse, Jakubowsky, Adam Schaff, Karel Kosik etc. Mede-se também pela controvérsia que provocou, atraindo críticas tempestuosas de inúmeros adversários: 1. de Kautsky, em nome da ortodoxia da velha social-democracia ‘marxista’; 2. dos dirigentes do *Komintern*, como Bukharin e, sobretudo, Zinoviev [...]; 3. dos dirigentes do PC Húngaro Rudas e Bela Kun; 4. do próprio *Pravda* [...]; 5. dos ideólogos do PC Alemão como Hermann Duncker, que denunciou a obra de Lukács como sendo idealista; 6. de filósofos soviéticos ‘oficiais’ como A. Deborin etc.”.

O que continua sendo importante, afinal, é que a alienação [Entfremdung] do homem foi conhecida e reconhecida como problema central da época em que vivemos, tanto pelos pensadores burgueses como pelos proletários, por aqueles social e politicamente de direita como pelos de esquerda. *História e consciência de classe* exerceu, assim, uma profunda influência nos círculos dos jovens intelectuais; conheço toda uma série de bons comunistas que foram conquistados para o movimento exatamente por esse motivo. Sem dúvida, a nova acolhida desse problema hegeliano-marxista por parte de um comunista também foi decisiva para que este livro exercesse uma influência muito além das fronteiras do partido (Lukács, 2003a, p. 23-24).

Partindo da elaboração teórica marxiana, especialmente daquela desenvolvida em *O capital*, Lukács pretendeu com *HCC* “tornar compreensíveis todos os fenômenos ideológicos a partir de sua base econômica” (Lukács, 2003a, p. 15). Nesse sentido, merece destaque o fato de o jovem Lukács, ainda nas primeiras décadas do século XX, ter dado papel central à dinâmica do estranhamento no interior de sua análise. Isso porque um de seus objetivos era apresentar uma compreensão das origens da consciência reificada que se apresenta no mundo do capital e, para além disso, propor saídas para essa situação. Contudo, a solução proposta pelo jovem Lukács se daria necessariamente pela ação política do partido, incumbido de elevar a consciência da classe trabalhadora e orientá-la em direção à emancipação. Veremos mais adiante as incorreções dessa formulação de Lukács – que inclusive foram reconhecidas pelo próprio autor, no *Prefácio de 1967*.

Vale destacar que um dos méritos de *HCC* é o de ter apresentado as implicações concretas da dinâmica posta pelo fetichismo da mercadoria em sua relação com o comportamento dos sujeitos a ela submetidos (Lukács, 2003, p. 194). O autor reconhece o mérito de Marx em desvelar a estrutura da mercadoria e compreender a reificação como originada da esfera econômica, análise que revela o “fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa, e dessa maneira, o de uma ‘objetividade fantasmagórica’”, ocultando a essência fundamental do processo de produção na sociedade capitalista: a relação entre os seres humanos (*ibidem*).

É verdade que sua investigação se desdobra para o “conjunto da vida social, nas suas manifestações políticas, culturais etc. à luz do fenômeno da reificação” (Löwy, 1990, p. 72). Lukács busca esclarecer que pela primeira vez na história da humanidade todas as esferas da sociabilidade estão submetidas às “leis naturais” da produção de mercadorias – ou ao menos tendem a isso (Lukács, 2003, p. 73). Isso torna evidente o fato de que o problema da reificação se apresenta como uma necessidade à manutenção “de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa” (*ibidem*, p. 193). A reificação, portanto, expressa o caráter cristalizado da vida social adquirido pela dinâmica societária capitalista, que aparece aos sujeitos como a única capaz de possibilitar a atividade humana.

Assim, o jovem Lukács procura evidenciar os efeitos da reificação nas distintas esferas da sociabilidade. A ênfase de Lukács sobre a reificação na vida social parte, portanto, do reconhecimento do estranhamento gerado pela produção de mercadorias, refletido em todas as estruturas sociais “externas” à esfera da produção. Por isso sua análise recai sobretudo sobre a reificação que emerge nas áreas da investigação científica, na esfera jurídica e nas instâncias burocráticas, evidenciando que delas surgem

efeitos objetivos que visam garantir a manutenção de uma sociabilidade plasmada sobre a produção de valor, obstaculizando qualquer horizonte emancipatório da humanidade.

Lukács destaca que na sociedade capitalista a comunidade científica torna-se um aparelho a serviço da acumulação de capital, na medida em que o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos pesquisadores se encontra submetido à generalização da forma mercadoria, devendo, portanto, promover a expansão do valor. Em se tratando especificamente da ciência econômica, o pensador húngaro ressalta que Marx opõe-se a essa tradição do pensamento, pois compreende que os postulados da economia política representam “objetividades reificadas” sobre a vida econômica e social dos seres humanos (Lukács, 2003, p. 138). Para esclarecer essa questão, citando uma carta de Engels a Mehring, Lukács destaca que o agir dos seres humanos é plasmado por uma “falsa consciência”. Assim, é necessário reconhecer que todas as mistificações que brotam dessa teoria não são meras arbitrariedades, mas a “expressão mental da estrutura econômica e objetiva” (*ibidem*, p. 143). Isso indica que Lukács compreende que a “totalização” realizada pela ciência econômica está a serviço da burguesia⁴, e impõe uma coordenação imprescindível da sociedade como forma de garantir o movimento da produção de valor e mais-valor, ao mesmo tempo em que omite as verdadeiras interações que se apresentam na esfera do ser social.

Em conformidade com a racionalização de todas as etapas da produção – imposta pela dinâmica capitalista e postulada pela ciência econômica –, Lukács acentua que emerge paralelamente (e necessariamente) a isso “uma sistematização racional de todas as regulamentações jurídicas da vida” (*ibidem*, p. 216). O autor evidencia que o desenvolvimento da burocracia resulta numa adaptação específica do modo de vida e do próprio trabalho, garantindo que os pressupostos socioeconômicos gerais da economia capitalista possam ser efetivados em conformidade com as leis pré-estabelecidas (*ibidem*, p. 219). Como relembra Lukács, a especificidade burocrática exigida num Estado moderno é refletida na esfera do direito. Deste modo, a esfera jurídica também é contaminada pela reificação, pois se habilita tanto a “corresponder à situação econômica geral e ser sua expressão, mas também ser uma *expressão coerente em si mesma*” (Engels *apud* Lukács, 2003, p. 229, grifos no original). Para conseguir realizar tal proeza, a esfera jurídica passa a se deslocar cada vez mais da estrutura econômica, se limitando a oferecer “soluções” às demandas superficiais e imediatistas através de um sistema próprio de leis, atitude que contribui, implícita ou explicitamente, para a manutenção da sociedade capitalista.

Para não nos alongarmos na definição do estranhamento e de suas formas de manifestação apresentadas pelo jovem Lukács, apenas destacamos que o foco do autor

⁴ Como esclarece Duayer (2018, p. 5), posto que a realidade social é sempre representada, o problema surge na medida em que o conhecimento obtido pela ciência econômica retorna à prática. Isso significa que a “viagem de retorno” do abstrato ao concreto se refere ao “processo de síntese, de totalização, objetivo último da análise de qualquer ciência” (*ibidem*, p. 7). Por isso, a partir dos elementos obtidos no processo de abstração do concreto, deve-se inaugurar uma nova ontologia ou oferecer argumentos para ontologias correntes. O problema não é a ciência totalizar, mas a maneira como totaliza e a partir de quais categorias (*ibidem*). É necessário reconhecer, portanto, que “tais totalizações constituem ontologias com força social. Oferecem aos sujeitos a imagem, referendada pelo prestígio da ciência, por meio da qual se situam em suas relações recíprocas e com o mundo natural” (*ibidem*, p. 8).

é demonstrar o caráter estranhado do modo de produção capitalista, que omite a *processualidade* e obstrui as perspectivas emancipatórias, mobilizando (explicitamente ou não) os mais variados complexos ideológicos (como a ciência, a política etc.). Deste modo, não é um acaso que o pensamento empirista conceba os fatos imediatos como a representação mais cristalina da realidade. Com efeito, a essência do desenvolvimento capitalista “cristaliza-se no ‘fato’ sob uma forma que faz dessa rigidez e dessa alienação [Entfremdung] um fundamento da realidade e da concepção de mundo que é totalmente evidente e está acima de qualquer dúvida” (*ibidem*, p. 368).

Visto que a teoria do jovem Lukács também possui alguns aspectos teóricos problemáticos, devido sobretudo à hipóstase de categorias da filosofia hegeliana ao arcabouço da problemática do estranhamento e de sua superação, e sabendo que uma série de críticas e autocríticas foram dirigidas a essas concepções, passamos a analisar agora mais detidamente a repercussão das teses de *HCC* e a posição teórica tomada por Lukács pouco antes da publicação da *Ontologia*.

2. As principais incorreções de *HCC*

Certamente o texto mais adequado para enunciar os principais equívocos metodológicos e teóricos de *HCC* (bem como as consequências práticas desses postulados) trata-se da autocrítica à obra, escrita por Lukács em 1967. Há pouco mencionamos que Lukács parte das relações econômicas com o intuito de tornar compreensíveis os diferentes fenômenos ideológicos que plasmas a sociabilidade. No entanto, o autor reconhece que o argumento de se torna estreito, na medida em que uma compreensão adequada sobre o trabalho enquanto mediador da sociedade com a natureza é inexistente. Por isso, as conclusões revolucionárias ao marxismo sugeridas por Lukács permanecem “sem sua autêntica justificação econômica” (Lukács, 2003a, p. 16).

Essa falta de rigor metodológico, como aponta o autor, ao deformar o conceito da práxis, também corrompeu a concepção da práxis revolucionária, que “correspondia à utopia messiânica própria do comunismo de esquerda da época, mas não à autêntica doutrina de Marx” (Lukács, 2003a, p. 17). Lukács justifica essa incorreção (do trânsito da teoria à prática) pelo fato de ter analisado os fenômenos econômicos não tendo o trabalho como ponto de partida, mas sim as estruturas complexas da economia capitalista. Podemos dizer que a falta da compreensão ontológica sobre esse complexo o fez confundir a verdadeira relação entre teoria e prática e entre sujeito e objeto. Por isso, Lukács constata o idealismo contido na determinação reflexiva resgatada da filosofia de Hegel (da identidade entre sujeito e objeto). Em *HCC*, Lukács defendia que a classe trabalhadora se tornaria classe-para-si ao atingir um estado de sujeito-objeto idêntico, que só seria alcançável por meio da extirpação da consciência reificada, advinda da consciência adjudicada pelo Partido, movimento que, por sua vez, transformava-se em práxis revolucionária “como um simples milagre” (*ibidem*, p. 18).

Essa incompreensão sobre as determinações da práxis se deve à inexistência de uma formulação acurada sobre o pôr teleológico do trabalho (que só seria apresentada rigorosamente na *Ontologia*). Certamente, isso também contribui para que o jovem Lukács realize uma transposição acrítica do fundamento hegeliano referente à identidade entre objetivação e estranhamento, que se reflete em todo o seu texto da juventude. Assim, categorias como a da alienação, do estranhamento e da objetivação são

discutidas de forma problemática. De todo modo, cabe destacar que ao enfatizar que o ser humano representa o “nó e o fundamento das relações reificadas”, Lukács descobre, partindo de *O capital*, a problemática do estranhamento desenvolvida por Marx sobretudo nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, que, como se sabe, só seriam publicados quase dez anos após o lançamento de *HCC* (Goldmann *apud* Löwy, 1998, p. 219)⁵.

A respeito disso, o velho Lukács esclarece que o conceito de estranhamento utilizado em *HCC* incluía todo o tipo de objetivação, ou seja, o ato de alienar/ exteriorizar necessariamente seria ligado a uma objetivação estranhada. Nesses termos, a superação do estranhamento estava fadada a eliminar simultaneamente todo tipo de objetivação (Lukács, 2003a, p. 26). O autor destaca ainda que mesmo o termo reificação, estreitamente relacionado com o estranhamento, mas que não representa a mesma categoria no âmbito social ou mesmo conceitual, foi utilizado como sinônimo do estranhamento em algumas passagens de *HCC* (*ibidem*, p. 27).

Já em sua maturidade, Lukács percebe que a objetivação é inter-relacionada com o ato de alienar/ exteriorizar, sendo esse o par constitutivo do pôr teleológico do trabalho, base da existência do ser social. São incluídas como objetivações todas as formas humanas de expressão, “inclusive a linguagem, [que] objetiva os pensamentos e sentimento humanos” por meio de uma prévia ideação (*ibidem*, p. 27). O estranhamento surgiria, por sua vez, naquelas situações em que as objetivações passassem a assumir funções que colocam “a essência do ser humano em oposição ao ser, subjuguam, deturpam e desfiguram a essência humana pelo ser social” (*ibidem*). O estranhamento, portanto, representa “uma variante especial que se realiza sob determinadas circunstâncias sociais” (*ibidem*, p. 46). Ao tratar do argumento presente na *Ontologia*, essa determinação será exposta com mais detalhes. Veremos que o estranhamento se apresenta na medida em que um aumento da complexidade do ser social (desenvolvimento das forças produtivas) atua rebaixando a personalidade individual, de modo que as objetivações postas pelo ato teleológico do trabalho aparecem como um subproduto estranho e não pertencente ao trabalhador.

Como indicado, todas essas incoerências contribuem para a deformação da prática revolucionária sugerida por Lukács, que se expressa em uma atribuição messiânica às direções partidárias dos movimentos comunistas. Em *HCC*, observa-se que o Partido Comunista ocupa a posição “histórica e clara da consciência de classe ‘possível’, o mais alto nível de consciência e de ação objetivadas sobre o plano da organização” (Löwy, 1998, p. 221). Assim, o Partido é considerado pelo jovem Lukács como o mediador necessário entre a história (negligenciada pela burguesia) e a consciência da classe trabalhadora. Löwy (*ibidem*, p. 216) também esclarece que a resolução das antinomias e das contradições do capitalismo caberia, para Lukács, ao proletariado revolucionário, pois este teria o “privilegio epistemológico” de compreender a totalidade – formulação que exhibe o mais elevado grau do messianismo autocriticado posteriormente. Isso porque o jovem Lukács compreende que a classe trabalhadora não seria

⁵ Contudo, cabe indicar que o próprio Lukács admite que o seu contato com os *Manuscritos de 1844*, na década de 30, foi crucial para a formação de uma compreensão adequada sobre a categoria do estranhamento, alterando profundamente seu entendimento sobre a alienação/ objetivação: “Com isso, desmoronavam definitivamente os fundamentos teóricos daquilo que fizera a particularidade da *História e consciência de classe*” (Lukács, 2003a, p. 46).

capaz de dissolver a estrutura capitalista por sua própria dinâmica, visto que a realidade só poderia ser transformada “com a ação do proletariado consciente, sujeito-objeto consciente da História” (*ibidem*).

Žižek (2003, p. 167) destaca que é de se esperar que a classe trabalhadora agindo espontaneamente só atinja uma consciência economicista e reformista. Contudo, a formulação presente em *HCC* nos mostra que somente através do papel “maieutico” desempenhado pelo partido seria possível a conversão da classe trabalhadora “de classe-em-si para classe-para-si”. Para Žižek, portanto,

o problema está na ideia de que a classe trabalhadora tem potencialmente a capacidade de atingir a consciência de classe adequada (e, conseqüentemente, que o Partido apenas desempenha um papel menor, “maieutico”, de possibilitar aos trabalhadores empíricos realizarem seu potencial), já que, assim, se *legítima* o exercício da ditadura do Partido sobre os “trabalhadores, baseada na sua compreensão correta de quais são seus verdadeiros potenciais e/ou seus interesses a longo prazo”. Em poucas palavras, Lukács está apenas aplicando à oposição falsa entre “espontaneísmo” e dominação externa do Partido a identificação especulativa de Hegel dos “potenciais internos” de um indivíduo na sua relação com seus educadores (*ibidem*, p. 173, grifos no original).

Resumidamente, percebemos que sobretudo dois aspectos devem ser sempre recobrados com cautela ao se deparar com as teses desenvolvidas em *HCC*. O primeiro é o que se refere ao trânsito do estranhamento às diversas esferas da sociabilidade, que carece de um embasamento mais bem estruturado no trabalho enquanto protoforma do agir humano. Só assim uma compreensão adequada sobre os fenômenos que se expressam no plano “extraeconômico” poderia ser realizada sem maiores incorreções. O segundo aspecto se refere a constatação salientada pelo próprio autor diversas vezes no *Prefácio de 1967*: a contaminação idealista proveniente das teses de Hegel, que é refletida em todas as conclusões sobre a organização da prática revolucionária desenvolvidas em *HCC*. É fato que todas essas categorias adquirem um contorno muito mais rigoroso na última obra lukácsiana. Por isso, passaremos ao tratamento da problemática do estranhamento desenvolvida na *Ontologia*, que evidencia um cuidadoso tratamento metodológico das determinações marxianas e a maturação intelectual do autor magiar.

3. A teoria do estranhamento do último Lukács

Como foi indicado, na *Ontologia* Lukács desenvolve uma teoria do estranhamento totalmente original, tendo como fundamento as elaborações marxianas. Como aponta Infranca (2018, p. 1), não é por acaso que a temática do estranhamento seja desenvolvida justamente no último capítulo da obra magna de Lukács, isso porque essa determinação da história humana contém em si “os três primeiros momentos constitutivos do ser social” (trabalho, reprodução e ideologia), analisados nos capítulos anteriores, que compõem o segundo volume dessa obra.

De início, é preciso compreender a separação que Lukács realiza entre o estranhamento, enquanto fenômeno geral que emerge em determinados momentos do processo de desenvolvimento do ser social, e os contornos adquiridos pelo estranha-

mento em cada uma das épocas históricas (os estranhamentos/formas de estranhamento). Como apresentam Bonente e Medeiros (2021, p. 108), na *Ontologia*, a categoria do estranhamento designa a contradição existente entre o incremento tendencial das forças produtivas e o fato desse potencial humanizador (visto que aciona o ininterrupto afastamento das barreiras naturais) provocar um efeito desumanizante, já que disso não decorre necessariamente uma elevação da personalidade humana; pelo contrário, muitas vezes esse processo acaba por deformá-la/rebaixá-la. Lukács compreende, contudo, que esse antagonismo geral pode se apresentar de inúmeras formas nos diferentes estágios do desenvolvimento do ser social. Assim, a depender das relações sociais vigentes, os estranhamentos “podem adquirir tanto formas como conteúdos diferentes nos diferentes estágios” (Lukács 2013, p. 582). Nesse sentido, a religião, por exemplo, seria uma das formas mais importantes e mais plásticas do estranhamento humano, mas estaria inserida no “contexto social global de todos os estranhamentos” (*ibidem*, p. 644), uma vez que o estranhamento é sempre acionado por uma determinação material/socioeconômica, podendo se expressar em diferentes complexos da sociabilidade.

A compreensão ontogenética de Lukács sobre essa categoria constitutiva do ser social passa por uma revisão do argumento apresentado sobretudo no capítulo da ideologia, a saber, a inter-relação entre o momento da objetivação e da alienação e como essa relação pode gerar o estranhamento. Essa formulação de Lukács porta ainda um grande valor filosófico, na medida em que aponta para uma solução ao “hegelianismo” contido nessa mesma concepção quando desenvolvida em *HCC*. O autor relembra que o pôr teleológico no processo do trabalho exige que sejam antecipados em pensamento os resultados da prática antes mesmo de sua efetivação (*ibidem*, p. 593). Assim, o autor procura demonstrar que os momentos de alienação e objetivação são inseparáveis. Lukács argumenta que como os objetos da natureza possuem apenas um ser-em-si, a utilização desses objetos em função de um devir-para-nós passa necessariamente pela elaboração cognitiva do ser humano sobre os processos daquela esfera do ser, como forma de realizar materialmente as objetivações desejadas – mesmo que as pessoas que realizam o processo não sejam capazes de perceber que é necessária essa prévia ideação para que surja qualquer efetividade. Percebe-se que toda objetivação desse tipo “constitui simultaneamente um ato da alienação do sujeito humano” (*ibidem*, p. 582-583).

Da existência desse ato unitário, Lukács mostra a conseqüente formação de uma generidade humana em-si, cujo desenvolvimento se deve pela compatibilidade e incompatibilidade com que os pores teleológicos vão sendo confrontados com a realidade (natural ou social) na geração de finalidades úteis. Essa espécie de “valoração” realizada no processo de desenvolvimento da humanidade é responsável por dar origem a uma generidade humana. Contudo, em decorrência da divisão do trabalho, tais objetivações do momento ideal (que consistem num desenvolvimento efetivo do gênero) tendem a levar necessariamente à uma deformação da personalidade humana. Isso ocorre quando os produtos dos pores teleológicos (e mesmo o caminho cognitivo que levou à objetivação destes) se apresentam de forma estranha aos seres humanos, que, por sua vez, veem sua reprodução compelida pela perda de controle sobre seus próprios corpos e capacidades mentais.

Com isso Lukács revela uma perspectiva que pode ser considerada como um dos principais elementos autocríticos à sua obra da juventude: a de que “o estranhamento é só um dos fenômenos da socialização” (Lukács, 2013, p. 620). Isso significa, nos termos do filósofo húngaro, que o estranhamento nunca pode ser considerado como a única objetivação da realidade humana. Lukács evidencia, a partir de sua elaboração da maturidade, que é de se compreender que o estranhamento só pode se originar da alienação, contudo é totalmente factível que esta possa existir e atuar sem produzir estranhamentos, na medida em que, enquanto determinação reflexiva da objetivação, consiste num processo indispensável à práxis humana (*ibidem*, p. 418)⁶.

Para Lukács o estranhamento é, portanto, fruto das relações socioeconômicas estabelecidas. Sobre uma base na qual o controle do processo de reprodução social escapa à maior parte dos seres humanos, o estranhamento surgirá como um fenômeno ideológico (enquanto uma abstração mais geral). É importante frisar que no âmbito da vida cotidiana do ser social somente se pode falar em estranhamentos concretos, decorrentes de uma estrutura econômica produtiva geradora do estranhamento (*ibidem*, p. 632-633). Lukács também adverte que um dos traços fundamentais do estranhamento é a processualidade, indicando que as formas histórico-específicas que ele assume em seu processo de desenvolvimento decorrem da inter-relação de três complexos: da personalidade singular, dos atos da vida social e da totalidade concreta. Nas palavras do autor:

o estranhamento de todo homem singular brota diretamente de suas inter-relações com a sua própria vida cotidiana. Esta é, no todo como nos detalhes, produto das relações econômicas imperantes em cada caso, e obviamente são estas que exercem as influências em última análise decisivas sobre os homens, também nos campos ideológicos (*ibidem*, p. 637).

Por isso, a superação de todas as formas concretas do estranhamento que atuam diretamente sobre os sujeitos da produção social é sugerida por Lukács, em termos gerais, através da possibilidade de supressão-lo em três planos distintos. Primeiramente, considerando que a forma mais imediata da relação estranhada se dá no âmbito da particularidade humana, o autor adverte que é necessária uma compreensão da situação estranhadora, de modo que a princípio seja realizada uma autocrítica da personalidade, na qual se perceba as relações sociais residentes nos objetos (*ibidem*, p. 657). Alegando a insuficiência de que uma superação “teórica” seja capaz de mudar a estrutura geratriz do estranhamento, é possível perceber que Lukács, em segundo lugar, destaca a necessidade de que o movimento de superação torne-se objeto de uma nova práxis social na vida cotidiana (*ibidem*, p. 646). Esses dois momentos, contudo,

⁶ Infranca (2018, p. 3-4) sustenta um argumento de que tanto a alienação como o estranhamento, na teoria de Lukács, teriam uma conotação negativa. O autor parece sugerir uma aproximação entre as formulações de HCC e da *Ontologia* sobre o estranhamento e a objetivação, ficando ausente a questão da impossibilidade de se acabar com o estranhamento caso toda alienação-objetivação fosse estranhada. O ponto de Lukács parece ser outro, na medida em que sustenta um irrevogável entrelaçamento entre alienação e objetivação na conformação do pôr teleológico do trabalho, tratando-se, portanto, de uma identidade da identidade e não identidade: “Se, em contraposição, apontarmos para a inseparabilidade ontológica desses dois polos correspondentes do ser social – justamente em sua heterogeneidade imediata –, fica claro que todo ato de objetivação do objeto da práxis é simultaneamente um ato de alienação do seu sujeito” (Lukács, 2013, p. 423).

só estarão completos e terão um espaço de atuação autêntico na superação do estranhamento se vinculados a uma modificação da forma como se organiza tal produção social desefetivadora.

Ao reconhecer esse intrincado processo no qual o estranhamento se efetiva, entranhando-se nos variados momentos que conformam a sociabilidade, Lukács destaca que, na sociedade do capital, quanto mais desenvolvido for o aparato ideológico produzido pelo capitalismo, maior será sua capacidade de “fixar mais firmemente tais formas de estranhamento nos seres humanos singulares” (*ibidem*, p. 626). Esses mecanismos agem no sentido de atravancar as possibilidades de desvelar um caminho de superação do estranhamento presente na sociedade moderna. Reconhecendo que o despertar do fator subjetivo consiste num “momento importante (todavia: apesar disso, apenas um momento) da preparação para a revolução”, é sintomático que o aparato mencionado cria entraves ao surgimento de uma luta revolucionária organizada pelos indivíduos na sociedade. Indo contra o despertar consciente das massas, mas também contra a reorientação da práxis em prol da modificação da estrutura econômica dominante, esses mecanismos ideológicos são enunciados por Lukács sobretudo através da constatação da reificação enquanto uma das formas predominantes do estranhamento atual – atuando no sentido de conformar a maioria dos momentos da práxis social ao imediatismo do capitalismo (através de uma espécie de automatização das ações individuais perante a realidade). Além disso o autor também evidencia a existência de um colossal aparato manipulatório, que obstaculiza o despertar crítico das consciências humanas contra o *status quo*.

Enquadrando o estranhamento em uma extensa fundamentação que atravessa todo o período da humanidade, Lukács é capaz de apresentar uma exposição sobre a categoria da reificação muito mais rica em determinações do que aquela de sua juventude, por mais que a ideia em torno de suas características e efeitos seja ainda compatível com a de HCC – certamente, se feitas as correções referentes à lógica hegeliana que impregna o argumento desenvolvido na obra da juventude.

Lukács destaca que Marx costumava utilizar a reificação para designar a “análise ontológica da coisidade” (*ibidem*, p. 661). O autor aponta que a formação de um conhecimento tendencialmente mais adequado sobre a natureza revela que a existência das coisas não é uma mera aparência, nem mesmo a simples manifestação de um fenômeno, trata-se de “uma forma de ser que sob certas circunstâncias faz desaparecer na imediatidade os processos fundamentais da natureza” (*ibidem*). É nesse sentido que o autor revela a existência de uma reificação de tipo espontânea, que se multiplica na vida cotidiana, mesmo nos atos mais simples (como o de ouvir música em um fone de ouvido, em que diversos processos não visíveis e não usualmente conhecidos são tidos como “naturais”, como sendo a própria coisa). Como destaca o autor, o processo civilizatório tende a produzir conhecimentos ininterruptos sobre a sociedade e a natureza, mas isso não significa que eles nos municiam contra o estranhamento, muitas vezes eles acabam por aumentarem o grau de reificação presente no agir:

Com efeito, quanto mais a vida cotidiana dos homens produzir modos e situações de vida coisificados – por enquanto ainda no sentido até aqui indicado –, tanto mais facilmente o homem da vida cotidiana se adaptará espiritualmente a elas enquanto “fatos da natureza” sem oferecer-lhes resistência espiritual-moral, e por essa via pode surgir em média – sem que, em princípio, isso vá necessariamente ocorrer – uma resistência atenuada contra

autênticas reificações que produzem estranhamento. As pessoas se habituariam a certas dependências reificadas e desenvolvem dentro de si – uma vez mais: possivelmente, em média, não de modo socialmente necessário – uma adaptação geral também a dependências que produzem estranhamento (*ibidem*, p. 664-665).

O ponto é que essa percepção coisificada da realidade se generaliza para a produção, para o comércio e para o consumo, que passam a ser realizados a partir de reflexos pré-condicionados, já que os processos que conformam o agir em sociedade se devem ao desenvolvimento da sociedade espontaneamente reificado. Assim, Lukács destaca que sobre a base do afastamento das barreiras naturais colocado em marcha pela humanidade “brota do intercâmbio de mercadorias, enquanto forma material-espiritual de reprodução da sociedade humana, a reificação propriamente dita, a reificação socialmente relevante” (*ibidem*, grifos adicionados).

Como enuncia Infranca (2018, p. 6-7), a aparição do estranhamento é condicionada pela perda de controle dos seres humanos sobre o processo de reprodução social. Na sociedade capitalista, isso revela que, ao nascer todos seres humanos estão condicionados a um processo que plasma as possibilidades do agir, que se reflete de forma diferente de acordo com a personificação econômica assumida por cada um no processo de ampliação do valor, ou seja, como capitalistas ou trabalhadores⁷. Essa ausência de controle sobre a própria vida é refletida na personalidade do ser social, constituindo o aspecto geral tomado pela reificação na sociedade moderna. Netto (1981, p. 80) sustenta que a reificação constitui a estrutura específica do estranhamento na sociedade burguesa já constituída, e decorre do fetichismo da mercadoria, tal como apresentado por Marx.

A reificação, portanto, como apresenta Lukács (2013, p. 688), age como produtora do estranhamento, e seus efeitos são necessários e apropriados para que se mantenha a dinâmica essencial da valorização, habilitando (e desabilitando) a práxis no interior da ontologia da vida cotidiana própria da sociedade capitalista. Deste modo, as mistificações ideológicas decorrentes do fetiche da mercadoria, se apresentam aos indivíduos “como se fossem modos de ser”. Ao perderem o aspecto *stricto sensu* ideológico (de figurar como possibilidade na resolução dos conflitos) e serem percebidas como determinações de natureza irrevogável, as reificações da sociedade do capital tornam-se necessárias para que os seres humanos consigam reagir e organizar sua vida em conformidade com seus próprios desejos, cujos limites postos pelo estranhamento atuam como reguladores (*ibidem*).

Todo o longo argumento de Lukács sobre o estranhamento e a reificação aponta para a existência de uma “era da manipulação” na contemporaneidade, cujos efeitos na vida cotidiana tornam-se cada vez mais nítidos, na medida em que são capazes de intensificar a reificação na consciência do ser humano. O autor sustenta que essas reificações deformam, portanto, toda a vida, incluindo o tempo livre dos traba-

⁷ “Nas sociedades desenvolvidas, o estranhamento é, portanto, um fenômeno social universal, que predomina entre os opressores assim como entre os oprimidos, entre os exploradores assim como entre os explorados. A possibilidade de realizações limitadas, isto é, de escapar de possibilidades de estranhamento que se limitam ao plano individual é, em princípio, bem mais restrita no capitalismo” (Lukács, 2013, p. 754).

lhadores. Netto, em acordo com a visão de Lukács – ainda que não houvesse incorporado a questão da manipulação no argumento desenvolvido na obra referenciada –, ilustra de que modo esse aparato se apresenta nas mais diversas esferas da sociabilidade:

É o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, a gratuidade do ócio etc.) convertem-se em limbos programáveis (Netto, 1981, p. 81).

Lukács procura chamar a atenção para uma forma de existência que vem se acentuando durante todo o século XX. Na medida em que algumas “vitórias” mais imediatistas da classe trabalhadora se apresentam (como no caso do aumento dos salários e do tempo livre), surge um desenvolvimento capaz de aniquilar alguns dos estranhamentos antigos, mas que acaba por substituí-los por estranhamentos de novo tipo. Presos às respectivas particularidades, os seres humanos se veem cada vez mais submetidos a um aparato próprio do capitalismo moderno: uma série de manipulações econômicas, sociais e políticas que, explícita ou veladamente, são necessárias para “acorrentar o ser humano à sua particularidade” (Lukács, 2013, p. 797). Nesse sentido, a publicidade moderna – que desperta um impulso ilimitado ao consumo –, o consumo de luxo etc. se apresentam como mecanismos imprescindíveis para a conformação das subjetividades sob a lógica da concorrência capitalista. Como resultado disso instaura-se um estado anêmico dos explorados perante uma realidade recheada de reificações, sendo esta ainda balizada pela ciência neopositivista dominante (que ignora o caráter processual da realidade) e por todas as demais ideologias hegemônicas destinadas à manutenção do *status quo* (religião, política etc.) – sobre as quais não poderemos entrar em maiores detalhes, tendo em vista a ampla dimensão desse debate.

Todas essas determinações relacionadas ao fetichismo da mercadoria, e que aqui foram sucintamente descritas, evidenciam a enrascada na qual o capitalismo contemporâneo reificador coloca a humanidade, obstando as possibilidades de superação do em-si estabelecido e, conseqüentemente, impedindo que uma generidade para-si se desenvolva. De todo modo, Lukács busca indicar caminhos para a superação das reificações modernas e para o estranhamento indissociável ao capitalismo. Partindo daquela compreensão descrita acima, de que é preciso uma alteração radical nos três planos que conformam a sociabilidade (personalidade singular, atos da vida social e totalidade concreta) para que um enfrentamento efetivo contra a lógica do valor se estabeleça, seria necessário que a base econômica fosse alterada através de uma revolução social, organizada em torno das ideologias, mais precisamente, de uma luta ideológica. Com isso Lukács resgata a ideia leniniana de que a organização revolucionária exige um aparato ideológico adequado, capaz de mobilizar as subjetividades e proporcionar uma alteração da práxis num sentido contrário à lógica produtiva estabelecida, que, por sua vez, domina todos os aspectos da vida humana.

O que Lukács assume com essa ideia é a necessidade em fazer renascer o marxismo enquanto ideologia capaz de apresentar soluções aos problemas da sociedade, bem como a importância de sua difusão. Para o autor, os movimentos espontâneos de revolta/indignação contra o estado de coisas atual apenas conseguirão dirimir formas

específicas de reificação, mas nunca serão capazes de acabar com o estranhamento. Nesse sentido, caberia ao “marxismo autêntico” incorporar na organização e nas lutas revolucionárias os conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos, políticos etc. comprometidos com a superação do modo de produção vigente – revelando uma diferença em relação à posição messiânica atribuída ao Partido em *HCC*. Aprofundar nessa temática não está no escopo dos objetivos deste texto. Cabe mencionar apenas que, na visão de Lukács, esse renascer do marxismo enquanto ideologia é indispensável para: i) despertar a consciência subjetiva contra o estranhamento e as reificações da sociedade moderna; ii) instituir uma práxis que contraria a dinâmica do valor; e, consequentemente, iii) contribuir para a consolidação de um modo de produção no qual as finalidades atendidas estão diretamente relacionadas às necessidades do gênero humano, e não à produção do valor enquanto fim em si mesmo.

Considerações finais

Todas as elaborações de Lukács sobre o estranhamento e seus efeitos na vida humana demonstram o amplo conhecimento do filósofo sobre as categorias marxianas e sobre a realidade capitalista na qual esteve inserido. Desde sua juventude, é nítida sua preocupação em desvelar as estruturas mistificadas que conformam a socialidade no interior do modo de produção capitalista. Contudo, é possível observar algumas diferenças dessa concepção em relação àquela desenvolvida na maturidade. O processo de amadurecimento filosófico de Lukács pode, por isso, ser mais bem caracterizado como um refinamento teórico de suas formulações no sentido de uma autêntica ontologia.

Sobre *História e consciência de classe*, cabe destacar o importante papel de Lukács em resgatar de Marx e trazer ao debate marxista a categoria do estranhamento, enunciando-a como uma das chaves explicativas do processo de dominação do capital sobre o ser social. Além disso, sua análise sobre a reificação evidencia uma série de complexos sociais que são compelidos a reproduzir uma dinâmica estranhadora na sociedade moderna, sendo que a ciência e a esfera jurídica são destacadas pelo autor por endossarem uma práxis acrítica, conformando e ampliando as reificações que plasmam o agir em sociedade. Não obstante, revela-se pela literatura concernente ao tema e pelas próprias notas autocríticas de Lukács, que as teses de *HCC* estariam contaminadas por aspectos próprios da lógica idealista hegeliana. De fato, isso contribuiu para que *HCC* apresente algumas incoerências filosóficas fatais para as conclusões sobre a práxis revolucionária. Lembremos das identidades entre estranhamento e objetivação e entre sujeito e objeto, fundamentações que autorizam o autor a propor uma embaraçosa solução para o problema revolucionário: a consciência da classe trabalhadora só poderia ser alcançada pelo Partido, que, como um *Geist* hegeliano, operaria a transformação da classe em sujeito-objeto da história, dando fim à pré-história da humanidade.

Na *Ontologia*, contudo, toda essa investigação sobre o estranhamento adquire contornos muito mais robustos. O fato é que, amparado por uma compreensão reveladora sobre a práxis do trabalho, as ideologias e a reprodução social, Lukács consegue expor a relação entre intrincados momentos da vida social de forma primorosa, que até o momento escapava das discussões no âmbito marxista. Nesse sentido, sua formulação da maturidade, além de afastar todos os aspectos filosóficos problemáticos

observados em sua juventude, nos prestigia com uma investigação zelosa sobre o estranhamento e as formas concretas por ele assumidas no capitalismo contemporâneo. Cabe aqui destacar sua fundamentação precisa sobre o pôr teleológico do trabalho que conforma uma identidade da identidade e não identidade entre alienação e objetivação, assumindo que esse ato pode de fato causar estranhamento, observadas as condições sociais nas quais os seres humanos atuam, i.e., quando o ato de alienar-objetivar constringe, se volta contra o próprio desenvolvimento da personalidade do indivíduo.

Além disso, evidenciando as formas atuais assumidas pelo estranhamento, Lukács revela uma acurada exposição sobre a reificação presente na práxis social e nos complexos ideológicos, bem como a existência de um sofisticado aparato de manipulação, indicando a dificuldade enfrentada pelas perspectivas emancipatórias no momento histórico em que escreve. Como solução à superação do estranhamento do ser humano, Lukács afasta a compreensão de que esse papel se deve exclusivamente ao Partido. Recordemos, ao analisar a complexidade do real, o autor destaca que o estranhamento conforma três momentos da vida social: a personalidade humana, a práxis e a totalidade econômica. Sendo assim, é a concatenação das formas ideológicas que conformam esses momentos do agir que devem ser reivindicadas pelo marxismo, de modo que as esferas que balizam o agir humano (arte, filosofia, política, ciência etc.) se transformem em um *front* de ataque ao estranhamento e ao modo de produção atual, possibilitando um novo direcionamento da prática dos sujeitos em direção à formação de uma generidade humana para-si.

Este trabalho buscou contornar os pontos centrais da formulação lukácsiana sobre o estranhamento, apresentando os principais contrastes teórico-metodológicos de sua concepção da juventude em relação à desenvolvida na maturidade. Para que se realize uma análise precisa da realidade atual, parece indispensável compreender a problemática do estranhamento. Ao que tudo indica, as tendências reificadoras e o aparato manipulatório nunca estiveram tão presentes como hoje, na “era da informação”. Por outro lado, mesmo passados mais de 50 anos desde a morte de Lukács, o pensamento marxista ainda se mostra incapaz de mobilizar adequadamente o aparato categorial necessário para a transformação do todo social. Nesse sentido, se Lukács nos ajuda a pensar uma solução para o estado de coisas desanimador que se apresenta, é necessário pensar formas de fazer o marxismo renascer novamente como ideologia.

Referências

- BARBOSA, Gláucia Tinoco. “Georg Lukács e a crítica metodológica à ciência sociológica alemã: Da escola de Heidelberg à *História e consciência de classe*”. In: *XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, Guadalajara, pp. 1-15, 2007.
- BONENTE, Bianca Imbiriba; MEDEIROS, João Leonardo. “György Lukács (1885-1971)”. In: CALLINICOS, Alex; KOUVELAKIS, Stathis; PRADELLA, Lucia. *Routledge Handbook of Marxism and Post-Marxism*. Nova Iorque: Routledge, p. 103-110, 2021.
- DUAYER, Mario. “Marx: O Método da Economia Política como Crítica Ontológica”. In: *IX Colóquio Marx Engels*, Campinas, pp. 1-9, jul. 2018.
- INFRANCA, Antonino. “O estranhamento na *Ontologia do ser social*”. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 55, n. 1, pp. 1-12, jun. 2018.
- LÖWY, Michael. *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- _____. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 1. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. 1. ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. “Prefácio de 1967”. In: LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 1. ed., São Paulo: Martins Fontes, pp. 1-61, 2003a.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *O capital: crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *O capital: crítica da Economia Política*. Livro II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- _____. *O capital: crítica da Economia Política*. Livro III. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- OLDRINI, Guido. *György Lukács e os problemas do marxismo do século XX*. 1. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. “De História e consciência de classe a dialética do esclarecimento, e volta”. *Lua Nova*, n. 59, pp. 159-175, jan. 2003.

Recebido em 10 de julho de 2022

Aprovado em 11 de julho de 2022

A teoria marxista da dependência e o Estado dependente

The Marxist theory of dependence and the dependent State

Layra Fabian Borba Rodrigues*

Resumo

No presente trabalho pretendemos analisar os pressupostos da teoria marxista da dependência, a fim de que possamos compreender o que caracteriza a dependência, quais as estruturas que garantem a sua manutenção e reprodução e que papel o Estado desempenha nesse processo. Para tanto, apoiamos-nos em bibliografia fundamentalmente marxista, dentro da qual podemos citar Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio. O esforço de pesquisa se deu no sentido de analisar quais os efeitos da dependência sobre a população, em específico a brasileira. Diante disso, ao final chegamos à consideração de que, para haver a continuidade da dependência, o Estado dependente lança mão de políticas de ameaça à vida (políticas de entredicho), em outras palavras, de políticas de violência, para controlar e reprimir aqueles povos que têm maior potencialidade revolucionária.

Palavras-chave: dependência; políticas de violência; Brasil.

Abstract

In the present work we intend to analyze the presupposes of the Marxist theory of dependence, so that we can understand what characterizes the dependency, which structures guarantee their maintenance and reproduction and what role the State plays in this process. For this, we use a fundamentally Marxist bibliography, among which we can quote Ruy Mauro Marini and Jaime Osorio. The research effort was made to analyze the practical effects of dependence on the population, specifically the Brazilian. In view of this, at the end we come to the consideration that, for there to be continuity of dependence, the dependent State makes use of policies of threat to life (políticas de entredicho), in other words, policies of violence, to control and repress those peoples that have greater revolutionary potential.

Keywords: *dependence; policies of violence; Brazil.*

* Graduada em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

1. Introdução

Na década de 1960, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, teóricos da Universidade de Brasília (UnB) e militantes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop), debruçaram-se sobre o estudo das relações capitalistas entre países centrais e periféricos. Mediante a análise sobre a problemática da dependência, do questionamento do marxismo hegemônico que era presente nos partidos comunistas latino-americanos e da influência da obra de Lênin, elaboraram o que futuramente seria chamada de Teoria marxista da dependência. Dessa forma, neste trabalho temos por objetivo entender o que caracteriza o tema de estudo dessa teoria, ou seja, o que é a dependência. Dentro disso, tentaremos também compreender de que maneira se configura o Estado dependente e que especificidades delineiam sua atuação frente ao sistema capitalista.

No primeiro tópico, trazemos alguns fatos que estiveram por trás da formulação da Teoria marxista da dependência, bem como as influências teóricas que marcaram sua concepção. Assim, retomamos aspectos do debate sobre o imperialismo, feito por Lênin, que consideramos fundamentais para o entendimento da dependência. Em seguida, adentramos a discussão específica da dependência, utilizando principalmente os aportes de Ruy Mauro Marini.

No segundo tópico, a partir de Jaime Osorio, adentramos a questão do Estado dependente e suas especificidades, dentre as quais argumentamos que o grau de coerção que os Estados latino-americanos exercem sobre a população tem maior amplitude, devido à superexploração da força de trabalho característica da dependência e da formação estruturalmente racista e patriarcal.

Ao final, buscamos estabelecer paralelos entre a questão do Estado dependente com algumas situações vivenciadas por parte da população brasileira, como violência de gênero e étnica-racial. Com isso, esperamos que seja possível lançar luz sobre o fato de que a dependência tem efeitos bastante reais, que vão desde a economia e a política, até a dimensão social, isto é, até a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, nos seus corpos e mentes.

2. Teoria marxista da dependência: origem e fundamentos teóricos

A elaboração da Teoria marxista da dependência (TMD), vertente marxista das teorias da dependência, ocorreu na década de 1960, na UnB, quando André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini (1932-1997), Vânia Bambirra (1940-2015) e Theotonio dos Santos (1936-2018) iniciaram um grupo de estudos marxista. Ali, estudavam a problemática da dependência, a obra marxiana e Lênin, entre outros. Também teve importância para a formulação da TMD a participação militante deles dentro da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop). Essa organização havia sido formada pela união de diversos partidos pequenos e tinha por objetivo uma fundamentação teórica que fizesse frente ao argumento de aliança de classes defendido pelo Partido Comunista e conduzido pelo presidente João Goulart (Gonzaga e Luciano, 2017, p. 14). Em 1964, o governo ditatorial instaurado no Brasil os forçou ao exílio. Bambirra e Dos Santos foram para o Chile e vincularam-se ao Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO). Marini, que primeiramente seguiu para o México, uniu-se àqueles depois (Pado e Castelo, 2013, p. 12-13). Gunder Frank acabou deixando os estudos do grupo.

Marini, Bamberger e Dos Santos mais uma vez precisaram exilar-se, de modo que seguiram para o México. Os teóricos só voltaram ao Brasil na década de 1980, com o fim da ditadura militar no país (Prado e Castelo, 2013, p. 14).

Esses autores faziam um debate crítico a respeito da visão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do marxismo característico dos partidos comunistas latino-americanos. Assim, mediante a análise sobre a problemática da dependência, o questionamento do marxismo hegemônico que era presente nos partidos comunistas da região e a influência da obra de Lênin, elaboraram o que futuramente seria chamada de Teoria marxista da dependência. Ruy Mauro Marini (1994) reconhece a importância do pensamento desenvolvimentista, pois este teve ampla influência nos países da região e na Organização Econômica Americana (OEA). Além disso, detinha a originalidade de ser uma formulação teórica estruturada na América Latina.

Não obstante, para Marini essa formulação correspondia aos interesses da burguesia industrial, surgida na região a partir da primeira guerra mundial e que dividia o poder político com a tradicional burguesia exportadora. Já no caso dos partidos comunistas, o autor (1994) aponta que a crítica da TMD se dava com relação à estratégia política, a qual estava baseada na defesa da revolução em etapas e na colaboração entre classes, ou seja, entre burguesia e proletariado. Esta estratégia estava em consonância com a adotada pela extinta terceira internacional (internacional comunista), e se apoiava ainda na análise econômica cepalina, que proporcionava aos partidos, por um lado, elementos limitados para questionar as relações com o imperialismo, e por outro, um projeto nacionalista, que parecia justificar a formação de uma frente única entre burguesia e proletariado. Diante disso, Marini faz as seguintes colocações:

Partiendo de distintas vertientes, la teoría de la dependencia fue, sobre todo, un movimiento de ideas que trató de dar respuesta a las inquietudes y esperanzas que movilizaban a amplios sectores populares de América Latina: obreros, campesinos, estudiantes, profesionales, para ofrecerles una alternativa a un desarrollo capitalista cuyo carácter subordinado y excluyente lo hacía cada vez menos capaz de garantizar la atención hacia las necesidades esenciales de la población. Su mayor mérito fue el de replantear desde el marxismo la interpretación de la realidad latinoamericana, abriendo camino para que éste asumiera progresivamente un carácter de centralidad en el escenario intelectual y político de la región (Marini, 1994, p. 13).

No que tange à obra de Lênin (2011), temos que o desenvolvimento industrial na segunda metade do século XIX, ao contribuir para a formação de monopólios e aumento da concentração de capital, por um lado, e empobrecimento da classe trabalhadora e expansão da produção em escala, por outro, criou a necessidade de buscar novos mercados e fontes de matéria prima. Assim, o que se viu foi a partilha do mundo entre os capitais financeiros e monopolistas, onde poucos países industrialmente desenvolvidos passaram a dominar aqueles que não o eram, como os países latino-americanos. Nesses locais, as potências imperialistas se beneficiavam (e ainda o fazem) de maiores taxas de mais-valia e lucro a partir das empresas sedes que ali instalavam, em razão da força de trabalho e matérias-primas abundantes e baratas, bem como da troca desigual de mercadorias.

Assim, houve uma acentuação das assimetrias divisão internacional do trabalho, onde a produção nos países centrais está baseada no maior progresso técnico, enquanto as demais regiões, especialmente a América Latina, continua a atuar como criadora de uma oferta mundial de alimentos, fornecedora de matérias primas e força de trabalho. Não obstante, o Imperialismo vai além disso, pois, como pontua Lênin, é caracterizado por: 1) concentração da produção e formação de monopólios; 2) fusão do capital bancário com o industrial, resultando na formação do capital financeiro; 3) exportação de capitais; 4) formação de associações internacionais monopolistas; e 5) partilha territorial do mundo entre essas associações capitalistas. (LÊNIN, 2011, p.218). Assim, é no Imperialismo, fase mais desenvolvida do capitalismo, que se solidifica a dependência dos países latino-americanos aos centros do capital hegemônico.

Por sua vez, foi a partir da análise e debate em torno da temática do imperialismo que os autores da TMD chegaram à fundamentação teórica da dependência, a qual parte da compreensão do imperialismo desde a perspectiva dos países dependentes. Para Marini, a dependência pode ser “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2015, p. 4). Desta feita, as relações de dependência condicionam tanto a inserção dos países latino-americanos na economia mundial como as suas estruturas e relações internas, que devem garantir o funcionamento concreto de seu papel dependente no capitalismo mundial. Isso significa que os países latino-americanos tiveram suas economias condicionadas pelo desenvolvimento e expansão das economias centrais, às quais estão submetidos. Por conseguinte, o “subdesenvolvimento” dos países periféricos foi, ao mesmo tempo, uma consequência da expansão do capitalismo mundial e uma condição do desenvolvimento dos países centrais e industrializados, sendo que o “atraso” econômico e político dos países periféricos se fez fundamental para o “avanço” e enriquecimento daqueles.

Definida a divisão internacional do trabalho, surge o eixo problemático da transferência de valor e troca desigual dentro do intercâmbio de bens industriais (centro) e bens primários (periferia). Quando ocorre o desenvolvimento industrial na Europa, tem-se a incorporação de tecnologias modernas no processo produtivo, de forma que o trabalhador possa, no mesmo tempo de trabalho anterior, aumentar sua produção. Ou seja, há um aumento da produtividade social do trabalho, o que reduz os custos da produção ao passo que reparte o valor (tempo de trabalho) entre cada bem, não ocorrendo, porém, uma modificação da taxa de mais-valia. Fixemo-nos no ponto de que, justamente por essas tecnologias serem obtidas a partir do desenvolvimento e especialização industrial de determinados países europeus, não são ainda comuns a todas as economias. Dessa forma, por produzirem em maior quantidade, o custo individual dos produtos é reduzido, bem como o valor, pois agora está repartido. Ao mesmo tempo, contudo, por essa tecnologia não estar generalizada, o valor social médio da produção é maior que o valor individual, de modo que o capitalista que detenha o aumento da produtividade se beneficia de uma mais-valia extraordinária, que nada mais é que uma distribuição desigual da mais-valia entre os capitalistas. Essa mais-valia extraordinária se traduzirá em lucro extraordinário e, em busca de obtê-lo, o aumento da produtividade pelo desenvolvimento da técnica se tornou uma finalidade constante dos capitalistas.

Além da mais-valia extraordinária, o aumento da produtividade terá outro efeito, qual seja, o de possibilitar a obtenção de mais-valia relativa ao invés da absoluta. Como apontado, o aumento da produtividade por si só não modifica a taxa de mais-valia, pois para que isso ocorra é preciso haver uma mudança na relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Como o tempo de trabalho necessário se refere ao tempo destinado a custear a reprodução da força de trabalho, resta ao capitalista intervir para que haja um aumento da produtividade e, por conseguinte, “[...] o barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador” (Marini, 2015, p. 17). Esse barateamento também se deve, por outra parte, ao fornecimento de bens alimentícios pela América Latina. Segundo Marini, foi esse deslocamento do eixo de tempo de trabalho necessário e excedente, provocado pelo aumento da produção de bens de consumo, que permitiu a desvalorização real do valor da força de trabalho e, dessa forma, abriu a via da obtenção de mais-valia relativa.

Assim, o desenvolvimento industrial europeu, associado ao desenvolvimento da técnica, de um lado, e a oferta de matéria-prima e bens alimentícios pelos países latino-americanos, de outro, foi o que possibilitou às nações europeias a obtenção de mais-valia relativa e extraordinária e, ainda, lucros extraordinários. Em contrapartida, na América Latina se desenrolou um processo distinto.

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes [países industriais], a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. *No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador.* É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...] (Marini, 2015, p. 5, grifo nosso).

Com essa exposição, queremos chegar ao argumento de Marini (2015) sobre a transferência de valor dos países dependentes para os do centro. Para ele, na relação de troca entre bens de diferentes esferas de produção, isto é, de bens industriais advindos da Europa e de bens primários, desde a América Latina, os países latino-americanos se veem frente a uma transferência de valor dupla para aqueles, pois pagarão um preço de mercado maior que o preço de produção da mercadoria (incorrendo na obtenção de uma mais-valia extraordinária), diferença propiciada pelo aumento da produtividade (mais-valia relativa) nesses países. Isso porque, como já apontamos, além da incorporação tecnológica, a mais-valia relativa passa pela redução do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força dos trabalhadores, o que é conseguido por meio da desvalorização dos bens-salário, que são os bens necessários a essa reprodução. Dentre esses bens essenciais, estão os agrícolas-alimentícios, fornecidos pelas economias dependentes.

Consequentemente, dadas as condições de sua inserção na economia internacional como criadores de uma oferta mundial de alimentos e de matérias-primas, bem como uma produção ainda baseada essencialmente na mais exploração do trabalho, os países latino-americanos vendem seus produtos por preços muito baixos e compram

os industriais por preços de mercado muitos altos, transferindo assim parte do valor aos países desenvolvidos, bem como sustentando o aumento da produtividade destes.

Para compensar a transferência de valor que ocorre por meio do comércio internacional, ao invés de aumentar a produtividade pelo aprimoramento da técnica, as nações dependentes se valem de uma maior exploração do trabalhador, num processo que Marini (2015) denominou *superexploração do trabalho*¹. O aumento da exploração é alcançado por meio da utilização de três mecanismos: 1. intensificação do trabalho; 2. prolongamento da jornada de trabalho; e 3. expropriação de parte do fundo de subsistência do trabalhador, necessário para a reposição da sua força de trabalho. Esses mecanismos incidem diretamente na força de trabalho, que nada mais é que o próprio trabalhador.

A força de trabalho está na corporeidade viva do trabalhador (músculos, cérebro, sistema nervoso, esqueleto, coração, pulmões etc.). Não há como separar uma coisa da outra. Portanto, quando o trabalhador vende sua força de trabalho, o capital não apenas recebe aquela mercadoria, mas também a corporeidade total do trabalhador. *E tudo que acontece com essa força de trabalho, trabalhando, em extenuantes jornadas, intenso trabalho, para falar das exaustivas horas de deslocamento da casa ao trabalho e vice-versa, incide no trabalhador e em seu corpo (e alma ou espírito)* (Osorio, 2014, p. 146, grifo nosso).

Posto isso, temos então que a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho levam ao esgotamento prematuro do trabalhador, enquanto a expropriação do fundo de subsistência retira a possibilidade de este consumir os produtos necessários para a conservação da sua força de trabalho. Esses são os mecanismos que configuram a superexploração da força de trabalho, e que operam no nível da produção interna para compensar as transferências de valor no mercado internacional. Dessa maneira, as transferências de valor no comércio internacional, em realidade, são transferências de mais-valia. Sobre a especificidade da superexploração da força de trabalho, Marini pontua:

Assinalemos, inicialmente, que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa — a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, *a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real* (Marini, 2015, p. 33, grifo nosso).

Segundo Osorio (2010, p. 98) a superexploração dos trabalhadores leva a um esgotamento prematuro da força de trabalho, quando não à morte. Os trabalhadores que

¹ Apesar de Marini utilizar “superexploração do trabalho”, optamos por fazer o uso de “superexploração da força de trabalho”, expressão mais usual nos debates atuais e que procura mostrar que quem efetivamente sofre a superexploração são os trabalhadores, ao vivenciá-la em seus corpos e subjetividades, como o autor mesmo já pontuava em seu texto (MARINI, 2015).

não são mais úteis para o sistema de acumulação de capital acabam sendo excluídos do processo produtivo e ingressam na denominada superpopulação relativa. Tal termo, cunhado por Karl Marx, refere-se ao estrato da população que fica excluído da produção, pelo fato de estarem inaptos ao trabalho ou pelas ocupações não serem suficientes para empregar a todos, bem como aqueles que estão empregados em postos de trabalho precarizados. Essa insuficiência, no entanto, é gerada pelo próprio capitalismo, visto que cada nova fase de acumulação acarreta um desenvolvimento da técnica, seja em maquinários, equipamentos e tecnologias, estes que compõem o capital constante da produção e viabilizam o aumento da produtividade dos trabalhadores. Todavia, o aumento da produtividade reduz a força de trabalho necessária. Daí que muitos trabalhadores acabam sendo expulsos do processo produtivo e somados às fileiras da superpopulação relativa.

Além disso, se levarmos em consideração a conformação da classe trabalhadora urbana no caso brasileiro, veremos que a falta de uma reforma agrária das propriedades, a incorporação de tecnologias no setor agrário, as constantes secas e a pobreza que as acompanha bem como a decadência do setor cafeeiro, na década de 1930, foram fundamentais para esse processo. Isso porque, ao provocarem um agudo desemprego, muitos trabalhadores do campo migraram massivamente para as cidades, onde o estímulo à industrialização para a substituição de importações do governo Vargas criava a promessa de empregos e salários melhores.

A realidade urbana, contudo, era (e é) bem distinta. A oferta de postos de trabalhos não era suficiente para todos. Dessa maneira, para não ficarem desempregados, muitos trabalhadores se submetiam a regimes trabalhistas bastante precarizados e com salários baixíssimos. Segundo Osorio (2010), eis aí a função da superpopulação relativa que, ao ser excluída do processo produtivo, contribui para o rebaixamento dos salários, impactando, portanto, na valorização do capital.

La exclusión en el capitalismo no es sino una cara particular de la inclusión en la valorización y dominio del capital y expresa el exceso de una universalidad que integra expulsando. Esta *exclusión por inclusión* tiene como trasfondo en el capitalismo el ejercicio de un poder soberano que pone la vida de los trabajadores en entredicho (Osorio, 2010, p. 90).

Pressionados pela grande quantidade de força de trabalho disponível de um lado e escassez de postos de trabalho de outro, os trabalhadores que estão ativos têm de submeter-se a uma superexploração da força de trabalho cada vez mais intensa e a salários cada vez menores. Daí que, mesmo estando empregados, os trabalhadores ainda possam estar em condição de pobreza. Resultado disso é a formação de bolsões de miséria nas cidades, onde os trabalhadores superexplorados, em conjunto com a superpopulação relativa, são excluídos para as periferias das cidades, construídas sem planejamento de infraestrutura, saúde, sistema de saneamento básico ou educação. São uma perceptível contraposição aos centros urbanos, onde se localizam as classes dominantes, com fartura e riqueza por todos os lados, nos prédios, na organização da infraestrutura, na presença de todos os serviços básicos, no transporte. O contraste entre centro e periferia, nas cidades, é a materialização da desigualdade socioeconômica entre os indivíduos, da concentração e centralização de capital em alguns poucos capitalistas, ao custo da pobreza e miséria dos trabalhadores.

A problemática principal reside no fato de que, havendo uma separação entre as condições objetivas de trabalho e o trabalhador, e, assim, entre os que são proprietários dos meios de produção, de um lado, e os que são proprietários unicamente da sua força de trabalho e precisam vendê-la para sobreviver, de outro, ou seja, havendo relações socioeconômicas desiguais, a liberdade, a igualdade política e a cidadania são mais formais que reais (mesmo que existam em certa medida). Isso porque economia e política estão em unidade dialética, são estrutura e superestrutura que se condicionam mutuamente. O que queremos dizer é que a separação dos sujeitos em duas classes distintas revela contradições econômicas, políticas e sociais latentes. Por sua vez, essas contradições são condensadas justamente na figura do Estado, pois este encarna o dever de tanto assegurar os direitos dos trabalhadores quanto o de representar os interesses da burguesia, seja no âmbito interno ou externo. Assim, dadas as condições concretas do capitalismo, em especial as dos países dependentes, cabe investigar o real papel desempenhado pelo Estado.

3. O Estado nos países dependentes

No *Manifesto comunista*, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) já deixavam explícito que o Estado representativo moderno “[...] não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 1999, p. 10). Para estes, conforme se estabelece o capitalismo, pelo fato de a burguesia ser impulsionada pela necessidade de mercados novos, tem-se a formação de uma interdependência entre todas as nações, haja vista que o desenvolvimento da indústria acarreta o uso de matérias-primas que já não são mais nacionais, e sim de todas as partes do globo. Por outro lado, também os produtos nacionais não são mais capazes de satisfazerem as necessidades de consumo, de modo que é preciso que se tragam mercadorias das regiões mais distantes e diversas (Marx e Engels, 1999, p. 13).

Assim, considerando essa interdependência das nações, e lembrando que nos países que alcançaram a independência formal houve uma permanência do modelo de produção agroexportador, continuada devido aos objetivos da burguesia nacional, tem-se que a articulação entre os interesses dessas burguesias e os das burguesias imperialistas serão mediados pelos Estados nacionais. Como a relação que se estabelece entre esses dois grupos é produto e ao mesmo tempo reprodutora das relações de dependência econômica que existem nas nações latino-americanas, também os Estados nacionais de cada uma delas terão um caráter dependente. Em consequência, podemos dizer que o Estado, nos países dependentes latino-americanos, será um Estado dependente. Sobre este, Bichir assinala que:

Compreendidos como o centro do poder político, o Estado, na perspectiva dos teóricos marxistas da dependência, é a representação da dominação de classe subjacente a tais formações sociais. A imbricação entre a questão nacional e a questão de classe adquire concretude nos Estados dependentes a partir da conformação do bloco no poder nesses Estados, por meio da participação de frações de classe dominantes estrangeiras. *A dependência, nesse sentido, ao mesmo tempo em que se constitui como uma relação entre Estados, ganha efetividade política através das relações de classe que se configuram nos níveis nacionais e internacionais* (Bichir, 2017, p. 60, grifo nosso).

Por meio disso, observamos que a dependência se efetiva tanto no âmbito econômico quanto político, o que demonstra a inseparabilidade da estrutura e da superestrutura nas sociedades capitalistas, levando em consideração que as relações políticas de dominação são dialeticamente interligadas com as relações sociais e econômicas de produção. Dessa dependência no plano político, decorrem consequências diretas no grau de autonomia dos Estados latino-americanos. Para chegar ao conceito de autonomia, precisamos entender antes a análise que Osorio faz sobre o Estado, visto que o autor o entende como uma combinação de aparato estatal, interesses das classes dominantes e classe reinante².

De acordo com Osorio, o Estado, como condensação material das relações de dominação e exploração, expressa-se como aparato de Estado, sendo composto por um corpo de funcionários, organização hierarquizada de instituições, regras e leis (Osorio, 2014, p. 36). No entanto, os interesses de classe que o Estado organiza e representa são os da classe dominante. Organiza, pois conforme aponta Osorio (2014, p. 46), a classe dominante não é um bloco monolítico, constituindo-se antes por um agrupamento heterogêneo de classes sociais, sendo elas a burguesia e o proprietário fundiário; de frações de classe, como as burguesias industrial, comercial, agrária e financeira; e de setores de pequeno, médio ou grande capital. Cada um desses grupos detêm interesses próprios e é por meio da articulação que estabelecem entre si que conformam o bloco no poder, unidade-confrontação que dá base à dominação e exploração por meio das quais sustentam o seu poder.

Dentro desse bloco heterogêneo, uma classe, fração ou setor é hegemônico quando seus projetos e seus interesses prevalecem sobre o restante das classes, frações e setores das classes dominantes. Esta condição pode ser alcançada no bojo de agudas disputas que chegam a envolver não apenas os participantes do bloco dominante, mas também as classes dominadas, mediante a busca de apoio e de força nestas últimas (Osorio, 2014, p. 47).

Assim, seja por meio do consenso, da coerção ou da combinação de ambos, essas classes, frações e setores buscam estabelecer a hegemonia social dos seus interesses particulares, que, todavia, são apresentados como pertencentes a toda a sociedade. A questão é que apesar de ser a classe dominante quem orienta os interesses políticos do Estado, não é ela quem de fato integra o aparato estatal. Osorio aponta que quem o fará será a classe reinante, cujos membros e interesses não necessariamente serão os mesmos da classe dominante. Essa “independência” possibilita ao Estado uma *autonomia relativa* frente à classe dominante, pois a diferenciação entre classe dominante e reinante abre espaço para que o Estado não atue unicamente conforme os interesses da classe dominante. Tal fato contribuirá para a construção da ideia de um Estado neutro, que não atua segundo interesses particulares das classes, frações e setores dominantes.

² Osorio define classe reinante como “[...] o corpo de funcionários do Estado que ocupam as posições mais altas dentro do aparato de Estado, como: presidentes, ministros de Estado, funcionários de cargos superiores das secretarias e ministérios, autoridades parlamentárias, ministros da Corte, altos comandos militares etc.” sendo que do ponto de vista de sua procedência social, a classe reinante não pertence necessariamente às classes dominantes, ainda que, pela sua posição no aparato de Estado, nos grandes debates e nas definições políticas tenderá a se posicionar a favor dos interesses dessas classes” (OSORIO, 2014, p. 40).

Esta imagem, contraditoriamente, acaba por reforçar a eficácia do projeto hegemônico do grupo dominante.

Depois de discutir o conceito de autonomia relativa do Estado, observamos agora a questão da autonomia do Estado latino-americano. Bichir, a partir de Marini, aponta que os conflitos no interior da classe dominante levam a uma maior autonomia do Estado dependente “[...] estando a autonomia relativa do Estado em razão inversa à capacidade da burguesia de manter sua dominação de classe” (Bichir, 2017, p. 116). Como já havíamos dito antes, a burguesia latino-americana responde aos interesses da burguesia imperialista, o que produz contradições no seu projeto de hegemonia social e, por consequência, nos sistemas ideológicos de dominação que garantem o consenso das frações de classe dominantes e da classe dominada.

Dessa maneira, havendo fraturas no projeto de hegemonia da burguesia, o Estado acaba por adquirir maior autonomia frente a esta. No entanto, justamente por haver fraturas nesse projeto, o consenso não é suficientemente alcançado entre as frações de classe dominante e classe dominada, de forma que o Estado, cuja função primeira é a de assegurar as condições de acumulação e de reprodução do capital, recorre a elevados níveis de coerção em relação às classes subalternas. Nos países dependentes, a repressão aos trabalhadores é especialmente importante em razão da superexploração da força de trabalho e da existência de uma grande superpopulação relativa.

Se o capitalismo é um sistema com dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente. Sociedades atravessadas por esses processos geram altos níveis de conflito social, alguns latentes e muitos outros manifestos. *A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes.*

Assim, a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente (Osorio, 2014, p. 208-209, grifo nosso).

Como já apontamos anteriormente, nas cidades dos países dependentes há uma expressiva diferenciação entre as espacialidades das classes dominadas e dominantes, a qual se refere à materialização mais perceptível da concentração e centralização de capital. Se o espaço destinado aos primeiros é de miséria e carência, o dos segundos é de riqueza e abundância. Assim, temendo que uma revolta ocorra, a coerção, a violência e a subjugação dos dominados se apresenta como uma *necessidade* para a continuidade da posição e poder da classe dominante. A intenção é que não haja margem para contestações revolucionárias por parte daqueles, de forma que a suspensão da sua cidadania plena bem como a vigilância e a intervenção constante pelas forças policiais e militares é o que garante a manutenção e a reprodução da ordem. Da ordem burguesa, da ordem do capital.

Dizemos que há uma suspensão da cidadania plena nas periferias porque nestes lugares as forças coercitivas do Estado podem reprimir e eliminar conforme o desejado. A coerção, evidentemente, é uma prerrogativa de todo Estado burguês, porém, aqui apontamos o caso do países dependentes latino-americanos, em especial nas regiões de periferias e favelas, devido ao fato de que, diferentemente dos países centrais, onde os povos que são duramente reprimidos conformam uma minoria populacional

(mesmo que seja uma minoria expressiva dentro do contingente populacional), como a população negra e migrante nos EUA e Europa, aqui estes se referem à maioria da população. Uma maioria preta, parda, indígena e migrante. E o fato de serem maioria, em conjunto com uma formação social estruturalmente racista e patriarcal, faz com que o grau de coerção vivenciado por essas populações tenha uma maior amplitude nos países dependentes.

De acordo com Osorio (2010), o conceito de cidadania emerge da visão contratualista do Estado, onde este idealmente representa de forma justa e igualitária cada cidadão e seus interesses. Essa visão também atua no sentido de “idealmente” separar a política da economia. No entanto, cabe notarmos que esse contrato se constitui a partir de uma formação social fraturada, isto é, dividida em classes, “racializada” e “genérficada”. Desse modo, ao mesmo tempo em que formaliza essa divisão, ancorado na ideologia de cidadania, o contrato social mantém a reprodução do capitalismo. Isso porque, ao se verem justa e igualitariamente representados na política, os cidadãos não questionam a ordem estabelecida. Eis então onde reside a problemática desse processo, pois como a política e a economia não se separam na realidade (apenas nas interpretações idealizadas), ou seja, como a política não está senão em relação dialética com uma formação socioeconômica classista, racista e sexista, diversos sujeitos não estarão sob a universalidade dos direitos humanos conferidos pela cidadania.

No que se refere à pretensa universalidade dos direitos humanos, Jaime Osorio ressalta o caso dos migrantes, que, caso não se integrem à comunidade de cidadãos de direitos, são tratados como não-humanos e, portanto, acabam sendo impedidos de gozarem seus direitos políticos. Fato semelhante ocorre com as populações periféricas, “faveladas”, como são chamadas no Brasil. Sob o marcador de classe pobre e dominada, ao qual se unem os de raça e de gênero, essas populações se tornam alvos de políticas de “*entredicho*”³, isto é, de políticas que colocam a vida de homens e mulheres pobres e negros sob ameaça.

En la sociedad construida por el capital es el trabajador el moderno *homo sacer*, aquel cuya vida quienquiera puede arrebatarla sin ser considerado homicida. *Un orden social organizado en torno al hambre desenfrenada por la apropiación de trabajo excedente y que en la producción no sólo se apropia de la fuerza de trabajo sino de la corporeidad viva de sus propietarios, no puede operar sino instalando la vida de los trabajadores en entredicho.*

Todos los mecanismos que para el capital se constituyen en elementos de generación de trabajo excedente, terminan revirtiéndose para los trabajadores en vida arrebatada por el capital, sea con salarios que no permiten recuperar las energías vitales gastadas día con día, sea por años futuros de trabajo

³ O termo *entredicho* pode ser traduzido literalmente como a ação de pôr algo em questão, em xeque, sob ameaça. Desse modo, daqui em diante, todas as vezes que a expressão for utilizada no texto, pode ser interpretada como políticas de ameaça à vida. Segundo Osorio (2010), a lógica capitalista de inclusão pela exclusão tem como pano de fundo um poder soberano que coloca em xeque a vida dos trabalhadores, visto que o Estado condensa a dominação e a exploração e impõe seus interesses como universais com graus variados de consenso e coerção. Assim, a violência reside no fato de que a classe dominada se vê submetida a diversos mecanismos de exclusão social, econômica e política devido à “universalidade” dos direitos humanos e não percebe tal situação. Ademais, suas vidas importam apenas na medida em que sua exclusão do processo produtivo contribui para o processo de valorização do capital.

apropiados hoy por la vía de extensas e intensas jornadas laborales. *Es la propia vida, como exclusión, lo verdaderamente incluido en el reino del capital y lo que se encuentra en juego* (Osorio, 2010, p. 102-103, grifos adicionados).

No Brasil, a violência policial e a política de morte perpassam aqueles que são homens e mulheres pobres, negros (as) e pardos (as), justamente por serem estes os trabalhadores cuja força de trabalho é a mais desvalorizada, em vista dos processos de formação histórica do país marcadamente classista, racista e patriarcal. Isso porque, desde o momento em que ocorreu a passagem do modo de produção escravista colonial para o capitalista dependente, não só não houve políticas de reparação para a população negra liberta, como também não foram criadas políticas de inserção e integração ao mercado de trabalho livre e assalariado existente. Diante do incentivo prestado pelo governo brasileiro à imigração de mão de obra europeia, branca e qualificada, a população recém-liberta se viu novamente às margens da sociedade capitalista que se formava, tendo de ocupar os postos de trabalho menos qualificados, com baixa remuneração e mais precarizados.

Sobre essa discussão, no seu texto *Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo*, Clóvis Moura busca evidenciar como o passado histórico brasileiro, baseado no modo de produção escravista, implica diretamente no presente (o texto foi escrito em 1983, mas ainda nos parece bastante atual), visto que as estruturas escravocratas, racistas e de classes permaneceram. No pós-abolição, Moura aponta como a transformação das classes dominantes do Império, convertidas então nas classes latifundiárias, estabeleceram diversos mecanismos ideológicos, culturais e econômicos para reprimir e controlar as populações da franja marginal, quais sejam, os negros recém-libertados da escravidão. Junto a isso, o autor argumenta que, se no período escravocrata a economia teve orientação colonial, ou seja, fundamentalmente orientada pela exportação para a metrópole, na fase do capitalismo dependente, essa economia foi regida pelo imperialismo.

*As classes dominantes necessitavam para manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o *lunpenproletariat*, mas transcende a essas duas categorias. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez neste sentido, enquanto se vai buscar, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: O branco* (Moura, 1983, p. 132-133).

Desta maneira, segundo Moura (1983), se nos países europeus já se fazia necessário um grande exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, nos países dependentes houve a necessidade de uma massa muito maior de pessoas nessa reserva, as quais foram separadas dos setores mais produtivos e dinâmicos da economia, tendo em conta que estes foram ocupados por outro tipo de trabalhador, o trabalhador im-

portado, branco e europeu. Assim, “[...] os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante” (MOURA, 1983, p.135). Por conseguinte, na medida em que as pessoas que estiveram na composição dessa franja marginal eram as mesmas que haviam sido escravizadas no passado, torna-se impossível dissociar o passado escravista do capitalismo dependente.

Nesse sentido, coube ao Estado dependente agir de acordo com os interesses dos fazendeiros de café e da classe industrial que se formava nas cidades, atuando coercitivamente sobre a classe dominada, formada então pelos ex-escravos e trabalhadores imigrantes. Sobre os primeiros, a coerção empregada se deu com a finalidade de impedir a participação desses indivíduos nos setores mais produtivos e dinâmicos da economia; impedir sua permanência nos centros das cidades, deslocando-os para as periferias urbanas e regionais; e de retirar qualquer possibilidade de ascensão social desses sujeitos. Dessa forma, na sociedade capitalista dependente, o ex-escravo manterá seu papel de sustentação da sociedade, pois é a superexploração da sua força de trabalho que permitirá a acumulação de capital na formação socioeconômica dependente.

Segundo Martins (2012, p. 100), no início do século XX o que se verificava era a incorporação da força de trabalho imigrante, branca, nos setores fabris que se expandiam na época, sendo que, em contrapartida, a força de trabalho negra foi relegada aos postos de trabalho mais precarizados e superexplorados, em especial nos setores de serviço doméstico e no que hoje se denomina como setor informal. Chama a atenção especialmente o caso do trabalho doméstico, realizado em larga medida pelas mulheres negras, que de mucamas passaram a ser babás, cozinheiras e faxineiras. A autora afirma ainda que nas indústrias, quando não eram trabalhadores imigrantes, eram os filhos destes, o que deixa visível a preferência por trabalhadores específicos, ou melhor, por trabalhadores de uma “raça” específica. Para Martins, homens e mulheres negros, “no geral, ocupam a posição daquele contingente de *trabalhadores excedentes para o capital*”, de forma que “diante da grande quantidade de imigrantes e, evidentemente, da preferência pelo branco no mercado de trabalho, os trabalhadores provenientes do trabalho compulsório (o ex-escravo) dificilmente se inserirão no trabalho assalariado urbano” (Martins, 2012, p. 87, grifo nosso).

Assim, Martins analisa desde Florestan Fernandes (1920-1995) quais eram as opções dos homens e mulheres recém-libertos naquele período. A primeira era retornar à região de sua origem ou de seus familiares - as áreas rurais do nordeste ou o interior de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; a segunda, continuar a trabalhar no mesmo local onde fora escravo; a terceira, ir para as grandes cidades e concentrar-se nas favelas, com perspectiva de desemprego ou emprego temporário para os homens e serviço doméstico para as mulheres; e a quarta opção, ir para as pequenas cidades e não ter que competir com outros trabalhadores, como os imigrantes, mas, ao mesmo tempo, enfrentar falta de perspectivas (Martins, 2012, p. 103).

Em vista disso, a realidade é que no Brasil republicano pós-abolição, a inferiorização e o preconceito racial, somados à falta de política de integração socioeconômica por parte do Estado, fez com que as populações negras fossem excluídas da formação dessa sociedade e da nação que emergia. E aqui retomamos um elemento trazido no começo deste texto a partir de Osorio (2010), isto é, de que no capitalismo a inclusão se

dá pela exclusão, pois ao excluir os trabalhadores do processo produtivo, o contingente de força de trabalho excedente ou superpopulação relativa pressionará os trabalhadores ativos, tanto no que se refere à superexploração da força de trabalho quanto à desvalorização do valor real desta. Desta feita, a população negra, ao ser excluída do processo produtivo, por meio do desemprego e subemprego, acaba integrando essa superpopulação relativa, de maneira que desempenha um papel fundamental no capitalismo, qual seja, o de elevar as taxas de mais-valia e lucro dos capitalistas e propiciar a acumulação de capital.

Conforme Moura (1983), o imperialismo, nos países dependentes, aproveitou-se das estruturas escravistas e racistas existentes, as reconfigurou e as utilizou para a acumulação de capital nessa nova fase capitalista. Segundo o autor, “desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante” (Moura, 1983, p. 135). A partir das colocações de Clóvis Moura, poderíamos argumentar que entre o colonialismo e o capitalismo dependente parece ter havido antes uma relação de continuidade do que de uma ruptura, no que tange às estruturas racistas, estratificadas e classistas.

Dessa maneira, a circunscrição dos homens e mulheres pobres e negros aos postos de trabalho menos dinâmicos e produtivos, por não exigir força de trabalho qualificada, retira oportunidades de qualificação educacional e profissional e, assim, de ascensão social. Também os confina em áreas periféricas, marginalizadas e intencionalmente atravessadas por maior grau das forças coercitivas, as quais podem tomar a forma da polícia militar/civil/federal, exército, guarda nacional e assim por diante. Juntos, esses dois fatores têm por finalidade controlar e reprimir a classe de trabalhadores, para que estes exerçam a sua função primordial dentro da sociedade dependente, qual seja, a de possibilitar a acumulação de capital, alcançada por meio da superexploração da sua força de trabalho.

Nesse sentido, tomando o apontamento de Clóvis Moura, de que o passado colonial-escravista incide diretamente no presente, podemos entender melhor alguns dados atuais sobre o país. Dessa maneira, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o ano de 2020, a presença de pessoas pretas e pardas é marcante nos serviços de Agropecuária (60,7%), na Construção (64,1%) e nos Serviços domésticos (65,3%), os quais são os que têm rendimentos inferiores à média das demais atividades (IBGE, 2021, p. 24). Nesse mesmo ano, constatou-se que a população ocupada de cor ou raça branca tinha salários 73,3% maiores que a população preta e parda, e os homens ganhavam salários em média 28,1% maiores que o das mulheres (IBGE, 2021 p. 27).

Sobre a população ocupada em atividades informais, 44,7% são de cor ou raça preta e parda, enquanto 31,8% da cor branca. Em relação à taxa de desocupação segundo os níveis de instrução, tem-se um valor médio de 15,9% para as pessoas pretas e pardas, e 11,1% para as brancas. Essa diferença diminui entre pessoas que têm ensino superior completo, passando a ser 8,1% e 5,8%, respectivamente, o que evidencia que o acesso ao ensino superior contribui para a redução das desigualdades (IBGE, 2021, p. 35).

No que tange às informações sobre as taxas de pobreza e extrema pobreza, no ano de 2020, 7,4% de pessoas pretas e pardas eram extremamente pobres e 31,0% eram

pobres, enquanto que, entre os brancos, essas taxas eram de 3,5% e 15,1%, respectivamente. A diferença entre essas taxas por sexo não era expressiva, mas quando combinada com cor ou raça, o resultado foi que as mulheres pretas e pardas têm a maior incidência de extrema pobreza, cerca de 7,5%, e pobreza, com cerca de 31,9% (IBGE, 2021, p. 66). Dados sobre as residências contempladas por benefícios emergenciais (devido à pandemia da Covid-19) mostraram que 60% destas eram compostas por pretos e pardos; e o arranjo familiar que mais recebeu os auxílios foi aquele no qual a mulher preta e parda mora com os filhos e sem cônjuge, o que corrobora com a tendência aqui explicitada de haver uma maior incidência de pobreza em lares chefiados por mães solas e negras (IBGE, 2021, p. 67).

Agora no que se refere às estatísticas sobre violência, de acordo com dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), das 6.416 pessoas mortas por intervenção policial em 2020, 98,4% eram homens, 76% tinham entre 0 e 29 anos e 78,9% eram negros (FBSP, 2021, p. 66-67). Ou seja, os homens jovens e negros são os principais alvos das intervenções policiais. Por outro lado, entre os próprios policiais, os que mais morreram foram os oficiais negros, 62,7% deles, apesar de serem minoria dentro das corporações.

Nos dados sobre feminicídio, consta que entre as 1.350 vítimas em 2020, 63,4% das mulheres tinham entre 18 e 39 anos, 61,8% eram negras (FBSP, 2021, p. 97-98). Quanto à composição do sistema prisional brasileiro, em 2020 havia 759.518 pessoas privadas de liberdade, das quais 94,39% eram homens, 48,6% tinham entre 18 e 29 anos e, entre os indivíduos que tiveram raça/etnia informada, pretos e pardos conformaram a maioria, correspondendo a 66,3% da população privada de liberdade (FBSP, 2021, p. 213).

Esses dados são apenas uma fatia do bolo, mas como vimos as políticas de *entredicho* se estendem para os salários, emprego e desemprego, programas de seguridade social, violência, dentre outros. Os dados apenas deixam em evidência o que diversos autores já apontavam, entre eles Clóvis Moura, isto é, que as estruturas do passado escravista, colonial, (e aqui também adicionamos patriarcal) foram reconfiguradas para propiciar a acumulação de capital nos países dependentes. Dessa forma, manter a pessoas negras, em especial as mulheres, em condição de pobreza, devido à dificuldade de acesso à educação, à sua circunscrição aos setores menos produtivos e mais precarizados da economia, seu confinamento nas áreas periféricas das cidades e do país, atravessadas pela violência criminal e policial, tudo isso faz parte do processo de inclusão pela exclusão, do qual fala Osorio (2010).

Outrossim, o controle e a coerção que o Estado exerce sobre esses grupos são necessários, uma vez que sendo eles os mais afetados pela superexploração da força de trabalho e desigualdades socioeconômicas daí decorrentes, são também os que têm maior potencialidade revolucionária, ou seja, maior probabilidade de se revoltarem contra o sistema. Portanto, a repressão é um pilar central da dependência. Em razão disso, chega-se à conclusão de que existe uma relação muito próxima entre a superexploração da força de trabalho e a violência que perpassa a população pobre e negra, pois o controle e a coerção desta são fundamentais para garantir a manutenção e a reprodução das estruturas de classe, raça e gênero e, por conseguinte, da própria dependência.

4. Considerações finais

Neste trabalho trouxemos o debate da TMD, apresentado a sua origem, alguns dos fundamentos sobre o qual se assenta e os aportes teóricos que traz para pensar as relações imperialistas e de dependência desde a perspectiva dos países dependentes. Dessa forma, nos valem principalmente de Marini (2015) para compreender o que faz com que o capitalismo nos países latino-americanos seja *sui generis*, isto é, que tenha características particulares e distintas daquelas que são observadas nos países do centro. Assim, tal como aponta o autor, essas particularidades são estruturadas e reproduzidas pela troca desigual, pela transferência de valor que se realiza dos países dependentes para os do centro e pela superexploração da força de trabalho. Ademais, consideramos que o Estado seja um eixo fundamental nesse processo, pois, como já apontavam Marx e Engels, ele não é senão um comitê para gerir os interesses da burguesia, local e internacional, de modo que atua nos países dependentes na reprodução das relações de dependência. Nessa medida, com base na elaboração de Bichir, temos que o Estado, quando inserido nessas relações, será ele próprio um Estado dependente.

Outras questões abordadas no decorrer do texto se referem à materialização dos efeitos da dependência sobre a população. Assim, temos a questão 1. da repartição e diferenciação dos espaços ocupados pelos trabalhadores e capitalistas, sendo o primeiro um lugar de miséria e morte, e o segundo de riqueza e vida; 2. da superexploração da força de trabalho, que incide diretamente na corporeidade dos trabalhadores, isto é, no seu psíquico, físico e emocional, literalmente na sua vida, pois a superexploração da força de trabalho nada mais é que a exploração da vida; 3. da representação ideal e igualitária de todos os cidadãos através do Estado, que ao conferir direitos universais a todos os seres humanos, encobre o fato de que grande parte da população sequer tem *status* de cidadão e, mesmo entre os que têm, a universalidade dos direitos é meramente formal; 4. da relação entre superexploração da força de trabalho com o controle e a coerção exercidos pelo Estado sobre a população pobre e negra, visto que a violência é central para manter esses sujeitos controlados e reprimidos, a fim de garantir a reprodução da dependência.

Tais elementos podem ser verificados a partir da análise das estatísticas de intervenção policial, de feminicídios e de encarceramento no país, onde facilmente se percebe um alvo comum das políticas de *entredicho*, que são os homens e mulheres pobres, pretos ou pardos. Esses dados são reflexo e resultado da própria formação social no país, que é “racializada”, “generificada” e dividida em classes. Essas políticas de morte são produzidas pelo Estado dependente, a fim de que haja a reprodução das relações de dependência, pois sendo esses sujeitos os mais afetados pela formação socioeconômica desigual, racista e patriarcal no país, têm maior potencialidade revolucionária. Dessa maneira, faz-se necessário controlá-los, reprimi-los e até mesmo assassiná-los, para que o desejo de mudança e transformação seja sobrepujado pelo medo da violência e da morte em resposta. Em vista disso, a conclusão é a de que nos países dependentes a violência estatal aparece como um instrumento necessário para a manutenção e reprodução da dependência.

Referências

- BICHIR, Maíra Machado. *A questão do Estado na teoria marxista da dependência*. 2017. Tese (doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330510>>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 01 mai. 2022.
- GONZAGA, Arnom Abner da Silva; LUCIANO, Daniel Alves Rodrigues. *A ORM-POLOP e a formação da teoria marxista da dependência: as contribuições de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini*. Relatório de Iniciação Científica (pós-graduação) - Centro Universitário De Brasília – UniCEUB, Brasília: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pic/article/view/5532/3879>>, Acesso em: 25 fev. 2020.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021* / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p.: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 44).
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. Presentación. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (org). *La teoría social latinoamericana*. Tomo II: subdesarrollo y dependencia. Tlalpan, México: El Caballito, 1994, p.11-14.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <em www.centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil*. 2012. 222 f. Tese (doutorado em Serviço Social) - Centro Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10708>>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Edição eletrônica Rocket Edition, 1999. Disponível em: <www.jahr.com>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Rev. Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983, p.124-137. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Expressão popular, 2014.
- OSORIO, Jaime. La exclusión desde la lógica del capital. *Rev. Migración y desarrollo*, Distrito Federal [México], v.8, n.14, 2010, pp.89-104. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/myd/v8n14/v8n14a5.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

PRADO, Fernando; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, São Paulo, v.3, n.1, 2013, p.10-29. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/o-inicio-do-fim-notas-sobre-a-teoria-marxista-da-dependencia-no-brasil-contemporaneo/view>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Recebido em 06 de junho de 2021

Aprovado em 24 de abril de 2022

A questão feminina na Primeira Internacional: participação feminina e debates sobre as mulheres na Associação Internacional dos Trabalhadores

The feminine question in the First International: women's participation and debates about women in the International Workingmen's Association

Danielle Jardim da Silva*

Resumo

A Associação Internacional dos Trabalhadores¹, a I Internacional, foi uma das primeiras organizações internacionais de trabalhadores a se comprometer com a derrubada do capitalismo. Ela surgiu e se desenvolveu em um momento em que a classe trabalhadora feminina crescia sob condições extremamente precárias, ao mesmo tempo em que mulheres de outras classes também começavam a reivindicar direitos. Como a I Internacional interagiu e se posicionou com/sobre as mulheres trabalhadoras que começaram a participar de manifestações, sindicatos e da própria AIT? Que debates e tensões aconteceram em seu seio sobre a participação e questões femininas? Que deliberações sobre a questão feminina ocorreram na AIT? Essas são algumas das perguntas que buscamos responder neste artigo.

Palavras-chave: movimento operário; mulheres; Associação Internacional de Trabalhadores.

Abstract

The International Workingmen's Association, The First International, was one of the first international worker's organizations committed to the overthrow of capitalism. It emerged and developed itself in a moment when the female working class was growing under extremely precarious conditions, while women from other classes were also beginning to demand rights. How did the 1st International interact and position itself with/about women workers that started taking part in protests, unions, and in the IWMA itself? What debates and tension took place in the IWMA about female participation and issues? What deliberations on women's questions were taken in the IWMA? Those are some of the questions we seek to answer in this article.

Keywords: worker's movement; women; International Workingmen's Association.

*Professora de História, especialista em gênero e sexualidade pelo Instituto de Medicina Social (IMS)-UERJ/CLAM; mestre e doutoranda em história social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ No texto nos referimos à entidade através dos nomes AIT, Internacional, Primeira Internacional, I Internacional ou Associação.

A Associação Internacional dos Trabalhadores

A primeira metade do século XIX foi marcada por uma grande expansão industrial em diversos países europeus. Esse processo andou de braços dados com a produção de massas expropriadas que tiveram que se sujeitar a uma exploração brutal e com a ausência de direitos trabalhistas e políticos para os trabalhadores na maioria dos países. É esse o contexto no qual surgem as primeiras iniciativas operárias: greves, abaixo-assinados, protestos, revoltas, e também a formação de sindicatos e articulações de solidariedade entre trabalhadores.

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864, em Londres, em uma assembleia que reuniu dois mil trabalhadores no St Martin's Hall, inicialmente se configurou como uma organização bastante plural, fundada sob lemas gerais como a fraternidade e a paz. Naquele momento, a ideia era construir um fórum internacional de discussão para examinar problemas dos operários. Ainda não havia a intenção de fundar uma organização que agisse como instrumento de coordenação da iniciativa política e sindical da classe trabalhadora internacional. Suas ideias iniciais giravam em torno da luta por melhores condições, aumento de salários, redução da jornada de trabalho etc. (Musto, 2014, p. 20).

A AIT também era uma organização muito diversa em sua composição, tendo sido marcada pela participação de diferentes grupos políticos como os sindicalistas reformistas ingleses, seguidores de Pierre Joseph Proudhon², “marxistas”, setores democráticos sem tradição socialista, utopistas etc. (Musto, 2014, pp. 21-22).

As ações da AIT ocorriam em torno da divulgação de suas ideias em múltiplos jornais, acompanhamento de greves e organização de ações de solidariedade entre trabalhadores como recolhimento de contribuições para fundos de greve, impulsionamento de sociedades de resistência etc. Em termos de números, a entidade não foi muito grande, possuindo em seu auge, nos anos 1871-1872, cerca de 150 mil filiados³.

Uma das principais importâncias da AIT foi o fato de que nela se gestaram e se desenvolveram diversos debates fundamentais para o movimento operário, para o socialismo e o anarquismo. Ao longo dos seus fóruns, conferências e congressos internacionais, a AIT foi avançando nessas formulações. Algumas delas, que consideramos mais importantes, foram (Musto, 2014, pp. 34-42; 56-58; 72-75):

² Eles compunham a ala moderada da internacional, tendo como uma de suas lideranças principais o francês Henri-Luis Tolain. Os proudhonistas defendiam que a emancipação dos trabalhadores poderia ser alcançada por meio da fundação de cooperativas de produção financiadas por um banco popular central. Acreditavam ser possível modificar o capitalismo com base no acesso igual ao crédito, visto como determinante. Eles se posicionavam contra a interferência do Estado nas relações de trabalho (inclusive a redução legal da jornada de trabalho), contra a socialização das terras e meios de produção e contra as greves, pois estas aumentariam os fermentos de ódio entre povo e burguesia separando classes que deveriam se fundir, e eram contra o envolvimento político dos trabalhadores (Musto, 2014, pp. 38; 32; 21-22).

³ Dados apresentados por Marcelo Musto. O autor reconhece a dificuldade de contabilização do número de filiados devido às filiações coletivas de associações e sindicatos e à clandestinidade à qual a militância do movimento operário estava obrigada a se submeter em diversos países diante da forte repressão dos governos. (MUSTO, 2014, p. 25)

1. O posicionamento (1866⁴) a favor da *intervenção do Estado* para a garantia de direitos da classe trabalhadora;
2. O reconhecimento (1866) dos *sindicatos* como ferramentas indispensáveis nas guerras de guerrilha entre o capital e o trabalho;
3. Reconhecimento da *greve* (1866) como instrumento necessário, inclusive não só para as lutas por demandas imediatas, mas também para a formação da consciência de classe dos trabalhadores;
4. O posicionamento (1867 e 1868) a favor da *propriedade estatal dos meios de produção*, transporte e circulação, minas, ferrovias, propriedades fundiárias, canais, estradas, telégrafos e florestas, resoluções de fundamental importância para a definição das bases econômicas do socialismo, constituindo-se como os primeiros pronunciamentos sobre a necessidade de socialização dos meios de produção mediante a utilização do poder público;
5. O posicionamento (1869) a favor da *abolição da propriedade individual* e sua doação para a comunidade;
6. O entendimento (1871) do *partido* como instrumento indispensável para o triunfo da revolução e a abolição das classes, e a consideração da luta econômica e política como indissolúvelmente ligadas, a partir da transformação da AIT em um partido internacional centralizado e disciplinado sob a liderança do Conselho Geral em 1871;
7. A formulação (1873) da *greve geral* como arma para a revolução social, ou seja, os esboços da concepção anarcossindicalista;
8. Debates (1871 a 1873) sobre o *sujeito revolucionário* e o desenvolvimento da *consciência de classes*, bem como sobre a necessidade de destruir todo *poder político* ou conquistá-lo pelo proletariado, debates esses feitos por Karl Marx e Mikhail Bakunin no contexto da AIT.

É interessante perceber como as elaborações políticas tanto do socialismo quanto do anarquismo foram se formando e moldando na história viva da AIT e do movimento operário. Para os socialistas marxistas, formulações fundamentais foram frutos dessa experiência política como a luta pela tomada do poder pela classe trabalhadora, bem como a defesa da socialização dos meios de produção. A I Internacional, surgida na Europa como encontro de militância oriunda de diversos países, em muitos casos exilados e fugitivos políticos, também exercitou a solidariedade internacional entre os trabalhadores os permitiu compreender melhor o modo de produção capitalista.

Como veremos, a I Internacional também foi um terreno importante para a discussão sobre a “questão feminina”⁵ no movimento operário.

A I Internacional e a Questão Feminina

⁴ As datas referem-se às datas dos Congressos da AIT (ou Conferências). São eles: I Congresso da AIT (Genebra, 1866); II Congresso (Lausanne, 1867); III Congresso (Bruxelas, 1868); IV Congresso (Basileia, 1869); Conferência de Londres (1871); V Congresso (Haia, 1872); VI Congresso (Genebra, 1873); VII Congresso (Bruxelas, 1874); VIII Congresso (Berna em 1876) e IX Congresso (Verviers, 1877).

⁵ Termo habitualmente utilizado no séc. XIX e início do XX.

O crescimento do capitalismo do século XIX utilizou como recurso fundamental o emprego da força de trabalho feminina e infantil nas fábricas que surgiam. O afluxo cada vez maior de mulheres como trabalhadoras assalariadas gerou múltiplos debates e confrontos de ideias sobre o papel das mulheres na sociedade, sobre o trabalho feminino, seus direitos etc. Socialistas, mas também liberais, feministas, conservadores, religiosos, juristas, governos, médicos e serviços de saúde tentavam chegar a uma opinião sobre o que fazer ou pensar diante do novo papel que as mulheres vinham assumindo em uma sociedade que ainda as via como mães, donas de casa e esposas.

A Internacional, fundada nessa conjuntura, aos poucos foi delimitando posicionamentos-chave para o encontro entre feminismo e movimento operário: a leitura da situação das mulheres trabalhadoras, a especificidade da condição das mulheres e a identificação de que seu lugar era também nas lutas operárias. Nas próximas linhas, destacamos alguns aspectos desses temas, buscando dar uma amostra de como esses debates se gestaram no interior da AIT.

Debates sobre o trabalho feminino

No momento do surgimento da I Internacional, entre as tradições do socialismo e/ou do movimento operário, existiam duas principais vertentes de interpretação sobre o trabalho feminino: 1) Uma que via a entrada das mulheres no mercado de trabalho como processo inevitável e irreversível e se propunha a abraçar as mulheres e suas lutas dentro do movimento operário, aprofundando reflexões que aliavam a libertação das mulheres e sua ligação com a derrubada do capitalismo. 2) Outra, formada por setores do movimento operário que buscavam lutar por direitos para a classe trabalhadora, mas apenas sua parcela masculina, enquanto propagavam um lugar das mulheres restrito ao espaço doméstico e às tarefas como mãe, esposa e dona de casa.

No conjunto da I Internacional, as posições sobre o trabalho feminino se dividiram ao longo dos anos e se relacionaram frequentemente com a configuração de seus grupos políticos (correlações de forças internas). Gostaríamos de destacar duas “alas” que tiveram importância no debate interno da entidade sobre a questão feminina em seus primeiros anos.

Um desses grupos ligados a uma forma particular de compreensão sobre as mulheres era o formado pelos seguidores das ideias de Pierre Joseph Proudhon. Proudhon, em seu trabalho *De la justice dans la révolution em dans l'église*, publicado em 1858, defendeu que mulheres eram inferiores aos homens, não somente fisicamente, como também moralmente e intelectualmente e sua única qualidade específica era serem belas. Essa ala da Internacional formada por seus seguidores em geral se posicionou contra o trabalho feminino, visto como algo que deveria ser combatido e que baixava os salários da classe trabalhadora, e também contra a participação política das mulheres (Hayat, 2018; Proudhon, 1858).

Outro grupo entendia o trabalho feminino como inevitável sob o capitalismo industrial e se somava às reivindicações de direito ao trabalho pelas mulheres, posicionando-se a favor do trabalho feminino e da participação política das mulheres. Esse era, entretanto, um “grande grupo”, diverso e contando com diversas tendências como oweistas, saint-simonianos, anarquistas e socialistas, que defendiam a participação política das mulheres e o trabalho feminino, ainda que com diferenças entre si.

Friedrich Engels, em 1845, quando publicou *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 2010), dedicou parte importante de seu livro à denúncia das condições de exploração brutal das mulheres da classe operária. Ele chamou atenção para as condições de trabalho e os baixos salários aos quais as mulheres estavam submetidas, e também sobre as situações de assédio sofridas pelas mulheres nas fábricas, bem como para o impacto da exploração capitalista sobre a família operária. As mesmas observações foram levantadas por Karl Marx na publicação de *O capital* em 1867 (Marx, 2013). Os dois também se posicionaram a favor do trabalho feminino e da participação política das mulheres na Internacional. Marx, em 1865, por exemplo, convidou Lizzy Burns⁶ a juntar-se a AIT (Schrupp, 2018, p. 343).

Ainda em 1866, o tema sobre o trabalho feminino já estava previsto nas *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório*, documento escrito por Marx, que reunia tarefas da internacional para o 1º Congresso da AIT, realizado em Genebra. Nelas, ele enfatizou a importância da limitação da jornada de trabalho a 8h/dia, discorreu sobre as condições do trabalho infantil e feminino, ressaltou a importância do fortalecimento de sindicatos e cooperativas de produtores (Herres, 2018, pp. 307-308).

Schrupp (2018, pp. 344-345) relata que, no Congresso de Genebra, os delegados discutiram por horas a proibição do trabalho assalariado feminino. O ponto começou a partir do documento do Conselho Geral que propunha a proibição do trabalho noturno para as mulheres, mas a maioria dos delegados franceses queria proibir qualquer forma de trabalho para as mulheres, enquanto os ingleses, por sua vez, consideravam essa posição uma loucura diante da crescente industrialização. Eugène Varlin e Antoine Bourdon⁷ defenderam o trabalho feminino e sugeriram, em vez de sua proibição, a luta para melhorar as condições de trabalho para todos.

Por fim, o congresso, que tinha a delegação inglesa como maioria, mas com os franceses como a segunda maior delegação, acabou por aprovar dois documentos, do Conselho Geral (CG) e o que representava a maioria da delegação francesa (contra o trabalho feminino) (Schrupp, 2018, pp. 344-345).

Ao fim de todo o debate, o congresso indicou uma comissão responsável por acumular sobre esse tema e apresentar propostas no próximo congresso. O objetivo era a preparação de um relatório estatístico sobre a classe trabalhadora a ser elaborado pelas sessões nos países e remetido ao CG para a elaboração de um relatório geral. Entre os itens do relatório, que previa mapear salários, horas de trabalho, tempo de refeição, condições de habitação, tipo de indústria, entre outros elementos, está um mapeamento do sexo dos trabalhadores (Musto, 2014, pp. 115-117).

Assim, vemos uma preocupação em traçar o perfil da classe trabalhadora nos países, de modo a potencializar tanto uma compreensão do capitalismo quanto a mobilização da classe operária local. Esse é um indicativo pequeno, mas importante no sentido de perceber que os dirigentes da AIT estavam preocupados e atentos à análise do processo de feminização da classe, que avançava ao longo do XIX.

⁶ Irmã de Mary Burns, também liderança entre os trabalhadores irlandeses (Engels, 2010, Nota de rodapé, p. 11).

⁷ Militantes da seção francesa, mas que, no entanto, eram a favor do trabalho feminino e da educação pública.

Nos anos de 1867 e 1868, houve debates sobre os efeitos da maquinaria sobre os trabalhadores. No documento elaborado pela “Comissão sobre o trabalho e o capital” (parte dos *Relatórios da comissão do Congresso sobre as questões programáticas* apresentados no 2º Congresso, em Lasaunne, em 1867), ainda estava presente a ideia de que os capitalistas atacavam a classe trabalhadora tanto material quanto moralmente ao empregar um grande número de mulheres e crianças. Vejamos:

A comissão reconhece que, de todos os meios empregados até hoje, as máquinas são os [meios] mais potentes para se alcançar o resultado que pretendemos obter, a saber, a melhoria material da classe trabalhadora; mas que, para obtê-lo, é absolutamente urgente que o trabalho, por meio da associação e com a ajuda dos bancos de crédito cooperativo, aproprie-se dos meios de produção, a fim de colocá-los a serviço de todos, e que eles não estejam mais nas mãos do capitalista, que, até o dia de hoje, *deles se servem apenas para seus próprios interesses, em detrimento da classe trabalhadora, em termos tanto morais como materiais, mediante o emprego de um grande número de mulheres e crianças nas fábricas* (Musto, 2014, p. 118).

O 2º Congresso da AIT discutiu novamente o trabalho feminino. Em meio ao debate sobre os efeitos da maquinaria sobre os trabalhadores, François Chemalé leu relatório sobre o impacto das máquinas de costura sobre as mulheres trabalhadoras (Jarige, 2018, p. 99). A seção belga apresentou então dois relatórios. Um, da maioria, com visão proudhonista, que apoiava o papel tradicional das mulheres sob o argumento de que o trabalho feminino industrial era anormal e contra a natureza, e outro, da minoria, em favor do direito ao trabalho e associação das mulheres. Ao fim, entretanto, a maioria dos delegados no congresso votou contra o trabalho assalariado feminino (Schrupp, 2018, pp. 344-345; Puissant, 2018, p. 156).

Enquanto a maioria belga defendeu posições conservadoras sobre as mulheres, o relatório da minoria, remetido ao 2º Congresso, também parte dos Relatórios da comissão do Congresso sobre as questões programáticas, tocava em temas fundamentais fazendo uma defesa competente do trabalho feminino e desmontando os argumentos contrários. Trata-se do documento mais interessante encontrado.

O documento começa da seguinte maneira:

As religiões antigas consideravam o trabalho como um castigo: hoje o homem vê no trabalho seu verdadeiro destino. O trabalho torna-se então um direito sagrado, que não pode ser negado a ninguém e que *a mulher pode reivindicar tanto quanto o homem*, pois apenas no trabalho ela encontrará a *independência* e a dignidade (Musto, 2014, p. 120; grifos adicionados).

É interessante notar que eles afirmam não só o direito ao trabalho, e a relação entre o trabalho e a independência das mulheres, mas também se posicionam a favor da luta das mulheres por esse direito.

Sobre a acusação de que o trabalho feminino gerava a redução dos salários masculinos, os signatários do documento argumentavam que isso ocorria por causa da forma como o trabalho era organizado e que poderia argumentar-se, diferentemente, que “o emprego de um número demasiado de homens reduziria o salário deles a um preço vil e concluir que é necessário limitar o número dos trabalhadores e restabelecer as antigas corporações”. Como solução

para a questão, eles propunham incluir as mulheres no “futuro sistema de organização do trabalho” (Musto, 2014, p. 121).

Ou seja, eles chamavam a atenção para o fato de que havia muitos elementos que interagiam para a formação do preço da força de trabalho e culpar as mulheres por isso era um argumento parcial. Para resolver a questão, as mulheres não deveriam ser excluídas do trabalho assalariado, mas sim reorganizar a forma do trabalho em uma nova sociedade, onde todos os trabalhadores, homens e mulheres, tivessem dignidade.

Havia também os que eram contra o trabalho feminino por conta da “imoralidade dos ateliês”. Mas eles ressaltavam que isso provinha de causas que não tinham relação com o “trabalho em si”, como a “pressão exercida por patrões e capatazes depravados”, da insuficiência de salários, que empurrava a mulher para a “devassidão”, e da “ignorância” que limitava as mulheres apenas aos “prazeres dos sentidos”. É muito significativo que, na metade do século XIX, eles não estivessem culpabilizando as mulheres por serem “imorais”, mas sim denunciando os assédios sexuais sofridos pelas mulheres nas fábricas, os baixíssimos salários recebidos por elas, que empurravam milhares de mulheres para a prostituição como recurso, e a ausência de possibilidades de educação, cultura e lazer pelas operárias (Musto, 2014, p. 121).

Em vez de levantarem a maquinaria como algo negativo, eles a ressaltam como algo positivo, no sentido de que as máquinas diminuía cada vez mais o papel da força física, aumentando o número de ocupações possíveis às mulheres. Mesmo se considerando os corpos em si, eles refutam os que argumentavam sobre a fragilidade das mulheres como razão para que não trabalhassem, e colocam que, enquanto o homem era dotado de força física, as mulheres eram dotadas de destreza, chamando atenção, diante disso, para a existência de um campo de trabalho bastante vasto para as mulheres. Assim, eles recusam a fragilidade do corpo feminino como algo incapacitante para o trabalho (embora não neguem a ideia de fragilidade remetida às mulheres e de força aos homens), ressaltando outras qualidades do corpo feminino, e ressignificam a discussão da maquinaria como uma abertura de novas possibilidades de trabalho às mulheres.

Avançando em direção ao confronto com o machismo “biologicista”, eles entram na discussão sobre a maternidade, ressaltando a capacidade produtiva da mulher grávida durante a maior parte da gravidez e colocando que as mulheres só não poderiam trabalhar entre os últimos meses de gravidez e os primeiros três anos de vida da criança. O documento apresenta um cálculo para provar que, considerando uma média de quatro filhos por mulher, ela ainda dedicava boa parte de sua vida ao trabalho e propõe a criação de um fundo especial destinado ao auxílio das mulheres grávidas ou com bebês pequenos que não pudessem contar com a ajuda do marido para seu sustento, no caso de serem solteiras (Musto, 2014, p. 121).

No mesmo item, eles respondem à ideia de que a mulher casada não teria tempo para trabalhar de forma contraditória:

Diz-se que a mulher é destinada ao casamento e, portanto, não terá tempo para trabalhar. A isso responderemos que ela *pode não se casar*, ser viúva sem filhos, ou já ter terminado de criá-los. Além disso, é preciso ter em mente que, com a divisão do trabalho, há tarefas que poderão ser melhor desempenhadas pela mulher casada, como a de preparar alimentos, lavar e passar, confeccionar roupas e educar as crianças em idade pré-escolar (Musto, 2014, p.121; grifos adicionados).

Muitas coisas chamam a atenção nesse trecho: enumerar, como primeira resposta à ideia de que o dever da mulher casada era no lar o fato de que as mulheres poderiam *escolher* não se casar devia ser algo chocante na época, embora nos meios dirigentes dos movimentos intelectuais e revolucionários, essa fosse uma prática relativamente comum. É interessante também que eles diversificam as mulheres ao abordá-las, não vendo todas de forma monolítica como mulheres mães, e ao mesmo tempo ressaltando a possibilidade de uma concomitância entre casamento e trabalho, desde que fosse desejo da mulher isso. Entretanto, os autores mobilizam as habilidades das mulheres no espaço reprodutivo e naturalizam a divisão do trabalho por gênero para reivindicar uma parte do mercado de trabalho para as mulheres. Se por um lado é perspicaz que eles percebam a linha de continuidade entre trabalho reprodutivo e trabalho assalariado feminino, por outro, eles parecem se aproximar de tendências do feminismo da época que reivindicavam espaço para as mulheres com base na ideia de diferença, e não de igualdade.

A possibilidade de escolha das mulheres, também aparece ao responder os homens que desejavam que as mulheres se ocupassem exclusivamente dos afazeres domésticos. O documento afirma que o homem que assim o desejasse, era livre para fazer isso “contanto que a mulher não seja forçadamente vinculada a ele por um laço de necessidade e que, caso queira separar-se dele, ela possa reencontrar uma existência independente no exercício de sua profissão” (Musto, 2014, p. 121). Ou seja, o desejo da mulher em manter uma relação era decisivo para a continuidade dessa relação, nos termos escolhidos por ela, e reafirmava-se a possibilidade de escolha da mulher por separar-se de um casamento (direito ao divórcio). Além disso, o casamento não poderia ser mantido unicamente com base na dependência econômica da mulher, que teria o direito de uma existência independente como trabalhadora. Nota-se também a percepção de uma interação entre possibilidade de subsistência e a de ruptura de um casamento, bem como entre a autonomia da mulher e sua existência enquanto trabalhadora.

Considerando-se que o documento era assinado por três homens⁸, ele termina de maneira ainda mais instigante ao propor que a AIT deveria se esforçar para

⁸ P. Eslens, Eugène Hins e Paul Robin. Não temos informações sobre P. Eslens; Eugène Hins (1839-1933) foi inicialmente proudhoniano e mais tarde bakuninista, diretor do jornal *La Liberté*, membro da Federação Belga e delegado no Congresso de Bruxelas (1868) e Basileia (1869); Paul Robin (1837-?) foi professor escolar francês e circulou entre a Bélgica, a Suíça e Londres, um seguidor de Bakunin desde 1869 e membro do CG em 1870-1871 (Musto, 2014, p. 120).

desenvolver entre as mulheres as associações que atualmente só existem para os homens, estimulando-as a se federar com estes últimos, a fim de lutar em comum acordo pela emancipação do trabalho, sem a qual jamais conquistarão uma independência comum (Musto, 2014, p. 121).

Eles se colocam a favor da luta conjunta entre homens e mulheres, mas antevêm a importância de espaços de organização das mulheres, e, ao mesmo tempo, defendem que somente a luta comum entre homens e mulheres pela superação da atual forma de organização do trabalho seria capaz de emancipá-las. Esboçavam, assim, uma síntese entre feminismo e anticapitalismo.

O discurso de Marx na seção do CG em 28 de julho de 1868 voltou ao tema da maquinaria, relacionando-o com o aumento das horas de trabalho. No documento, entretanto, em vez da crítica à existência do trabalho feminino, há uma busca pela sua proteção, a partir da denúncia de que a Lei das dez horas, que limitava a 10:30h/dia a jornada de mulheres e crianças, não era cumprida na maioria das fábricas (Musto, 2014, p. 122).

A tomada de posicionamento sobre o trabalho feminino e a participação das mulheres por parte da AIT ocorria concomitante ao debate geral na sociedade sobre esses temas. Algumas das lideranças que faziam parte da AIT tinham participado de organizações que já haviam deliberado sobre questões ligadas às mulheres, como era o caso da *International Association*. Fundada em 1856, essa associação se constituiu como a primeira organização internacional com caráter proletário e socialista. Ela declarou que homens e mulheres tinham direitos iguais e abriu as portas para a filiação de mulheres (Bensimon, 2018, pp. 31-32).

Dada a existência de outras organizações operárias que já haviam avançado em reflexões sobre as mulheres e sua participação, podemos até mesmo dizer que a AIT não foi tão avançada nos seus posicionamentos sobre a questão, embora tenha tido entre seus componentes defensores e defensoras dos direitos das mulheres.

Ao mesmo tempo, olhar para sua história nos demonstra o quanto esse era um debate vivo no movimento operário do século XIX. Para moldar as posições da Internacional sobre esses temas, contribuíram tanto a correlação de forças e o debate interno, quanto a vida concreta cotidiana, ou seja, o fato de que, a despeito de suas posições, mulheres faziam greve, participavam e fundavam sindicatos e estavam presentes na própria Internacional.

A participação política das mulheres na AIT

Embora as mulheres crescessem em número entre a classe trabalhadora e pasassem a participar dos movimentos, a abertura de espaço à participação política das mulheres não foi automática. Na AIT, a posição de afirmação das mulheres na luta operária se construiu processualmente.

Nos primeiros anos da Associação, as posições sobre o trabalho feminino e a participação política das mulheres foram fortemente marcadas pela cisão entre dois lados e a superação dessas posições nos anos seguintes. Essa superação esteve ligada tanto à feminização da classe trabalhadora e à participação política das mulheres na prática, quanto às mudanças de correlação de forças na AIT, que passou pela perda de espaço dos mutualistas/proudhonistas e aumento das forças coletivistas/socialistas/marxistas e bakuninistas.

A organização das mulheres junto a espaços mistos com homens ou associações auto-organizadas de mulheres esteve presente, direta ou indiretamente, nos documentos e debates da I Internacional. No IV Congresso, realizado na Basileia em 1869, uma das resoluções recomendava que as sessões constituíssem sociedades de resistência, vistas como uma proteção eficaz para o trabalhador, “sem demora, em todos os países e em cada ramo da indústria, sejam seus trabalhadores homens ou *mulheres*”. Como podemos ver, na resolução, o lugar das mulheres no trabalho ou nas organizações operárias não é questionado, mas de alguma forma legitimado (Musto, 2014, p. 155).

A participação das mulheres nas organizações operárias seria até mesmo estimulada em 1871. Entre as resoluções adotadas na Conferência de Londres, realizada naquele ano, recomenda-se a “formação de sessões femininas em meio à classe operária” ressaltando que elas não interfeririam na existência das sessões já “compostas de ambos os sexos” (Musto, 2014, p. 309).

Em 1872, a Seção Central de Mulheres Trabalhadoras de Genebra remeteu como sua delegada ao V Congresso (realizado em Haia) a membro do CG Harriet Law através de um documento assinado por 16 trabalhadoras. O documento, além de ser um mandato expresso para a representação por Harriet Law, afirma questões femininas, intervindo sobre a pauta do congresso, e reivindica a diversidade de opiniões na AIT.

Considerando, em primeiro lugar, que as mulheres trabalhadoras têm necessidades iguais às dos homens trabalhadores, porém ganham muito menos que eles, a Seção Central de Mulheres Trabalhadoras pede ao Congresso que em suas resoluções incluía-se a seguinte disposição: que, de agora em diante, os acordos celebrados entre empregadores e trabalhadores em greve numa fábrica em que são empregadas mulheres estipularão para elas vantagens iguais às dos homens, tal como foi adotado no congresso da Federação Romana, realizado neste ano em Vevey (Musto, 2014, p. 135).

Além de ser importante notar que o texto parte de uma perspectiva de igualdade entre homens e mulheres, diferentemente ao expresso no relatório da minoria belga em 1867, apresentado anteriormente, o trecho mostra uma incidência direta da Seção de Mulheres sobre as resoluções Congressuais da AIT, no sentido de disputa por deliberações que as contemplassem, uma movimentação planejada que estava sendo realizada em nível local nas sessões. Ao mesmo tempo, a reivindicação específica – de garantir vantagens iguais para as mulheres nos acordos de greve – indica que o movimento operário do período tinha dificuldades em ter essa questão como horizonte e havia acordos de greve que garantiam vantagens diferentes para os homens e as mulheres trabalhadoras.

O papel extremamente ativo assumido por elas na Comuna de Paris e outras lutas impactou decisivamente seus contemporâneos ajudando a redefinir a forma como eram vistas. Cinzia Arruzza recupera brevemente a participação das mulheres que enfrentaram as baionetas da Guarda Nacional, convencendo os soldados, montando barricadas, mantendo a produção industrial e sendo mais de metade da força de trabalho nos meses da Comuna. O Manifesto de 8 de Abril, um dos documentos mais importantes da Comuna, fez um apelo para que as mulheres tivessem papel ativo na revolução. Criaram-se também iniciativas como uma comissão para a constituição de uma escola feminina que permitisse o acesso das mulheres à formação, fundou-se uma escola profissional exclusivamente para mulheres, creches foram abertas, bem como oficinas que

empregavam mão de obra feminina, e igualaram-se uniões de fato ao casamento. Arruzza comenta ainda sobre a combatividade das mulheres nos Comitês de Vigilância femininos e mistos, que atuavam nos bairros, e sobre a Semana Sangrenta, na qual elas combateram nas primeiras filas e um batalhão de 120 mulheres foi responsável por defender as barricadas entre a *Place Branche* e o *Boulevard Clichy*. Ao fim da Comuna, 1051 mulheres foram levadas ao conselho de guerra e processadas (Arruzza, 2010, pp. 32-36; Deluermoz, 2018, p. 109).

A participação das mulheres revolucionárias na Comuna de Paris foi descrita por Marx em *A guerra civil na França* (Musto, 2014, p. 246), documento aprovado pelo CG da AIT em 30 de maio de 1871 e divulgado posteriormente com uma velocidade e alcance impressionantes. Nele, Marx relata a existência de mulheres heróicas, nobres e devotadas, pensando, lutando, sangrando, construindo uma sociedade nova. As qualidades que Marx atribui às mulheres da comuna destoam muito das geralmente valorizadas nas mulheres da época. As qualidades de uma mulher revolucionária não eram a delicadeza, habilidades domésticas ou a passividade, mas a coragem e a devoção à transformação social, e as ações valorizadas eram pensar, lutar e sangrar por um mundo novo. A perspectiva de nobreza exposta não é a de uma classe social proprietária, mas a nobreza da doação à luta revolucionária⁹.

Ao longo dos anos, a participação das mulheres na AIT foi se tornando cada vez mais incisiva, ainda que a maioria de seus membros seguisse sendo de homens. Entre essas mulheres estavam operárias e intelectuais.

As mulheres militantes na I Internacional

Embora muitos dos posicionamentos dos primeiros anos não ajudassem a fazer da entidade um polo atrativo para as mulheres, diversas mulheres, operárias e não operárias, tiveram a AIT como referência e local de intervenção. Nicolas Delalande (2018, p. 84), ao discorrer sobre os métodos de solidariedade entre trabalhadores articulados pela AIT, comenta que, no verão de 1869, trabalhadoras da seda de Lyon em greve decidem juntar-se à AIT. Marianne Enckell relata que, no mesmo ano, embora na seção suíça fosse formada majoritariamente por homens, as mulheres participavam de conferências e reuniões informais noturnas, bem como comenta sobre a existência da “seção das damas” em Genebra (Enckel, 2018, p. 356). Mulheres também estiveram presentes na manifestação de mais de mil pessoas em 15 de abril em Framerie, na Bélgica quando o exército matou três pessoas, incluindo uma mulher (Puissant, 2018, p. 152).

A seção russa, influenciada por uma mistura de blanquismo, niilismo e populismo russos e marxismo, contou com diversas mulheres ativas (Enckel, 2018, p. 356), como Anna Korvin-Krukovskaya (ou Anna Jaclard)¹⁰, feminista russa e revolucionária socialista que, junto com Charles Victor Jaclard participaria da Comuna de Paris; Natalia Korsini, uma das primeiras mulheres admitidas na Universidade de São Petersburgo, que, junto com Nikolai Utim, dirigiu as impressões da sociedade secreta que eles integravam; Zoya Obolenskaya, nobre que financiou o movimento e um jornal anarquista

⁹ No mesmo trecho, entretanto, Marx expressa uma visão preconceituosa sobre as prostitutas (Musto, 2014, p. 246).

¹⁰ Sua irmã, Sofia Kovalevskaya, era matemática e também próxima da seção russa.

Narodnoe Delo (A Causa do Povo); e Olga Lavashova, participante na seção feminina de Genebra, vista como a alma da AIT no local, com força importante nos comitês e conhecida pelos trabalhadores como Madame Olga (McClellan, 2018, pp. 195-202).

A cientista política e jornalista Antje Schrupp, que possui uma pesquisa dedicada a resgatar a história das mulheres da AIT, destaca que, embora a entidade fosse muito majoritariamente masculina (em sua direção, delegação de congressos e participação), diferentemente de outras organizações na época que tinham mulheres como membras e palestrantes nos Congressos¹¹, algumas mulheres tomaram papel ativo na AIT, sobretudo em nível local, com destaque para a seção de Genebra. Ela discorre sobre quatro diferentes mulheres que fizeram parte da Associação: Virginie Barbet, Elizabeth Dimitrieff, André Léo e Victoria Woodhull.

Virginie Barbet foi uma das líderes da AIT na cidade de Lyon, tendo papel ativo na greve das trabalhadoras/es têxteis nessa mesma cidade, que acabou por levar muitos novos membros à AIT. Junto com Marie Richard, fundou um grupo feminista em Lyon, e defendia o feminismo igualitário e a abolição das diferenças de gênero¹². Na Internacional, se posicionou na ala bakunista (Schrupp, 2018, pp. 347-348).

Segundo Schrupp, Barbet provavelmente conheceu Bakunin no Congresso da Liga pela Paz e pela Liberdade, em 1868, onde ela discursou como representante das mulheres socialdemocratas de Lyon. Ela fez parte da Aliança Internacional da Democracia Socialista (fundada por Bakunin a partir do racha neste congresso¹³) e especulou-se que o artigo sobre a abolição das leis de herança, geralmente creditado a Bakunin, na verdade foi escrito por Barbet. Ela também publicou textos sobre o ateísmo e em defesa da AIT contra os ataques de Giuseppe Mazzini (Schrupp, 2018, pp. 347-348).

Elisabeth Dimitrieff foi uma das líderes da seção russa em Genebra. Conheceu Marx aos 19 anos em Londres, quando se aproximou das ideias marxistas, e tinha também forte influência do niilismo russo. Ela se mudou para Paris, onde ajudou a fundar a maior organização de mulheres da Comuna de Paris. A União das Mulheres para a Defesa de Paris e Tratamento dos Feridos, que inicialmente era responsável por tarefas de assistência, rapidamente passou a atuar muito além. Trabalhou junto à Comissão para o Trabalho, que tinha forte presença de membros da AIT e que era favorável ao trabalho feminino defendendo também a igualdade de salários entre homens e mulheres, elaborou em projetos de construção de fábricas com mão de obra feminina, divulgou a ideia de uma organização sindical de mulheres e exigiu mais espaço para elas na vida social e política da Comuna (Schrupp, 2018, pp. 349-350; Arruzza, 2010, p. 35).

André Léo¹⁴, uma conhecida escritora de novelas com personagens femininos fortes, participou de várias organizações feministas antes de compor a AIT, como por

¹¹ Mulheres tinham participado ativamente dos movimentos socialistas utópico, niilista e populista russo, bem como da *International Association*, citada anteriormente. No Congresso da Liga pela Paz e Liberdade, em 1868, Marie Goegg, em seu discurso, fez críticas às posições conservadoras da AIT em relação às mulheres (Schrupp, 2018, p. 345).

¹² Essa forma de igualitarismo de gênero pode ser achada no programa da Aliança de Bakunin (Schrupp, 2018, p. 348).

¹³ Mais tarde a Aliança Internacional da Democracia Socialista se juntaria à AIT.

¹⁴ André Léo adotou esse pseudônimo masculino diante do preconceito contra as mulheres escritoras. Seu verdadeiro nome era Victoire Léodile Béra. André e Léo eram os nomes de seus filhos.

exemplo, a Sociedade pela Reivindicação dos Direitos das Mulheres (*Société pour la Re-vendication des Droits de la Femme*), tendo publicado, em 1869, o livro *As mulheres e a moral* (*Les femmes et les moeurs*). Ela também participou da Comuna de Paris, posicionando-se contra os blanquistas e demais socialistas que defendiam conceitos violentos de revolução, e criticou o feminismo por não apoiar lutas sociais. Seu envolvimento na AIT a levou a problemas com as feministas “burguesas” (Schrupp, 2018, pp. 348-349).

Victoria Woodhull é de longe a figura mais polêmica entre as quatro. Ela pertencia a uma família de pequenos ladrões e artistas, ganhou a vida por muitos anos como clarividente e conselheira espiritual e enriqueceu dando conselhos a um multimilionário. A partir de 1865, Woodhull, junto a James Blood, um soldado traumatizado pela Guerra Civil por quem se apaixonou, passou a participar da política e de movimentos, socialistas, por reformas e abolicionistas. Ela chegou a possuir um jornal, o *Woodhull and Claflin's Weekly*, onde publicou o *Manifesto comunista* traduzido para o inglês e foi co-fundadora de seções da Internacional em Nova Iorque. Woodhull participou ativamente do movimento feminista embora não fosse bem aceita pelas mulheres burguesas e de classes médias por causa de sua origem social, e levantou as bandeiras pelo amor livre¹⁵, a abolição das leis do casamento e o sufrágio feminino, chegando a discursar sobre o tema no Comitê Judiciário do Senado e no Congresso em Washington em 1871 (Schrupp, 2018, pp. 346-347).

Antony Taylor, ao abordar as sessões americanas da I Internacional, resgata uma nítida divisão entre um setor da AIT que estabelecia relações com movimentos religiosos, sufragista, abolicionista/antirracista, e outro, marcado por sindicatos que queriam excluir mulheres, trabalhadores negros e chineses¹⁶ do trabalho em favor do trabalhador branco e homem. Victoria Woodhull teria ajudado a fundir a pauta da Internacional e das organizações pelo sufrágio feminino nos EUA (Taylor, 2018, pp. 287-293). Cordillot (2018, pp. 274-275) também recorda que, em 1872, militantes da seção 12 de Nova Iorque fizeram parte na fundação do Partido pelos Direitos Iguais (*Equal Rights Party*) e lançaram uma chapa inelegível à presidência formada por Victoria Woodhull, uma mulher sufragista, e Frederick Douglas, um ex-escravo. Victoria, entretanto, seria expulsa da seção de Nova Iorque e da AIT¹⁷ (Cordillot, 2018, pp. 274- 275).

Além dessas, é necessário mencionar ainda Harriet Law. Law era inicialmente ligada ao movimento secularista/ateísta inglês, mas aderiu à AIT e se aproximou do movimento socialista e feminista. Em 1867, após escrever uma carta sobre os direitos das mulheres para o Conselho Geral, ela foi convidada a uma reunião e depois incorporada como membro permanente do CG, do qual fez parte entre 1867 e 1872. Em julho de 1867, ela levou ao CG a proposta de fundar uma associação nacional de trabalhadoras em Londres, que foi bem recebida e se recomendou que ela procurasse Miss Carrol, líder das costureiras de Londres. Em 1869, durante as discussões sobre a educação no CG, ela propôs que as propriedades e fundos da Igreja deveriam ser secularizados e de-

¹⁵ É preciso chamar a atenção e observar que a expressão amor livre até as primeiras décadas do século XX se referia à possibilidade de relacionamentos sem necessidade de casamento.

¹⁶ Em 1870, sindicatos nos EUA chegaram a organizar protestos contra a contratação de empregados chineses (Taylor, 2018, p. 293).

¹⁷ A própria seção seria também expulsa da AIT no Congresso de Haia, em 1872, sob a caracterização de que era uma seção “burguesa”.

votados à educação. Em 1872, ela assinou *As cisões fictícias na Internacional (The fictitious splits in the International)*, documento escrito por Marx contra a ala bakuninista da AIT. Ainda 1872, ela seria eleita como delegada ao Congresso da Internacional em Haia. (Rubel, 2003, pp. 345-348)

Em 1868, O Conselho Geral da AIT passaria a contar também com outras mulheres. Em janeiro, Madame Huleck seria integrada a essa instância, e, em fevereiro, Mrs Morgan¹⁸ também passaria a fazer parte do Conselho. Não temos dados relevantes sobre quem foram essas mulheres¹⁹, mas é importante notar que suas presenças no Conselho Geral da AIT é um fato extremamente relevante, sobretudo se considerarmos que, à época, ainda havia resistência da sociedade e do movimento operário, inclusive na própria Internacional, à participação das mulheres nos espaços públicos, na política e mesmo à sua existência como trabalhadoras.

Morgan e Law estiveram presentes na reunião do CG em julho de 1868 quando Marx abriu o debate sobre a “influência da maquinaria nas mãos dos capitalistas” presente em *O capital*, embora não tenham tomado a palavra. Em agosto, ao retornar a essa discussão, Law observou que a maquinaria tinha tornado as mulheres menos dependentes dos homens do que antes e acabaria por emancipá-las da escravidão doméstica. Ela também interviu em 1868 e 1869 em favor dos ovalistas, trabalhadores da seda em greve em Lyon, em sua maioria mulheres, e organizou recolhimentos de fundos através da Associação de Mulheres, do Clube de Mulheres da Union Street e, indiretamente, a partir da Associação do Sufrágio Feminino. No total, 750 mulheres e 300 homens ovalistas aderiram à AIT. Em 1869, o Conselho Geral, por proposta de Marx, decidiu garantir credenciais especiais para a participação de Philomène Rozan, membra da Internacional e presidenta da Sociedade dos Ovalistas de Lyon, nas reuniões do CG (Rubel, 2003, pp. 345-348).

Nesse ano, vemos não apenas mulheres no CG, mas elas começam a surgir de forma mais frequente nos documentos. Em abril, foram dados informes sobre uma reunião arranjada entre representantes do Conselho e a Sociedade de Sapateiras de West End (GC II, pp. 203; 205); em maio, Mrs Huleck tomou a palavra para dar informes sobre a Sociedade de Sapateiros de Paris e indicar novos membros ao CG (GC II, p. 212); Law se tornou mais presente e confortável no CG, fazendo mais intervenções sobre assuntos diversos²⁰ e, inclusive, assumindo lugar como delegada dessa instância em reuniões do

¹⁸ Mrs Morgan pode ter sido esposa de William Morgan, sapateiro ativo no movimento operário britânico e na Liga pelas Reformas e membro da Internacional entre 1864 e 1868. Foi Mr. Morgan que propôs, em novembro de 1867, a inclusão de Mrs Huleck no CG.

¹⁹ Mrs e Mr Huleck eram membros da seção francesa da AIT em Londres, ligados ao movimento de sapateiros. (CG, II).

²⁰ Em 1867, fora a primeira fala, logo após sua admissão no CG, encontramos apenas duas intervenções de Law, em agosto, onde se voluntaria a consultar membros sobre dias das reuniões do CG e intermedeia um arranjo sobre novo local para as reuniões (GC II, p. 150; 153). A partir de 1868, Law passou a intervir mais nas reuniões (e estar mais presente também). Em junho interviu em meio à discussão polêmica sobre o local do Congresso apoiando a defesa de Marx sobre a questão, e indicou novo membro ao CG; em julho, questionou sobre as contribuições dos membros filiados; em agosto, votou por eleger uma delegação de representantes do CG; em setembro, colocou-se sobre aprovação do Relatório Anual do Conselho Geral da AIT (GC II, pp. 217-218; 227; 249).

movimento operário (GC II, p. 222), o que prova sua organicidade e reconhecimento no CG.

Antje Schrupp (2018) relata que, ao pesquisar sobre as mulheres da AIT, ela esperava encontrar uma intervenção mais ativa delas, mas encontrou mulheres que dificilmente se colocavam publicamente e quase nunca em confrontos de ideias. Schrupp avalia que elas optavam por provar a paridade entre homens e mulheres na prática, não a partir de argumentos. Colocar corpos femininos em lugares onde as mulheres não eram esperadas e bem-vindas criava uma necessidade de mediação que de outro jeito não estaria presente. Maximilien Rubel também relata que foram poucas as vezes em que as mulheres presentes no CG tomaram a palavra para se pronunciar sobre algum assunto.

Na documentação, é possível achar diversas intervenções dessas mulheres, ainda que, de fato, tímidas e esporádicas frente à desenvoltura dos homens. Entretanto, observa-se que essas mulheres estavam inseridas em uma sociedade onde o simples fato de uma mulher ir a reuniões políticas e/ou reuniões mistas era malvisto e na qual elas eram criadas para servir no espaço privado. Se muitas delas conseguiram transcender esse local, colocando-se publicamente, ativamente, revolucionariamente, muitas outras também não conseguiram.

Mas ao mesmo tempo, sabendo olhar para as fontes e enxergar as mulheres ali presentes, é possível perceber que elas não foram poucas e que foram, sim, ativas na Internacional, talvez não da forma como estamos acostumados a procurar tradicionalmente. Não era ao acaso que muitas estavam presentes na AIT e em organizações de mulheres ao mesmo tempo, bem como suas contribuições para entidade parecem ter sido significativas. Se elas não apareciam como palestrantes ativas nos Congressos e espaços de direção da Internacional, não necessariamente significa que elas não estivessem ali, e não estivessem se movimentando politicamente.

A reprodução social nos documentos

A vida das mulheres não é nem nunca foi somente o mundo do trabalho assalariado ou a luta política, o espaço público, por assim se dizer. A chamada reprodução social também atravessa suas vidas. Como bem observou Lise Vogel (2013), o capitalismo depende da produção de novos trabalhadores sujeitos à exploração, produção essa que ocorre majoritariamente, embora não somente, no espaço doméstico, privado, como tarefa das mulheres. A reprodução social se refere às

atividades e atitudes, comportamentos, emoções, responsabilidades e relacionamentos diretamente envolvidos na manutenção da vida em uma base diária e intergeracional. Isso envolve vários tipos de trabalho socialmente necessário - mental, físico e emocional - destinados a fornecer os meios historicamente e socialmente, bem como biologicamente, definidos para manter e reproduzir a população. Entre outras coisas, a reprodução social inclui como alimentos, roupas e abrigo são disponibilizados para consumo imediato, como a manutenção e a socialização das crianças é realizada, como o cuidado dos idosos e enfermos é feito, e como a sexualidade é socialmente construída (Brenner & Laslet, 1991 *apud* Bhattacharya, 2017, p. 6).

Buscamos então, abordar os documentos da I Internacional procurando enxergar como a esfera da reprodução social aparece neles, compreendendo que ela é parte da análise da condição das mulheres.

Considerando que o objetivo último do salário, para a classe trabalhadora, é a sua subsistência, é interessante ver como a relação entre salários e elementos da reprodução social aparece nas discussões da AIT. No relatório da seção de Bruxelas destinado à discussão sobre a questão da maquinaria, apresentado no Congresso de 1868 (Bruxelas), é levantada a relação entre os baixos salários e a impossibilidade de garantir alimentos e vestimentas aos operários. Há também no documento, a percepção de que o salário serviria para “restaurar as forças” despendidas no trabalho (Musto, 2014. p. 127). A ideia da restauração das forças físicas, assim como o desenvolvimento intelectual, social e político, também está presente na discussão sobre a redução da jornada de trabalho contida nas *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório: as questões singulares*, documento de preparação para o Congresso de 1866 (Genebra) (GC I, p. 343). Tais elementos tateiam a ideia de “manutenção” diária da força de trabalho, presente na teoria da reprodução social, abordando os elementos materiais e imateriais que entram na manutenção e formação da força de trabalho.

A relação entre trabalho assalariado e reprodução saudável das famílias aparece a partir da definição do que seria um trabalho ideal em outro documento, o relatório da comissão sobre a redução da jornada de trabalho, apresentado no mesmo congresso:

Para que o trabalho seja verdadeiramente o exercício de um dever comum, é necessário que ele seja realizado em condições que garantam aos trabalhadores a sanidade, a satisfação de todas as suas necessidades e as de sua família, e a proteção contra os padecimentos e misérias da velhice e da invalidez (Musto, 2014. p. 132).

O documento também utiliza como argumento para a defesa da redução da jornada de trabalho uma visibilização do trabalho reprodutivo, ressaltando as responsabilidades dos trabalhadores para com suas famílias (reprodução) e a sociedade.

Se a função industrial do homem é diminuída em consequência de uma redução do tempo de trabalho, isso é justo, pois o homem não tem apenas o trabalho a realizar; ele tem também uma família para sustentar, crianças para educar, direitos civis e políticos para exercer (Musto, 2014. pp. 133-134).

Embora o documento anterior se refira à responsabilidade do “homem”, sabemos que, sobretudo no século XIX, no caso das responsabilidades com a família poder-se-ia substituir a palavra por “mulher”. Como também levanta Tithi Bhattacharya, buscando visibilizar as tarefas de reprodução realizadas pelas mulheres: “Quem cuida de uma criança doente? Quem está em casa para preparar o jantar e ajudar com o dever de casa? Quem pode dedicar tempo a um pai ancião enfermo?” (Bhattacharya, 2013).

Marx, em suas *Instruções para os delegados do Conselho Geral (Instructions for the delegates of the General Council)* remetido ao I Congresso (1866), em meio ao debate sobre o trabalho infantil e juvenil, aborda a questão da educação e a relação entre a “formação de uma nova geração de trabalhadores” e o futuro da classe trabalhadora e da humanidade (Musto, 2014. p. 104). O mesmo documento defende a educação escolar de crianças e adolescentes e a reivindicação de seu direito, embora as considere incapazes de agir por conta própria, e considera o trabalho de crianças e adolescentes

uma tendência progressista da indústria moderna, desde que combinado com a educação, embora tenha sido transformado em uma abominação pelo capital.

A questão da educação também seria abordada como uma responsabilidade das famílias em meio à discussão sobre a educação pública no *Rapport élaboré par les reli-eurs de Paris (Relatório elaborado pelos encadernadores de Paris)*, apresentado no Congresso de Bruxelas em 1868, em uma seção dedicada à questão da educação (Musto, 2014, pp. 225-227).

A relação entre o salário e a subsistência e reposição das forças do trabalhador, a vida familiar e a educação, elementos ligados ao que chamamos de reprodução social, aparecem, assim, de forma menos aprofundada nos documentos, ainda que haja algumas indicações a serem extraídas. Mesmo não tendo desenvolvido esses temas, a AIT não passou completamente despercebida da esfera da reprodução social.

Mas, para além disso, talvez o ganho mais significativo, do ponto de vista do debate sobre a reprodução social na AIT tenha sido justamente o questionamento e a desconstrução, no seio da entidade, da designação exclusiva das mulheres às tarefas da reprodução social. Do ponto de vista do feminismo, a Internacional contribuiu com a abertura das portas do movimento operário à “questão da mulher” e à participação feminina, travando internamente e externamente uma batalha sobre a redefinição do papel das mulheres, sobretudo trabalhadoras, na sociedade capitalista que surgia. A AIT legitimou as mulheres como parte da classe trabalhadora e ajudou a reforçar o lugar das mulheres nas lutas operárias.

Para as perspectivas de encontro entre feminismo e socialismo, a AIT foi um capítulo importante. As mulheres participaram da entidade em diversos níveis, ainda que tenham constituído uma pequena porcentagem entre os militantes internacionalistas. Por outro lado, essa pequena porcentagem de mulheres nas fábricas, nas greves, nos sindicatos, nas mobilizações, nas revoluções e na própria Internacional, contribuiu para forçar as lideranças a debaterem e se posicionarem sobre o assunto. Colocar corpos femininos em lugares onde as mulheres não eram esperadas e bem-vindas criava uma necessidade de mediação que de outro jeito não estaria presente.

Reflexões “finais”

Os elementos aqui apontados partem de uma seleção ainda preliminar de documentos, mas “nos permitem perceber que questões ligadas às mulheres e a elementos da reprodução social foram fruto não somente de debate nos fóruns da AIT, mas também objeto de resoluções. Se os primeiros anos da AIT foram marcados por uma hegemonia “machista”, as mulheres foram ganhando espaço a ponto de fazerem parte do Conselho Geral, terem seções próprias e demandarem delegação e políticas ao Congresso geral.

Estudar a Associação Internacional dos Trabalhadores com um olhar que procura enxergar os múltiplos lugares onde as mulheres e os assuntos ligados a elas estão, nos permite duas coisas:

Perceber que a AIT era muito mais diversa e muito mais “filha de seu tempo” do que na maioria das vezes é vista. Houve muitas correntes de pensamento, com posições diferentes, às vezes com contradições importantes dentro da mesma corrente. A I In-

ternacional era plural e diversa e, sobretudo em seus primeiros anos, tinha lemas bastante gerais, que exigiam de seus participantes pouco além de organização de redes de solidariedade. No que tange ao debate de gênero, houve posicionamentos e defesas bastante questionáveis do ponto de vista de quem procura achar na entidade uma defesa apaixonada e unânime da emancipação das mulheres.

Perceber o outro lado da moeda, isto é, quais iniciativas nascentes do movimento operário se dispuseram a superar o preconceito existente, mobilizar as mulheres operárias e dar espaço às suas demandas. Se havia vozes dissonantes que expressavam misoginia, também havia uma história de encontro entre emancipação humana, proletária e emancipação das mulheres, como o socialismo utópico já havia colocado. Assim, a AIT foi um campo de batalhas onde esteve em jogo a superação de um movimento operário excludente com as mulheres. Se pensarmos o quanto a política e os movimentos sindicais ainda hoje são espaços masculinizados e machistas, que pouco se importam com os direitos e a autonomia das mulheres, fica mais fácil perceber o quanto havia limites, mas também muito vanguardismo nos debates colocados da AIT.

Enxergar as mulheres na pesquisa histórica requer um olhar atento, às vezes literalmente nas entrelinhas. As mulheres e/ou pesquisas sobre as mulheres da AIT que encontramos até agora traçam um perfil de mulheres que não se colocavam no espaço público da mesma forma que os homens. Mas isso não pode ser lido imediatamente como se elas não estivessem atuando politicamente.

Se por um lado em muitos momentos eram os homens que falavam publicamente sobre temas relacionados a elas, por outro é necessário indagar se esses debates existiriam se elas não estivessem ali. Não seria a presença das mulheres nas fábricas, nas greves, nos sindicatos, nas mobilizações, nas revoluções e na própria Internacional fundamental para forçar as lideranças a debaterem e se posicionarem sobre o assunto? A realidade concreta do capitalismo demonstrava que não era mais possível mandá-las para casa e dizer que o lugar delas era somente lá. Elas tinham sido arrancadas de suas casas pela expansão do trabalho fabril que buscava trabalho socialmente desvalorizado sujeito à exploração. O que cabia ao movimento operário agora era organizá-las.

Referências

- ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e socialismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.
- BHATTACHARYA, Tithi. "What is social reproduction theory?". *Socialist Worker*, set. 2013. Disponível em: <<http://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory>>. [Tradução em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>>]
- BHATTACHARYA, Tithi. *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- BENSIMON, Fabrice. "The IWMA and its precursors in London, c. 1830–1860". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 21-38.
- CORDILLOT, Michel. "Socialism v. democracy? The IWMA in the USA, 1869–1876". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 270-281.
- DELALANDE, Nicolas. "Transnational solidarity in the making: labour strikes, money flows, and the first international, 1864–1872". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 66-88.
- DELUERMOZ, Quentin. "The IWMA and the Commune: a reassessment". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 107-127.
- ENCKELL, Marianne. "Bakunin and the Jura Federation". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 355-365.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HAYAT, Samuel, "The construction of Proudhonism within the IWMA". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 313-331.
- HERRES, Jürgen. "Karl Marx and the IWMA revisited". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 299-312.

- Institute of Marxism-Leninism of the CPSU. *The General Council of the First International, 1864-1866: minutes*. Volume I. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1964. (CG I)
- Institute of Marxism-Leninism of the CPSU. *The General Council of the First International, 1866-1868: Minutes*. Volume II. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1964. (CG II)
- JARRIGE, François. "The IWMA, workers and the machinery question (1864–1874)". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 89-107.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. (publicação original de 1867)
- McCLELLAN, Woodford. Russians in the IWMA: The Background. In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 193-206.
- MUSTO, Marcelo. (org). *Trabalhadores, Uni-vos! Antologia Política da I Internacional*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- PROUDHON, Joseph Pierre. *De la justice dans la revolution et dans l'eglise*, 1858. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/De_la_justice_dans_la_R%C3%A9volution_et_dans_l%E2%80%99C3%89glise Visitado em 11/10/2021.
- PUISSANT, Jean. "The IWMA in Belgium (1865–1875)". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 144-164.
- RUBEL, Maximilien. "The emancipation of women in the works of Marx and Engels". In: FAURÉ, Christine (ed). *Political and historical encyclopedia of women*. New York: Routledge, 2003.
- SCHRUPP, Antje. "Bringing together feminism and socialism in the First International: four examples". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 343-354.
- TAYLOR, Antony. "'Sectarian Secret Wisdom' and nineteenth-century radicalism: the IWMA in London and New York". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 282-297.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

A vanguarda do atraso e o ritmo da dominação burguesa: um exercício para o estudo de duas missões da USAID ao Brasil em 1970

The vanguard of backwardness and the rhythm of bourgeois domination: an exercise for the study of two USAID missions to Brazil in 1970

Diego Martins Dória Paulo*

Resumo

O artigo apresenta um primeiro esforço interpretativo de duas missões da United States Agency for International Development (USAID) ao Brasil em 1970. Nesse sentido, são destacadas as relações das iniciativas com as transformações verificadas na estrutura de classes da sociedade brasileira a partir dos anos 1950. Pretende-se, dessa forma, avaliar em que medida essas movimentações correspondem ao desenvolvimento de uma forma política para o capital multinacional no país.

Palavras-chave: *think tanks*; capital multinacional e associado; USAID

Abstract

This paper presents a first interpretative effort of two missions of the United States Agency for International Development (USAID) to Brazil in 1970. The relations of the initiatives with the transformations verified in the class structure of Brazilian society from the 1950s are highlighted. Thus, it is intended to assess the extent to which these movements correspond to the development of a political form for a multinational capital in the country.

Keywords: *think tanks*; multinational and associated capital; USAID

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e professor substituto do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, também cumpre estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Introdução

Em 1970, a *United States Agency for International Development* (USAID) conduziu duas missões ao Brasil. A documentação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América revela que as excursões compartilhavam um objetivo, qual seja, ampliar os canais de pressão sobre a ditadura instaurada no país na sequência do golpe de 1964. Conduzidas pela *Brookings Institution*, um dos mais importantes *think tanks* de Washington, e por uma equipe organizada por membros da *State University of New York* (o “SUNY Team”), as expedições realizaram encontros no Congresso Nacional e em importantes organizações da sociedade civil brasileira – notadamente a Fundação Getúlio Vargas. Nessas ocasiões, discutiu-se formas de aprimorar o sistema político do país, no sentido de assegurar maior eficiência de sua operação. Também procurou-se estimular, junto a lideranças burguesas do país, a formação de organizações homólogas aos *think tanks* estadunidenses, com a *Brookings Institution* servindo de modelo de inspiração.

O presente artigo apresenta uma primeira tentativa de compreender esse objeto. O exercício aqui praticado experimenta observá-lo à luz das determinações postas pela estrutura de classes no Brasil. Na primeira seção, destaca-se como essa formação social é erguida sobre uma matriz de desenvolvimento *dependente e retardatário* – o que explica o prestígio logrado pelas miragens do *moderno* emanadas a partir dos países do centro do capitalismo. Ainda na abertura do texto, também em tributo a René Dreifuss, alude-se à formação do que o autor chamou de *capital multinacional e associado*, investigando-se de que maneira seu fortalecimento impacta a dimensão política brasileira. Reflexões sobre a forma política desse capital, por seu turno, ocupam a segunda seção do artigo, quando são apontados os resultados logrados até aqui pela pesquisa que vem sendo realizada com a documentação sobre as duas missões da USAID – em acervo cujo acesso por meio digital tem sido viabilizado graças ao trabalho conduzido em conjunto pela Universidade de Maringá e pela Universidade de Brown, nos Estados Unidos.

A última parte do artigo apresenta os limites do empreendimento burguês que anima o desenvolvimento da forma política que aqui se tenta acompanhar. O recurso a um produto cultural das classes trabalhadoras elaborado em uma importante encruzilhada histórica, aqui tornado fonte de pesquisa, objetiva indicar o modesto alcance do projeto analisado nas linhas que antecedem esse ponto do estudo. A escolha do documento revela ainda uma opção estética, cujo colorido claramente nacional-popular tenta dizer algo pelo contraste com o tom monocórdico e com a linguagem cifrada típicos da documentação produzida por um projeto tecnocrático como o que se acompanha até ali. É, finalmente, opção expositiva ter se evitado considerações finais – nesse caso, ao ver do autor, de impossível realização em um esforço inicial como o que se tem na tela.

O ritmo da dominação burguesa no Brasil (1945-1964)

A hipótese que fundamenta o recorte do objeto trabalhado no presente texto propõe que a formação do capitalismo no Brasil repôs em outros termos o problema da dominação no país. Considerando sua história à luz da interação entre as *crises políticas*, entendidas aqui como momentos de concentração das disputas pelo futuro social, e a forma como se dá a produção e reprodução da vida humana nos limites que

esse processo estabelece, percebe-se que a estruturação daquele modo de produção, em matriz *dependente* e *retardatária*, determina características específicas dessa formação social. Nesta seção do trabalho, procuro investigar a dinâmica da politização e suas relações com o problema da hegemonia burguesa no Brasil do pós-guerra ao golpe de 1964¹. A intenção é delinear os contornos gerais do processo a fim de mostrar como a formação da burguesia e suas frações no país age contraditoriamente com os objetivos de estabilização da ordem.

Antes de passar ao trato do período proposto, apresento sinteticamente elementos que se cristalizam no desenvolvimento dessa classe no Brasil. É, assim, importante destacar que, no país, os que dominam o fazem no interior de uma hierarquia posta pela forma de sua inserção em um sistema internacional. Nessa hierarquia, as burguesias brasileiras ocupam posição subordinada, e a forma de narrar a natureza dessa subordinação a atrela a uma dinâmica temporal, na qual sua posição é explicitada pela noção de *atraso*. Essa *Consciência catastrófica do atraso nacional*², manifestada entre nós pelo menos desde a conhecida geração de 1870 (Alonso, 2002), impelia a busca pela aceleração da história, pondo como tendência na formação daqueles setores dominantes a tentativa de comprimir o tempo da revolução burguesa no Brasil. Isso favorecia entre as vanguardas dominantes uma certa relação com seu *povo*, tido geralmente como óbice ao desenvolvimento – seja pelo seu suposto ritmo social demasiadamente lento³, seja porque esse *povo* conteria a semente da revolta imaginada no tempo à frente⁴. É claro que a ideia de que existem etapas e estas podem ser saltadas ou pelo menos encurtadas, independentemente da ilusão de um tempo histórico linear e progressivo, aliás, muito influente no fim do século XIX, reflete um movimento real dessa classe, a saber, a intensificação dos saltos qualitativos da burguesia e de suas frações no Brasil pelo menos desde meados dos Oitocentos, quando o segundo fim le-

¹ Considera-se *hegemonia* à luz das ideias de Antônio Gramsci, isto é, como expressão da *direção* (moral, intelectual) de uma classe ou fração de classe sobre o conjunto da sociedade. O estudo da *hegemonia*, portanto, deve necessariamente contemplar espécie de genealogia das classes que aspiram à hegemonia, com o fito de compreender as formas de exercício do poder. No nosso caso, dada a condição *retardatária* do desenvolvimento burguês, operam tendências ao desenvolvimento associado àquelas classes e frações de classes que estão *à frente* e, por isso, são modelares – notadamente, as congêneres brasileiras presentes nos países centrais. Curioso notar que o que vale para as classes dominantes tem sido lido precisamente ao contrário pelas classes dominadas. A formulação de que a periferia é o *elo fraco das cadeias do sistema* expressa à maneira de fórmula a tentativa de inversão daquela relação.

² A expressão é do crítico literário Antônio Cândido.

³ A noção de *povo* é, claro, imprecisa, mas seu uso aqui tenta captar a imprecisão das vanguardas burguesas da virada dos séculos XIX e XX na definição do arcaísmo brasileiro, ora visto na “ignorantes das elites” e de suas instituições, em um movimento de autocritica dos dominantes que marca seu desenvolvimento; ora visto como produto da participação dos subalternos na história. Neste caso, o espectro de interpretações se estendia das considerações *fatalistas*, de corte *racial*, que atribuía à miscigenação o ritmo histórico *mais lento* logrado entre nós; às perspectivas mais otimistas, que identificavam a possibilidade de *progressão* desse *povo*, ainda que os modos autoritários dos métodos indicassem desconfiança em seu desenvolvimento autônomo. Os debates sobre o Brasil e os brasileiros nesta conjuntura podem ser acompanhados em Schwarcz (1993).

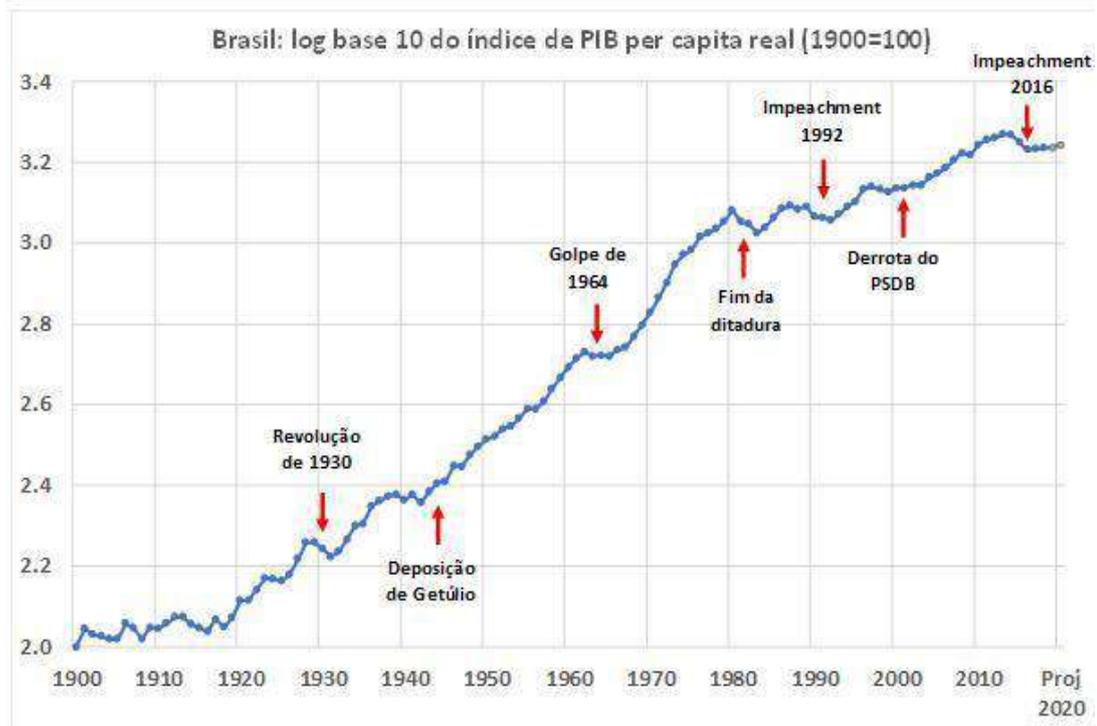
⁴ Isto é, nos países centrais.

gal do tráfico atlântico de escravizados liberou imensa massa de capitais para valorização em outros setores (Prado Junior, 1980, p. 168-204). Por outro lado, por esses saltos qualitativos se darem em um período histórico em que a burguesia se desenvolveu como *classe contrarrevolucionária*, processo que resulta no que Marx bem qualificou como *decadência ideológica*, essa *consciência do atraso* tendeu a *reificar* o tempo histórico, ocultando as relações de poder que se encobrem por uma ideologia do progresso (Marx, 2014, p. 83-92). A consciência do atraso é, assim, a consciência de uma potencialidade que está *condenada ao futuro* e que, por isso, só se pode realizar como atualização da *expectativa*, pressionando os dominantes para que se *ande rápido para frente*, idealmente *se antecipando e desviando* dos obstáculos postos no caminho⁵.

A sedimentação dessa urgência na imaginação dos problemas do Brasil pelos dominantes fica indicada em produção recente de Nelson Barbosa, professor titular da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV). Em texto de 2020 publicado na *internet*, o acadêmico argumenta haver relação, pelo menos desde a “decolagem” do capitalismo no Brasil, entre a “desaceleração” do “crescimento econômico” e as crises políticas no país – o que sugere que a aceleração daquele crescimento, embora desejável por uma classe marcada pela expectativa do futuro, torne mais urgente o ritmo de renovação das formas de dominação, sob pena de diminuição do compasso pelo atraso das crises⁶. O gráfico elaborado por Barbosa ilustra o argumento ao descrever uma linha ascendente de crescimento do PIB pontuada por manifestações de crises políticas expressando o prolongamento dos períodos de relativa estagnação, que perduram até a resolução do problema pelo aparecimento de uma nova forma eficaz de dominação.

⁵ Esse *andar para frente* do período aqui estudado é traduzido pela tentativa de alinhar as diretrizes políticas internas às exaradas pelo quadro de modelos internacionais de desenvolvimento burguês – não podendo ser confundido, portanto, com uma missão social centrada na ideia da *soberania nacional*, como queriam os defensores da tese da burguesia nacional. Dessa forma, percebe-se que a *consciência do atraso* referida, ao passo que revela uma condição real da sociedade brasileira, limita-se a constatar como fatalidade a desigualdade de ritmos históricos. A *consciência do atraso* sendo *consciência de um desenvolvimento dependente e associado*, pode, por isso, articular de forma aparentemente paradoxal a *busca pela aceleração do tempo histórico* com a *reificação da hierarquia do sistema* – o que, no mais, torna a burguesia brasileira bem merecedora do epíteto de *vanguarda do atraso* que intitula este texto.

⁶ *Populações meridionais do Brasil*, o clássico de Oliveira Viana, publicado em 1918, nos dá pistas de como então se imaginava o ritmo de obsolescência das formas de dominação em uma etapa de *desenvolvimento acelerado da sociedade*. Cito o autor: “Nós (...) fizemos a nossa dilatação territorial como que por jatos, bruscamente, de um modo febril, intermitente, descontínuo. Bandeiras sertanistas, explorações mineradoras, fundações pastoris e agrícolas, tudo é feito por movimentos descoordenados, independentes uns dos outros, salteadamente, ao léu dos impulsos individuais, tendo apenas como uma única força de propulsão o interesse ou a cobiça dos poderosos chefes de clã. (...) *Incapaz de mover-se com o mesmo ritmo e a mesma rapidez*, o poder colonial, com a sua complicada entrosagem administrativa, quando tenta acompanhar esse singularíssimo movimento expansionista, *o faz sempre com detrimento da sua força e da sua eficiência*” (Viana, 2005, p. 274).

Figura 1. Brasil: log base 10 do índice de PIB per capita real (1900=100)

Fonte: Barbosa, 2020.

Esse tipo de miragem de classe – propriamente *ideológica*⁷ – impeliu esforços de *modernização do sistema político* no Brasil a partir dos anos 1920, o que indica sua relação com a reorganização das formas de dominação no país. Com efeito, o consenso historiográfico sobre aquela década estabelece como motor da crise o acirramento das contradições no interior de uma sociedade que se torna rapidamente complexa demais para os arranjos de poder então vigentes (Ferreira; Pinto, 2006). Com efeito, *modernizar* aqui contempla o esforço de internalizar fórmulas de desenvolvimento experimentadas alhures⁸. Nesse sentido, vale lembrar da influência da escola rostowiana nos anos 1950 e 1960, cujo clássico *Etapas do desenvolvimento econômico* ficou conhecido pelo determinismo histórico que projetava os países do capitalismo central como futuro necessário do desenvolvimento da sociabilidade burguesa – em movimento que expressa, por sua vez, a reorganização do imperialismo no pós-guerra. Já sobre a influência de modelos para a interpretação dos *males do povo*, o prestígio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a celebração de programas de

⁷ Sobre *ideologia*, ver: Marx; Engels (2007, p. 40-74 e *passim*).

⁸ Nesse sentido, entendo que o “moderno” é a projeção do que é experimentado com sucesso invariavelmente no centro do capitalismo, posto ser esse sucesso a expressão dessa centralidade. A busca pela modernização, assim, é condição própria da marginalidade de uma classe dominante-dominada que projeta sua subordinação à maneira de uma dinâmica temporal na qual o futuro é o polo de poder próprio das classes dominantes-dominantes. Sendo o futuro por definição aquilo que só pode se realizar como expectativa, a modernização é um processo que só pode ter fim em conjunto com as relações de força que ela exprime – isto é, com o fim do próprio capitalismo. O tom contrarrevolucionário que distingue a classe dominante brasileira, no entanto, condena o Brasil a *ainda não ser*, isto é, a ser eternamente o país do futuro.

auxílio *técnico* e de *capital* dos Estados Unidos ao “desenvolvimento do Brasil” certamente têm muito a dizer.

A necessidade de olhar para fora em busca de modelos de ação deriva também das profundas transformações sociais vivenciadas no período. Comparando os recenseamentos demográficos de 1940 a 1970, destaco alguns elementos para análise. No primeiro levantamento, a população rural representava 69% dos 41.236.315 de residentes no Brasil, ante 31% dos que viviam em cidades. Em 1970, os dados registraram o crescimento acelerado da urbanização: eram 52.904,744 as pessoas que viviam em cidades, ou 56% da população, frente aos 41.603,810 habitantes do campo, 44% do total (IBGE, 1970, p.87). O número de cidades consideradas grandes (com mais de 10 mil habitantes) também apresenta um movimento importante. Em 1950, eram 220 no total, onde residiam 12.143,502 de pessoas, ou 64,66% da população que habitava o perímetro urbano. Em 1970, o número de cidades daquele tamanho salta para 652, e elas abrigavam 41.574,620 pessoas, ou 78,59% da população urbana que residia no Brasil (IBGE, 1970, p.39). Temos, portanto, um movimento que indica a mudança do eixo da formação social brasileira – com o deslocamento do centro demográfico não apenas do campo para as cidades, mas em particular para as grandes cidades⁹.

Como se vê, são dados importantes para pensar as formas de dominação no Brasil, consideradas as diferenças no exercício do poder entre campo e cidade no período estudado. O que se argumenta é que a transição demográfica brasileira assinala um período de inventividade das formas de dominação, aberto pela diluição dos laços de poder tipicamente rurais entre aqueles que migram para os centros urbanos. Entre 1945 e 1964, as crises políticas identificadas no gráfico acima em interação com o ritmo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assim, são crises de uma sociedade em acelerado processo de urbanização, o que põe um horizonte novo para as classes dominantes no país – cujo inventário de tecnologias políticas era oriundo de um mundo agrário, marcado por outro tempo e modo de vida.

O *populismo* é o feixe dos experimentos políticos levados a cabo neste período de particular inventividade. Com efeito, os estudos do fenômeno captam bem a relevância dessa dinâmica demográfica na sua estruturação, ainda que eventualmente tenham operado com dicotomias que expressam a influência do esquema temporal exprimido pela *consciência do atraso*¹⁰. Mais do que um debate sobre o *estado da arte* do conceito, convém aqui eleger um trabalho com o qual se pode abrir diálogo capaz de aproximar os contornos do objeto que se tenta definir.

⁹ Assim, é possível argumentar que no período em tela as grandes cidades passam a ser o centro dinâmico da vida política no Brasil, pelo menos do ponto de vista burguês, posto que esse tende a se adequar ao movimento do capitalismo. O viver nos centros urbanos era viver no tempo do mundo, é poder experimentar o progresso e, portanto, aproximar-se do futuro esperado. Tanto é assim que quando se resolveu transplantar a capital federal do Rio de Janeiro para o centro geográfico do país, foi assumido que este deveria necessariamente ser uma *cidade grande*, onde imensas avenidas inicialmente ligaram o nada a lugar nenhum. O esforço *suntuário* da construção de Brasília, por conseguinte, dá a dimensão do prestígio que a vida urbana logra alcançar no período.

¹⁰ Os trabalhadores rurais que migram para a cidade seriam, nessa perspectiva, atravessados por determinações do *mundo arcaico* de origem – *ingênuos, malformados, ignorantes, atrasados, vetores de doenças etc.* – exceção feita aos migrantes de origem europeia, alguns supostamente conhecedores de *técnicas valiosas*.

A escolha foi a obra clássica de René Dreifuss - *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (1981). Isso porque o autor, em seu primeiro capítulo, consegue combinar densa síntese de estudos sobre o fenômeno com o estudo de uma temporalidade que permite aproximação aos contornos do nosso objeto no período aqui recortado. Assim, o autor sustenta que, a partir de 1930, manobras de inclusão subordinada de trabalhadores e trabalhadoras na arena política se combinaram à repressão de sua autonomia organizativa e ao insulamento de setores do Estado à sua participação. A situação em 1945, durante a crise política que prepararia as formas de dominação do período seguinte, é assim descrita por Dreifuss.

Getúlio Vargas estava lançando bases para a constituição de uma nova forma de organização política do governo e de um novo regime. Forças sócio-econômicas emergentes, assim como novas demandas sócio-políticas, necessitavam ser acomodadas. A limitada convergência de classe no poder, o corporativismo associativo e o autoritarismo do Estado Novo foram integrados e sintetizados numa fórmula nacional de ‘desenvolvimento’ que, sob o nome genérico de populismo, tentava estabelecer uma hegemonia burguesa a partir de meados da década de quarenta. Através do populismo, o Executivo procurava estabelecer um esquema de limitada mobilização política nacional das massas urbanas, baseado em uma estrutura sindical controlada pelo Estado e no apoio institucional do PSD e do PTB. Esses dois partidos, apesar de imprecisos em seus apelos programáticos, eram efetivas máquinas de domínio ideológico e controle social, o primeiro deles operando como o partido do poder e o segundo como o partido de legitimação da ordem vigente. Após anos de autoritarismo e predominância do Executivo, o populismo favorecia a reentrada em cena do político profissional, juntamente com a participação de industriais e banqueiros em atividades político-partidárias no então reativado Congresso. Contudo, a posição privilegiada que os industriais haviam conseguido no Executivo através de uma estrutura corporativista de associação foi preservada, embora controlada pelo Congresso” (Dreifuss, 1981, p 27).

Reacomodavam-se assim, provisória e parcialmente, os interesses fortalecidos e desenvolvidos desde 1930, ainda que eventualmente tenha parecido necessário o recurso à violência aberta. Isso porque, no período, o esforço de industrialização perseguido através do Estado modificou as relações de poder entre os grupos sociais, impactando diretamente a estrutura de classes no país¹¹. Uma fração burguesa fabril foi fortalecida, ao passo que o acelerado processo de urbanização liberava um grande contingente humano das relações de poder que estruturavam a vida no campo. O resultado foi uma corrida ao associativismo civil urbano, arena na qual novamente o poder de classe se fez determinante por meio do Estado, favorecendo a mobilização empresarial e combatendo a organização autônoma da classe trabalhadora. Isso se dava quando a sociedade civil então existente não lograva conter as manifestações do proletariado – o que é visto com clareza sobretudo durante o governo Dutra, refletindo

¹¹ O termo “através” foi escolhido pela sua capacidade de ilustrar o Estado como *dimensão de ação política, através* da qual aqueles que conseguem ocupar seus centros de poder exercem a prerrogativa de mando. Deste ponto de vista, o Estado não pode ser um *sujeito* nem um *instrumento*, mas a expressão, naquela dimensão, da correlação de forças existentes na sociedade em um dado momento. Entende-se sinteticamente, por isso, o Estado como uma *relação social*. Ver: Poulantzas (1985).

internamente o clima da chamada Guerra Fria e a ascendência do movimento comunista internacional. Na avaliação de Dreifuss, aquele ajuste certamente precário, no entanto, foi suficiente para que a facção fabril conseguisse tornar a *busca pelo progresso* – compreendido na forma do *industrialismo*¹² – o “*bias*” do Estado brasileiro no período (Dreifuss, 1981).

O *industrialismo* revelava a ascendência entre nós do esquema de *etapas do desenvolvimento histórico* em estado prático. Na verdade, foi manifestação própria dessa consciência do atraso que distingue nossa classe dominante, o que, por sua vez, determinava o ritmo de execução daquele projeto. A percepção da “defasagem”, que então se alargava, graças ao ritmo do desenvolvimento tecnológico logrado no centro do sistema, era o acicate que apeava suas “fugas para frente”¹³. A *linha branca* (refrigeradores, *freezers*, máquinas de lavar roupa, secadoras), inicialmente importada a custos faraônicos, nesse sentido, estampou anúncios publicitários nos grandes jornais do período, tornada símbolo do *moderno*, sobretudo por permitir um novo ritmo de vida.

A expansão acelerada do sistema fabril, contudo, colocava obstáculos propriamente sistêmicos em seu curso. Assim, a superação dos *gargalos de desenvolvimento*, postos pela *carência* de capital e tecnologia, foi a questão do capitalismo brasileiro naquele tempo (Gremaud; Saes; Júnior, 1997) – contemporâneo da reorganização imperialista no plano internacional e das turbulências na ordem impingidas pela ascensão das lutas dos trabalhadores pelo mundo. Nesse sentido, a solução do debate sintetizou as transformações da estrutura de classes verificada no Brasil do período, resultando na opção pela abertura do país à exploração de uma fração burguesa multinacional, em posse de capitais, máquinas e técnicas demandas pelo esforço de *modernização*¹⁴. Essa fração concordou em franquear uma parte de seus empreendimentos no país ao capital brasileiro, ainda que tentasse isolá-lo dos centros da direção empresarial – espaço estratégico para a definição dos limites do poder de uma classe dominante que em nível sistêmico deve ser *classe dominante-dominada*. Claro, o espaço franqueado à participação brasileira na iniciativa foi rapidamente ocupado por um grupo de empresários cuja miragem de progresso era logicamente similar à busca pela *civilisation française* empreendida pela aristocracia brasileira um século antes. Ambas as expressões daquela *consciência do atraso* experimentada pela condição de dominante em uma posição periférica – substancialmente a mesma nos dois momentos, mas cujas particularidades do momento lastream a formação do capital multinacional e associado no país, com desdobramentos próprios sobre a arena política brasileira. René

¹² O *industrialismo* no período representava um movimento de superação, no interior das classes dominantes no Brasil, de uma perspectiva que via o centro dinâmico da vida social brasileira no campo – o *ruralismo*. O *industrialismo* compreende, por conseguinte, um novo tipo de diagnóstico dos problemas brasileiros, com grande destaque dado à *imaturidade* do capitalismo no país, bem como um novo tipo de encaminhamento para sua solução – a identificação de seu desenvolvimento com o desenvolvimento *fabril*. Sobre o *ruralismo brasileiro*, ver: Mendonça (1997)

¹³ Interessante análise sobre as determinações políticas das “revoluções tecnológicas” do pós-guerra está em Mandel (1982).

¹⁴ A instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), adotada em janeiro de 1955 por Café Filho, é lembrada como a expressão jurídico-política desse processo. Ver: Dreifuss (1981).

Dreifuss exprime assim o movimento dessas transformações no governo Juscelino Kubitschek.

Sob a cobertura das políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, medrava-se um pacote tecnológico direcionado às indústrias de proa incipientes como, por exemplo, a indústria automobilística e construção naval, produtos químicos e farmacêuticos, maquinaria e produtos elétricos, papel e celulose, proporcionando a matriz econômica para o renovado desenvolvimento de uma burguesia associada. Esperava-se que o acesso à tecnologia e técnicas gerenciais estrangeiras, assim como à ajuda financeira transnacional, fosse solução para o problema da falta de acumulação primitiva de capital e também um tratamento de choque para uma economia essencialmente agro-exportadora que sofria uma escassez relativa de maquinário, equipamento e *know-how*. A política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek impulsionava as transformações que já se faziam sentir na estrutura sócio-econômica do Brasil, como, por exemplo, uma maior sofisticação do mercado interno, o crescimento das empresas, uma produção mais completa, a expansão das indústrias básicas, a tendência para a urbanização e concentração metropolitana, uma intensificação de disparidades setoriais de desigualdades sociais e regionais. Além disso, a política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek estabelecia as condições para a proeminência econômica do capital oligopolista multinacional e associado (Dreifuss, 1981, p. 34).

Nesse caminho, a “combinação original e mesmo *sui generis*, a saber, a convergência de classe populista e sua forma de domínio interagindo com o capital monopolista transnacional” - que, acrescento, há pouco era expressão de uma *moderna política de massas* - tornar-se-ia obsoleta (Dreifuss, 1981, p. 34). A reorganização da estrutura de classes no Brasil, com a ascendência de um capital multinacional e associado cujo poder incluía simbolizar a possibilidade do moderno, estabelece a necessidade de um *novo tempo da política*. Assim, tornava-se necessário e urgente contornar os tradicionais centros de articulação populista, ritmados pelo tempo indesejável do *pacto conservador e da política de massas* no país (Dreifuss, 1981, p. 35).

O dilema então posto acerca do *sentido do desenvolvimento*, que pode ser exposto pela contradição entre *acumulação e repartição*, expressa a veloz erosão da forma de dominação lograda desde a última crise política, em 1945. Roberto Campos, um dos principais intelectuais orgânicos da burguesia no momento, avaliava assim, em documento de 1959, os meios de se renovar as expectativas no futuro do sistema.

Optar pelo desenvolvimento implica a aceitação da idéia de que é mais importante maximizar o índice de desenvolvimento econômico do que corrigir desigualdades sociais. Se o *ritmo de desenvolvimento for rápido, a desigualdade pode ser tolerada e controlada com o tempo. Se o ritmo de desenvolvimento cair em decorrência de incentivos inadequados, praticar a justiça distributiva transforma-se em participação na pobreza*. Obviamente, isso não quer dizer que se deva deixar sem controle os instintos predatórios que ocasionalmente se acham presentes em certos setores capitalistas. Isso significa meramente, dentro do nosso *estágio de evolução cultural*, que a preservação de incentivos para o crescimento da produção deve ter prioridade sobre medidas que visem a sua redistribuição (CAMPOS *apud* Dreifuss, 1981, p. 46).

Dar voz a Roberto Campos é dar voz a um grupo social fortalecido pelas circunstâncias: os *tecno-empresários*. Eles pareciam fundamentar o prestígio que então auferiam em uma relação ambivalente com o tempo: apesar de estarem entre nós, neles é identificado um potencial modernizante capaz de nos *atualizar*, viabilizando a superação de nossa condição atrasada. Suas associações, que desde JK cercam o Estado capitalista no Brasil, são percebidas como *formas modernas de dominação*, não apenas por tentarem aportar ao Estado os *padrões de eficiência* verificados no centro do sistema, mas sobretudo porque representam efetivamente barreiras contra a participação democrática – cujo tempo próprio é avesso ao ritmo de desenvolvimento agora necessário em situação de *atraso*. Por conseguinte, os efeitos contraditórios postos pela aceleração do capitalismo seriam amainados graças à expectativa da partilha dos frutos do progresso, evitando a erosão do poder e da eficiência no sistema político.

Deste ponto de vista, parece propriamente trágico que o *tempo da política de massas* tenha frequentemente se imposto, sobretudo entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 – e novamente desde os anos 1980. A historiografia sobre a chamada *luta pelas reformas de base* no Brasil é longa e animada, até bem pouco tempo atrás, um intenso debate sobre o sentido histórico do golpe empresarial-militar de 1964. O assalto ao Estado e a ditadura que o seguiu, do ponto de vista que se desenvolve neste texto, sugerem a manifestação da reiterada tentativa de *modernização da prática política brasileira*, mas agora em novos termos, postos pelo desenvolvimento de uma forma política do capital multinacional e associado.

Uma forma política para o capital multinacional e associado: apontamentos para o estudo de duas missões da Usaid ao Brasil em 1970

O defendido na seção anterior não incorre em nenhuma espécie de fatalismo, como se a ditadura estivesse destinada a acontecer graças ao novo ritmo do mundo – inclusive porque a ditadura, por si mesma, não foi garantia de um compasso de desenvolvimento considerado adequado, graças a alianças com os “políticos tradicionais” vistos como *atrasados* pelos setores modernizantes do regime (Ianni, 2019). Com efeito, antes de passarem à guerra aberta, as vanguardas burguesas tentaram um arranjo político que permitisse acomodar as novas determinações postas pelos efeitos do capital multinacional na estrutura de classes do país. O governo JK representa importante momento para esta análise, graças ao aparecimento ali de germes de uma forma política própria desse movimento. René Dreifuss analisa assim o recorte.

Os interesses multinacionais e associados tiveram de procurar outros fatores para produzir diretrizes que levassem à sua consolidação econômica. Juscelino Kubitschek proporcionou essa estrutura apropriada. Com efeito, com a implantação de seu Plano de Metas, e como pré-requisito para a sua realização, foi criada uma ampla gama de organismos de planejamento e consultoria e comissões de trabalho, os Grupos Executivos. Eles formavam uma ‘administração paralela’ coexistindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo burocracias *velhas* e inúteis. Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista (Dreifuss, 1981, p. 35).

A “*administração paralela*”, superando as burocracias velhas e inúteis¹⁵, conseguia projetar uma forma de governo em ritmo adequado aos novos tempos da modernização. Sendo o Congresso “um reduto conservador, que era *lento e impróprio* para a articulação dos interesses multinacionais e associados”, a superação do problema foi tentar contornar seus centros de poder (Dreifuss, 1981, p. 35). Segue nosso autor.

O Congresso inicialmente apoiaria Juscelino Kubitschek através da aliança PSD/PTB, apoiando o seu programa de desenvolvimento “conduzido pelo Estado”, desde que o governo representasse os interesses da maioria parlamentar. Porém, à medida que o Executivo se envolvia em sua política de modernização, o Congresso consolidava a sua presença política através de uma atitude conservadora em relação ao Executivo e interesses industrializantes que ele representava. A presença conservadora do Congresso cristalizava-se em decorrência da lógica das alianças e da necessidade de conciliação, do clientelismo, dos interesses tradicionais e da oligarquia rural que até então ele representava. Assim, as práticas do sistema político populista faziam do Congresso um reduto conservador, que era *lento e impróprio* para a articulação dos interesses multinacionais e associados favorecidos pelo governo de Juscelino Kubitschek (Dreifuss, 1981, p. 35).

Ao tentar acompanhar o desenvolvimento da forma política do capital multinacional e associado, René Dreifuss nota um salto de qualidade entre os dias 20 e 26 de janeiro de 1963. Na ocasião, vanguardas burguesas do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), Estado Maior de sua organização no período, reuniram-se no Primeiro Congresso Brasileiro para a Definição de Reformas de Base, realizado em São Paulo. Vale lembrar que, no início dos anos 1960, a crise política se manifestava no debate sobre as *reformas* do capitalismo brasileiro, que atraíam muita atenção de diferentes setores sociais, incluindo comunistas que pretendiam, através delas, pavimentar o caminho para o socialismo¹⁶. Sediado pela Faculdade de Direito de São Paulo, o evento transcorreu, nas palavras de nosso autor, “em uma atmosfera carregada em termos emocionais, com um público estimado em vinte e duas mil pessoas, durante sete dias de sessões” (Dreifuss, 1981, p. 243). A grande audiência pode ser explicada: nos dias que antecederam o evento, grandes jornais como o *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, e a *Folha de S. Paulo*, patrocinadores do Congresso, divulgaram-no intensamente em suas edições. O *Correio da Manhã* do dia 16 de janeiro de 1963, por exemplo, dedicou metade da parte superior da página 6 para o assunto. O texto, de autor não identificado, considera o evento

Um empreendimento inédito: o de reunir espécie de parlamento brasileiro de técnicos, especialistas, intelectuais e leigos para discutir e esclarecer problemas de importância transcendental para o futuro da nação. Sabe-se quais são essas reformas de base: em primeira linha, a agrária, a tributária e

¹⁵ Dreifuss mostra, assim, como o ritmo histórico logrado pelo tempo da consumação do pacto conservador era visto como distúrbio no caminho do desenvolvimento do capital multinacional e associado. Da parte de texto, sugere-se que as frações ligadas a esse capital conseguiram refletir a imagem do progresso que tanto seduz a consciência do atraso. Não sem razão a forma política do desenvolvimento multinacional ser frequentemente moderna nos aparelhos privados de hegemonia da burguesia brasileira da época, como os jornais empresariais.

¹⁶ Sobre essa crise, há importantes contribuições. Indico particularmente a tese de doutoramento de Demian Melo. Ver: Melo (2013).

a bancária; depois, reformas indispensáveis da legislação eleitoral, do ensino, das comunicações e outras. (...) É claro que reformas dessa magnitude são recebidas, pelos diferentes grupos sociais e econômicos do povo, de maneiras muito diferentes. Não há, talvez, um único ponto sobre o qual exista consenso. É fatalmente assim. Mas acreditamos no recurso especificamente democrático da discussão livre para eliminar equívocos e confusões e para chegar-se a um consenso pelo menos relativo, que será capaz de desempenhar o papel de base das reformas de base (Podêres, 1963, p. 4).

Essa ideia de *levar o Brasil para o futuro* é reiterada pelo trabalho dos *técnicos* que atuariam no evento: Oscar Egydio de Araújo, por exemplo, defenderia que *modernos* métodos agrícolas seriam capazes de superar a *crise alimentar* no país (Falta, 1963, p.6). A política de sua técnica fica evidente na perspectiva de enfrentamento do problema, que não toca na distribuição fundiária – isso em um período de acirramento da luta pela reforma agrária. Com as conferências do Primeiro Congresso Brasileiro para a Definição de Reformas de Base, o “parlamento brasileiro de técnicos” tentaria solucionar a principal expressão do conflito político de seu tempo por intermédio de uma *forma de fazer política* vista como “inédita no país” – com “aura de formulação tecnocrática”, mas conteúdo de classe (Dreifuss, 1981, p. 243). De acordo com René Dreifuss.

O Congresso constituiu o fórum no qual um abrangente conjunto de recomendações de diretrizes, estudos aprofundados e *position papers* foram apresentados, publicamente definindo a orientação da elite orgânica em relação às reformas institucionais e estruturais. Com a aura de formulação tecnocrática de diretrizes políticas, o Congresso propiciou a base lógica para a intervenção empresarial direta e pública na política brasileira, um verdadeiro *programa de governo em potencial* (Dreifuss, 1981, p. 243).

Entendo que um programa de governo em potencial inclui não apenas diretrizes do que dentro dessa forma política é chamado de *políticas públicas*, mas também a projeção de métodos adequados ao exercício do poder. O desenlace das lutas de classes no período, no entanto, põe um contratempo a esse desenvolvimento. A crise social então existente não conseguiu ser resolvida pela associação de técnicos, sobretudo porque a mobilização popular no sentido contra-hegemônico pareceu não poder ser controlada sem o recurso à violência aberta. A dita *ideologia da segurança nacional* sugere o grau da ameaça percebida. Na conjuntura, ela foi capaz de fortalecer os elementos contrarrevolucionários de nossas classes dominantes e atualizar o pacto conservador, tática presente no inventário de tecnologias políticas de nossos dominantes, cuja ativação no período foi vista como um passo atrás no ritmo do desenvolvimento, sobretudo por forçar alianças com setores mais *atrasados* das classes dominantes. A ditadura tentaria apressar o passo, mas com segurança, como bem expresso agora pela *doutrina de segurança nacional e desenvolvimento* projetada pelas frações *modernizantes* do regime¹⁷.

O movimento de uma classe internacionalizada, porém, não pode ser compreendido em um país só. A face estadunidense do desenvolvimento dessa forma política nos anos 1960 pode ser estudada através dos *Foreign Assistance Acts* editados na década. O texto de 1961 diz que o Congresso estadunidense

¹⁷ A melhor discussão que conheço sobre a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento está em Alves (1984).

(...) acredita que profundas transformações políticas, econômicas e tecnológicas resultaram na interdependência das nações. O Congresso declara que as liberdades individuais, a prosperidade econômica e a segurança do povo dos Estados Unidos são melhor sustentadas e melhoradas em uma comunidade de nações que respeitam direitos e liberdades civis e econômicos, e que trabalha junta para usar sabiamente os limitados recursos naturais em um sistema econômico aberto e equitativo. Para além disso, o Congresso reafirma os tradicionais ideais humanitários do povo americano e renova seu compromisso com a assistência dos povos em países em desenvolvimento para eliminar a fome, pobreza, doença e a ignorância.

Portanto, o Congresso declara que um dos principais objetivos da política externa dos Estados Unidos é o encorajamento e suporte sustentado ao povo dos países em desenvolvimento em seus esforços para adquirir conhecimento e recursos essenciais ao desenvolvimento e a construção das instituições econômicas, políticas e sociais necessárias à melhoria de sua qualidade de vida (United States of America, 1961, p.19).

Em 1966, há novamente impressa a relação entre *instituições democráticas* (“privadas ou dos governos locais”) e *desenvolvimento*, isto é, entre a expansão do capital multinacional e o estabelecimento de canais de expressão política de seus interesses nos países periféricos – alguns deles dominados por regimes autoritários, como o Brasil (United States of America, 1966. p. 800). Já em 1968, encoraja-se a ampliação dos canais de pressão sobre os sistemas políticos.

(...) o crescimento da participação de instituições democráticas privadas e de governos locais na execução de programas de assistência. Essa é uma instrução importante. Sem ampla participação popular e sem as instituições que a tornam possível, o impacto da ajuda será significativamente limitado (Gaud, 1968).

Em 1969, John Hannah, administrador da *Agency for International Development* (USAID), e William Rogers, Subsecretário de Estado dos Estados Unidos, preparam resposta àquelas manifestações. Por consulta a documentos do Departamento de Estado estadunidense, ficamos sabendo que ambos dirigem a implementação de programas em três áreas, que chamam de “desenvolvimento legislativo”, “instituições de pesquisa e educação em políticas públicas” e “domínio da lei” (Rogers, 1970a) . “A principal ênfase desses programas serão”:

Melhoria das capacidades técnicas dos órgãos legislativos (por exemplo, fornecer treinamento aos funcionários dos órgãos legislativos para capacitá-los a conduzir seus negócios de maneira mais profissional e eficaz, para auxiliar no desenvolvimento de pesquisas legislativas e serviços de referência etc.)

Fortalecimento da pesquisa indígena e instituições educacionais preocupadas com o estudo de questões e políticas públicas (ou seja, instituições civis que realizariam funções um tanto comparáveis às que a Brookings Institution desempenha nos EUA, ajudando os líderes de diferentes grupos a se reunirem para identificar os principais problemas socioeconômicos que enfrentam seu país e utilizando suas instalações para contribuir mais ativamente para a sua solução das questões públicas)

Legislação e desenvolvimento de instituições jurídicas, especialmente formas de ajudar os países a promover uma distribuição mais equitativa da justiça e um acesso mais amplo ao processo judicial por parte do povo (Rogers, 1970a)

O planejamento envolvia cooperação ativa de “organizações não-governamentais” dos Estados Unidos, tais como universidades e fundações. Por meio delas, esperava-se:

1. Fortalecer e aumentar o envolvimento privado e profissional nessas áreas e o caráter internacional do programa de treinamento
2. Minimizar o envolvimento direto do governo dos Estados Unidos
3. Aliviar a Missão (do USAID) do fardo das negociações, do monitoramento etc., do projeto
4. Encorajar o desenvolvimento de instituições não-governamentais dos EUA, capazes de obter apoio financeiro não relacionado à USAID para continuar e, se apropriado, expandir esses programas (Rogers, 1970a, p.2).

Para implementar o projeto, a USAID responsabilizava-se por conduzir “estudos de viabilidade” nos países-alvo. Lideranças de grupos relevantes da sociedade estadunidense seriam então recrutadas para excursões pelas regiões de interesse, a fim de “avaliar o clima” para projetos como esse (Rogers, 1970a, p. 2). Dois grupos foram mobilizados: primeiro, o *Suny Team*, o “time da *State University of New York*”, liderado pelo professor de administração pública, Walter Louis Balk, mas incluindo membros de fora da universidade. Sempre de acordo com a documentação, o grupo fora escolhido pelo desempenho em treinamento de quatro semanas oferecido pela USAID ao Congresso brasileiro havia pouco tempo (Rogers, 1970a, p.3). A outra expedição seria de membros da *Brookings Institution*, tradicional arena de debates de *políticas públicas* nos Estados Unidos, e que, segundo a fonte, pretendia *estimular organizações homólogas em países em desenvolvimento*.

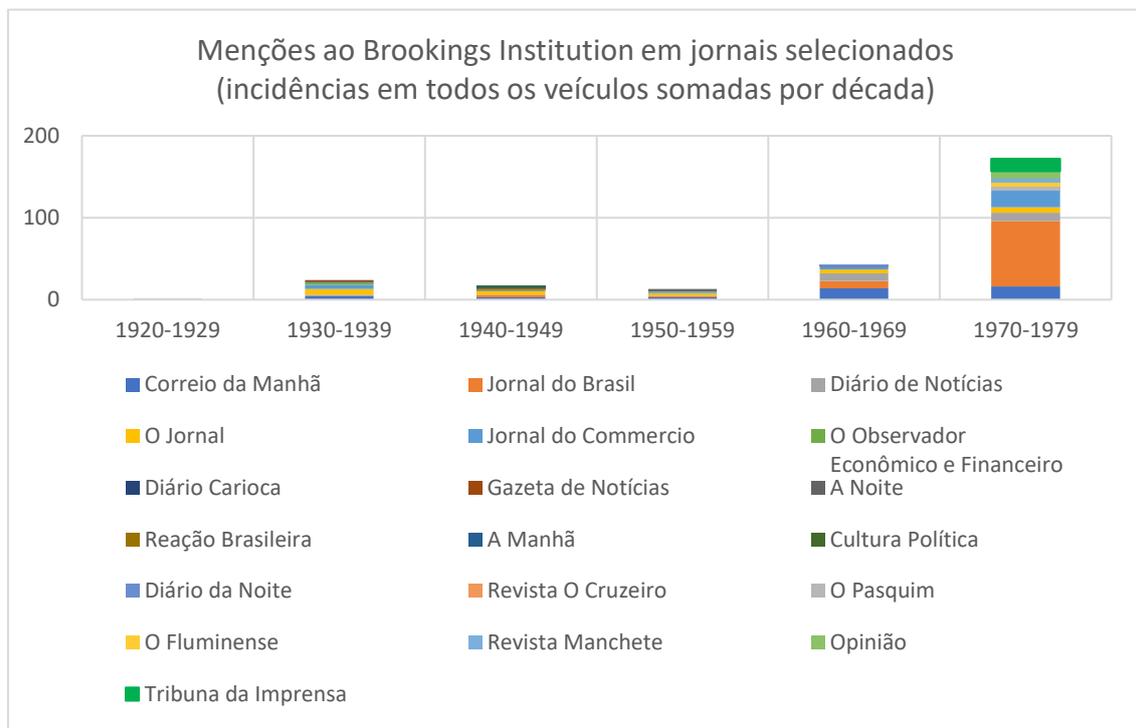
Em junho de 1970, o Suny Team chega ao Brasil, um dos países enfim escolhidos para hospedar o projeto. Comandado pelo professor Balk, o grupo contava ainda com Donald Axelrod, deputado responsável pelo orçamento do Estado de Nova Iorque; professor Alan Kornberg, da Universidade de Duque e especialista em processo legislativo; professor Carlos Astiz, cientista político igualmente da *State University of New York* e especialista em política de desenvolvimento latino-americana; Al Abrams, secretário do Senado do Estado de Nova Iorque; e o professor Lloyd Musolf, da Universidade da Califórnia e diretor do departamento de pesquisa de governo. Em uma das últimas mensagens antes da partida da missão enviadas pelo subsecretário de Estado dos Estados Unidos, William Rogers, à embaixada estadunidense no Rio de Janeiro, pediu-se atenção ao fato de que a visita tinha como objetivo analisar a viabilidade da formação de organizações capazes de prestar assistência ao que chamou de “tecnologia legislativa” – em vez de ela mesma prestar essa assistência (Rogers, 1970b, p.2). Os motivos do telegrama que voou dos Estados Unidos ao Rio de Janeiro em 6 de junho de 1970 destacarem esse elemento ainda não ficaram claros, mas, junto com a informação do curso oferecido pouco tempo antes pela USAID, sugere-se que aquela assistência direta era algo frequente.

A troca de comunicações entre a embaixada do Rio de Janeiro e o Departamento de Estado nos Estados Unidos dá indícios de que sugestões de contatos preferenciais foram feitas à missão. Fontes citam a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como locais em que se poderiam recrutar contatos capazes de instruir os enviados no “clima” do país. Ao deixar o Brasil, o “Suny Team” parece ter se certificado de que o país estava pronto para receber o projeto. Documentos indicam que um encontro entre a *Brookings Institution* - um *think tank* estadunidense já então com grande influência sobre os poderes políticos em Washington, responsável por liderar a segunda missão, e a Fundação Getúlio Vargas já fora deixado acertado ainda na primeira visita – e é curioso que o telegrama informando o acordo tenha transparecido certo desconforto dos representantes da FGV com sua repercussão (Ellis, 1970).

Antes da segunda excursão chegar ao Brasil, em julho de 1970, a *Brookings Institution* tornara-se mais conhecida nos últimos anos sobretudo pela imprensa. A organização figurava nos jornais brasileiros como expressão do *moderno*, capaz de tratar propriamente *científico* da política. No *Correio da Manhã* de 25 de janeiro de 1962, por exemplo, o empreiteiro e *ipesiano* Haroldo Cecil Poland, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada (Sinicon) e futura fonte do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante a ditadura, põe-se na defesa da concentração de renda como *motor do desenvolvimento nacional* (Poland, 1962, p.2). Para tanto, recorre a estudo da *Brookings Institution*, que teria identificado, nos países centrais, a relação entre a capacidade de poupança dos ricos e uma maior capacidade de investimento.

Um enfoque mais quantitativo permite divisar a curva das menções na imprensa a textos produzidos pela *Brookings Institution* entre os anos 1920 e 1979, período que interessa à pesquisa, e que se imaginava haver um crescimento do impacto internacional da iniciativa, graças ao movimento da burguesia imperialista cujo desenvolvimento de uma forma política agora acompanhamos. Até aqui já foi possível investigar as referências nos jornais fluminenses disponíveis *digitalmente* no site da Biblioteca Nacional. Além de confirmar a expansão das menções imaginada, os dados coletados também expressam o papel significativo que o *Jornal do Brasil (JB)* teve na divulgação da entidade, pelo menos entre o público leitor dos produtos da grande imprensa no país. Vale lembrar que, no período, o JB passou por sua conhecida “reforma”, que o tornou símbolo do *jornalismo moderno* no Brasil¹⁸.

¹⁸ Refletindo sobre a reforma do JB depois de deixar sua direção, em 1973, Dines associava a ideia de profissionalização a uma abstrata qualificação do produto final vendido: a informação. Para ele, seu modo de produção deveria ser compartimentado, mobilizando especialistas em diferentes etapas do processo produtivo, o que resultaria em um produto final cujo valor seria quase pedagógico. Daí que a notícia deveria ser sempre contextualizada, de “elevado nível cultural”, capaz de pôr o leitor “à altura do mundo”. Ver: Dines (1996, p. 22)

Figura 2. Menções à Brookings Institution em jornais selecionados

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A visita da *Brookings Institution* e seu objetivo de semear entidades homólogas na sociedade civil parece ter dado frutos. A pesquisa no acervo do SNI da ditadura, disponível no Arquivo Nacional, revela documento de inquérito realizado em 16 de agosto de 1973. Trata-se da investigação de uma iniciativa política então em curso, para a qual documentos foram recolhidos pelos órgãos de polícia. Uma das folhas apreendidas convida para uma reunião a ser realizada em 14 de junho de 1973 no salão vermelho do Copacabana Palace. Na ocasião, ocorreria o lançamento do *Instituto Max Weber de Estudos e Pesquisas*, segundo a missiva, “um instrumento” capaz de enfrentar “os problemas cruciais de nosso país e nosso tempo”. Na nota que vai junto do convite, os remetentes indicam que, “com um projeto desse tipo, tem-se em vista criar uma entidade que apresente algumas características semelhantes a *Brookings Institution*, de Washington”. Isso, claro, “nas modestas proporções em que é possível iniciar-se, *no Brasil*, um projeto desse tipo”. Para tanto, a organização deveria assumir uma forma apropriada: a de uma “sociedade civil, sem finalidade financeira, situada no quadro institucional da PUC – mas com autonomia financeira, administrativa e acadêmica”. E cumprir condições necessárias, quais sejam, “dispor de uma pequena equipe inicial de ‘scholars’, apta a lhe assegurar, em suas áreas prioritárias de interesse, um alto nível de qualidade acadêmica” (Arquivo Nacional, 1973, p. 6).

A ata da reunião, igualmente apreendida pelo SNI, fornece alguns indícios de como as vanguardas dos dominantes no Brasil viam esse tipo de iniciativa. Hélio Jaguaribe, por exemplo, expõe como a entidade deveria ser inspirar em modernos centros de formulação política dos Estados Unidos e da Inglaterra. Antônio Gallotti e José

Vieira Coelho, por sua vez, discordaram da proposição de que se adotasse um nome brasileiro, opinando que a denominação da organização, em homenagem a Max Weber, teria o mérito de favorecer sua “inserção no quadro internacional da cultura”, graças ao seu apelo a uma “neutralidade valorativa” – o que não é mais do que a defesa de um tipo específico de politização, favorável ao exercício do poder pelos “*scholars*” (Arquivo Nacional, 1973, p. 9).

Pretendia-se, assim, evitar os bolsões onde a forma *tradicional* de política prevalecia – com seu ritmo próprio, modorrento, expressão quase *folclórica* do Brasil. Desde então, o número de entidades similares, conhecidas como *think tanks*, explode no país, seguindo um movimento que se irradia dos Estados Unidos para sua periferia. Ele convive com o atraso – não, ele fundamenta o atraso, que é condição necessária para que existam entre nós *think tanks*. O prestígio da técnica em uma sociedade periférica, afinal, está na sua suposta capacidade de expressar um padrão de experimentos testados com sucesso antes, minimizando erros e acelerando sua marcha ao futuro.

A expansão deste tipo associativo no Brasil entre os anos 1980 e 1990 se dá em paralelo a um momento de grande inflexão na história global: o esvanecimento da alternativa sistêmica representada pela União Soviética. Em momentos que devem ter sido eufóricos, às classes dominantes se abria um novo horizonte histórico, no qual não poucos viram a paz perpétua.

As pedras vão cantar

Ô tempo duro no ambiente
Ô tempo escuro na memória
O tempo é quente
E o dragão é voraz
Vamos embora de repente
Vamos embora sem demora
Vamos pra frente que pra trás não dá mais
Dominguinhos e Fausto Nilo (1991)

Em 1992, a maior rede de televisão do país tocava a canção de Dominguinhos e Fausto Nilo cantada por Fagner em uma abertura de suas famosas novelas em faixa de grande audiência, chamada *nobre*. Ainda que refratada pela mercantilização operada por um conglomerado capitalista poderosíssimo, percebe-se ali a cristalização de experiências históricas na forma de um produto cultural de origem popular. O tempo duro no ambiente e o tempo escuro na memória exprimiam, assim, afetos que circulavam entre setores subalternos naquela que talvez fosse mais propriamente chamada de sociedade pós-ditatorial brasileira. A *pressa* ainda presente na composição, por seu turno, indica a longevidade e o alcance, em termos de abrangência social mesmo, daquela *consciência do atraso* – ainda que aqui ela apareça no movimento de uma classe social distinta, para a qual *atraso* é rico morar na praia, mas quem *trabalha* não ter onde morar.

A contraposição dessa consciência por classes antagônicas em momentos diferentes, ainda que historicamente aproximados, cumpre, pois, o papel de delinear a expressão de uma experiência que certamente não é nacional, mas talvez seja tipicamente *periférica*: a de que o capitalismo só pode se reproduzir com a expectativa de

um futuro melhor imaginado no *centro* do sistema. Convém destacar que uma observação desta natureza reforça a importância, especialmente nas formações sociais dependentes, de se investigar os chamados aparelhos privados de hegemonia – instrumentos de expressão do movimento das classes na forma da *cultura*, isto é, da dimensão em que se forjam aquelas expectativas.

Neste texto, vimos como um movimento de uma fração internacionalizada da classe dominante age para *modernizar a gestão política do país*, o que vale o mesmo que dizer que esse setor luta para adequar a dinâmica que preside a preparação do futuro social ao ritmo requerido por sua inserção *com atraso* no tempo da história. Da perspectiva das nossas classes dominantes, o desenvolvimento acelerado do capitalismo deve corresponder à aceleração de sua marcha nesse tempo.

A forma de dominação urdida nessas condições consistiu em um ajuste que fosse capaz de contornar as pressões populares. Vale reforçar: pressões vistas, por um lado, como *intervenções de um povo* com outro ritmo social, cuja lentidão relativa seria capaz de prolongar o tempo necessário de *modernização*; e, por outro, vistas como de alcance potencialmente catastrófico, considerada a tendência contraditória posta pela própria modernização, que ameaça esgarçar o tecido entre os tempos da sociedade e da política.

Durante a ditadura, a miragem de um governo *racional-burocrático*, livre dos encantos do folclore nacional, patrocinou duas missões da USAID ao Brasil. Intelectuais orgânicos de frações da burguesia imperialista estadunidense vieram ao país ministrar cursos sobre *eficiência de governo* – cuja padrão de operação seria contrário aos objetivos do que se chamou de *desenvolvimento da América Latina*. Passaram pelo Congresso Nacional, onde se encontraram com deputados. Estiveram na sede do Rio de Janeiro da FGV, onde foram informados do apreço que a entidade nutria pelo objetivo da missão: estimular a formação no país de associações similares à *Brookings Institution*. Essas entidades reuniram técnicos capazes de *modernizar* a operação do sistema político brasileiro. Aquela miragem do governo *racional* finalmente impulsionaria a criação do Instituto Max Weber de Pesquisas Sociais, ainda na década de 1970, como *piloto* de um projeto de expansão do associativismo burguês no Brasil.

O objeto analisado, assim, carrega tons próprios da sociabilidade brasileira, mas se insere em uma iniciativa burguesa efetivada em escala planetária. Esforço impulsionado como resposta a uma crise de proporções sistêmicas – aquela verificada na passagem dos anos sessenta aos setenta. Faz sentido, portanto, que enfrentamentos, como o do problema da *governança* e dos diversos tipos de *controle social*, tenham se manifestado entre intelectuais do capitalismo central (Chamayou, 2020). No processo, tentou-se conter uma determinada forma de politização das classes trabalhadoras, que ameaçava as bases de reprodução do sistema – isso tudo em época marcada pela manifestação de uma alternativa histórica representada pela União Soviética. Seu desaparecimento, assim, consistiria em alívio importante das pressões sobre o capitalismo. Longe, contudo, de resolver o problema *crítico* que os anos 1960 e 1970 teriam manifestado – daí a necessidade de intensificar os esforços para a construção do consenso acerca do desejado *fim da História*.

É, enfim, interessante que a perspectiva narrada por Dominginhos e Fausto Nilo, indivíduos de extração popular escrevendo nessa importante encruzilhada do tempo histórico (1991), seja diametralmente oposta. A letra da canção que abriu esta

seção feita à guisa de conclusão continua: “Pra ser feliz num lugar/ Pra sorrir e cantar/ Tanta coisa a gente inventa”. Com efeito, nossos personagens deixam marcada na obra sua capacidade *poética*, isto é, aquela propriamente responsável pela dimensão dos afetos, sentimentos e expectativas (Aristóteles, 1991). Desse ponto de vista, a invenção da expectativa que seria condição de reprodução do capitalismo entre nós não seria prerrogativa burguesa, mas capacidade da classe cujos ecos da experiência histórica são ali ouvidos. Inventividade, contudo, restringida pelo crescente hiato entre aquela esperança da felicidade e a realidade, que não cessa de negar sua efetivação nos marcos da sociabilidade existente, especialmente nos tempos que corriam então.

Não é que a dominação não opere nesta dimensão - é que se entende que, para se exercer, ela deve contar com anuência decisiva de quem inventa a expectativa diante de condições que encontra dadas. Não chega a espantar, por conseguinte, que um cristal da cultura popular apresente de modo mais completo o *gérmen* da hegemonia, isto é, do fruto maduro do consenso que é expressão da associação dos dominados ao desenvolvimento da sociabilidade burguesa. No nosso caso, o horizonte de obsolescência de qualquer associação do tipo é limitado *também* pelo caráter *dependente* e *retardatário* desse desenvolvimento, tornado propriamente *crítico* no pós-1980, quando começa a evanescer a ilusão de progresso posta pela *desaceleração* do capitalismo brasileiro – cenário que, a julgar pelo comentário do acadêmico da FGV na primeira seção deste artigo, põe na ordem do dia o debate sobre novas formas de dominação para resolver a crise. Porque “*no dia que a poesia se arrependa é que as pedras vão cantar*”.

Referências

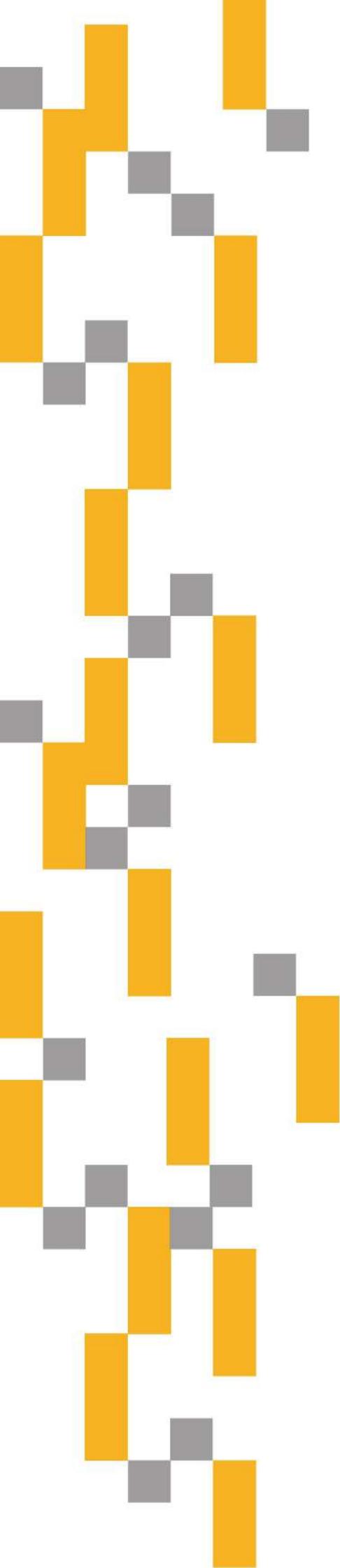
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. A Geração de 1870 na crise do Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1991.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dossiê de investigação do Serviço Nacional de Informações sobre a criação do Instituto de Pesquisas Max Weber*, 15 de agosto de 1973. Documento disponível digitalmente no site do Arquivo Nacional. Procurar por referência: BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.309, segunda inserção.
- BARBOSA, Nelson. *Evolução do PIB per capita e situação política*. Blog do IBRE/FGV, fevereiro de 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/evolucao-do-pib-capita-e-situacao-politica> (acessado dia 28 de julho de 2022)
- CHAMAYOU, Gregoire. *A sociedade ingovernável*. Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu, 2020
- DINES, Alberto. Tendências no Jornalismo Brasileiro. In: *Seminário de Comunicação Banco do Brasil*. Brasília: Banco do Brasil, 1996
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981
- ELLIS. Programs in Democratic Institution Building - Brookings Visit, 1970. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível digitalmente em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1161417/> (acessado em 28 de julho de 2022, às 16h33)
- FALTA de plantio e de métodos modernos para culturas causa a crise alimentar, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1963, p. 6.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- GAUD, William. Foreword. Primer on Title IX of the United States Foreign Assistance Act, 1968. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível digitalmente em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1169816/> (consultado em 03 de agosto de 2022, às 11h23)
- GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Atlas, 1997
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo demográfico de 1970*. Brasília: Governo Federal, 1970.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril cultural, 1982
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro 1. Posfácio à segunda edição. São Paulo: Boitempo, 2014
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007

- MELO, Demian. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira. A primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997
- PODÊRES e as Reformas, Os, *Correio da Manhã*, 16 de janeiro de 1963, p. 4
- POLAND, Haroldo Cecil. Presépio de político. *Correio da manhã*, 25 de janeiro de 1962
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ROGERS, William. Programs in Democratic Institution Building, 1970a. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível digitalmente em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1161422/> p.1 (acessado em 28 de julho de 2022, às 10h32)
- _____. Programs in Democratic Institution Building: Assistance to Legislatures, 1970b. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível digitalmente em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1161409/> p.2 (acessado em 28 de julho de 2022, às 10h56)
- ROSTOW, W. W. The stages of economic growth. *Economic history review*, agosto de 1959
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo racial. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- UNITED STATES OF AMERICA. *Foreign Assistance Act*, 1961. Disponível digitalmente em: <https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/Foreign%20Assistance%20Act%20Of%201961.pdf> (consultado em 03 de agosto de 2022, às 11h05)
- _____. *Amendment to 1961 Foreign Assistance Act*, 1966, p. 800. Disponível digitalmente em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-80/pdf/STATUTE-80-Pg795-3.pdf> (consultado em 03 de agosto de 2022, às 11h15)
- VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

Recebido em 13 de julho de 2022

Aprovado em 13 de julho de 2022

NOTAS CRÍTICAS



Resenha

Žižek, Slavoj. *A coragem da desesperança: crônicas de um ano em que agimos perigosamente*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ISBN 9788537817636

Leonardo Domingos Braga da Silva*

Neste livro, com o subtítulo de crônicas, encontramos extensos comentários de Slavoj Žižek sobre alguns dos acontecimentos mundiais contemporâneos, com maior destaque para os conflitos em torno do partido radical grego Syriza e do terrorismo. Além disso, a politização da sexualidade e o colonialismo são também temas recorrentes nesse texto. A estrutura temática se deve ao fato de o livro ser uma resposta, segundo o autor informa no prefácio, às provocações que sugeriam algo de colonial, machista e politicamente incorreto nos escritos e palestras anteriores do autor. Por ter essa pretensão, a escrita de Žižek assume uma clareza inesperada para um autor quase sempre hermético e ambíguo; indo direto para as conclusões teóricas as que se deve chegar a partir das posições desenvolvidas em outras obras e para os tipos de ações práticas que se deve esperar de tais posições. O vocabulário teórico (lacaniano, hegeliano, marxiano, etc.) usual do autor faz uma participação mais comedida do que em outros textos, mas com precisão em relação à finalidade argumentativa; precisamente por isso, é uma obra que pode faltar em profundidade teórica, sendo mais um comentário, uma crônica informada pela teoria. Com risco de exagero, poderíamos afirmar que se trata de uma aplicação da sua teoria da ideologia e da filosofia política ao mundo prático.

O título é explicado por uma apologia a encararmos os problemas de frente, sem qualquer véu: “aceitar as consequências do fato de que não há alternativas discerníveis” (Žižek, 2019, p. 10). O texto ocupa-se nos capítulos iniciais dos conflitos que envolvem o islamismo e os imigrantes; a segunda parte trata da nova esquerda e suas pautas e a última parte trata dos rumos da democracia após a ascensão do populismo (marcado pela eleição de Donald Trump nos EUA). A conclusão discute a falta de radicalidade da população mundial ante os problemas climáticos. Assim, o livro é uma dura crítica ao negacionismo, não apenas da direita, como também ao da esquerda liberal (a maioria da esquerda do séc. XXI, segundo o autor).

Argumentos do texto

O principal argumento de Žižek acerca do decolonialismo consiste em afirmar que ele não traz uma verdadeira libertação, porque rompe com o solo, da universalidade, necessário para uma libertação. Segundo o autor, o decolonialismo põe o fracasso

* Mestrando em Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, RN; Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, RN (2019). E-mail: leonardexistimans@gmail.com.

de universalização feita pela Europa como um fracasso de toda possibilidade de universalismo. Mas, a ironia é que essas críticas sejam feitas em sintonia com o momento do capitalismo que já não precisa dos valores culturais do Ocidente (igualitarismo, direitos fundamentais, Estado de bem-estar social) para funcionar bem e está funcionando em harmonia com a modernidade alternativa autoritária; i.e., China, Afeganistão, países europeus, da América Latina e da África estão adotando o necrocapitalismo e neoliberalismo, com ou sem Estado forte. Poderíamos somar ao argumento de Žižek a tendência global ao anarcocapitalismo, tendência crescente, no qual as instituições dão lugar aos indivíduos organizados em milícias e grupos econômico-identitários (como igrejas).

É provável que, por isso, o autor note uma degradação crescente da esfera pública (na substância ética) que aparece como uma privatização do público que invadiu até mesmo a esfera da comunicação. Desse modo, Trump teria provocado uma péssima "reestruturação radical de todo o espaço político" (p.332) através de uma degradação dos costumes, dos bons modos, da moral. Essa degradação, afirma o autor, é a causa do crescimento do politicamente correto (como reação) que atua como manual do que é proibido dizer (e pensar). Todavia, afirma, é um mau substituto para o que antes eram as normas morais implícitas e ainda corre o risco de engessar o pensamento, pois que, ao contrário das primeiras, o politicamente correto não tem espaço para a ironia e o distanciamento, essenciais ao pensar, pelo contrário exigindo antes uma identificação com o dizer, uma sinceridade no uso politicamente correto das palavras. Para o autor, o principal problema com o politicamente correto é que ele dá uma gratificação substitutiva para os problemas concretos: mudamos as palavras e ficamos satisfeitos, sem tocar nas fontes.

Mas, poderíamos dizer, há também um esforço da esquerda em resolver os problemas que estão na base do sofrimento de minorias. Quanto a isso, Žižek apenas acrescenta que se tem esquecido as lutas que unificam a todos: as lutas contra o capitalismo e em torno dos bens comuns (como a natureza). Assim, ele convoca a esquerda preocupada com o politicamente incorreto de presidentes como Trump para perceber que ele é apenas uma catástrofe menor, comparado ao mal concreto que o capitalismo causou e irá causar, isto é: a possibilidade de uma nova guerra mundial, as desigualdades que solapam a liberdade concreta das pessoas e das democracias e ainda, o capitalismo, promove a destruição da natureza e das condições para a vida. Contra esse pano de fundo, a solução não pode ser outra que a de um acontecimento radical.

Žižek responde às críticas por sua fala (sarcástica) de que Trump seria uma boa opção para as eleições afirmando que Clinton traria o efeito placebo de um liberalismo que nos dá tudo desde que não toquemos no capitalismo e em tudo que ele implica. A provocação do autor é apenas para que o escândalo de Trump desperte a esquerda e mostre que as fronteiras entre direita e esquerda foram obscurecidas, pois a agenda econômica e o Estado de bem-estar social de ambos permanecem quase idênticos. A ironia máxima é que: "um regime autoritário pode ser mais essencialmente democrático do que uma democracia" (Žižek, 2019, p.124). Com isso, podemos dizer que diferença entre o antigo e o novo governo Talibã (que após a retirada das tropas americanas hasteou a bandeira do arco-íris) não será contrastante com a receita que o mundo já está acostumado: neoliberalismo e um pouco de liberdade na esfera privada.

No que toca ao tema do terrorismo, em diálogo com a esquerda europeia preocupada com o crescimento de posições preconceituosas com imigrantes, encontramos uma possível abordagem para acontecimentos recentes e tragicamente corriqueiros no Brasil, como o crescimento do fascismo. Quando a polícia impede atentados de jovens que planejavam explodir e matar pessoas em escolas e locais públicos, não é raro que algum deles informe à polícia que o faria por ter sofrido bullying na escola. É, naturalmente, diria Žižek mostrando uma reflexividade irônica, uma justificativa que utiliza a vulgata das ciências humanas, i.e., um distanciamento em relação a si. Mas as justificativas não diminuem a culpa nem a responsabilidade. Por isso, Žižek afirma que não devemos imaginar como menos brutal que crimes feitos por um branco rico contra mulher negra os crimes feitos por minorias, por povos tradicionais, religiosos, por tudo que vem do rótulo de não-europeu, não-ocidental. Para que haja uma condenação de crimes contra dos direitos humanos em qualquer parte e feita por qualquer um, é preciso utilizar a universalidade.

Por esse motivo, Žižek insiste que “os próprios valores europeus proporcionam as melhores ferramentas para criticar a Europa” (Žižek, 2019, p.139). Aqui temos uma declaração que afirma a cultura europeia ser autossuficiente, por um inerente cosmopolitismo que incorpora o contraditório em seu núcleo. Toda universalidade é a de um tipo de particular que transcende a si mesma. Nos parece que isso poderia ser apontado, contra a tentativa de Žižek de escapar do colonialismo, como precisamente uma atitude colonial. Mas se assim for, desaparece do horizonte qualquer possibilidade de universalidade, pois ela pressupõe lidar com o contraditório ou, teríamos de concluir que esse tipo de colonialismo do universal não é de todo ruim.

Nesse sentido, Žižek afirma que a Europa descobriu os outros há muitos séculos, mas os outros povos estão descobrindo a Europa agora. Naturalmente, isso soa como uma tentativa de afirmar um certo tipo de superioridade europeia, o que Žižek não afirma diretamente. Mas, somos obrigados a comprar o pacote inteiro da cultura ocidental? Na medida em que cada aspecto é parte de um todo, sim; mas não, na medida em que o todo é cindido internamente, diria Žižek um tanto enigmaticamente.

O autor considera várias das lutas e debates contemporâneos como pseudolutas, como ideologia no seu estado mais puro, nos desviando dos problemas reais. Ele se detém, todavia, em poucas delas, com destaque para o problema (da falta) dos banheiros para transsexuais. Žižek argumenta que o desconforto das pessoas trans é marca potencial não apenas delas, mas de todos nós humanos, pois todos estamos além (trans) ou aquém de nosso gênero. O que é bastante de acordo com a perspectiva butleriana (Butler, 2010) segundo a qual os papéis e as identidades são vestimentas que nunca se encaixam bem no usuário.

Todavia, Žižek deixa bastante claro que esse argumento não tenta diminuir o sofrimento das pessoas trans, pois elas enfrentam a angústia do real da diferença sexual de modo encarnado, na carne. Žižek adiciona que, no movimento LGBTQ+ e no discurso teórico feminista, negro, butleriano, etc; acaba transformando o que proclamam ser apenas um momento fluido (como as identidades) em uma nova normatividade e fixidez. O argumento se torna mais claro quando aplicado ao caso do transgênero: o ‘trans’ almeja ir além da identidade de gênero, qualquer que seja ele, mas no momento que surge a angústia em torno do banheiro binário e excludente é a da falta de um lugar simbólico, ou seja, da falta de uma identificação apropriada que toma conta. Žižek

afirma que a criação de um terceiro banheiro só para trans ou para não binários no geral, deixaria o problema intocado, gerando novas angústias (como a de ser excluído); bem como a criação de um único banheiro para todos (o que apagaria o traumático da diferença sexual, pois inscreveria no simbólico que não há diferença). Ou seja, a desesperança que autor vem trazer: não há alternativa viável no horizonte para a resolução desse problema.

O maior risco que corremos, em meio às catástrofes e os problemas espinhosos, para o autor, é cair na renormalização: ele cita o caso de meio bilhão de chineses fugindo da poluição nas cidades para o campo, sobretudo os ricos. Não obstante a serração de fumaça e as máscaras contra gases (trazendo uma imagem pós-apocalíptica) o caos foi rapidamente renormalizado. Todos voltaram a seguir suas rotinas num novo normal. Agências de viagem logo aproveitaram para vender pacotes de viagens para ver o céu azul no interior, pois a postura geral é que: “o importante é não entrar em pânico, mas manter a aparência de que, apesar de tudo, a vida continua” (Žižek, 2019, p.342). Esses casos são analisados pela lógica freudiana do sonho, segundo a qual muitas vezes acordamos do sonho não para a realidade, mas para a continuação de um sonho, ou seja, para não encarar a realidade traumática que o sonho pode revelar.

Nesse ponto, Žižek está bastante sólido: não podemos lidar com tanta calma, morosidade e hipocrisia diante da crise climática. A questão climática é a que mais essencialmente toca a todos, a que nos lembra do significado da universalidade, inelutavelmente. O derretimento do gelo na Groelândia, acrescenta o autor, foi celebrado pela mídia como uma oportunidade para novos empreendimentos agrícolas, uma vez que o gelo abriu espaço. Igualmente, no Brasil, as queimadas que hoje ocorrem já deveriam simplesmente ser inaceitáveis ao ponto de gerar verdadeiras rupturas sociais, mas lidamos sem pânico, sem lidar com a seriedade e radicalidade necessária, como se tivéssemos todo o tempo do mundo. A ideologia em seu estado mais puro nos permite continuar sonhando com "o aquecimento global como um simples fato corriqueiro, parte da maneira como as coisas 'continuam como sempre'" (Žižek, 2019, p.343).

O problema climático se converte rapidamente em problemas econômicos de desigualdade, visto que a maioria fica excluída das opções, como uso de ar condicionado, migrar, reordenações de cidades ricas para diminuir o calor ou afastar o mar, e até a colonização de outros planetas. Além disso, teremos o problema de refugiados climáticos (tendo em vista que secas, ondas de calor, etc., tornam regiões do terceiro mundo inabitáveis); sem mencionar a imposição de extinção e sofrimento a tudo que é não humano, portanto, à alteridade. Posto que o "capitalismo global explora catástrofes (guerras, crises políticas, desastres naturais) para se livrar de 'velhas restrições sociais [...] talvez os desastres ecológicos futuros, longe de minar o capitalismo, lhe sirvam como o seu maior estímulo" (Žižek, 2019, p.344). Não a toa, na pandemia da COVID, as fortunas de bilionários aumentaram, enquanto a da maioria diminuiu. Além disso, justamente aquilo que Žižek sente mais falta, a falta de uma organização social forte para cumprir e ampliar os lockdowns e quebrar as patentes, favoreceu o uso da vacina em massa, criando novos bilionários em torno dos insumos.

Considerações finais

A coragem da desesperança é uma leitura recomendável para aqueles interessados nos temas: terrorismo, identitarismo, politicamente correto, os rumos e limites da

democracia e aquecimento global. Podendo ser um modo de sair das perspectivas usuais, comuns, sem cair em perspectivas de direita ou conservadoras. Pode ter pouco proveito para aqueles que desejam uma análise acadêmica mais densa e rebuscada dos problemas. Conquanto, na falta dela, a leitura se torna bastante fluida.

O livro vem nos pôr no sentido da urgência, mostrando que as soluções que a esquerda liberal encontrou para os problemas não os resolve de fato, apenas nos deixa tranquilizados, ou seja, impede que encaremos os acontecimentos como verdadeiros acontecimentos. Assim, Žižek vem nos convocar a sair das posturas de denegação dos problemas, ou de pseudosoluções, a sair do quase acontecimento para permitir o peso traumático de um acontecimento. Por isso, ele chama atenção para o fato de precisarmos de “clichês novos”, de novos lugares comuns; pois os que temos hoje, apenas nos afastam do concreto, são apenas um tipo de negacionismo.

Uma vez que a alienação sempre nos encontra, “talvez devêssemos mudar a meta das lutas emancipatórias de superar a alienação para aplicar o tipo certo de alienação” (Žižek, 2019, p.110). Isto é, é preciso uma desistência de certos tipos de (falsas) liberdades e uma ação coletiva forte capaz de mudar o rumo catastrófico em direção ao qual estamos indo. A imagem inicial e final do livro é de alguém caminhando num túnel e vendo uma luz, essa luz não é a saída, mas um trem vindo na sua direção. Para Žižek, é nesse túnel que estamos. O modo de sairmos dele ou de enfrentá-lo é por soluções que abraçam a universalidade e nos tiram do particularismo de problemas restritos a grupos identitários; pois, quando se trata de problemas globais, todos sofrem, mas as minorias tendem a sofrer mais. Assim, pensar nas minorias, como tem sido o foco da esquerda, não pode em momento algum tirar do centro de seu esforço pensar nos problemas globais.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Resenha

Lacerda, Felipe Castilho de. *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2019.

ISBN 9788574808161

Recepção e apropriação do marxismo no Brasil: Octávio Brandão e o projeto editorial comunista na década de 1920

Luccas Eduardo Maldonado*

Renan Somogyi Rodrigues da Silva**

A história do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹ é estudada sistematicamente desde a década de 1960 quando surgiu o livro *O Ano Vermelho* (Andrade; Melo; Moniz Bandeira, 1967). Distintas linhagens de investigação construíram-se a partir desse momento: algumas originadas de dentro da universidade, como a História Social do Trabalho e a Sociologia do Trabalho; outras de fora, desenvolvidas por militantes, jornalistas ou companheiros de rota.² Estabeleceu-se assim uma vasta bibliografia dedicada a um campo de estudo que até hoje resulta em novas obras.

Um novo trabalho sobre o PCB apareceu em 2019: *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil* de Felipe Castilho de Lacerda (2019). O livro, derivado de uma dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), mostra-se interessante devido à sua capacidade em dialogar criticamente com uma parte da bibliografia especializada. Mais precisamente, tal obra questiona a imagem pejorativa de Octávio Brandão, um dos primeiros membros do PCB, cristalizada por um estudo paradigmático anterior, e se aprofunda na investigação da trajetória dessa personagem.

Em 1988, o militante comunista Leandro Konder lançou um livro, intitulado *A derrota da dialética*, que explorava a recepção das ideias de Karl Marx no Brasil.³ Nessa empreitada, investigou entre outras coisas a fundação do PCB, destacando alguns dos seus primeiros atores, entre eles Brandão, personagem que Konder esboçou com diversas características pejorativas. O movimento não foi inesperado: três anos antes Konder, então como colunista do jornal *Folha de São Paulo*, publicara um texto sobre a vida

* Doutorando em História pela Universidade de Campinas.

** Mestrando em História pela Universidade de São Paulo.

¹ O Partido Comunista do Brasil mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro na transição da década de 1950 para 1960. Optou-se nesse texto pela segunda denominação independentemente do período histórico.

² Para uma análise dessas linhagens, cf. Batalha (1998).

³ Sobre a trajetória de Leandro Konder, cf., Castro; Maldonado.

e a obra de Brandão, taxando-lhe de “louco”, além de outros impropérios, e projetando sua militância como algo pouco significativo para a história do partido.⁴ O trabalho de Lacerda buscou questionar essa imagem, destacando a sua atuação para a construção partidária e trazendo distintas nuances da personagem, embora não tenha sido o primeiro a fazer isso.

A investigação não se trata de uma biografia de Octávio Brandão, mas de “uma história da primeira recepção do marxismo no Brasil por meio de uma história intelectual e editorial do comunismo brasileiro nos anos 1920, com a obra de Octávio Brandão como objeto central” (Lacerda, 2019, p. 19). Em outras palavras, Lacerda estabelece uma filiação clara no exercício do seu *métier*. Coloca-se como um aplicador da história intelectual na linhagem do historiador argentino Horacio Tarcus (2007), posição que explora a atividade intelectual para além dos seus grandes autores e obras, destacando amplamente a sua circulação e consequentemente os diversos materiais escritos.⁵

Trata-se de uma expressão do chamado “giro material” que a história intelectual manifesta desde os anos 1980 e ganhou força no Brasil nas duas últimas décadas. Algumas linhagens dessa tradição de pesquisa vêm procurando investigar os fenômenos intelectuais a partir de um prisma que não foque somente nas “ideias” de um determinado autor, mas considere também diversos aspectos do contexto que constituíram a sua produção. A abordagem rompe com a dimensão abstrata que muitas vezes se manifesta nos estudos sobre os intelectuais, falando de maneira genérica sobre as ideias e os livros, como se quase flutuassem intangíveis em um espaço abstrato (Saferstein, 2013).

Tal tipo de investigação, no nível da designação dos fenômenos abordados, não é original no contexto brasileiro. Na realidade, Lacerda reivindica uma tradição de estudos que encontra nos escritos de Edgard Carone dos anos 1980 uma espécie de primeira expressão, havendo inclusive filiações institucionais diretas que conectam essa personagem ao jovem pesquisador: ambos estudaram na mesma instituição e a orientadora de Lacerda foi orientada por Carone.⁶

A questão para a utilização da obra de Tarcus está fundamentalmente ligada à ausência de referencial teórico-metodológico nacional para enfrentar o “giro material”. Não há um escrito, entre vários autores que já exploraram tal temática, que ofereça balizas conceituais para desdobrar a problemática do livro na realidade brasileira. As diversas investigações que tangem o assunto manejam em geral o material teórico europeu – que possui no mínimo duas grandes tradições de estudo na área: uma derivada dos *Annales*, sendo atualmente Roger Chartier o seu expoente mais conhecido, e outra originária dos historiadores europeus do marxismo, entre os quais os estudos de Eric J. Hobsbawm e Bert Andréas se destacam. Uma parte dos estudos brasileiros mais recentes utilizam Tarcus devido à sua preocupação em estudar o processo internacional de circulação de ideias entre Europa e Argentina. Tais abordagens resultaram em um

⁴ O texto foi originalmente publicado na *Folha de São Paulo* em 1985. Ganharia uma versão em livro em 1991 (Konder, 1991, p. 19-25).

⁵ Há uma versão traduzida para o português do capítulo teórico-metodológico da obra citada (Tarcus, 2018).

⁶ A coletânea *Leituras marxistas e outros estudos* (Deaecto; Secco, 2004) reúne os textos sobre história da edição de Edgard Carone.

acervo de categorias que, além de ter sido sistematizado pelo autor, é significativamente funcional para a realidade brasileira por causa de diversas semelhanças históricas e sociais no processo de recepção do marxismo.⁷

Essa maneira de se trabalhar a história intelectual fez Lacerda selecionar um conjunto de fontes que ia além dos livros mais representativos de um determinado momento histórico. Nesse processo, a fonte livro equivaleu-se diante de outros materiais escritos como revistas, jornais, panfletos etc. Um amplo conteúdo de documentos textuais de variados formatos emergiu como foco analítico. Para consegui-las, utilizou principalmente o conteúdo de dois dos importantes arquivos brasileiros para a história operária: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), sediado na Universidade de Campinas (UNICAMP) e onde está disponível para pesquisa o arquivo de Octávio Brandão, e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP). Também manejou os acervos da Internacional Comunista, da Biblioteca Edgard Carone e do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDIInCI).

A obra com aproximadamente 200 páginas é organizada em quatro capítulos, além de uma breve “Introdução” (p. 17-25) na qual se expõe sinteticamente os objetivos e a fundamentação teórico-metodológica. O primeiro, “O livro e a política: edições comunistas no Brasil” (p. 27-97), é voltado a estudar a conjuntura inicial do projeto editorial dos comunistas brasileiros. Na prática, o texto especializa o conteúdo de um dos capítulos de um trabalho que investiga a história editorial do livro de esquerda brasileiro ao longo do século XX, *A Batalha dos Livros* de Lincoln Secco (2017). Mais precisamente, tal passagem apresenta a montagem da hegemonia das publicações comunistas na esquerda brasileira da fundação do PCB ao fim do Estado Novo. Contempla-se, assim, aproximadamente 20 anos ou, em outros termos, da produção fragmentária e amadora dos anos iniciais à construção da estrutura editorial do partido na década de 1940. Lacerda restringe ainda mais esse recorte, circunscrevendo exclusivamente a década de 1920. Além de delimitar, também identifica dois momentos nesse campo a partir de critérios qualitativos: o primeiro é entre 1922 e 1925 e encerra a elaboração das primeiras iniciativas editoriais; o segundo é entre 1925 e 1929 e se caracteriza pela repressão estatal a tais movimentos.

Sobre o primeiro intervalo, expõe-se a disputa do recém-criado movimento comunista com o anarquismo. Trata-se da busca por parte desses grupos de construir a hegemonia ideológica entre os operários. As publicações eram discussões teóricas e programáticas, além de propagandas. No segundo, a seção brasileira da Internacional Comunista estava em constante ameaça repressiva, já que um Estado de sítio fora decretado por Arthur Bernardes, sendo os opositores do regime perseguidos. Devido tal conjuntura, o PCB aproximou-se de partidos, editoras e livrarias de distintas posições ideológicas para conseguir constituir suas publicações, demonstrando particularidades estratégicas desse período. As características de cada momento também influenciaram as mudanças na política editorial da legenda, nas formas dos próprios textos. No primeiro ínterim, devido à necessidade de se disputar a hegemonia entre os trabalhadores,

⁷ Em geral, é citado o primeiro capítulo do já mencionado *Marx en la Argentina*. No entanto, há um artigo no qual Tarcus (2016) esboça claramente a necessidade de um programa de estudo da recepção dos marxismos latino-americanos.

produziram-se livros que exaltavam a Revolução Russa e debatiam as formas de organização do movimento. No segundo, a conjuntura política mais restrita e a maior presença das ideias comunistas fizeram os organizadores se voltarem mais intensamente para as demandas do seu tempo presente, estimulando a ação dos militantes.

O segundo capítulo, “Lede e fazei ler: a formação militante” (p. 99-121), está profundamente conectado com a primeira parte da obra. Se antes Lacerda constituía um estudo sobre os textos postos em circulação pelos comunistas nos anos 1920, posteriormente se voltou para aqueles que os consumiam. Em suma, o pesquisador estabelece uma relação complementar de estudo entre “escritos” e “leituras” – ou nos termos da base metodológica de Tarcus, entre o “momento da recepção” e o “da apropriação”. Deslinda, assim, quais grupos consumiam o material editado pelo PCB.

O pesquisador identifica dois estratos de leitores. O primeiro era composto por estudantes, intelectuais e trabalhadores intelectualizados, sendo um conjunto mais familiarizado com as particularidades da leitura. O segundo por “operários não propriamente intelectualizados”, ou seja, a massa de proletários que estava no limite do acesso ao que Antonio Candido (2013) definiu como “o direito à literatura”. Era também o grupo por excelência visado pelo PCB como leitor final de seus materiais. Em outras palavras, ou eram analfabetos, tendo que acessar os textos por meios indiretos como a leitura oral coletiva, ou eram fracamente letrados, tendo grande dificuldade com a forma de expressão escrita.

É uma pena que Lacerda não tenha conseguido se aprofundar nas distinções dos grupos sociais em seu estudo, utilizando um grande corte de classe. É perceptível uma influência, mesmo que incompleta, da proposta investigativa de Roger Chartier, posta em *A ordem dos livros*, embora tal título não seja citado pelo autor. Provavelmente a ingerência ocorreu de maneira indireta, por meio do acesso de autores que recorreram ao acervo conceitual desse intelectual – ainda que haja uma epígrafe do autor francês mencionada e não aprofundada – ou por meio de distintas bibliografias que exploram os mesmos fenômenos por meio de vieses distintos. Nesse título, Chartier (1999, p. 15) diferencia “escrito” de “leitura” e, na sequência, propõe um campo de estudo que investigue a circulação e leitura a partir de grupos que compartilham textos. O recorte, portanto, deve ser realizado identificando-se clivagens culturais e não se atribuindo um “recorte social prévio”. Mobilizar conceitos que discriminem estratos identificando suas características intrínsecas mostra-se mais rico analiticamente do que oferecer características prévias.

Uma pergunta mais adequada para questionar a documentação de Lacerda talvez fosse: quais grupos sociais optaram por se dedicar a realizar a leitura do material editado pelo PCB? Obviamente que eram em sua maioria operários, no entanto na realidade era um estrato mais específico desse conjunto mais amplo. Para usar os termos do livro de Lincoln Secco, que não se desprende da tradição marxista e influenciou significativamente o trabalho de Lacerda, poder-se-ia interrogar, em um viés gramsciano, quais desses foram cooptados pela hegemonia comunista da edição marxista dos anos 1920?

A categoria de *agitprop*, desenvolvida nesse capítulo para designar diversas características da propaganda e divulgação textual dos comunistas, é rica e circunscreve o processo editorial dos marxistas. No entanto, diz mais a respeito da “escrita” ou “recepção” do que da “leitura” ou “apropriação” de tais textos, alocando-se assim melhor

no primeiro capítulo – o que na prática estabeleceria um desequilíbrio de fôlego analítico ainda mais significativo entre as partes, uma vez que o primeiro possui muito mais conteúdo diante do que tem o segundo capítulo. Em outros termos, contempla-se melhor as estratégias dos produtores textuais em atrair o seu público, ainda que estejam atentos e se adaptando às reações daqueles, do que da comunidade que consome tais textos.

O terceiro capítulo, “Visões do Brasil: Itinerário Intelectual de Octávio Brandão” (p. 123-181), mantém a preocupação com a história editorial, contudo alterna seu foco para a trajetória de Octávio Brandão. Até então, tal personagem apareceu tangencialmente, sendo mencionado como um dos agentes fundamentais da editoração de esquerda. O militante será posto em primeiro plano e, ao se estudar a sua existência ao longo da década de 1920, pretender-se-á revelar mais do que um ator envolvido no projeto editorial comunista.

No século passado, distintos trabalhos exploraram a biografia de Brandão dentro do PCB, alguns oferecendo maior protagonismo e outros desconsiderando sua presença. O livro de José Antonio Segatto (1989) não chega nem mesmo a citá-lo, enquanto que o de John Foster Dulles (1980) o trata extensivamente, para mencionar dois exemplos contrastantes. No entanto, tais títulos alocavam-no dentro de um processo mais amplo que é a história do PCB. O texto de Konder (1991, p. 19-25) publicado na *Folha de São Paulo* foi um dos primeiros a se concentrar especificamente na sua trajetória, porém entre outras coisas contava com diversas limitações. Na prática, realiza alguns comentários a respeito das memórias recém publicadas de Brandão e expunha nuances de uma biografia, não citando todos os seus livros, não elencando os periódicos nos quais trabalhou etc. Era uma primeira aproximação nivelada por certa antipatia. Em grande medida, derivada da afeição que Konder cultivava por Astrojildo Pereira. Ao longo de sua vida, Brandão repetidamente criticou tal personagem, chegando a redigir um livro para desvalorizar a produção de Machado de Assis, *O niilista Machado de Assis* (Brandão, 1958), personalidade literária profundamente estimada por Pereira.

A publicação das memórias de Brandão (1978), a ida de seu arquivo para a UNICAMP com a sua conseguinte disponibilização e alguns outros motivos ligados a um conjunto de transformações nas orientações da historiografia e das ciências sociais trouxeram a possibilidade de um estudo mais focado e qualitativo de sua trajetória. A partir do início do século XXI, apareceram alguns textos que se concentraram mais atentamente em Brandão, considerando mais nuances de sua biografia (Del Roio, 2004; Bianchi, 2012; Moraes, 2014). A republicação de *Agrarismo e Industrialismo* em 2006 (Brandão, 2006 [1926]), quando se completava 110 anos do nascimento do autor e 80 anos da publicação original, surgiu na esteira desse aumento de interesse.

O trabalho de Lacerda articula-se nesse processo e o terceiro capítulo é o que melhor sintetiza tal movimento. A passagem dedica-se a realizar uma síntese de uma parte da trajetória de Octávio Brandão, explorando da sua formação em Recife à atuação destacada na primeira década de existência do PCB. Diversos estudos anteriores tenderam a explorar as influências intelectuais de Brandão e o seu local no debate comunista dos anos 1920. Lacerda não vai na contramão dessa tendência, busca reconhecer as características anarquistas, geralmente mais destacadas por outros estudos, e também outras, como positivistas e naturalistas, do seu pensamento que tencionava se

apresentar como marxista. O ponto forte no trabalho de Lacerda é a busca dessas matrizes intelectuais em uma gama de textos frequentemente pouco explorada. Extrapola o lugar comum de *Agrarismo e Industrialismo* e busca pontos cegos, por exemplo no esquecido *Canais e Lagoas*, primeiro livro de Brandão (1919) de clara influência positivista.

Todavia, se o pesquisador tem o mérito de mapear melhor o conjunto de textos produzidos pelo veterano comunista, pode-se destacar, por outro lado, as limitações analíticas de sua pesquisa. Oferece pouco no que se refere ao aprofundamento intelectual de Brandão em suas intertextualidades. Carência muitas vezes frequente na história intelectual, destaca-se exacerbadamente o contexto a despeito do texto. Maneja-se assim algumas consignas generalistas, como o positivismo, em vez de buscar filiações mais precisas – o problema não é o conceito simplificador, no entanto o ato de se limitar a ele. Por exemplo, existe uma profunda tradição de autores positivistas em Pernambuco, a chamada Escola de Recife, que não é explorada. Não existiriam influências diretas e indiretas de Tobias Barreto ou Sílvio Romero na formação do farmacêutico pernambucano Octávio Brandão? Tal pergunta nem sequer foi levantada para ser refutada e mesmo sua ausência em um prisma contextualista se mostraria relevante.

O quarto e último capítulo, “Matrizes Intelectuais: O Processo de Difusão do Marxismo” (p. 183-191), coloca-se como uma breve apresentação das bases conceituais que fundamentaram a composição do estudo. Tal movimento visa clarificar os interlocutores teóricos imediatos do autor, além de expor mais diretamente as interpretações constituídas sobre a trajetória de Octávio Brandão. As limitações do capítulo, no qual nada se desenvolve com razoável fôlego, demonstram uma redação quase desnecessária naquele espaço. Melhor seria separá-lo em duas metades. Delimitar a parte teórico-metodológica, na qual se expõe os fundamentos da história intelectual assumidos, e dispor na “Introdução” do livro, apresentando ao leitor de maneira mais aprofundada e imediata qual acervo conceitual e perguntas serviram para desenvolver a pesquisa. As conclusões sobre o itinerário de Brandão estão bem-postas no final, porém fariam mais sentido não como capítulo, mas como uma ponderação final claramente enunciada.

A concluir, *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil* cumpre em grande medida os objetivos enunciados: constitui uma história de edição de esquerda em um período específico da existência do PCB e esboça um trecho da trajetória de Octávio Brandão. O estudo, apesar de contar com algumas limitações no âmbito analítico, possui mais méritos do que lacunas. Constará na bibliografia especializada nos campos em que se insere.

Referências

- ANDRADE, Aristélio Travassos de; MELO, Clóvis; MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Ano Vermelho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2° ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-182.
- BIANCHI, Alvaro. Octavio Brandão e o confisco da memória: nota à margem da história do comunismo brasileiro. *Crítica Marxista*, n. 34, p. 133-149, 2012.
- BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- _____. *Agrarismo e Industrialismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006 [1926].
- _____. *Canais e Lagoas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919.
- _____. *O niilista Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013, p. 171-193.
- CASTRO, João Victor Lourenço de; MALDONADO, Luccas Eduardo. Konder, Leandro, Dicionário biográfico de las izquierdas latinoamericanas. Disponível em <http://diccionario.cedinci.org>. <Acessado em 25 de julho de 2022>
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. 2.° ed. Brasília: UnB, 1999.
- DEAECTO, Marisa Midori; SECCO, Lincoln (org.). *Leituras marxistas e outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.
- DEL ROIO, Marcos. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. *Crítica marxista*, n. 18, p. 115-132, 2004.
- DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 1930*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. Octávio Brandão (1896-1980). In: KONDER, Leandro. *Intelectuais Brasileiros & Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.
- LACERDA, Felipe Castilho de. *Octávio Brandão e as matrizes intelectuais do marxismo no Brasil*. Cotia: Ateliê, 2019.
- MORAES, João Quartim de. Octávio Brandão. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 13-25.
- SAFERSTEIN, Ezequiel. Entre los estudios sobre el libro y la edición. El “giro material” en la historia intelectual y la sociología. *Información, cultura y sociedad*, n. 29., 2013, p. 139-166.
- SECCO, Lincoln. *A Batalha dos Livros: formação da Esquerda no Brasil*. Cotia: Ateliê, 2017.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- TARCUS, Horacio. *Marx en la Argentina. Sus Primeros Lectores Obreros, Intelectuales y Científicos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- TARCUS, Horacio. Para un programa de estudios sobre los marxismos latinoamericanos. *Memoria*, n. 257, México D. F., Cemos, 2016, p. 62-73.

_____. A história intelectual e a problemática da recepção: A propósito da recepção argentina de Marx. *Revista Outubro*, n. 30, maio de 2018, p. 3-56.

Recebido em 15 de outubro de 2020

Aprovado em 25 de abril de 2022



LUTA e MEMÓRIA

Depois da tempestade, vem a bonança?

Algumas notas sobre a conjuntura política e eleitoral de 2022

Carlos Zacarias de Sena Júnior*

A poucos meses das eleições de 2022, algumas questões surgem e outras parecem se reavivar sem que respostas fáceis possam ser oferecidas. Em anos intensos no qual fomos desafiados a enfrentar um antagonista pouco conhecido da maioria dos brasileiros, faz-se necessário especular sobre cenários e possibilidades, ante os indispensáveis balanços sobre os processos que, mesmo em curso, impõem conclusões parciais sobre o que nos trouxe até 2022.

Sobre os cenários, em que pese as ameaças que pairam sobre as eleições em virtude dos discursos e de toda a movimentação feita por Bolsonaro e de seus aliados com claras intenções de tumultuar o processo eleitoral, o que parece ser mais importante, no momento, talvez diga respeito à possibilidade, acalentada por muitos, de reedição da experiência lulista no governo. Após um conjunto de derrotas que atingiu o Partido dos Trabalhadores (PT) nos últimos anos e que repercutiu em toda a esquerda, o reingresso de Lula no cenário político-eleitoral não pode ser apontado como coisa menor.

O incontornável da expectativa em torno das chances reais de derrotar Bolsonaro nas urnas, visto que Lula está à frente em todas as pesquisas, coloca questões de ordem prática. No terreno das possibilidades, tais questões dizem respeito às chances de vitória, aos riscos de haver um golpe patrocinado por Bolsonaro com apoio das suas milícias e das Forças Armadas e, por último, do país que Lula vai encontrar se vier a governar novamente.

Frente a essas questões, algumas perguntas devem ser feitas, de modo a ajudar a analisar os cenários e as perspectivas: qual o país de 2022 em que se dará o embate entre Lula e Bolsonaro? Qual a atual correlação de forças atual no país? Quais os principais agentes políticos e como eles se expressam na conjuntura? Haverá chances de Bolsonaro dar um golpe de Estado? Com quais segmentos pode contar na eventualidade de tentar dar um golpe? Quais as chances de o candidato da extrema-direita superar Lula e vencer as eleições? O que significa, para a esquerda e a centro-esquerda, a conformação de uma frente ampla que inclui Geraldo Alckmin na chapa petista e de que modo essa composição ajuda ou atrapalha na eleição e depois dela? Qual o papel das demais esquerdas não petistas e qual a aposta que fazem nessas eleições? Quais as perspectivas para o Brasil frente às eleições de 2022?

* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da FFFCH-UFBA. Coordenador do Politiza: Grupo de Pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita. Autor de Onde nascem os monstros: extrema direita, bolsonarismo e performance fascista (Quarteto, 2018).

Antes que sejamos capazes de pensar cenários e projetar perspectivas, é preciso proceder a um breve balanço do que nos trouxe até aqui. Nessa altura, parece haver um razoável consenso na literatura produzida até o momento de que o ponto de inflexão da conjuntura são as Jornadas de Junho de 2013. Sem que seja possível ou mesmo necessário, nos limites desse texto, tecer maiores considerações sobre o importante acontecimento que tem sido objeto de inúmeras análises que o apontam como momento fundamental de crise profunda ou mesmo implosão da concertação governamental conhecida como presidencialismo de coalizão no período da Nova República, é importante traçar uma linha de interpretação que liga o atual momento aos desdobramentos das Jornadas de Junho.

Mesmo que não se diga que a explosão social ocorrida há quase dez anos deva ser condenada, porque de alguma forma ela também contribuiu para a *debacle* da experiência petista no governo, já que em algum ponto os manifestantes se assumiram contra o sistema e “tudo aquilo que aí está”, abrindo as portas para a ascensão da extrema-direita profascista, não se pode menosprezar que as motivações iniciais das manifestações estavam nos marcos do progressismo e dentro dos limites do protagonismo dos grupos de esquerda, muitos dos quais em processo de ruptura com o PT e em busca de alternativas partidárias ou autonomistas.

Como um dos saldos das Jornadas de Junho, um processo lento e decisivo de transformações reconfigurou o cenário político, redimensionando a correlação de forças até então existentes, com a perda do quase exclusivismo das esquerdas e dos movimentos sociais no espaço das ruas. No campo político, o surgimento de grupos de uma extrema-direita com influência de massas, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Vem pra Rua”, que tiveram papel decisivo no movimento desencadeado a partir de 2015 em torno da bandeira do *impeachment* de Dilma Rousseff, firmam parâmetros para a secundarização das direitas tradicionais e de seus partidos, que perderam o posto de principais antagonistas dos governos petistas, abrindo caminho para a emergência da extrema-direita e seus novos personagens.

Tomando-se cuidado para não estabelecer causalidades que se reportam às Jornadas de Junho de 2013 e chegam à eleição de Bolsonaro, é impossível ignorar que a vitória eleitoral da extrema-direita, em 2018, se deu nos marcos de uma derrota nas ruas e em diversos outros espaços, inclusive os institucionais, considerando-se a perda de apoio no Congresso e as derrotas no plano jurídico, sobretudo no Supremo Tribunal Federal (STF), que atingiram o PT. Neste terreno, as infrações cometidas em nome do combate à corrupção pela equipe de procuradores do Ministério Público Federal (MPF) de Curitiba, consorciados ao juiz Sergio Moro, no bojo da operação Lava Jato, impulsionadas pela cumplicidade da mídia tradicional e também chanceladas pelas altas esferas do poder judiciário, determinaram importantes derrotas para a esquerda. Como destaque, a prisão de Lula, tornado inelegível quando liderava as pesquisas para as eleições de 2018, contribuíram para as imensas dificuldades de a esquerda permanecer eleitoralmente viável, algo que contribuiu decisivamente para a vitória de Bolsonaro.

Bolsonaro venceu as eleições com dez milhões de votos a mais do que seu adversário Fernando Haddad (PT) no segundo tudo das eleições mais improváveis da história do Brasil. Ex-capitão de exército, reformado precocemente em função dos seus atos de insubordinação; ex-deputado com sete mandatos consecutivos, tendo passado por diversos partidos e orgulhoso do seu lugar no baixo-clero da Câmara de Deputados,

onde passou 28 anos sem liderar nenhuma causa importante e ter nenhuma relevância, Bolsonaro não parecia demonstrar as mínimas credenciais para conduzir o país frente aos imensos desafios que estavam colocados até que achou uma legenda que abrigasse seu projeto, o minúsculo Partido Social Liberal (PSL). Não obstante, diante da imensa onda de antipetismo e de antipolítica, e com a direita tradicional abatida depois de embarcar na aventura golpista de 2016 e sustentar o governo de Michel Temer, um dos mais impopulares da história do Brasil, quase 58 milhões de brasileiros confiaram ao ex-capitão e ex-deputado o comando da nação.

Com efeito, a ascensão de Bolsonaro não se deu no vazio e nem em suspensão política diante dos interesses das classes que formaram coalizões, lideradas pelo PT, em nome de estratégias de conciliação que pressupunham que todos ganhavam enquanto a economia pudesse crescer. Quando a crise se abateu sobre o Brasil em 2014, o PT foi instado a fazer escolhas, optando pela austeridade e por uma guinada em suas políticas anticíclicas frente à crise. Tal reposicionamento terminou provocando o isolamento da presidente Dilma Rousseff quando a coalizão que lhe sustentava implodiu. Nos marcos da intensificação da presença de massas nas ruas, acaudilhadas pela extrema-direita, impulsionadas por intensa propaganda das corporações de mídia, o PT se viu acuado e na impossibilidade de contrapor na mesma dimensão o crescente movimento de descontentamento, terminou por sucumbir.

A ascensão de Bolsonaro se dá, portanto, em meio à uma intensa crise de representatividade e da hegemonia estabelecida, um momento em que, como disse Gramsci, o velho já havia morrido, mas o novo ainda não tinha podido nascer, um espaço justo para que eclodissem a figura grotesca de Bolsonaro e seus aliados.

Bolsonaro venceu as eleições de 2018 com relativa folga, apesar de tê-la logrado no segundo turno, o que deu uma demonstração que apesar das derrotas pontuais, a esquerda e os movimentos dos oprimidos, não havia sido inteiramente abatido. Resalte-se a importância do movimento de mulheres e do feminismo que liderou a mais importante manifestação contra Bolsonaro em 2018, conhecida como #EleNão. Em que pese que as milícias digitais e as *fake news* espalhadas tenham dado o tom do que sucedeu no Brasil depois que milhões de pessoas saíram às ruas gritando contra Bolsonaro e o fascismo, a chama da resistência deu mostras de que continuava acesa e que devia ser alimentada para enfrentar os tempos sombrios que estavam por vir.

Bolsonaro tornou-se presidente sabendo, apesar de tudo, que não teria vida fácil, tanto que seu discurso de posse foi marcado pela nova declaração de guerra à esquerda, sempre tomada como um espantalho e não em sua dimensão real, uma característica própria da retórica de ódio do bolsonarismo e uma demonstração de evidente despreparo, mas não apenas isso. Sob o signo de um afeto político que emergiu nos últimos anos sintetizado na figura do ex-capitão, a parte do país que não aceitava as políticas públicas voltadas para os mais pobres e que se encontrava ressentida pela ascensão de mulheres, as cotas para negros e negras e a visibilidade do segmento LGBTQIA+, encontrou um representante na medida dos seus interesses.

Com efeito, Bolsonaro, que combinava teses conspiracionistas tomadas pelo suposto filósofo Olavo de Carvalho, com a soberba de quem parecia estar tomado pelo efeito Dunning-Kruger, a chamada síndrome do idiota confiante, precisou estabelecer

o novo governo ante um país em franco processo de desagregação, com miséria crescente, altas taxas de desemprego, PIB irrisório, instituições vacilantes, ódio político em altos níveis e tecido social em acelerada decomposição.

Na formação do ministério, Bolsonaro apostou em conhecidas estrelas das elites orgânicas do país e dos setores médios, como os chamados de super-ministros Paulo Guedes e Sergio Moro, que funcionaram como espécies de fiadores ante o mercado, a classe média e a mídia corporativa. Considerando-se o grau de despreparo e improviso representado pela eleição improvável, Bolsonaro precisou nomear para o ministério políticos de pouca expressão e de trajetórias controversas, subcelebridades e personagens sem nenhuma experiência política, além de diversos militares, numa demonstração de que pretendia se precaver diante de um possível desastre.

Os generais que estiveram no governo desde o primeiro momento, alguns dos quais saíram ou foram afastados, e outros que se incorporaram no caminho, conformaram uma espécie de tutela política e reserva de força na eventualidade de as coisas fugirem do controle, tornando-se essenciais ao bolsonarismo ao longo desses anos de governo e convertendo-se em cogestores da empresa fisiológico-autoritária que foi se desenhando.

Se governar o Brasil nas condições encontradas em 2019 não parecia ser coisa fácil, muito menos para um principiante inábil como Bolsonaro, enfrentar uma pandemia por mais de dois certamente representaria um verdadeiro desastre. Todavia, apesar das dificuldades criadas, uma pandemia poderia ser uma chance para que o presidente unificasse o país em torno de si, como haviam feito muitos líderes nacionais, que enfrentaram a crise sanitária mundial encarnando as vestes de generais que combatiam uma guerra contra um inimigo invisível. Bolsonaro, ao contrário, que vivia escorado nas teses estapafúrdias do guru Olavo de Carvalho, optou por negar a doença, minimizar seus efeitos e confrontar qualquer discurso racional que tivesse produzido consenso mínimos em diversos países do mundo. O resultado foi desastroso.

Passado um primeiro ano pré-pandemia sem nenhuma realização importante, crescimento ínfimo do PIB (1,1% em 2019), e diversas polêmicas absurdas em torno do combate ao comunismo, o início do governo foi marcado por ataques à imprensa e aos adversários e a negligência frente ao desmatamento e aos incêndios registrados na Amazônia e no Pantanal. Distribuindo um cartão de visitas cunhado em torno do discurso de ódio e pela investidura de ministros adversários de causas abrigadas nas pastas, como Ricardo Salles no Meio Ambiente, Ricardo Vélez Rodríguez e depois Abraham Weintraub na Educação e Damares Alves no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o governo Bolsonaro não parecia ser alvissareiro nem numa conjuntura mundial que ensinasse saúde e paz.

Com o advento da pandemia, portanto, o que Bolsonaro estabeleceu foi uma gestão logo revelada em sua dimensão mais perversa, nefasta, insidiosa e incompetente. Com a declaração, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pelo surto do Novo Coronavírus, em janeiro de 2020, os governos dos diversos países foram orientados a estabelecerem medidas com vistas a impedir a propagação do vírus causador da Covid-19, uma doença de alto contágio e que podia levar milhões de pessoas, pelo mundo, à morte. Sem política pública consistente para lidar com o assunto, Bolsonaro demitiu seu ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, tateando no escuro à procura de alguém que admitisse seus

absurdos, até encontrar no general Eduardo Pazuello um subordinado que a certa altura veio a público dizer que “uns mandam e outros obedecem”, deixando claro sua total submissão à Bolsonaro, o verdadeiro gestor da crise no Brasil.

Com a pandemia, Bolsonaro tornou-se um feroz adversário das medidas recomendadas pela OMS, adotadas, sobretudo, por estados e municípios, por decisão do STF, que apontou as responsabilidades compartilhadas pelos entes federativos e pelas prefeituras na gestão da crise sanitária no país. Descontente com tais políticas que dizia ameaçar destruir a economia, e apontando as “interferências” do STF que teriam roubado as prerrogativas do Executivo, Bolsonaro fez o que pode para impedir que governadores e prefeitos adotassem as medidas capazes de impedir a propagação acelerada do vírus, que poderia causar um colapso do sistema hospitalar, como o afastamento social, o confinamento (a recomendação para que as pessoas ficassem em casa, quando possível) e o uso das máscaras. Também passou a apontar os ministros do STF como seus inimigos, ativando milícias digitais e corpus de apoiadores, no parlamento e fora dele, que passaram a atacar alguns ministros publicamente, destilando um perigoso e explosivo discurso de ódio contra as instituições, algo pouco conhecido dos brasileiros.

No campo econômico, a inevitável retração do comércio mundial e também interno, que limitou as trocas a produtos hospitalares, alimentos e material de subsistência usado nas residências e em hospitais, a catástrofe se fez sentir entre os trabalhadores precarizados. Estes, já atingidos pela contrarreforma trabalhista do curto período de Michel Temer, tornaram-se ainda mais vulneráveis ao desemprego, diante do fechamento de parte da economia. Frente aos riscos de convulsão que certamente poderiam advir numa situação em que diversas pessoas iriam morrer pela doença e que milhões seriam atingidos pela fome, de fora do governo Bolsonaro, e com o apoio da oposição no Congresso, surgiram propostas que terminaram por definir um auxílio emergencial de 600 reais aos brasileiros em situação mais crítica, o que terminou por revelar uma imensa massa de invisíveis, pessoas que não apenas estavam fora do mercado de trabalho, mas que sofriam também a exclusão digital, muitas das quais sequer possuíam registro civil.

Ainda no que tange à gestão da pandemia no quesito saúde, adotando um estilo negacionista em relação ao que era recomendado pelos especialistas, Bolsonaro recusou as máscaras, apostou em remédios ineficazes, como a cloroquina, hidroxicloroquina e a ivermectina, e sabotou a compra da vacina, tão logo vários laboratórios conseguiram desenvolver e aprovar o imunizante em diversos países, algo que sucedeu em tempo recorde.

Em função da alta mortalidade representada pela Covid-19 no país, o governo Bolsonaro colheu desgastes. Isso porque o presidente fez chacota dos brasileiros que tinham adquirido a doença, que tinha a falta de ar como um dos sintomas, desdenhou da dor dos familiares dos mortos, fomentou à desconfiança diante dos registros de óbitos e de contaminação, estimulou apoiadores a invadir hospitais para verificar se havia doentes e ainda atrasou o processo de imunização dos brasileiros, tornando o país um dos mais atingidos pela pandemia do Novo Coronavírus, com quase 675 mil mortos oficialmente contabilizados (dados de meados de julho de 2022).

Para completar o descalabro, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada no senado para investigar a gestão da pandemia da parte do governo brasileiro, foram descobertos esquemas de corrupção, com superfaturamento de vacinas

no interesses de personagens ligados ao governo, entre outras mazelas. Comandada pelos senadores Omar Aziz do Partido Social Democrático (PSD-AM), Randolfe Rodrigues da Rede Sustentabilidade (REDE-AP) e Renan Calheiros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB-AL), que conseguiram transformar os trabalhos da CPI num importante foco de atenção dos brasileiros, apesar dos importantes resultados que produziu, o relatório da comissão repousaria, sem solução, nas mãos seguras de Augusto Aras, Procurador Geral da República (PGR), indicado por Bolsonaro fora da lista tríplice do MPF, que tem se mostrado incapaz de exercer a função fiscalizadora que cabe à PGR.

No curso ainda da pandemia, enquanto continuam morrendo mais de 200 brasileiros por dia, alguns dos quais se recusaram a tomar a vacina em função da campanha antivacina de Bolsonaro, o país se prepara para ir às urnas sob a ameaça de golpe. Com Lula inocentado nos processos movidos pela Operação Lava Jato e com a garantia da elegibilidade reestabelecida, o PT buscou formar alianças ainda mais amplas que aquelas que havia feito em períodos anteriores. Enquanto dialoga com o MDB, partido de Michel Temer que lançou a candidatura de Simone Tebet à presidência, o PT consolida sua aliança com Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo e uma das lideranças mais importantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tradicional adversário político do petismo.

Para conformar a aliança com Alckmin, que precisou migrar para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), Lula insistiu por vários meses nessa inusitada chapa, enfrentando posições contrárias no interior do PT e também da parte de partidos que caminhavam para lhe oferecer apoio pela esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que decidiu apoiar Lula desde o primeiro turno, numa decisão inédita para a legenda fundada em 2004.

Procurado ratificar suas sempre renovadas intenções de cumprir contratos firmados, e reafirmando seus compromissos com a responsabilidade fiscal, mesmo dizendo em discursos da importância de se resgatar a “responsabilidade social”, Lula acena para setores do mercado e das classes dominantes, tentando atrair aqueles que compuseram a coalizão desenvolvimentista que governou o Brasil na era do lulismo, conforme apontado por André Singer, apresentando-se como aquele que vai reconstruir o país.

Dada a imensa capacidade de composição demonstrada por Lula, e sua grande popularidade testada em anos de intensa campanha antipetista, e também pelo desastre que tem sido o governo Bolsonaro, entre outros motivos, as pesquisas eleitorais para o pleito de 2022, há cerca de um ano, vem confirmado a liderança de Lula, com Bolsonaro em segundo e Ciro Gomes do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em terceiro, muito distante dos dois primeiros colocados (os demais candidatos oscilam entre 0% e 3%). Em alguns levantamentos o petista chega a vencer no primeiro turno e essa é a aposta de parte dos que estão envolvidos na campanha do petista, que acreditam que um golpe seria impedido ou, no mínimo dificultado, caso Lula vencesse no primeiro turno.

A estabilidade dos números, que tem oscilado pouco ao longo desses últimos 12 meses, pode estar provocando pesadelos na campanha de Bolsonaro. O atual presidente, que governou sempre como se não tivesse descido do palanque, conta com apoiadores resilientes, que oscilam em torno de 30% do eleitorado, apesar dos resultados catastróficos do seu governo em todas as áreas. Sem ser capaz de oferecer resultados

mínimos na economia, com a inflação persistente na casa dos dois dígitos, com 33 milhões de brasileiros que passam fome, com o desemprego em alta, com permanente ataque às instituições, aos órgãos do Estado e aos servidores públicos, diante do aumento das queimadas na Amazônia e uma desastrosa gestão da pandemia, além de escândalos de corrupção na Saúde e na Educação, onde pastores intermediavam verbas públicas com prefeituras em troca de propina, tudo com a aquiescência do então ministro Milton Ribeiro e do próprio Bolsonaro, os sonhos de reeleição vão ficando cada vez mais distantes. Frente a isso, o ex-capitão sentado na cadeira de presidente e que funciona como um agitador fascista, opta por seguir tensionando o país, apontando fraudes nas eleições, inclusive na que foi vencida por ele há quatro anos, que diz que ganhou no primeiro turno, e ameaçando o país de golpe. Mas seria possível haver golpe no Brasil em 2022?

Em 7 de setembro de 2021, Bolsonaro e os bolsonaristas, em litígio com o STF, mobilizaram imensa massa humana para que fossem às ruas atacar o Congresso, o STF e apoiar o presidente. É sabido que o chefe do Executivo vem cometendo inúmeros crimes de responsabilidade, mas em que pese que o Supremo venha sendo um importante anteparo constitucional contra suas frequentes investidas, cada vez mais violentas, a leniência da PGR e o fato de que boa parte do Congresso Nacional, sob a liderança de Arthur Lira do Progressista (PP-AL), um dos principais chefes do Centrão, inviabilizam uma ofensiva contra os desmandos e excessos do chefe do Poder Executivo.

A falta de habilidade política de Bolsonaro, que faz com que seu governo seja um desastre de proporções gigantescas, não implica que tenha perdido apoio em todos os setores da sociedade. Após colher desgastes importantes, com a crise que culminou na saída do ministro Sergio Moro, que acusou o presidente de tentar interferir na Polícia Federal (PF), entre outras questões, Bolsonaro foi se aproximando cada vez mais do setor do Congresso que representa parte daquilo contra o qual ele dizia pretender lutar. Ao longo de 28 anos, tendo passado por quase uma dezena de partidos, Bolsonaro tinha sido sempre um político desimportante. Tendo passado por diversas legendas do chamado Centrão, esse conglomerado de partidos fisiológicos que oferecem governabilidade a qualquer presidente desde a Constituinte de 1986, o ex-capitão, contudo, nunca tinha tido destaque. Como presidente, de posse de recursos que podem garantir a reeleição de parlamentares que aprovam emendas em seus redutos e se perpetuam em legislaturas como quase anônimos, Bolsonaro recorreu ao Centrão para que este lhe garantisse o apoio necessário frente aos riscos de abertura de um processo de *impeachment* que, se levado ao pé da letra, deveria ter sido aberto já em 2019, quando Rodrigo Maia (PSDB-RJ), então presidente da Câmara, recebeu diversos pedidos e não colocou nenhum em tramitação.

No processo de aproximação com o Centrão, Bolsonaro trabalhou pela eleição de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), conseguindo eleger a ambos para a presidência da Câmara e do Senado, respectivamente. Em seguida, foi costurando acordos com esses parlamentares, que chefiavam conjuntos de deputados e senadores, que foram se alinhando com Bolsonaro, na medida em que as políticas do chamado toma-lá-da-cá foram se intensificando. Por fim, as emendas impositivas e o orçamento secreto, que permitem que emendas ao orçamento anual da União sejam acrescentadas de propostas para os redutos eleitorais sem que se saiba o proponente, o que dá margem à todo tipo de falcatrua, foram consolidando tal aliança, de modo que Bolsonaro, ao lado de

Ciro Nogueira (PP-PI), um outro chefe do Centrão, foi conduzido à posição de ministro chefe da Casa Civil.

Com a garantia desses acordos com o congresso e parte das principais lideranças políticas tradicionais, que projetou para alguns a expectativa de que Bolsonaro pudesse se normalizar como presidente, isto é, que deixasse de atuar como um agitador fascista, os mercados puderam atravessar esses anos turbulentos sem romperem definitivamente com o governo. Na verdade, setores como a agroindústria, que vem a ser um dos principais esteios da política bolsonarista, ganharam como nunca, posto que o real se desvalorizou frente ao dólar, compensando o recuo inicial do preço das commodities do início do governo (os preços se recuperaram com após a agressão da Rússia à Ucrânia e a retirada do mercado de parte de produtos fundamentais à economia europeia e mundial).

Todavia, o governo Bolsonaro não é um governo normal. Sua característica principal é a postura autoritária e extremista de direita, o que faz com que alguns chamem de populista, fascista ou neofascista e outras denominações. Esse fato, como dito no início, coloca seus adversários em posição de confusão ao lhe fazerem uma oposição permanente e renhida. Da parte dos seus apoiadores, a manutenção de cerca de 30% do eleitorado sob a égide do governante, com alto grau de adesão, grande capacidade de mobilização digital e nas ruas, é demonstração de que a extrema-direita bolsonarista têm traços importantes que podem ser identificados com o fascismo. Junte-se a isso, a permanente agressão às instituições da democracia liberal e à esquerda, e têm-se um quadro perigoso, que supõe que as principais questões do país não serão decididas apenas no terreno eleitoral.

Há cerca de um ano, a tática mais importante de Bolsonaro consiste em levantar suspeitas sobre o processo eleitoral. Arguindo pela necessidade de reinstaurar o voto impresso, que seria o único imune à fraude, o presidente, e setores das Forças Armadas, sob a liderança do ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, ex-comandante do Exército que foi antecedido por Braga Netto, que deve ser o vice de Bolsonaro, tem insistido que a manutenção do atual sistema de voto em urna eletrônica é sinalização de que haverá fraude na eleição para se oferecer a vitória à Lula.

Com variada e intensa estratégia diversionista, que dificulta os adversários e órgãos de vigilância de focarem nas questões principais, Bolsonaro tem dedicado especial atenção ao apontar os riscos de fraude eleitoral como forma de agitar a sua base de fanáticos e mantê-los fiéis aos seus propósitos. Talvez antevendo a derrota nas urnas, o candidato do PL pretende que seus apoiadores se mobilizem e façam no Brasil o que os apoiadores de Trump não conseguiram fazer nos Estados Unidos. Em Washington, após a vitória de Joe Biden, Donald Trump insistiu que teria havido fraude, pressionou por todos os meios as autoridades locais responsáveis pela contagem de votos e, no fim das contas, fustigou milhares de seguidores a invadirem o Capitólio em janeiro de 2021, quando o Congresso daquele país estava prestes a declarar a vitória de Joe Biden. O resultado da aventura golpista, assistida por milhões de pessoas pelo mundo, foram cinco mortos e dezenas de feridos.

No Brasil, em sua *live* semanal, feita no dia 07/07/2022, como vem fazendo reiteradas vezes, Bolsonaro citou os eventos do Capitólio, dizendo que seus apoiadores sabiam o que deviam fazer “antes das eleições”. Pelo histórico do ex-capitão, é óbvio que se trata de uma ameaça golpista e mais um dos acenos a apoiadores pelo método

conhecido como *dog whistle* (apito de cachorro), que consiste numa mensagem política dirigida de forma codificada para um grupo-alvo, que permanece ininteligível para a maioria das pessoas.

Está claro de que se trata de uma aposta no caos, no desejo de confronto, e isso é um dos traços característicos do protofascismo do seu modo de governar. Nessa altura, não está claro o que pode advir de tais ameaças. Considerando-se a intensificação da violência política, que motivou, em julho, o assassinato do petista Marcelo Arruda por um bolsonasista armado que invadiu sua festa de aniversário que tinha Lula como tema, o que fez acender os alertas das instituições, o provável é que novos episódios sejam registrados e mesmo que isso não configure em si as condições para um golpe, deve ser motivo de atenção dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e sindicatos.

Durante o governo Bolsonaro, mais de um milhão de armas foram registradas no Brasil. O ex-capitão, seus filhos e a maioria dos seus apoiadores, estimulam o armamento e não escondem que o objetivo de armar os “cidadãos de bem”, que antes diziam ser motivado pela violência cotidiana, agora não omite seu caráter político. Bolsonaro tem dito que “povo armado jamais será escravizado”, uma referência direta àquilo que dizem ser o risco de a esquerda chegar ao poder e implantar o comunismo. Ou seja, o certo é que os bolsonaristas estão se armando com objetivos políticos, enquanto as autoridades têm se mostrado incapazes de combater os riscos de explosão da violência que, de todo modo, assume claramente um caráter profascista, já que direcionado à todos aqueles que não sejam identificados como aliados do presidente.

Frente a tais riscos, os movimentos sociais permanecem recolhidos, embora algumas primeiras manifestações tenham começado a aparecer. Após o assassinato de Marcelo Arruda, por exemplo, o PT anunciou que vai oferecer aos seus militantes uma oficina de autoproteção (o título da oficina é “Cultura de Paz e Autoproteção Militante”). Apesar de importante, a iniciativa é insuficiente, já que parece ser preciso que os sindicatos, as centrais e os movimentos sociais como um todo, além dos partidos de esquerda, discutam seriamente a necessidade de mobilização e os termos da autodefesa como forma de impedir que as milícias que atuam sob a marca do fascismo assassinem mais militantes.

O fato, entretanto, é que a esquerda se mantém nas cordas, em que pese sua recomposição eleitoral desde a entrada de Lula na disputa. É que após um período de incipiente recuperação em 2019, quando houve movimentos como o Tsunami da Educação e diversos dias de luta que levaram milhares de pessoas às ruas de todo o Brasil, parte das vezes respondendo ao movimento da extrema-direita, em 2020 os movimentos refluíram em função da pandemia. Ainda assim, mesmo com a crise atravessada por movimentos como o MBL e o Vem pra Rua, que chegaram a romper com o governo, a extrema-direita bolsonarista, com franjas que alcançam grupos de integralistas e neonazistas, entre outros, continua atraindo contingentes suficientemente grandes para causar estragos e ameaçar a frágil e claudicante democracia liberal.

Da parte das Forças Armadas, paira uma infinidade de incertezas, posto que enquanto os generais bolsonaristas enquistados no governo se encontram em franco processo de fascistização, não se pode assegurar que os militares, no seu conjunto, venham a apostar no golpe e embarcar numa aventura dessa natureza liderados pelo ex-capitão.

Isso acontece porque as circunstâncias encontradas em 2022, diferentes daquelas existentes em 1964, quando havia apoio dos Estados Unidos e a burguesia associada atuou fortemente pela ruptura institucional, não se repetem agora. O governo de Joe Biden já dirigiu ao Brasil reiterados avisos de que acompanha com preocupação as eleições brasileiras e as ameaças que são feitas ao processo.

Na América Latina, mesmo com a incontornável crise que alcança governos que foram eleitos no rescaldo dos fracassos da onda conservadora e ultraneoliberal que atingiu o subcontinente, a tendência registrada de vitória da esquerda é um poderoso elemento incentivador das forças populares no Brasil, ao mesmo tempo em que aponta os riscos de total isolamento do país no caso de haver um golpe de Bolsonaro e seus militares.

No que tange ao empresariado, o fiel da balança nos golpes de 1964 e 2016, que confiou as chaves do cofre à Bolsonaro com a fiança de Paulo Guedes, apenas uma parte assume seus compromissos mais diretamente ideológicos com o bolsonarismo, o que significa que uma outra parte vem buscando alternativas em Lula ou apoiando discretamente o atual presidente em eventos que este faz pelo país, não significando que estejam dispostos a aderirem ao golpismo de modo irrestrito.

A questão que tem pesado na discreta ruptura de setores empresariais com Bolsonaro é que, sem poder entregar resultados positivos na economia de modo consistente, não bastam as contrarreformas trabalhista e previdenciária, que reduziram o custo do trabalho, para tornar o Brasil um país em que se possa seguir ganhando dinheiro sem riscos de convulsão. Nesse aspecto, Bolsonaro já demonstrou ser incapaz de tornar o ambiente seguro para os negócios, algo que o PT fez ao longo de mais de 10 anos, com poucas intercorrências.

Frente a esse estado de coisas, Bolsonaro vem demonstrado desespero diante de uma iminente derrota, o que lhe faz dirigir ainda mais ameaças às instituições, que lhe negam apoio, embora não sejam capazes de impedir que continue cometendo crimes. Bolsonaro, então, parece apostar nas milícias que atuam em forças policiais e associadas e elas e no armamento de apoiadores através das políticas de liberação de armas e munições voltadas para os Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CACs). Tais políticas permitiram o registro de mais de um milhão de armas no país desde 2019 e a proliferação de clubes de tiro, que hoje infestam as grandes e médias cidades brasileiras. Tal aposta pode não ser suficiente, pode não ser capaz de viabilizar o golpe e, principalmente, pode não proporcionar sustentação a uma ditadura, mas decerto que criará níveis de violência intensos, principalmente dirigidos contra as esquerdas e os setores oprimidos da sociedade, como mulheres, negros e negras, segmento LGBTQIA+s entre outros.

O golpe de Estado no Brasil é, portanto, arriscado para os golpistas e incerto quanto às chances de ter sucesso, mas parece que está crescendo a percepção de que, apesar de tudo, ele vai ser tentado. Diante dessa possibilidade, caberá às instituições e às forças populares e de esquerda preparar as condições para que os bolsonaristas sejam derrotados e para que os responsáveis pelo golpe sejam punidos, até porque o mais provável é que o bolsonarismo sobreviva a Bolsonaro e permaneça sendo uma ameaça ao país por muitos anos.

No vácuo criado pelas dificuldades de Bolsonaro no plano eleitoral, Lula e o PT voltam a trabalhar pela ampliação de alianças políticas, que vão de Alckmin ao MDB,

do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ao PSOL, passando por partidos do Centrão deslocados pontualmente da base do bolsonarismo, muitos dos quais apoiam Bolsonaro no Congresso e o PT em seus estados, ou vice-versa. Inspirados nas parcialmente bem-sucedidas políticas de conciliação de classes da primeira década do século XXI, a campanha de Lula vai pavimentando o caminho para colher bons resultados eleitorais, sem que isso implique que se vencer o pleito, tenha a garantia de que irá assumir e se assumir, que possa governar em condições que não sejam de muita degradação e oposição intensa.

O resultado de tais movimentações, que projetam Lula e Bolsonaro, que atualmente reúnem cerca de 70% das intenções de votos declarados nas pesquisas, é ausência de espaços para alternativas à esquerda ou à direita que não estejam relacionadas aos principais candidatos. Criando um ambiente de polarização, mas não uma polarização de extremos, como parte da imprensa insiste em dizer, mas de uma polarização assimétrica, quando um lado do espectro político radicaliza suas posições, no caso, a direita, enquanto o outro modera, buscando acordos ao centro, como vem a ser o caso da esquerda petista e dos partidos seus aliados, as eleições brasileiras caminham para serem um decisivo choque entre a civilização e a barbárie, a democracia liberal e o fascismo, a possibilidade de seguir lutando pela vida e pela justiça social e a morte, representada pelo autoritarismo e a ditadura. Num quadro desses, a escolha não pode nunca ser dita como difícil.

Artigo encomendado pelo Comitê Editorial

Marx e o Marxismo v.10, n.18, jan/jul 2022